

Maria da Conceição da Costa Almeida Toscano

A fábrica de moagem do Caramujo – património industrial da Cova da Piedade:

Percursos de salvaguarda e reutilização

Volume I

Dissertação



**Dissertação de Mestrado em Estudos do Património
Sob orientação do Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos**



**Departamento de Ciências Sociais e de Gestão
Lisboa
2012**

Maria da Conceição da Costa Almeida Toscano

A fábrica de moagem do Caramujo – Património industrial da Cova da Piedade:

Percursos de salvaguarda e reutilização

Volume I

Dissertação

**Dissertação de Mestrado em Estudos do Património
Sob orientação do Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos**

Capa:

Foto 1 – Rua Direita (denominada mais tarde Rua Manuel José Gomes): fachada posterior da fábrica de moagem (primeiro edifício à esquerda)

(c. 1900, segundo R. H. Pereira de Sousa, in *Almada. Toponímia e História*, p.104)

(Postal propriedade da Câmara Municipal de Almada-DAU)



**Departamento de Ciências Sociais e de Gestão
Lisboa
2012**

Este é o sentido dos meus sentidos:

Ontem, hoje e, seguramente, no amanhã,
o nosso Património sempre presente na vida de todos os momentos.

Com recordação imensa
A meu pai e a minha mãe

Com dedicação e amor
A meus filhos, Sérgio e Pedro
(Com votos de continuação de um percurso familiar e que a
imaginação inspiradora se eleve a realidade criadora)

Agradecimentos

Como ser social, um homem nunca vive só – mesmo que o seu labor se realize de forma isolada, o seu conhecimento estrutura-se em tudo o que aprendeu e apreendeu em toda a sua vida.

No nosso percurso temos de agradecer a todos os professores que nos ensinaram com dedicação a utilizarmos as ferramentas de que nos deveríamos servir, aos colegas que com o seu esforço e trabalho permitiram que na partilha pudéssemos alcançar outros patamares de conhecimento. Na nossa pesquisa deparamo-nos com muitos exemplos diferentes de atendimento – desde a ajuda generosa e pronta até à mais completa ignorância e desprezo pela importância das nossas intenções.

Queremos agradecer de forma colectiva: À Administração do Porto de Lisboa, ao Arquivo Histórico de Almada, à Assembleia Distrital de Lisboa, à Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas, à Biblioteca do IGESPAR, à Biblioteca Municipal de Almada, aos serviços da Câmara Municipal de Almada (DAU e Divisão do Património), ao Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal, ao Centro de Documentação do Museu da Cidade de Almada, à Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, à Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, à Divisão de Recursos Arquivísticos e de expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego, à Junta de Freguesia da Cova da Piedade.

A título pessoal não poderemos deixar de mencionar a ajuda prestimosa do Dr. Alexandre Flores, da Professora Ana Cristina Oliveira, da Dr.^a Ângela Luzia, de António Policarpo, da Dr.^a Deolinda Folgado, da Arquitecta Fátima Alves, do Professor e Arquitecto Jorge Alves, do Dr. Miguel Infante, do Dr. Paulo Martins, da Dr.^a Rosa Silva; e a todos os entrevistados que acederam a responder ao nosso questionário, concordando com a sua divulgação.

Por fim, mas por considerarmos como principal a sua intervenção, queríamos nomear o Professor Doutor Paulo Oliveira Ramos e agradecer a orientação da nossa dissertação, o apoio, a generosa complacência com alguns desânimos e atrasos quanto à proposta inicial, os conselhos sempre incisivos, os esforços visando a concretização prática dos nossos objectivos.

Resumo

A fábrica de moagem do Caramujo é um importante valor patrimonial da memória colectiva para a história da Cova da Piedade, podendo o seu estudo científico constituir um fundamento para o seu reaproveitamento funcional inserido na vida plena de uma comunidade, a partir de pontos de vista opostos ou até complementares dos objectivos do poder local.

O pioneirismo da sua arquitectura em betão armado, ligada ao surto da indústria moderna no final do século XIX, e o seu legado histórico configuram este edifício como um exemplo paradigmático da importância da salvaguarda e reutilização do património industrial, a partir da implantação de um possível museu, recorrendo nesse percurso aos suportes físicos e testemunhos sociais ligados ao trabalho industrial.

Palavras-chave:

Fábrica de moagem do Caramujo; valor patrimonial; memória colectiva; Cova da Piedade; arquitectura em betão armado; salvaguarda e reutilização do património industrial; museu.

Abstract

Caramujo's grinding factory is an important heritage of the collective memory for Cova da Piedade's history; its scientific study, based on both opposing and complementary viewpoints on local policies' objectives, may be the grounds for its functional reuse integrated in the community's life.

The pioneering of its reinforced concrete architecture, connected to the outset of modern industry at the end of the 19th century, and its historical legacy make this building a paradigm of the importance of the safekeeping and reuse of the industrial heritage, through the possible creation of a museum, resorting to both the physical artifacts and the social evidence linked to the industrial labour.

Key words:

Caramujo's grinding factory; collective memory; Cova da Piedade; reinforced concrete architecture; safekeeping and reuse of the industrial heritage; museum

Índice

Volume I

Dissertação

Introdução 14

1. Património industrial na Cova da Piedade 15

2. A intenção do estudo 15

3. A procura e o registo 17

I – A Cova da Piedade na margem sul do estuário do Tejo 22

1. Contextualização local e regional 23

1.1. Enquadramento geográfico e socioeconómico 23

1.2. Enquadramento histórico e administrativo 32

2. Moldura social e cultural ontem e hoje 41

2.1. O associativismo 41

2.2. Sociabilidades e tradições 49

II – O tempo passado – séculos XIX e XX 57

1. Abordagem histórico-económica da indústria da moagem 58

2. O património fabril da moagem 74

2.1. A fábrica de moagem do Caramujo – a arquitectura da inovação 74

2.2. A fábrica de moagem do Caramujo – técnicas e memórias do trabalho 94

3. A Cova da Piedade e a fisionomia de uma recessão industrial 116

III – O tempo presente – séculos XX e XXI 131**1.Considerações de carácter patrimonial 132****1.1.Novos valores culturais e históricos 132****1.2.O jogo patrimonial da reabilitação 134****2.A fábrica de moagem do Caramujo – património industrial em suspenso 141****2.1.Revitalização de um património industrial local 141****2.2.Os caminhos da classificação 149****3.A fábrica de moagem do Caramujo – a possível musealização 153****3.1.O interesse de um património – técnicas e memórias do trabalho 154****3.2.A intervenção de reabilitação e reutilização 161****Conclusão 172****1.Estratégias de requalificação e de desenvolvimento da comunidade 173****2.A moagem – património museológico local 175****3.O percurso de uma industrialização local revisitada 182****Recursos de documentação e informação 191****1.Documentação Geral 193****1.1.Generalista 193****1.2.Estudos – Área das Ciências Sociais 194****2.Documentação Específica 199****2.1.Estudos – Área do Património 199****2.2.Estudos – Área local 215****3.Fontes documentais várias 222****4.Legislação, Cartas, Convenções e Recomendações 224**

Volume II

Dissertação – apêndices e anexos

I – Apêndices 4

- 1.Fábrica de moagem do Caramujo e património industrial da moagem relacionado:
notas cronológicas 5**
- 2.Percorso externo do complexo de laboração da moagem no Caramujo 13**
- 3.Visita à fábrica de moagem de Joaquim Paulo Cunha Pereira 30**
- 4.Fluxograma da produção 44**
- 5.Descrição técnica das oito máquinas da Aliança vendidas 45**
- 6.Questionários 46**
 - 6.1.Questionário individual tipo A: para inquirir a receptividade à recuperação e reconversão 46**
 - 6.2.Questionário individual tipo B: para perpetuar a memória individual e colectiva 48**

II – Anexos 64

- 1.Figuras, fotos, mapas e plantas em complemento do texto – Volume II 65**
 - 1.1.Figuras 68**
 - 1.2.Fotos 72**
 - 1.3.Mapas 109**
 - 1.4.Plantas 110**
- 2.Documentos 121**
 - 2.1.Documentos administrativos e técnicos 125**
 - 2.2.Registos prediais 199**
- 3.Ficha de inventário – IGESPAR 220**

Índice de figuras, fotos e mapas incluídos no texto – Volume I

Figuras

- Figura 1 – Programa da revista «Senhora d’Agonia», 1948 **43**
- Figura 2 – Programa das festas de N^a Sr^a da Piedade, 1965 **51**
- Figura 3 – Vinhetas das festas de N^a Sr^a da Piedade, 1968 e 1970 **52**
- Figura 4 – “O Tejo em frente do Caramujo” **59**
- Figura 5 – “Barco dos moinhos” **60**
- Figura 6 – Moinho de maré de Corroios, 1908 **60**
- Figura 7 – Anúncio da fábrica de moagem do Caramujo, 1889 **66**
- Figura 8 – Reprodução do projecto de reconstrução, fábrica de moagem do Caramujo, fachada principal, 1897 **82**
- Figura 9 – Reprodução do projecto de reconstrução, fábrica de moagem do Caramujo, fachada posterior, 1897 **83**
- Figura 10 – Reprodução do projecto de reconstrução, planta da fábrica de moagem do Caramujo, 1897 **84**
- Figura 11 – Reprodução do projecto de reconstrução, fábrica de moagem do Caramujo, corte longitudinal das peças desenhadas, 1897 **99**
- Figura 12 – Reprodução do projecto de reconstrução, fábrica de moagem do Caramujo, corte transversal das peças desenhadas, 1897 **99**
- Figura 13 – Reprodução do corte transversal das peças desenhadas, 1962 **106**
- Figura 14 – Referência do encomendador e do fabricante, constante no corte transversal das peças desenhadas **107**
- Figura 15 – Anúncio da firma Bühler (primeira página), 1965 **107**
- Figura 16 – Anúncio da firma Bühler (segunda página), 1965 **108**
- Figura 17 – Frescos do vestíbulo do palacete de António José Gomes, Cova da Piedade **183**

Fotos

- Foto 1 – Fábrica de moagem do Caramujo, c. 1900 **Capa**
- Foto 2 – Cova da Piedade, finais do séc. XIX, inícios do XX **27**
- Foto 3 – Construção da Lisnave e da Ponte sobre o Tejo **28**
- Foto 4 – Chalet, fachada principal, centro histórico da Cova da Piedade, 2010 **37**
- Foto 5 – Palacete António José Gomes, fachada principal, Cova da Piedade, 2010 **38**
- Foto 6 – Palacete António José Gomes, fachada lateral, Cova da Piedade, 2010 **38**
- Foto 7 – Reproduções do tecto do palácio Gomes, 1992 **39**
- Foto 8 – Coreto, centro histórico da Cova da Piedade, 2010 **40**
- Foto 9 – Nora em ferro, dita de Eiffel, sem data **40**
- Foto 10 – Escola António José Gomes, fachada principal, 2010 **43**
- Foto 11 – Escola António José Gomes, pormenor da porta e placa, 2010 **44**
- Foto 12 – Busto de António José Gomes, centro histórico da Cova da Piedade, 2010 **44**
- Foto 13 – Largo 5 de Outubro, Cova da Piedade, 1989 **47**

- Foto 14 – Burricadas, Cova da Piedade, 1900 **49**
- Foto 15 – Desfile popular, Cova da Piedade, anos 60 **50**
- Foto 16 – Festas de N^a Sr^a de Piedade, 1965 **51**
- Foto 17 – A «Maia», Cova da Piedade, anos 70 **53**
- Foto 18 – Cegadas, Cova da Piedade, 1979 **54**
- Foto 19 – Baile da Pinhata, SFUAP, anos 90 **55**
- Foto 20 – Desfile de Carnaval, Almada, 1994 **55**
- Foto 21 – A antiga fábrica de moagem do Caramujo, “Moinhos Reunidos” **62**
- Foto 22 – Rua Direita do Caramujo: fábrica de moagem após o incêndio de 10 de Junho de 1897 **76**
- Foto 23 – Vista do cais do Caramujo: fábrica de moagem após o incêndio de 10 de Junho de 1897 **77**
- Foto 24 – Interior da fábrica de moagem do Caramujo após o incêndio de 10 de Junho de 1897 **77**
- Foto 25 – Fábrica de moagem do Caramujo, vista do edifício em construção, 1897 **86**
- Foto 26 – Fábrica de moagem do Caramujo, vista do edifício em construção, 1897 **87**
- Foto 27 – Fábrica de moagem do Caramujo, edifício terminado, 1898 **87**
- Foto 28 – Rua Direita, fachada posterior da fábrica de moagem, c. 1900 **88**
- Foto 29 - Fábrica de moagem do Caramujo, finais do século XIX ou início XX **89**
- Foto 30 – Margueira, 1954 **90**
- Foto 31 – Sistema estrutural da fábrica de moagem do Caramujo, c. 1989 **91**
- Foto 32 – Estrutura da fábrica de moagem do Caramujo, c. 1989 **92**
- Foto 33 – Sistema estrutural da fábrica de moagem do Caramujo, c. 1989 **92**
- Foto 34 – Sistema estrutural da fábrica de moagem do Caramujo, c. 1989 **93**
- Foto 35 – Fábrica de moagem do Caramujo ainda em laboração, 1991 **93**
- Foto 36 – Fragata de transporte das sacas de farinha **95**
- Foto 37 – Bandeira de fragata de transporte de farinha **96**
- Foto 38 – Balanças de avaliação do peso dos diversos tipos de trigo das amostras **100**
- Foto 39 – Perspectiva da fábrica de moagem do Caramujo, do cais e das embarcações, início do séc. XX **101**
- Foto 40 – Caldeira da fábrica de moagem do Caramujo e grupo de operários da montagem, 1928 **102**
- Foto 41 – Panorâmica da fábrica de moagem do Caramujo, do cais e dos barcos, 1957 **105**
- Foto 42 – Piso das plansichters, vista lateral de máquina, c. 1989 **111**
- Foto 43 – Fábrica de moagem do Caramujo, laboratório e analistas, c. 1990 **112**
- Foto 44 – Fábrica de moagem do Caramujo, silos de trigo, c. 1990 **112**
- Foto 45 – Fábrica de moagem do Caramujo, moinhos de cilindros, c. 1990 **113**
- Foto 46 – Fábrica de moagem do Caramujo, secção de ensaque e pesagem da farinha, c. 1990 **114**
- Foto 47 – Panorâmica do Caramujo antes da instalação da Lisnave, entre 1962 e 1964 **117**
- Foto 48 – Caramujo, anos 70 **118**
- Foto 49 – Cais do Caramujo, início dos anos 80 **119**
- Foto 50 – Fábrica de moagem do Caramujo, c.1989-1990 **120**
- Foto 51 – Fábrica de moagem do Caramujo ainda em laboração, 1991 **120**
- Foto 52 – Fábrica de moagem do Caramujo, fachada posterior, 1997 **122**

- Foto 53 – Vista da fábrica e dos silos, a partir da Rua Tenente Valadim, 1997 **123**
- Foto 54 – Vista da fábrica e dos silos, perspectiva norte-sul, entre 1997 e 2000 **123**
- Foto 55 – Vista da fábrica e dos silos, perspectiva sul-norte, entre 1997 e 2000 **124**
- Foto 56 – Fachada principal da fábrica de moagem do Caramujo, entre 1997 e 2000 **124**
- Foto 57 – Fachada posterior da fábrica e silos, perspectiva sul-norte, entre 1997 e 2000 **125**
- Foto 58 – Vista do terraço da fábrica de moagem do Caramujo e envolvente, entre 1997 e 2000 **125**
- Foto 59 – Terraço da fábrica de moagem do caramujo, 2001 **126**
- Foto 60 – Perspectiva aérea do Caramujo e envolvente, sentido este-oeste, 2006 **126**
- Foto 61 – Perspectiva aérea do Caramujo e envolvente, sentido oeste-este, 2006 **127**
- Foto 62 – Vista de Lisboa do Caramujo e envolvente, 2006 **128**
- Foto 63 – Fábrica de moagem do Caramujo, pormenor da fachada principal, 2010 **128**
- Foto 64 – Fábrica de moagem do Caramujo, fachada posterior, 2010 **129**
- Foto 65 – Lisnave desactivada, 2010 **129**
- Foto 66 – Caramujo e Margueira (Lisnave), 2010 **130**
- Foto 67 – Perspectiva da fábrica de moagem do Caramujo a partir de Almada, 2010 **142**
- Foto 68 – Fábrica de moagem do Caramujo a partir da Margueira, 2010 **143**
- Foto 69 – Fábrica de moagem do Caramujo a partir do centro histórico da Cova da Piedade, 2010 **144**
- Foto 70 – Moinhos de cilindros adquiridos à Sociedade Industrial Aliança; marca Bühler, 2010 **156**
- Foto 71 – Moinho de cilindros marca Daverio S.A. adquirido à Sociedade Industrial Aliança, 2010 **157**
- Foto 72 – Plansichters adquiridas à Sociedade Industrial Aliança, 2010 **157**
- Foto 73 – Moinho de maré de Corroios, aspecto exterior, 1993 **184**
- Foto 74 – Moinho de maré de Corroios, aspecto exterior, 2010 **185**
- Foto 75 – Moinho de maré de Corroios, interior, 2010 **185**

Mapas

- Mapa 1 – Estuário e margens do rio Tejo, 1902 **23**
- Mapa 2 – Pormenor do plano hidrográfico do porto de Lisboa, 1847 **26**
- Mapa 3 – Moinhos de maré do estuário do rio Tejo **58**

Siglas e Abreviaturas

AIP – Associação Industrial Portuguesa

APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

CAA – Centro de Arqueologia de Almada

CMA – Câmara Municipal de Almada

Com. org. – Comissão organizadora

Coord. – Coordenação

DAU – Divisão de Administração Urbanística

DGEMN – Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Dir. – Direcção

DRL – Direcção Regional de Lisboa, do IPPAR

Ed. – Edição

FNIM – Federação Nacional dos Industriais de Moagem

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IIP – Imóvel de interesse público

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

PUAN – Plano de Urbanização de Almada Nascente

S.d. – Sem data

S.l. – Sem local

S.n. – Sem nome

SFUAP – Sociedade Filarmónica União Artística Piedense

TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage

UE – União Europeia

Vol./s – Volume

Introdução

“Há pois que encontrar um «caso» que seja exemplar do ponto de vista técnico-científico, do ponto de vista humano, afectivo, e do ponto de vista económico. E então sim salvaguardar, isto é, reconstruir, adaptar, reutilizar.”¹

Alfredo Tinoco

¹TINOCO, Alfredo – «História da indústria e património industrial na Cova da Piedade», in *Las Jornadas de Estudo sobre a Cova da Piedade, 22 a 24 de Julho de 1988*, p.126

1.Património industrial na cova da Piedade

A freguesia da Cova da Piedade, desde meados do século XIX, foi o eixo do desenvolvimento económico e social do município almadense. A industrialização por aqui foi deixando traços indeléveis na paisagem, moldando-a e transfigurando o seu aspecto.

O lugar do Caramujo foi um dos núcleos da primitiva fixação dos fabricos e fábricas da crescente secundarização, marcada pela extrema dependência do estuário do rio Tejo e pela sua proximidade estratégica do porto de Lisboa.

A fábrica de moagem aqui instalada em 1865, torna-se numa das primeiras fábricas moageiras, herdeira do evoluir dos moinhos de maré, e, com o tempo, já dona de uma casa digna e inovadora em termos de técnicas construtivas e de laboração, a partir de 1898, vem a ser considerada uma das maiores empresas do sector em Portugal.

A fábrica Aliança, uma das suas últimas denominações, possui um elevado interesse patrimonial devido a ser o primeiro edifício a ser construído em betão armado do país, mas igualmente é repositório de importantes testemunhos de memória histórica e social das gentes que aí trabalharam, uma parte importante da comunidade piedense, e do seu patrono, ligado a várias facetas do pequeno “universo” da Cova da Piedade: desde a construção da Escola Primária António José Gomes, à iluminação pública da terra, não esquecendo as marcas patentes no seu palacete, o contíguo *chalet* tipicamente cosmopolita, as inovações técnicas (como a nora de ferro na Quinta da família Gomes), e o coreto com um trabalho do ferro em finos rendilhados à semelhança de outras presenças, na habitação patronal, nas janelas, portões, escadas e candeeiros – um percurso continuamente construído a partir da actividade industrial – a plena industrialização e a transferência de novas tecnologias para a vida laboral e social, a nível privado e comunitário.

2.A intenção do estudo

O nosso trabalho tem a intenção de colmatar uma lacuna nos estudos, até agora efectuados, acerca do património da era industrial, nomeadamente a nível de uma específica freguesia do concelho de Almada, a Cova da Piedade. A nossa visão incidiu na indústria moageira, uma vez que consideramos que tem sido esta a área menos

explorada e investigada de todas as que aqui se instalaram, desde as empresas de transformação de cortiça, construção naval, tanoaria, entre outras.

Para além de um ciclo de estudos locais que se completa, a fábrica de moagem do Caramujo, sendo um valioso bem patrimonial industrial a nível local e nacional, pode constituir um exemplo paradigmático de um percurso de investigação teórico-prático, que se impõe numa sociedade que deve ser cada vez mais educadora, e onde o património desempenha um papel fulcral nesse cenário.

Estudar esse complexo fabril moageiro, será contribuir para a recordação de um percurso, sedimentando memórias que se uniram num contributo à identidade colectiva de ontem; lutar pela sua salvaguarda e reabilitação e ajudar à sua reutilização, nos dias de hoje.

A história da sua construção e descrição arquitectónica do edifício na sua vertente funcional e artística serão realçadas, querendo igualmente reforçar a exemplaridade do pioneirismo da sua construção em betão armado.

A vontade que nos orientou para este estudo deve-se à firme convicção dos pontos fortes que este edifício possui, e do mesmo modo todas as estruturas a ele ligadas devido à complexa estrutura da produção moageira, como potenciais pontos de revitalização da zona e catalisando acção idêntica no centro histórico da Cova da Piedade como partes de um percurso patrimonial e industrial. A possível reutilização poderia apresentar diferentes vertentes, nomeadamente museológica, no edifício classificado, e urbanística e de serviços nos outros, tentando alcançar uma complementaridade de funções ao serviço da comunidade – a cultura, a história revivida e a educação – e também extraindo o máximo valor de apreciação e utilização dos habitantes e visitantes do local.

Partimos da certa convicção de que, se é verdade que muito tem sido feito nas duas últimas décadas, quanto à preservação dos testemunhos materiais e às tradições do saber-fazer que enformam a memória colectiva das populações do concelho de Almada, muito ainda há para investigar e trabalhar. Nomeadamente na área do seu património industrial, vertente representativa de um protagonismo na vida económica das terras da Outra Banda, já relativamente valorizado no vizinho concelho do Seixal², mas muito

² Através de trabalhos exemplares, nomeadamente no moinho de maré de Corroios, fábrica da pólvora de Vale de Milhaços e fábrica corticeira Mundet – núcleos do Ecomuseu do Seixal

pouco explorado pelo município almadense, em termos de ganho comunitário de aprendizagem em todos os níveis de ensino e até de fonte de receitas económicas.

O recentemente aprovado plano de urbanização planeado pelo município de Almada para a área compreendida entre Cova da Piedade e Cacilhas³, contemplando o nosso tema de estudo, trouxe propostas reais para a reabilitação de toda uma zona carenciada e em espera, além da possibilidade de transformação do edifício da moagem em Museu do Tejo. A partir de Novembro do ano de 2009 abriram-se caminhos de trabalho concreto. Para além de um nome e de uns quantos edifícios a necessitar de intervenção urgente ainda nada mais existe, nem mais tem sido partilhado, permanecendo assim uma premente necessidade de dedicação a uma problemática que urge modificar. A denominada “Almada Nascente – Cidade da Água” trará consigo lugares estratégicos, nomeadamente ligados à cultura e ao conhecimento.

Este nosso trabalho enriquecerá certamente todos os estudos e projectos que estão na base da construção destes caminhos do futuro.

3.A procura e o registo

Não obstante a intenção de salvaguarda dos arquivos empresariais, desde há três décadas em Portugal, nomeadamente a partir de promulgação de legislação específica, “considerando a importância decisiva de que poderão revestir-se certos arquivos de empresas privadas, e em particular das de maior antiguidade, relevância económica ou influência política, para o correcto conhecimento histórico da época contemporânea”⁴, quem se dedica ao estudo do património da área industrial depara-se com a ausência de documentos privados pertencentes às fábricas que tenham cessado a sua actividade e tenham caído no vórtice da falência.

Perdidos, extraviados ou destruídos os suportes de informação da vida empresarial, outras vias têm de ser seguidas na procura de conhecimento acerca da história do objecto do nosso trabalho.

³EDITAL nº 1098//2009, *Diário da República* – II Série Nº 218, de 10 de Novembro de 2009 (Plano de urbanização de Almada Nascente – PUAN)

⁴DECRETO-Lei nº 429/77, *Diário da República* – I Série Nº 239, de 15 de Outubro de 1977 (Salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas). Preâmbulo

Uma das pesquisas que evoluiu com sucesso, resultando numa valiosa aquisição de documentação iconográfica foi a recepção, directamente da Instituição que tem a custódia dos fundos da Maison Hennebique, o Institut Français d'Architecture, de três fotografias da autoria de José-Maria da Silva: duas da construção do edifício do Caramujo e uma outra perspectivando a fábrica após a conclusão das obras. Proporcionando uma mais-valia incontornável a este estudo, ainda se torna maior a nossa necessidade de agradecimento a António Maria Santos pela pista que nos pode impulsionar na direcção correcta.

A investigação nunca pode perder de vista a localização da sede social (que variou até aos anos vinte do século passado, mas sendo sempre em Lisboa) e a localização da fábrica, em Almada. Setúbal poderia ter constituído a casa de acolhimento de fundos documentais da firma, com data posterior a 1926. Tal não nos parece ter acontecido, após contacto com o Arquivo Distrital de Setúbal. Quanto a Almada, para além de documentos recentes relativos à aquisição em 2000, somente encontramos os registos prediais.

Recorremos à Conservatória do Registo Predial do Concelho, fazendo um levantamento exaustivo das inscrições desde meados do século XIX. Agradecemos a prestimosa ajuda da Divisão do Património da Câmara Municipal de Almada, que nos forneceu a escritura de compra da Fábrica da Sociedade Industrial Aliança e outras estruturas situadas no local do Caramujo, nomeadamente a unidade fabril de silagem de cereais, adossada ao edifício principal, e respectivas cadernetas prediais.

Todos os outros documentos relacionados especificamente com a actividade industrial tiveram de ser investigados em Lisboa. Em termos institucionais, a procura de fontes documentais, levou-nos à Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo e à Divisão de Recursos Arquivísticos e de Expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego – aí consultamos processos que nos possibilitaram cópias de documentos valiosos para o nosso estudo quanto ao percurso laboral da Sociedade Industrial Aliança e da fábrica de moagem do Caramujo.

Atendendo ao seu valor patrimonial, o seu processo de classificação, iniciado em 1992 e concluído em 2002⁵, contém elementos de inextinguível interesse para o registo da sua história. Essencial no nosso estudo foi a consulta dessa documentação arquivada na

⁵ DECRETO n.º 5/2002, *Diário da República* – I Série-B N.º 42, de 19 de Fevereiro de 2002 (Publicação em Diário da República, findas as etapas do processo de classificação)

Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. Nomeadamente o levantamento fotográfico efectuado, constitui o cerne fundamental que suporta a relevância da estrutura arquitectónica. Partindo desses suportes de imagem, a elaboração de uma mensagem de memória social e histórica para a comunidade pode demonstrar a urgência da salvaguarda e reabilitação do edifício fabril.

Não pode ser excluído o inquérito industrial de 1890 (devido à publicação da informação por unidade produtiva), considerado uma das fontes imprescindíveis para a escrita da história económica e social da Nação, assim como a consulta da informação divulgada através dos relatórios das circunscrições industriais, em concreto da 3ª Circunscrição.

Os Boletins da Propriedade Industrial e os Boletins da FNIM constituem outras fontes de dados importantes. Assim como a consulta dos Diários do Governo, uma vez que as empresas eram obrigadas pela legislação comercial a publicar nesse órgão alguns dos actos da vida empresarial, nomeadamente escrituras de constituição e dissolução de sociedades; e igualmente a divulgação dos seus estatutos.

Outra via foi escolhida para colmatar a lacuna existente de conhecimento quanto a uma fábrica já funcionalmente desafectada, ao desinteresse e à incúria por parte de tantos (autoridades centrais e locais, profissionais da educação e da cultura e até moradores) e insuficientes estudos já publicados – a recolha de testemunhos de quem dedicou parte dos seus anos de vida a trabalhar no complexo fabril moageiro do Caramujo. Certamente estarão imbuídos de pormenores sentidos na recordação de momentos do dia-a-dia e transmissão de conhecimentos técnicos importantes. Uma vez que os nossos possíveis entrevistados estariam provavelmente dispersos geograficamente, após a falência da empresa, optamos por elaborar um questionário que tanto pudesse ser respondido à distância (sendo enviado via correio, normal ou electrónico, se necessário), ou ser efectuado presencialmente, se fosse essa a opção do entrevistado; a recolha escrita pretendia-se de carácter relativamente rápido, não muito formal, sem obrigar a levantamento e posterior tratamento de dados quantitativos, mas meramente de transmissão das memórias.

Alguns periódicos foram consultados, tendo em vista complementar o conhecimento adquirido, com a visão da época espelhada pela imprensa escrita, e igualmente como potenciais fornecedores de informação e fotografias.

Mas, consoante a via escolhida para perspectivarmos a “nossa” fábrica, nem sempre esses dados podem ser considerados fulcrais, mas apenas serão um

complemento secundário, como, por exemplo, a consulta de bibliografia escrita sobre usos e costumes locais.

A toponímia local não poderia ser esquecida, como potencial fornecedora de uma “imagem histórico-cultural em fragmentos”⁶, “expressivo local da memória passada e presente da comunidade”⁷, revelador de individualidades e acontecimentos de variadas áreas, unindo e socializando vivências do povo e possibilitando práticas sociais de rememoração e de comemoração, nas palavras de João Medina – na Cova da Piedade, a memória colectiva alimenta-se de nomes lembrados na Rua Manuel José Gomes, na Avenida António José Gomes e na Escola Básica com o seu nome, e de datas, nomeadamente no Largo 5 de Outubro, não esquecendo outros exemplos que não serão menos importantes.

A pesquisa levou em conta as fases mais importantes da existência da fábrica por nós estudada – a primeira: a construção da fábrica anterior, em 1865, acrescentos, a sua destruição pelo fogo; a segunda: reconstrução, em 1897 e 1898, da inovadora estrutura empregando o betão armado, a morte do emblemático industrial António José Gomes e constituição em Sociedade, a existência desde esta data até aos anos 60 do século XX; a terceira: a renovação / remodelação, acompanhando os ritmos da industrialização do Estado Novo (em finais da década de 50, inícios da seguinte), até 1992, início do processo de classificação do imóvel, proposta pelo arquitecto Carlos Antero Ferreira, até à incontornável falência; a quarta, a degradação, registando-se mais tarde o interesse da Câmara, completado pela sua aquisição e classificação da fábrica como imóvel de interesse público, em termos de património cultural.

Se é certo que o corpo principal da actividade moageira é o objecto do nosso estudo e o único classificado como de interesse público, não poderemos esquecer a imponente estrutura de armazenagem a ela adossada, e igualmente a envolvente construída, ligada intimamente à moagem, como parte de um todo que não se pode nem deve desmembrar em partes isoladas.

Uma vez que a história local não se compadece de escritas de episódios compartimentados e parcelares, acreditamos que não se deve fazer somente a história de um edifício (que seria sempre parcial) e até dos seus complementos, mas sentimos

⁶ MEDINA, João – «A Toponímia – Local de Memória», in *Primeiras Jornadas de História Local e Regional (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*, p.35

⁷ IDEM – *Ibidem*, p.43

obrigação em incluí-la na memória histórica, social e económica da rua, do bairro, da freguesia, não perdendo de vista a sua pertença a uma região e a um país, com os seus determinismos e particularidades especiais.

I – A Cova da Piedade na margem sul do estuário do Tejo

“...enquanto do outro lado se desenvolveram importantes arrabaldes, a Outra Banda.”⁸

Carlos Alberto Medeiros

⁸Carlos Alberto Medeiros, in *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, p.240

1.Contextualização local e regional



Mapa 1 – “Vista panorâmica do estuário e margens do rio Tejo, vendo-se a “Outra Banda”, em 1902. O plano distingue a área ribeirinha compreendida pelas praias do Alfeite, Outeiro, Caramujo; Mutela, Margueira e Cacilhas. A área rural foi mais importante que a área urbana e, só a partir do século XIX, Caramujo, Piedade e outros núcleos urbanos começaram a crescer”, in FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O Homem e O Industrial (1847-1909)*, p.18

1.1.Enquadramento geográfico e socioeconómico

A margem sul do estuário do Tejo é uma região com individualidade própria na península de Setúbal. Para além da diferenciação topográfica e fitoclimática, do ponto de vista da humanização também encontramos heterogeneidade.

Constituem factores de atracção para a fixação humana a fertilidade das suas terras mais elevadas e essa proximidade estratégica a uma fonte de recursos económicos para a sua subsistência – o rio e o mar.

Para Carlos Alberto Medeiros “uma implantação propícia é alguma colina nas proximidades dum rio, em especial junto da foz; tira-se proveito do sítio defensivo e da abertura à circulação marítima e à que se estabelece com o interior [...] Na colina ficam

a princípio as funções mais prestigiosas [...], enquanto nas terras de menor altitude, por onde depois alastrará a cidade, se estabelece um arrabalde comercial ou industrial [...] Como exemplos de cidades nas condições referidas podemos indicar as duas maiores do país e outra [...]: Lisboa, Porto e Coimbra [...] Estas três aglomerações urbanas ficam na margem norte do rio, enquanto do outro lado se desenvolveram importantes arrabaldes, a Outra Banda, Vila Nova de Gaia e Santa Clara. Este aspecto é muito característico da geografia urbana portuguesa e outros exemplos se podem citar sempre com a aglomeração principal na margem setentrional...”⁹.

Na península, a denominada Outra Banda cresceu urbanisticamente como ponto de contacto. Para Alfreda Cruz, nesta zona “Almada é a única cuja estrutura assenta nas vias de comunicação que ela própria emite para lugares próximos, embora a sua posição sublinhe a atracção do litoral”¹⁰.

No concelho almadense, a freguesia da Cova da Piedade desde cedo usufruiu de excelentes condições geomorfológicas, uma vez que se situa numa das margens da bacia vestibular do rio Tejo. Nestas zonas, onde o assoreamento foi presença constante de evolução, as populações habituaram-se a uma vida de complemento entre o trabalho rural e a pesca. Os alagamentos cíclicos afectavam a baixa da Cova da Mutela e do Caramujo, para além de outras áreas. A proximidade do rio assegurava, no entanto, a salubridade destes locais.

“A estrada da Mutela, o largo da Piedade e o caminho das Barrocas destacavam-se como sítios privilegiados no trânsito de mercadorias, gado e pessoas provenientes, na sua maioria, da região a norte do Sado e que se dirigiam a Lisboa, assim como de excedentes na pequena e média produção agrícola local. A Igreja de N.ª Sr.ª da Piedade, reconstruída em 1762, surgiu também como elemento dinamizador do aglomerado urbano, junto ao cruzamento das vias, próxima do ponto de confluência das azinhagas de Almada e Pragal, e da passagem do caminho que de Cacilhas e por Mutela se dirigia para o sul do País.”¹¹

⁹MEDEIROS, Carlos Alberto – *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, p.240

¹⁰CRUZ, Maria Alfreda – *A margem sul do estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*, p.23

¹¹FLORES, Alexandre M. – *Almada Antiga e Moderna – Roteiro Iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.18

Nos finais do século XVIII, nos estudos de Alexandre Flores, existiam três principais pólos de desenvolvimento socioeconómico: na Mutela; no largo da Piedade, onde eram evidentes os sinais de vida comunitária, patentes nas festas e corridas de cavalos e de touros e na realização de mercado; o terceiro situava-se na zona do cais do Caramujo-Romeira, onde se movimentavam embarcações variadas¹².

Formatada economicamente devido à proximidade física da capital e também pelas motivações a nível local e regional, a industrialização desta zona do estuário do Tejo, desde os inícios do século XIX, evidenciou pluralismo de formas e de técnicas, podendo coexistir tipos arcaicos e já mecanicistas, utilizadores de novas energias, em interactividade com rotas abastecedoras ou distribuidoras, numa dinâmica de evolução industrializadora.

É de compreensível e generalizada aceitação que faltavam a Portugal boas vias de comunicação entre as várias regiões do país, constituindo os centros localizados junto ao litoral marítimo e fluvial, apetecíveis pontos de instalação de novas indústrias.

No princípio do século de oitocentos, Almada, mas igualmente outros concelhos do estuário do Tejo, começam a evidenciar alterações no seu processo de crescimento económico¹³. Um dos primeiros indícios, apontados por Jorge Custódio, é o aumento do número de armazéns que se construíam na Outra Banda e visíveis da capital, devido à alteração da sua volumetria; não sendo novidade esta construção, têm agora diferentes funções, constituindo pontos de novas escalas de armazenamento, devido ao aumento das matérias-primas em circulação, combustível e produtos acabados, para além de acondicionarem produtos agrícolas. Novas funções ligadas aos interesses industriais de produção e de recolha de máquinas e ferramentas¹⁴.

Este pode ser um dos sinais do magnetismo económico da capital que originava uma industrialização induzida, como lhe chama Maria Alfreda Cruz, devido à situação privilegiada destes portos, potenciadora de uma complementaridade industrial-comercial entre Lisboa e os portos da outra margem do rio Tejo.¹⁵

Não sendo pacífica e universalmente aceite a data da introdução em Almada da máquina a vapor, é, no entanto, indiscutível que deve ter acontecido entre as décadas de

¹²FLORES, Alexandre M. – *Almada Antiga e Moderna – Roteiro Iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, pp.18-19

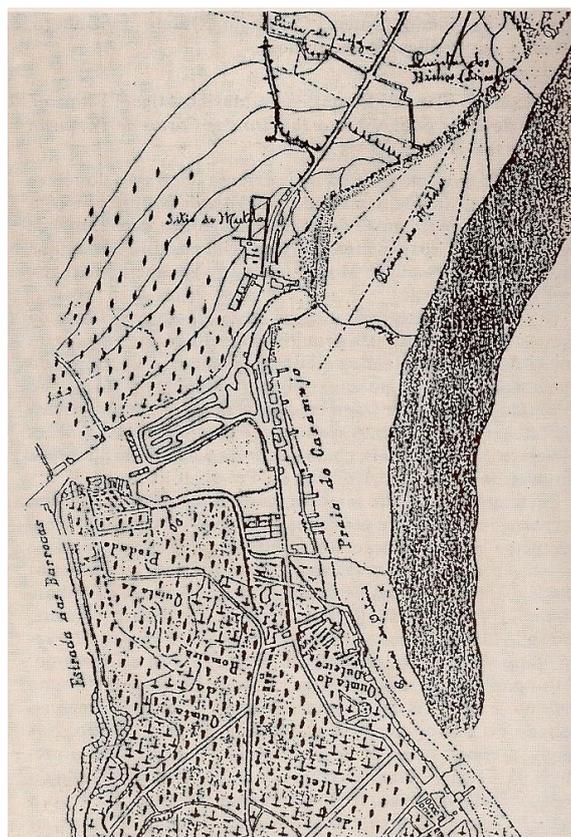
¹³ CUSTÓDIO, Jorge – «Almada mineira, manufactureira e industrial», p.130

¹⁴ IDEM – *Ibidem*, p.130

¹⁵ IDEM – *Ibidem*, p.130

20 e 30 do século XIX. Segundo Jorge Custódio, na obra que temos vindo a referir, a primeira máquina a vapor seria instalada em Almada em 1838, não sendo inovadora neste campo histórico a moagem a vapor instalada por Manuel José Gomes, em 1865, no Caramujo. Sinal inegável de evolução nas técnicas produtivas e ultrapassagem da moagem tradicional, sem dúvida. Igualmente uma característica da opção de investimento de industriais na zona, ao perceberem as realidades estratégicas de êxito económico da Outra Banda, de terrenos mais baratos, proximidade de mercados e de rotas de escoamento e abastecimento, mão-de-obra potencialmente disponível e matéria-prima.

A introdução da máquina a vapor no concelho e uma maior concentração operária, à medida que os ritmos da industrialização se aceleravam, pressionavam uma evolução dinâmica em Almada.



Mapa 2 – Pormenor do plano hidrográfico do porto de Lisboa (1847), evidenciando, entre outras, a praia do Caramujo; igualmente são apresentadas a Mutela e a baixa da Piedade, para além da Estrada das Barrocas, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.26

Somente começando a evidenciar crescimento urbano a partir do século XIX, toda a área ribeirinha, visualizada no mapa 2, apresenta um gradual declínio da sua actividade rural e, lentamente, a industrialização, nas suas diferentes facetas (nomeadamente moageira, corticeira e construção naval), para além do comércio, vão metamorfoseando a paisagem física e humana.¹⁶

“As actividades laborais da região que eram, especificamente, de um espaço rural e artesanal (tanoeiros, ferreiros, oleiros, tijoleiros, moleiros, carpinteiros de construção naval, calafates, barqueiros, agricultores, ...)”¹⁷ vão sofrer uma transformação com a 1ª industrialização operada a partir da 2ª metade do século XIX.”¹⁸

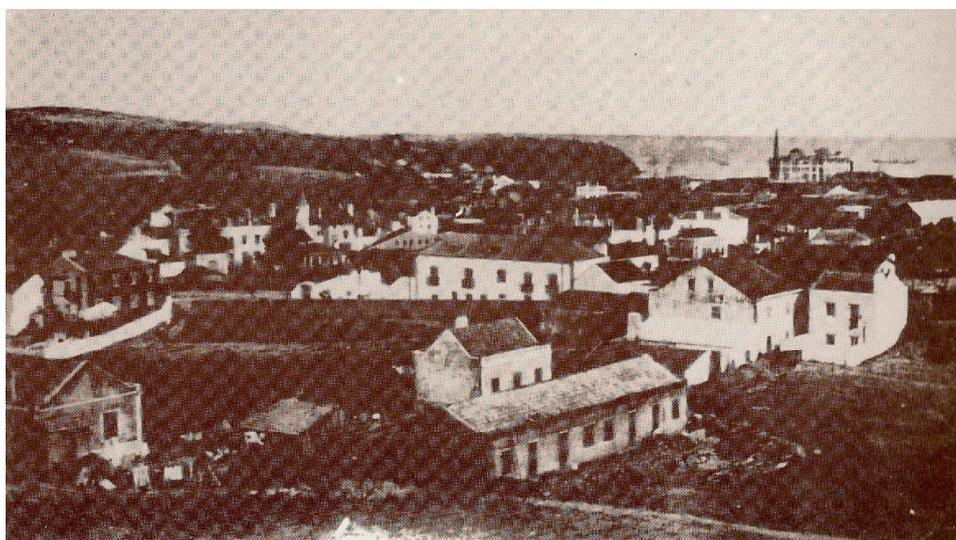


Foto 2 – Panorâmica da Cova da Piedade, do lugar do Caramujo, visualizando-se a fábrica de moagem em segundo plano; postal ilustrado a preto, datado de finais do século XIX, inícios do XX; “a casa, em 1º plano, identifica-se como construção de série, representativa da habitação modesta para o operariado que começava a afluir à Mutela, Caramujo e à Cova da Piedade, na segunda metade do séc. XIX”, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.32

“Cova da Piedade era, na segunda metade do século XIX e início do XX, um dos mais importantes centros industriais do país, com estaleiros navais; fábricas e fabricos

¹⁶ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.26

¹⁷ No plano hidrográfico podemos perceber que a área ribeirinha ilustrada (parte da actual freguesia da Cova da Piedade) se trata ainda em 1847 de um conjunto de zonas agrícolas, apresentando pinhais e vinhas, o que originará, segundo A. Flores na obra citada na nota anterior, uma ocupação humana intensa nalguns núcleos, nomeadamente Mutela.

¹⁸ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.26

de cortiça; moagem; cal; conserva de peixe; armazéns de vinho e vinagre; oficinas de tanoaria, de ferraria, de aprestos navais... A agricultura e a pesca tinham entrado em declínio, dando lugar à industrialização”¹⁹.

Nesta tentativa de uma visão local e regional, assistimos, no avançar do século XX, para além das convulsões políticas originadoras de alterações a nível social, às transformações inerentes a uma cidade – a instalação do Arsenal do Alfeite arranca em 1919 com as primeiras obras de terraplanagem; a partir de 1935 as expectativas de maior empregabilidade da zona são reais e começa a movimentação de população, que não terminará nas décadas seguintes, igualmente potenciada pelas grandes obras públicas, como a construção do Cristo-Rei e da Ponte Salazar, e da vinda para Almada dos estaleiros de reparação e construção naval da Lisnave, em 1967.



Foto 3 – “Construção da Lisnave e da Ponte sobre o Tejo. Onde se prova que o “boom” urbanístico é anterior a estes dois eventos”, in RODRIGUES, Jorge de Sousa – “Almada: como nasce uma cidade”, in *Actas das 2^{as}. Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, pp.65-75

Tentando colmatar as necessidades de infra-estruturação (mais graves a nível da habitação, transportes e abastecimento de água e electricidade) causadas pela chegada de tantos indivíduos, acelera-se a questão da expansão da área metropolitana para sul e a Câmara Municipal de Almada e o Ministério das Obras Públicas criam novos bairros económicos na periferia de Almada, inaugurando em 1942 o Bairro de Nossa Senhora da Piedade (no local do Pombal, na freguesia da Cova da Piedade), “a maior urbanização até então para alojamento dos operários arsenalistas e uma das frentes de

¹⁹ FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O Homem e O Industrial (1847-1909)*, p.19

expansão urbana da futura cidade, a par do Plano Parcial de Urbanização de Almada (1946; zona do tribunal, centro cívico e novas áreas habitacionais) ”²⁰.

A estas décadas de dinâmica social e económica, sucederá a recessão local: o declínio da indústria, nomeadamente do importante sector corticeiro e também da moagem (esta, já no final da década de oitenta), a crescente terciarização do sector económico.

A vizinhança da capital originou na chamada área metropolitana de Lisboa, um “território ribeirinho de duas margens”²¹, com o concelho de Almada incluído num dos anéis centrais da periferia da metrópole. “Graças a uma polarização do desenvolvimento metropolitano pela faixa ribeirinha norte e sul do Tejo”²² em que podemos facilmente visualizar uma crescente especialização económica terciária e uma continuação de ganhos populacionais no concelho de Almada, assim como noutros pertencentes à “constelação da centralidade e periferização na Metrópole de Lisboa”²³, certamente poderemos assistir a evoluções no sentido da contínua recomposição social e reestruturação territorial da área abrangida pela influência da capital.

A crise das indústrias em toda a faixa ribeirinha de Almada arrastou necessariamente a sua população a uma reconversão para o sector dos serviços, a nível local e igualmente para Lisboa, muitas das vezes em ocupações de fracas exigências profissionais.²⁴

Almada possui um enorme potencial sócio económico devido à sua localização numa frente ribeirinha. A vários níveis – económico e social, principalmente – o rio Tejo impôs-se durante séculos como elemento estruturador.

Constituindo este território de Almada um dos pontos integradores de uma área maior (área metropolitana de Lisboa), na qual o que poderia parecer uma fronteira territorial sempre foi, não um obstáculo, mas uma ponte de interactividade entre cada um dos territórios componentes dos outros concelhos metropolitanos (Barreiro, Seixal,

²⁰COSTA, Ana – *Na esteira do Arsenal: 70 anos de História no Alfeite, Jornal da Exposição*, Almada, Museu da Cidade, 2009, p.2

²¹ FERREIRA, Vítor Matias (coord.) – *Lisboa, a metrópole e o rio. Centralidade e equalização das frentes de água*, p.125

²² IDEM – *Ibidem*, p.125

²³ IDEM – *Ibidem*, p.126

²⁴ IDEM – *Ibidem*, p.125

Moita, Montijo, Alcochete, Sesimbra, Palmela e Setúbal, a sul), cedo se constituíram seguras identificações identitárias no estuário ribeirinho.

Na actualidade deste início de milénio, Almada, à semelhança de outras autarquias, aposta forte no seu papel de “cidade da água” e na requalificação da sua frente ribeirinha, assumindo o seu passado histórico-cultural, num processo de constante evolução. O projecto Almada Nascente tenciona devolver à população almadense os espaços devolutos da Margueira e do Caramujo, em vida suspensa desde há décadas, devido aos processos de desindustrialização e inexoráveis evoluções tecnológicas e de competitividade a nível global, reinvestindo em novos usos do território, num tendencial renascimento urbano, cultural, social e económico. Este reordenamento social e produtivo da cidade originará novos eixos de desenvolvimento citadino.

A freguesia da Cova da Piedade apresenta uma população de cerca de 21154 residentes (13,1% da população do concelho), numa área de 2,3 quilómetros quadrados (segundo dados divulgados pela Junta de Freguesia) e engloba os lugares do Pombal, Barrocas, Romeira, Mutela, Margueira, Centro Sul, Bairro, Caranguejais, Ramalha e Caramujo²⁵. À semelhança das outras freguesias urbanas, Almada e Cacilhas, apresenta uma população envelhecida, em oposição às freguesias de carácter rural do concelho – Caparica, Pragal e Charneca de Caparica.

A rede de escolas, a nível público e privado, estende-se desde o ensino básico ao superior, apresentando uma taxa de analfabetismo de 6% (sendo a taxa a nível nacional de 9%), com uma população que detém um nível de escolaridade acima do da média nacional²⁶.

Hoje em dia, e devido às medidas de descentralização de poderes por parte da administração central, assistimos em concreto à envolvimento plena da comunidade, quer ao nível do município (mas também associativo e de pais e encarregados de educação), emergindo o poder local “simultaneamente como interlocutor e sujeito de intervenção

²⁵ Dados presentes em «Junta de Freguesia da Cova da Piedade», em <http://www.m-almada.pt> [acesso em 14-04-2011]

²⁶ Segundo dados divulgados em «Almada num minuto», em <http://www.m-almada.pt> [acesso em 14-04-2011]

dos processos educativos”²⁷, num crescente empenho da função social e educativa em prol dos municípios.

O município aposta forte no desenvolvimento de projectos e na sua implementação prática quanto à reabilitação e reutilização das zonas industriais desafectas, visando a preservação e requalificação de instalações industriais, nomeadamente no projecto Almada Nascente, estando “contempladas” três escolas do concelho de Almada, como enquadradas nas fronteiras da zona de intervenção: Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Comandante Conceição e Silva (situada na Cova da Piedade, acolhendo no seu recinto a nora de ferro, denominada Eiffel, por se crer concebida segundo desenho desta casa, e pertencendo outrora à quinta da família Gomes²⁸), a Escola Secundária Cacilhas-Tejo (localizada na transição entre a freguesia de Almada e a de Cacilhas, confinando as suas traseiras com as ruínas de uma das fábricas de cortiça da Margueira²⁹, e estando as suas instalações situadas num morro sobranceiro aos estaleiros da Lisnave) e a Escola Básica Cataventos da Paz, em Cacilhas, situada no morro da Margueira.

Constituindo a aprendizagem, quer formal, quer ao longo da vida, uma das vias de penetração das memórias históricas e sociais das populações na sua identidade colectiva, seguramente assistiremos ao florescimento de parcerias entre estas três instituições de ensino e as associações locais de defesa do património e os poderes locais, Câmara Municipal e Juntas das Freguesias de Cacilhas e da Cova da Piedade, num trabalho conjunto, não perdendo de vista conteúdos programáticos e projectos curriculares estabelecidos pela tutela da Educação, mas enriquecidos pela aplicabilidade prática da envolvência comunitária, numa aproximação entre gerações, vivências passadas e presentes, num percurso certamente interdisciplinar.

Partilhamos a opinião de M. Augusta Lima Cruz (Junho de 2001), ao apresentar o projecto *Educar para o Património*, cujos objectivos eram dinamizar a educação para o património nas escolas dos ensinos básico e secundário: “...educar os jovens para terem apreço pelas heranças culturais, elas próprias fruto de hibridações complexas, e pela criação e recriação das mesmas em que todos estamos envolvidos é uma forma de desenvolver os conhecimentos, a sensibilidade e, de um modo geral, a sua identidade

²⁷ FERNANDES, António Sousa – «Educação e poder local», in *Educação, comunidade e poder local: actas do Seminário realizado em 6 e 7 de Dezembro de 1994*, p.45

²⁸ Ver foto 9, p.40

²⁹ Ver foto 71 do Volume II, em Anexos, p.108

como cidadãos.”³⁰ Acrescentamos que não somente os jovens lucrarão com esta dinâmica mas todos certamente, uma vez que nos dias de hoje a aprendizagem não se reduz à concretização de habilitações pela via formal, mas constitui um percurso de aprendizagem ao longo da vida.

1.2. Enquadramento histórico e administrativo

O território almadense desde cedo foi ponto de atracção de diversas gentes e já no período neolítico podemos encontrar grupos humanos. No povoado de Almaraz, situado num esporão sobranceiro ao rio Tejo, entre Cacilhas, o seu porto natural, e o actual castelo de Almada, a partir do século IX a.C., assistimos ao início de intercâmbios de cariz orientalizante por parte dos fenícios com as populações autóctones, tendo restado importantes testemunhos materiais dessa presença. A partir do crescente poderio do Império Romano, Almada vai impondo a sua importância como povoado principal enquanto os núcleos vizinhos actuavam numa função complementar – cais fluvial, zonas rurais e de ofícios proto-industriais.

Se é verdade que não existem certezas quanto à data da sua fundação no local hoje ocupado por Almada, escolhido pelos muçulmanos, durante a sua permanência no território, para aqui construir uma fortaleza de defesa e vigilância do estuário do Tejo, frente a Lisboa³¹, em concreto temos a carta de foral de D. Afonso Henriques aos mouros forros, datada de 1170, e o foral outorgado em 1190, da nossa era, por D. Sancho I. Almada alcançava a autonomia social, económica e jurídica. “Almada tinha sido uma terra muçulmana, uma importante praça militar a sul do Tejo, na qual se movimentavam gentes e mercadorias, de complexa vida interna com o Termo que envolvia e alimentava”³². Em 1513, este foral era substituído por outro, outorgado por D. Manuel I; Almada via cerceados os seus privilégios de autonomia, à medida que o poder centralizador dos reis alastrava.

Tendo os almadenses desempenhado importante papel nas convulsões políticas de 1384, nomeadamente na defesa do seu castelo sitiado pelos castelhanos, como partidários do mestre de Avis, A. Flores regista na sua obra *Almada e sua circunscrição*

³⁰ CRUZ, M. Augusta Lima (Coord.) – *A Escola e os Descobrimentos. Síntese e balanço das comemorações (1998-2000)*, p.12

³¹ «Almada na História – Almada árabe e cristã», em <http://www.m-almada.pt> [acesso em 14-04-2011]

³² FLORES, Alexandre – *Foral de Almada de 1190*, p.9

municipal: abordagem multidisciplinar, que os documentos da chancelaria do século XIV e a *Crónica de el-rei D. João I*, do cronista Fernão Lopes (início do século seguinte) certificam as alterações sobre a posse da jurisdição civil de Almada. Fernão Lopes, para além de realçar os episódios protagonizados pelos moradores e homens de armas da vila, chama a atenção para a importância estratégica e militar do local como protecção à cidade de Lisboa. O Condestável D. Nuno Álvares Pereira, um dos participantes nestas incursões militares, viria a receber, em doação de 20 de Agosto de 1385, diversas terras na Outra Banda, entre as quais a vila e o termo de Almada.³³

O cronista faz referência a locais como por exemplo, Margueira e também Cacilhas, para além de outros topónimos hoje desconhecidos, sendo esta obra uma fonte de estudo da história local para a época medieval. Nestes escritos, a vila de Almada corresponde apenas ao espaço da sua fortificação.³⁴

No século XVI, nas pesquisas de A. Flores, a vila de Almada era um espaço urbano privilegiado – centro administrativo, militar e religioso, local de trocas comerciais e produtor de bens; Cacilhas era o seu porto marítimo, cais de trocas entre Lisboa e os diversos pontos do interior e do estuário do Tejo. No *Cadastro da população do reino de 1527*, referido na obra citada deste historiador local, a vila tinha duas freguesias e cerca de 800 habitantes, apresentando o termo cerca de 1413 habitantes. O termo da vila pertencia à zona de influência económica da vizinha capital, na época da expansão marítima portuguesa.

Estima-se para o século XVII um quantitativo de cerca de 2500 habitantes, referindo A. Flores no seu estudo sobre Almada que se verificavam movimentos de deslocação de populações de norte para o sul, durante os anos de domínio espanhol, constituindo esta zona um ponto de atracção, para os oriundos de outras regiões do país, mas igualmente como local de estabelecimento de quintas agrícolas e de lazer das famílias nobres da capital.

A Almada setecentista continua o engrandecimento populacional, mantendo as suas duas freguesias, a de Santa Maria do Castelo, que abrangia uma parte da vila, o lugar do Pragal e a *Arrábida*, e a de Santiago, esta abrangendo a outra parte da vila, os lugares de Cacilhas, Mutela, Caramujo e Igreja de Nossa Senhora da Piedade, havendo referências a um número total de 476 vizinhos para estes lugares situados fora da vila

³³ FLORES, Alexandre M. – *Almada e sua circunscrição municipal: abordagem multidisciplinar*, pp.28-29

³⁴ IDEM – *Ibidem*, p.30

(dados retirados por A. Flores do *Dicionário Geográfico*, datado de 1747-1752). O termo de Almada compreendia administrativamente as seguintes freguesias: Amora, Arrentela, Caparica e Corroios.³⁵

Os habitantes de Almada viveriam os grandes momentos da história de oitocentos, nomeadamente com a vitória dos liberais contra os miguelistas na batalha que ocorreu em 23 de Julho de 1833 (acontecimento lembrado através da toponímia, sendo o nome da avenida que é saída principal da freguesia da Cova da Piedade a ligá-la à do Laranjeiro).

Após a vitória do liberalismo, as reformas administrativas do século XIX, nomeadamente em 1836 (com a publicação do primeiro Código Administrativo, implementando medidas descentralizadoras), trariam alterações administrativas ao território de Almada, que se veria apartada de metade da sua área que passou para o novo concelho do Seixal, constituído doravante pelas freguesias de Seixal, Arrentela, Paio Pires e Amora. O termo de Almada passaria a ter somente duas freguesias: Santiago e N. S. do Monte de Caparica.³⁶

Em 1878, a nova reforma administrativa consagraria a descentralização. O novo código reduziu o número de divisões administrativas e Almada passava a ter duas únicas freguesias: a de Almada (reunindo numa as anteriores de N. S. da Assunção e a de Santiago) e a de N. S. do Monte de Caparica. O concelho de Almada tinha um total de 13530 habitantes (censo de 1890), sendo Almada cabeça de concelho e de comarca³⁷.

Em 1895, novamente este mosaico administrativo sofreria mudanças: o concelho do Seixal foi extinto, sendo a freguesia da Amora anexada ao concelho de Almada; as restantes passariam a pertencer ao concelho do Barreiro. Em 1898, Amora e Corroios são retiradas da área administrativa e política do concelho de Almada.

“O concelho de Almada, na centúria de novecentos, adquiria nova fisionomia, por intermédio do forte movimento associativo e no processo de industrialização, em especial na fiação e tecelagem, nos estaleiros navais, na moagem, na cortiça. A introdução da máquina a vapor e uma maior concentração operária proporcionavam um novo rumo evolutivo do concelho e uma dinâmica ao processo de desenvolvimento de Almada.”³⁸ Económica e socialmente, assistiríamos a uma evolução rápida de usos e

³⁵ FLORES, Alexandre M. – *Almada e sua circunscrição municipal...* , pp.46-52

³⁶ IDEM – *Ibidem*, p.60

³⁷ IDEM – *Ibidem*, pp.60-61

³⁸ IDEM – *Ibidem*, p.62

costumes e a um desgaste da ruralidade devido à mobilidade geográfica e social da população e à crescente urbanização, com a inevitável alteração da paisagem física e humana.

Toda esta zona seria palco de lutas reivindicativas e de greves, nomeadamente em 1910-12, e os seus habitantes desempenhariam um papel destacado na implantação da República, ainda em 4 de Outubro de 1910, tendo sido hasteada a bandeira republicana, cerca do meio-dia, nos Paços do Concelho, enquanto as bandas filarmónicas da *Incrível Almadense* e da *Academia Almadense* incitavam a multidão presente tocando a *Marselhesa* e a *Portuguesa*³⁹.

Em 1926 instaura-se a ditadura militar. A 22 de Outubro de 1926 Almada é desanexada do distrito de Lisboa (e igualmente outros concelhos da área estuarina e pertencentes até à data ao distrito da capital) e este concelho passa a fazer parte do novo distrito de Setúbal, “reforçando a utópica *fronteira* natural do Tejo”⁴⁰, nas palavras de A. Flores, que considera esta desanexação uma situação grave para os concelhos atingidos pelo decreto.

Em 7 de Fevereiro de 1928 a Cova da Piedade adquire autonomia administrativa, com a sua elevação a freguesia (desanexada da de Almada).

O crescimento populacional que acompanhou o desenvolvimento industrial (e igualmente comercial) ao potenciar mudanças de mentalidade originou uma exemplar coesão e dinâmica na sua população, nomeadamente do operariado urbano, que se organiza em associações de carácter recreativo e cultural, de apoio social, de consumo, de ajuda dos mais esclarecidos ou favorecidos economicamente aos pouco afortunados.

Podendo este operariado ser considerado bastante esclarecido para a época, não é de estranhar a difusão de ideias liberais e de luta de classes e, mais tarde, dos ideais republicanos. Igualmente o operariado do concelho de Almada estará envolvido nos acontecimentos grevistas de 1934, embora o seu protagonismo nos desenvolvimentos políticos posteriores se tenha diluído e adulterado na roda da divulgação e comunicação da história dos tempos do salazarismo⁴¹.

³⁹ ALMADA. Câmara Municipal – *Almada: vozes de resistência*, p.108

⁴⁰ FLORES, Alexandre M. – *Almada e sua circunscrição municipal...*, p.63

⁴¹ PATRIARCA, Maria de Fátima – «O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura», pp.1137-1152

Almada, e nomeadamente a Cova da Piedade revelava um dinamismo industrial e económico de relevo, mas, após o término da Segunda Guerra Mundial, a indústria corticeira, dependente dos circuitos de exportação, começa a mostrar sintomas de crise.

Através do Dec. Lei nº 308/73 de 16 de Junho, Almada é elevada de vila a cidade. Segundo o texto, publicado no Diário do Governo, tal deve-se ao “...grande desenvolvimento demográfico e urbanístico da vila de Almada [...] a referida vila é servida por grandes vias de comunicação e está dotada de instalações de distribuição domiciliária de água e energia e de rede de saneamento [...] notável incremento industrial e comercial [...] existência, na mesma vila, de diversos serviços e instituições de interesse colectivo, de natureza social, educacional, cultural e económica”⁴².

Almada via as suas solicitações serem atendidas, após esforços dos seus autarcas traduzindo as reivindicações populares, que tentavam impor uma imagem de vitalidade, contrariando a denominação de “dormitório de Lisboa”. Nas palavras escritas do seu presidente da Câmara, em carta datada de 15 de Março de 1973, enviada ao Ministro do Interior, apontava-se um quantitativo de mais de cem mil habitantes, integrados nas freguesias de Almada e Cova da Piedade, existindo nestas duas freguesias “cerca de 50 agremiações recreativas, humanitárias e desportivas...”⁴³.

Com a implantação do regime democrático, em 25 de Abril de 1974, os cidadãos almadenses integram a nova vida política.

A actual circunscrição administrativa apresenta o concelho de Almada (município de 1ª ordem) integrado no distrito de Setúbal, apresentando a maior densidade populacional neste distrito, fazendo parte da Área Metropolitana de Lisboa e sendo constituído por onze freguesias: Almada, Cacilhas, Pragal, Cova da Piedade, Laranjeiro, Feijó, Sobreda, Charneca, Caparica, Trafaria e Costa de Caparica⁴⁴.

O brasão da Cova da Piedade apresenta os elementos que simbolizam os testemunhos mais representativos das actividades económicas que marcaram a evolução desta localidade: a indústria moageira, a tanoaria, a reparação naval e a actividade marítima. Estas representações heráldicas não são meros apontamentos gráficos, mas identificam o carácter predominante da industrialização na identidade colectiva e reflectem uma parte importante do seu tecido socioprofissional e económico. Exemplos

⁴² FLORES, Alexandre M. – *Almada e sua circunscrição municipal...*, p.70

⁴³ IDEM – *Ibidem*, p.71

⁴⁴ IDEM – *Ibidem*, p.73 e 78

concretos de que, para os piedenses, a sua indústria e o operariado a ela ligado, detêm, na sua história e memória colectiva, um estatuto de merecido destaque e de valorização.

Como elementos importantes de um património representativo do seu percurso histórico encontramos a fonte medieval do Pombal, fontanário datado do século XIV, a capela de Sto. Antão, na Ramalha, lugar de culto religioso desde o século XV, a igreja de N^a Sr^a da Piedade, reconstruída e ampliada após o terramoto de 1755. Como exemplos mais recentes, e de uma época ligada à industrialização e à tecnologia do ferro, podemos citar o *chalet* Gomes, de estilo profundamente influenciado pela construção além fronteiras, nomeadamente suíça, onde o industrial António José Gomes morou; o seu palácio, morada de família, casa senhorial construída segundo o estilo neoclássico, apresentando uma fachada simétrica, com varandas de ferro forjado no primeiro andar, e as estátuas que rematam superiormente a platibanda, com motivos alusivos à actividade industrial; o coreto existente no Largo do jardim público, construído em homenagem à vitória liberal; a nora de ferro da quinta dos Gomes.



Foto 4 – Chalet, fachada principal, Largo 5 de Outubro, centro histórico da Cova da Piedade, Março 2010
(Autora: Conceição Toscano)



Foto 5 – Palacete António José Gomes, Largo 5 de Outubro, centro histórico da Cova da Piedade, fachada principal; actualmente sede da SFUAP, Março 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 6 – Palacete António José Gomes, fachada lateral, Março 2010 (Autora: Conceição Toscano)

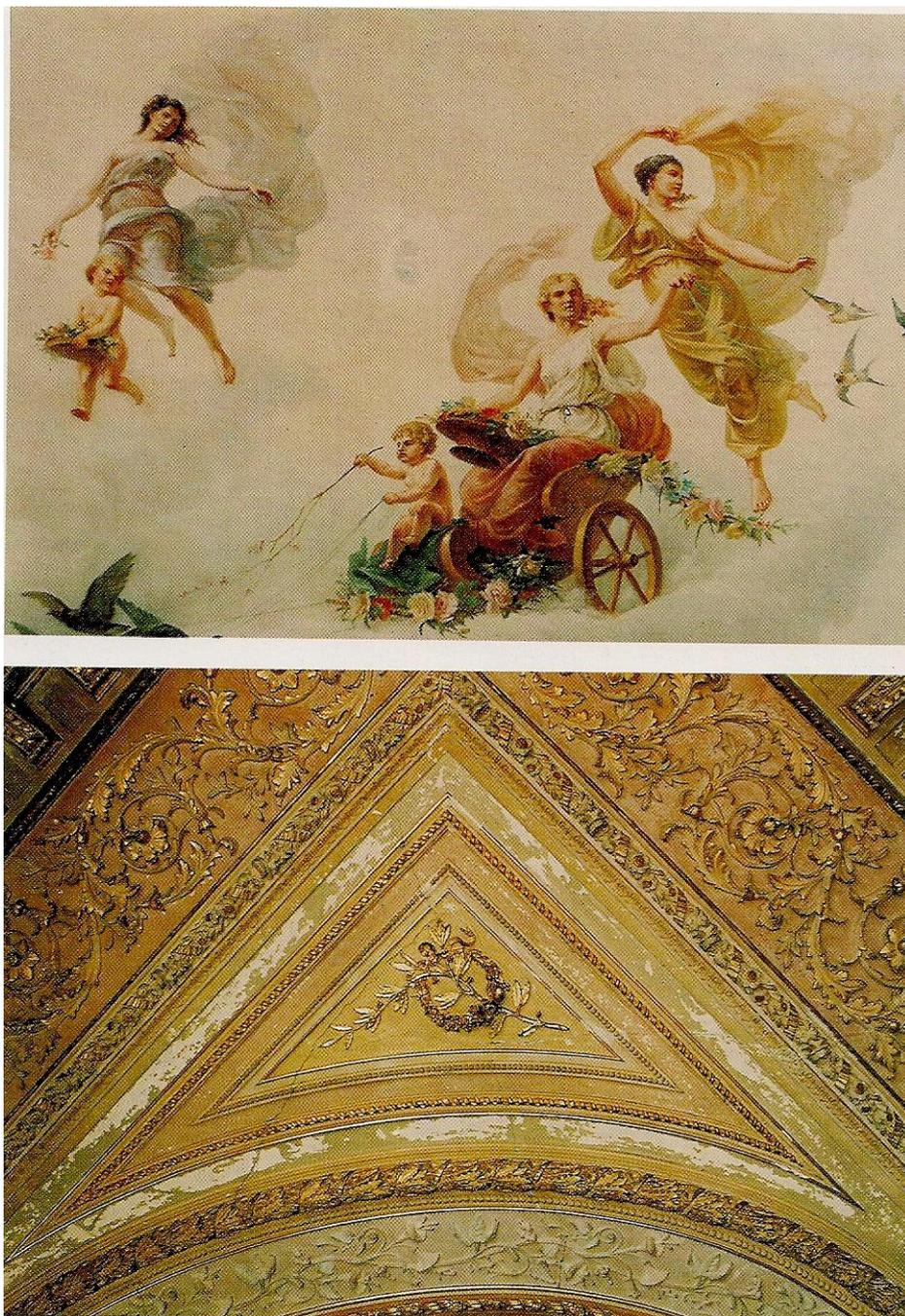


Foto 7 – Reproduções do tecto do palácio Gomes, in FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, p.70



Foto 8 – Coreto, Largo 5 de Outubro, centro histórico da Cova da Piedade, Março 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 9 – Nora em ferro, dita de Eiffel, situada nos terrenos da Escola dos 2º e 3º ciclos do ensino básico Comandante Conceição e Silva, Cova da Piedade, sem data (Fonte: <http://www.eb23-cmdt-conceicao-silva.rcts.pt/nora.htm> [acesso em 05-10-2010])

Partindo do tecido construído tradicional⁴⁵, extremamente importante na estruturação da Cova da Piedade como comunidade, podemos acompanhar a evolução histórica, num percurso patrimonial que espelha as alterações económicas e define o sistema de referências históricas locais, desde a ligação do piedense às actividades agrícolas e de carácter artesanal e de proto-industrialização até à recente indústria, com a paisagem referenciada pelos marcos urbanos da época mais recente de evolução tecnológica: o conjunto da fábrica de moagem do Caramujo e dos silos de armazenagem e o imponente pórtico da Lisnave. Emoldurando a zona estuarina, demarcam territorialmente a área de futuras intervenções de revitalização urbana, assegurando que o desenvolvimento sustentável de uma comunidade não pode virar costas ao seu passado, mas deve sempre alimentar-se das suas vivências de ontem como seiva enriquecedora das raízes que possibilitam o crescimento e fortalecimento de uma identidade colectiva.

2. Moldura social e cultural ontem e hoje

2.1. O associativismo

“O associativismo representa uma das mais fortes tradições populares de Almada. Uma herança cultural a testemunhar, hoje, que a união faz a força e que, ontem, na solidariedade, na recreação, no convívio [...] se ganhou a consciência colectiva de cada almadense. Uma das raízes culturais mais ricas para alimentar um projecto de sociedade em que «cada um entrega o melhor de si para colher o melhor da comunidade».”⁴⁶

Carlos Abreu e Francisco Branco

A Cova da Piedade seria uma das freguesias onde se sentiria com maior pertinência um quadro de evolução profunda, a nível ambiental e industrial, com consequências de ordem desequilibrante em termos sociais e culturais, motivado pelo crescente desenvolvimento industrial e a colateral afluência de correntes migratórias,

⁴⁵Objecto de protecção municipal

⁴⁶ ABREU, Carlos e BRANCO, Francisco (coord.) – *O associativismo. Tradição e arte do povo de Almada*, p.7

oriundas de diferentes pontos do país, particularmente do Alentejo, Algarve e também do Ribatejo e Beiras, para além das vastas terras rurais envolventes.

Quem chegava, vindo de um mundo rural e artesanal, via-se engolido numa dimensão diferente, com valores representativos que os afastavam de quem já cá pertencia. Sós, vivendo em precárias condições, sem traços identificativos à terra que os acolhia e aos seus vizinhos, como construíram algo que os unisse numa vivência conjunta nesse local que começou por ser somente o do posto de trabalho e em lar e “terra” se tornou? Como criar laços de partilha e de vizinhança com quem também chegou e igualmente com quem já cá vivia? Em que bocadinho do tempo, que poderia eventualmente restar após as longas jornadas de trabalho operário desde que o sol nascia, se poderiam ter construído redes de convívio ou rememoração das raízes deixadas para trás ou terem evoluído costumes, usos e hábitos tão diversos e diferentes dos existentes localmente para outros onde os traços de identificação foram nascendo e se solidificando?

Sendo tantos iguais nas condições de trabalho e também nos gostos que permaneciam em cada qual, as necessidades de sobrevivência e de procura de estabilidade identitária e social, foram construídas em grande parte devido ao movimento associativo, nomeadamente através da pertença a associações de carácter lúdico, ligadas à cultura e ao desporto. Um dos caminhos possíveis, para a construção de laços de sociabilidade entre gentes de origens tão diversas, foi a constituição de associações com objectivos comuns. Em torno desta congregação de esforços se foram instituindo novas memórias que ainda hoje perduram como fundamentais na constituição de uma identificação colectiva da comunidade.

Podemos encontrar na base de funcionamento destas organizações o gérmen das ideias democráticas e a união numa corrente de pensamento, que radicava nos ideários do povo trabalhador, aos seus desejos de uma vida de melhores condições sociais e políticas e também culturais e morais.

Particularmente importante e fundamental assume-se a actividade de uma associação em concreto: a SFUAP – Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Podemos considerar que, à volta do primeiro objectivo cultural da sua formação, criação de uma banda de música, se criaram laços de sociabilidade entre operários, corticeiros, metalúrgicos, moageiros, e mais tarde, da indústria naval, já residentes na zona e também vindos de fora, mas também com demais pessoas de Almada, das mais variadas

classes e profissões, desde comerciantes a intelectuais, sentimento saudável em torno de algo que não conhece nem barreiras sociais, nem geográficas – o amor à música; mais tarde, ao teatro, ao desporto e à educação. E igualmente a vontade de contribuir para o desenvolvimento cultural e social dos seus membros, através de actividades recreativas e artísticas, o que fomentou a união entre gentes tão diversas.

A SFUAP é uma das associações representativas do espírito associativo do concelho de Almada. Cultural e socialmente está indelevelmente ligada à evolução da Cova da Piedade, nomeadamente estando a sua sede instalada num dos mais emblemáticos edifícios do património piedense: o palacete de António José Gomes, o industrial, com o seu nome ligado ao apoio à colectividade e a algumas das suas mais prestigiosas e ambiciosas obras na área da cultura, desporto e educação. António José Gomes assumiu-se como protector da banda filarmónica da Associação e do seu grupo cénico, para além de ter fundado a primeira escola primária da Cova da Piedade, suportando financeiramente os custos do vestuário e dos livros dos alunos – a vida deste homem extravasava o plano profissional do empresário, como proprietário da fábrica de moagem sita no Caramujo, para todas as vertentes a nível social e cultural da povoação.



Foto 10 – Escola António José Gomes, fachada principal, Cova da Piedade, Avenida António José Gomes, Abril 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 11 – Pormenor da porta mostrando a placa, escola António José Gomes, Abril 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 12 – Busto erigido (pela população, em 1936) em homenagem a António José Gomes, Largo 5 de Outubro, Cova da Piedade, Março 2010 (Autora: Conceição Toscano)

Podemos considerar que a SFUAP foi essencial na constituição da identidade desta terra, pois congregou no seu seio, numa comunhão de anseios, gentes tão variadas, e moldou-os de uma forma unida, em prol da construção de ideais e esforços comuns, construindo ou reforçando o seu património cultural e artístico e assegurando a preservação do seu património edificado à colectividade ligado, nomeadamente o coreto, a sede do teatro, instalações desportivas e, actualmente, o palacete.

No ano de 1889 ocorreria um acontecimento importante para o desenvolvimento futuro de Cacilhas e toda a vida do concelho de Almada: eram inauguradas as carreiras regulares Cacilhas – Cais do Sodré – Cacilhas. A partir desta data, a Outra Banda ficaria mais perto da capital do Reino. Lisboa atrairia a passagem para o lado de lá, abrindo as portas para “os empregos de comércio, de costura de fãncaria, de indústrias nascentes e dos transportes”⁴⁷. No entanto, a ligação cultural continuaria inexistente. Facto incomodativo e impeditivo para a população da margem sul que aspirava a estudar, a aprender música, a ajudar-se mutuamente.

Para colmatar essa falta e ocupar os seus tempos livres, ainda decorria o ano de 1889 quando alguns jovens cidadãos da Cova da Piedade resolvem constituir uma associação – a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense. Esta realização não se pode dissociar do movimento operário, visto os seus músicos serem na grande maioria desta origem laboral.⁴⁸

“Foi assim que José António Gomes, moageiro, Domingos da Saúde, corticeiro, Daniel Andrade, tanoeiro, Joaquim Francisco Caramelo, corticeiro, Manuel Tavares e António de Araújo, de que desconhecemos as profissões, e ainda um horticultor florista das Barrocas⁴⁹, Salustiano Andrade Paiva e um pequeno industrial de cortiça do Caramujo, António Vicente Padrão, decidiram com o entusiasmo de Artur António Ferreira de Paiva, professor de música e residente no Caramujo, fundar uma nova colectividade. Era preciso dar-lhe um nome. Sociedade já se vê...E Filarmónica, pois havia de ter uma Banda. E já agora, pois se eram homens de vários ofícios, de várias artes, e se iam unir para criar a colectividade haveria de deixar no nome essa união. Por

⁴⁷ CASTANHEIRA, Alexandre – *Cidadão a tempo inteiro*, p.41

⁴⁸ FLORES, Alexandre M. – *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, p.283

⁴⁹ Barrocas: sítio compreendido entre o território do Alfeite (pertencente ao Laranjeiro) e a Avenida 23 de Julho (troço da Estrada Nacional 10 entre as duas localidades), desde o Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade

que não União dos artistas, ou melhor, União Artística? Quanto à terra, entenderam que era tempo de transferir o privilégio que até ali tinha tido o Caramujo para o novo centro operário da Piedade e chamar-lhe pois Piedense”⁵⁰.

Um dos seus maiores beneméritos, e acompanhante desde os primeiros tempos, António José Gomes, acreditava que as actividades lúdicas e recreativas afastariam os operários, no seu dia a dia tão difícil, dos locais de convívio mais procurados habitualmente, as tabernas. Manteria uma grande simpatia pela colectividade de cultura e recreio, a qual ajudaria pecuniariamente, com a contrapartida da manutenção da banda filarmónica. “Ele reconhecia que a «Sociedade» contribuía, em relação, ao movimento associativo da época, para o enriquecimento do recreio, convívio e instrução, para a elevação cívica das populações”⁵¹. O jornal «O Almadense» referia, em 28 de Outubro de 1928, num artigo de Jaime Ferreira Dias, que a SFUAP fazia a educação musical de centenas de jovens que lhe deviam a sua formação cultural e artística⁵².

O ingresso na banda filarmónica constituía “um sonho, uma alegria ou uma festa das classes mais desfavorecidas”⁵³, era uma promoção social e um acesso à cultura, não se perdendo as suas raízes, mas potenciando a entrada da comunidade trabalhadora operária num outro mundo, mais culto e com outros conhecimentos, devido ao convívio com a pequena burguesia.

Um percurso que ainda continua nos dias de hoje, com a sua escola de música a funcionar na sede instalada no edifício construído por António José Gomes. Escolha mais do que acertada para acolher a sede de uma associação que se alimentou das vontades lúdicas dos trabalhadores da indústria e lhes proporcionou um outro alimento – o desenvolvimento da sua personalidade, culturalmente, mas também lhes proporcionando o saber necessário para crescer socialmente como indivíduos e como força colectiva.

A história desta associação, o seu percurso de cento e vinte anos, corporiza o diálogo entre um passado e um presente, contribuindo para a contínua consolidação de laços colectivos em torno de sociabilidades e tradições.

⁵⁰ CASTANHEIRA, Alexandre – *Cidadão a tempo inteiro*, pp.41-42;

⁵¹ FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: o homem e o industrial*, p.88

⁵² Citado por Alexandre M. Flores na obra citada na nota anterior, pp.88-89

⁵³ FLORES, Alexandre M. – *Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário...*, p.284



Foto 13 – Vista parcial do Largo 5 de Outubro, destacando-se o palacete da família Gomes e a Banda da SFUAP, 1989, in FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: o homem e o industrial*, p.118

Trabalhando no presente, pensando no futuro, nos finais do século XX, houve que levar em conta os novos modos de ocupação dos tempos livres, consequência do progresso tecnológico e evoluções da cultura de massas, tentando evitar a redução da atracção das associações de carácter recreativo e cultural, fomentando um renascer do espírito associativo, criando novas condições de acolhimento por parte das colectividades, melhor adaptadas e ajustadas às novas vivências. Encontros, colóquios, inquéritos foram as ferramentas utilizadas para despertar consciências e originar vontades, relembrando os tempos dos pioneiros, mas percepcionando os anseios dos novos jovens cidadãos, integrados em meios urbanos, com evidente destruição de relações de vizinhança e consequente perda de identidade.

Neste redimensionamento das matrizes identitárias nas sociedades dos nossos dias, com maior urgência há que retornar aos esquemas associativos de outrora, numa procura de reequilíbrio entre o novo e o velho, numa tentativa de alcançar uma justa mediação entre as identidades sociais tradicionais e a cedência a outras momentâneas ou não. A construção harmónica dos indivíduos continua a ser o objectivo e, nessa intenção, é fundamental a existência de vínculos e compromissos duradouros, contrariando a tendencial atomização da vida colectiva.

Desde as origens humildes e de sonho de fruição da música e dos primeiros ensaios de marcha ao som da banda a tocar, até aos dias da actualidade, procurando satisfazer as novas necessidades socioculturais, através do associativismo, a SFUAP continua a ser uma das organizações que, na Cova da Piedade, revela um dinamismo fundamental, mesmo na área da música e não somente através do desporto, contrariando algumas opiniões que atestavam que somente a cultura física de massas podia actualmente desempenhar o papel outrora confiado às filarmónicas.

Hoje como ontem, e fazendo prova de um valor interiorizado dentro do seio da comunidade piedense, a Banda Filarmónica da SFUAP, actua nas festas da freguesia, no Largo 5 de Outubro, no seu coreto, nos festejos do Carnaval e bailes, desfila nos dias de feriado e comemorações, revelando um poder de valência memorial na história da localidade e do concelho de Almada e a vontade de muitos em preservar esse património cultural e o ir mantendo, através da repetição e utilização da sua função musical de recreação e cultura, posto que vista como essencial à vida colectiva na vertente artística e social, apoiando igualmente a vertente religiosa das festividades.



Figura 1 – Programa da popular revista «Senhora d'Agonia», Dezembro de 1948. Nos finais da década de 40 do século passado, o espectáculo de revista constituía um dos maiores êxitos da SFUAP , in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.178

2.2. Sociabilidades e tradições

Se o futuro se vai construindo todos os dias, o passado também se vai esquecendo e perdemos as nossas raízes se não for preservado no progresso desejado. Conservando e defendendo a memória, cria-se a consciência colectiva.⁵⁴ E essa memória colectiva é feita não somente de grandes acontecimentos, mas igualmente de feitos locais de grandes homens ou de simples cidadãos, de evoluções e transformações, gestos, decisões, realizações, alimentando-se de tradição, rituais e, enfim, de todo o quotidiano.

Os valores perpetuados simbolicamente não estão esquecidos e são regularmente celebrados nas festas locais, relembrando que a nossa história é viva e se constrói todos os dias, não somente sendo objecto de ritos de evocação, como as comemorações, mas igualmente através da transmissão de usos e costumes, concertos, exposições, festas de beneficência, de homenagem, de confraternização e programas de aniversário, organizados pelas várias associações.



Foto 14 – Burricadas na Cova da Piedade, por volta de 1900, vendo-se a subida das Barrocas a partir do antigo Largo da Piedade, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, capa

⁵⁴ CASTANHEIRA, Alexandre – *Romeu Correia – Memória viva de Almada*, p.22

As burricadas na Outra Banda eram muito apreciadas pelos lisboetas. Iniciavam o seu percurso em Cacilhas, podendo ir até ao Alfeite. Hoje são recriadas todos os anos, em eventos organizados pelas associações das freguesias de Cacilhas e da Cova da Piedade em parceria com o poder local, relembrando novamente os passeios de ambiente típico, de alegre folia, ligados aos petiscos e ao fado.

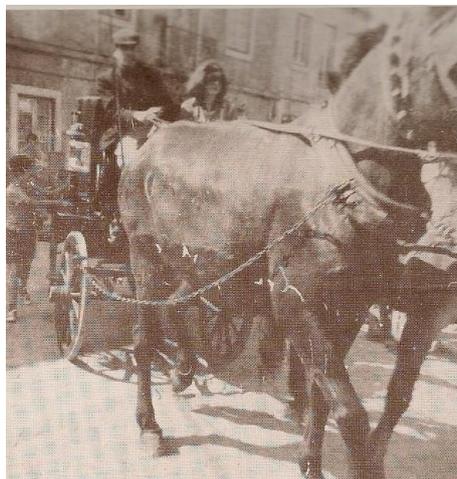


Foto 15 – “Desfile popular, recordando um antigo transporte, a ‘charrete’, puxada por muares à volta do jardim da Piedade”, anos 60 do século XX, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.162

No último domingo de Agosto, ocorrem as festas populares em honra da N^a S^a da Piedade. Estes festejos têm sido celebrados desde meados do século XVIII. Após um interregno de dezanove anos, as festas ocorridas em 1965 tiveram um grande impacto na população, ficando registadas na memória colectiva as atracções então organizadas pela Comissão de Festas da Cova da Piedade, constituída por representantes de todas as colectividades da freguesia, com o patrocínio da autarquia.

“Os festejos [...], abrilhantados pelas bandas filarmónicas do Concelho, possuíam luz, cor, música e alegria. Havia largada de pombos, girândola de foguetes, bailes, variedades, concertos musicais, provas de atletismo e ciclismo para populares, exibição de ranchos folclóricos e outras atracções. O lucro da sessão de variedades (31 de Agosto de 1965) revertia a favor da manutenção da creche para filhos de operários. A feira popular era muito concorrida pelas populações, devido aos divertimentos e às barracas de “comes e bebes”.”⁵⁵

O cerne principal das festas da comunidade piedense era o culto a N^a S^a da Piedade, realizando-se a procissão, após saída da Igreja, através da Avenida António

⁵⁵ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.162

José Gomes em direcção à Mutela e ao Caramujo, parando no Largo da Romeira e regressando pelo Largo da Piedade; hoje em dia o trajecto já se alterou, com a passagem do cortejo religioso por outras artérias da terra. Esta parte religiosa das festividades era seguida e complementada pela vertente popular e pagã, de arraial e baile.⁵⁶



Foto 16 – Festas populares em honra de N^a S^a da Piedade, 28 de Agosto a 5 de Setembro de 1965, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.160

Grandiosas Festas em Honra de N.^a S.^a da Piedade

NA COVA DA PIEDADE

Com o patrocínio da Câmara Municipal de Almada, Junta de Freguesia e Comissão de Festas da Cova da Piedade (constituída por representantes de todas as colectividades da freguesia), realizam-se de 28 de Agosto a 5 de Setembro de 1965 os tradicionais festejos, após um interregno de 19 anos.

PROGRAMA

<p>SABADO, 28</p> <p>A's 7 horas—Inauguração de 21 horas.</p> <p>A's 11 horas—Inauguração da revista da Feira Franca pelo Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara J. de Almeida, e discursos seguidos do concerto. Seguido do desfile de Importe e Bandas de militares de honras coroados cedidos pelo CLUBE COLMARENSE PIENSESE.</p> <p>A's 11,30 horas—Exibição do Rancho Regional MARISOL dos Tecelões da Cova da Piedade.</p> <p>A's 12,30 horas—Espectáculo de Varridoses, toda a Mar com artistas do concelho de Almada e Banda Ralmer conceituada de grande valor, actuando a sangalhar com o grupo MELCOT 2188 com o vocalista Rómulo Mendes.</p> <p style="text-align: center;">ARRAIAL até de Madrugada</p>	<p>DOMINGO, 29</p> <p>A's 9 horas—Prova ciclista Baltasar Rocha com percurso de 10 quilómetros, para corredores e membros (distância: 3 voltas) local, Baltasar Rocha, Jampa Pereira e Paulo Ribeiro, respectivamente para a 1.^a, 2.^a e 3.^a etapas, recebendo as 10 primeiras classificações medalhas e discursos seguintes. A partida é dada no ponto e no Largo 3 de Outubro.</p> <p>A's 11 h.—Festa cantada no Largo da Piedade da 17 h.—Terço na Capela do Bairro, da 18 h.—Saída do procissão de N.^a S.^a da Piedade, da Capela do Bairro para a Igreja Paroquial, da 19,30 h.—Sermão pelo Reverendo Padre Elzeir, P. S.—Festa em honra de um pai que nos aponta, com o encerramento as suas festas, com cachaça.</p>
<p>SEGUNDA, 30</p> <p>A's 21,30 horas—Apresentação e exibição da Marcha do Matadouro (Praga) que este ano obteve grandes sucessos onde actuou.</p> <p style="text-align: center;">ARRAIAL</p>	<p>TERÇA, 31</p> <p>A's 11,30 horas—Apresentação e exibição do Rancho FOLCLORICO DE SINAVANTE.</p> <p>A's 22,00 horas—Estreia de um espectáculo de variedades com diversos artistas de primeira linha da Rádio e T. V. com os dançadores mais queridos do público: Bandas Gaitadas e Modistas Iguais, que deram de trabalhar ao Norte, admiração para serem agendadas nos habitantes de nossa terra.</p>
<p>QUARTA, 1</p> <p>A's 21,30 horas—Concerto no Jardim Público pela Banda da</p> <p style="text-align: center;">Sociedade União Artística Piedense</p> <p style="text-align: center;">ARRAIAL</p>	<p>QUINTA, 2</p> <p>A's 21,30 horas—Apresentação e exibição do</p> <p style="text-align: center;">Rancho Folclórico do Carfaxo</p>
<p>SEXTA, 3</p> <p>A's 22 horas—Distribuição de prémios, classificação de sinistras expostas, janelas floridas e iluminadas de toda a Freguesia da</p> <p style="text-align: center;">Cova da Piedade</p>	<p>SABADO, 4</p> <p>A's 21,30 horas—Concerto pela Banda de Música da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almudense</p> <p>A's 22,30 h.—Exibição do GRUPO DA CASA DO ALBERTO</p> <p style="text-align: center;">ARRAIAL</p>
<p style="text-align: center;">DOMINGO, 5</p> <p>A's 8 horas—Começam a partir da corredores inscritos ao grupo denominada UNIO DE PIENSE com pontos de 100 metros, ficando o taca, medalhas e outros prêmios para equipes e corredores melhores classificados. A's 10 h.—Concertamento de Músicas em ruas da freguesia e chegada as festas da Junta.</p> <p>A's 12 h.—Homenagem, junto do busto do grande benemerito Piedense ANTONIO DE ALMEIDA, por Joana de Antas ao seram.</p> <p>A's 18 horas—Desfile dos representantes das colectividades do concelho de Almada, cuja concentração se efectua no Largo da Capela do Bairro, seguida para a Praça João Francisco de Cortes, onde, na Tribuna de honra estarão as autoridades locais.</p> <p>A's 21 h.—Encerramento das Festas com lançamento de fogos de artifício, por um dos melhores pirotécnicos do país.</p>	

Figura 2 – Programa das festas populares em honra de N^a S^a da Piedade, realizadas de 28 de Agosto a 5 de Setembro de 1965, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.160

⁵⁶ GERNHCA – *Estudo dos núcleos históricos do concelho de Almada: Caramujo e Romeira*, p.106



Figura 3 – Vinhetas das festas da Piedade, anos de 1968 e 1970, onde estão bem patentes as atrações populares, representativas dos gostos e tradições das gentes da terra, FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.162

Igualmente tradicionais como as festas populares e as famosas burricadas de Cacilhas à Piedade, a nível local e concelhia surgiam outras manifestações de cariz profano. Conhecê-las é seguramente aprofundar o conhecimento da identidade colectiva desta região, pois são testemunhos relevantes de um património cultural.

Alguns têm certamente um carácter local, nomeadamente a «Maia» (de reminiscência rural, provavelmente introduzida pelos migrantes vindos do sul do país): no primeiro dia do mês de Maio, as mulheres da Vila Maria da Conceição, na Romeira, confeccionavam uma boneca de pano em tamanho natural, vestida de branco, com um chapéu de palha com fita branca com malmequeres e um cesto de flores e sentavam-na à entrada da Vila. A boneca simbolizava a Primavera e o objectivo desta encenação comemorativa era “arranjar” uma esposa ao Maio, que no imaginário popular era um homem. Colocavam-se três figos na mão da referida boneca para que se prevenisse contra este homem. Este costume manteve-se durante décadas.⁵⁷

⁵⁷ GERNHCA – *Estudo dos núcleos históricos do concelho de Almada: Caramujo e Romeira*, p.104



Foto 17 – A «Maia» - tradicional festa popular realizada pelos moradores da Cova da Piedade (foto dos anos 70 do século XX), in FLORES, Alexandre M. – *Almada Antiga e Moderna...* , p.44

Outra prática muito apreciada era o «Judas»: um boneco feito em palha, de dimensões naturais, vestido com roupas de homem, pedidas de porta em porta pelos elementos masculinos dos lugares da Romeira e do Caramujo; era baptizado com o nome de uma pessoa conhecida publicamente. O Judas ficava pendurado numa forca durante a noite de sexta-feira da Paixão, no Largo da Romeira, sendo retirado na manhã de sábado, arrastado pelas ruas da Romeira e Caramujo a arder, enquanto as mulheres incitavam este ritual; o boneco era espancado no trajecto. Este foi um dos costumes que mais tempo perdurou na comunidade.⁵⁸

Igualmente popular era o S. João na Romeira, com a realização de festas com bailes à volta das fogueiras que ardiam durante toda a noite, no Largo da Romeira e na Vila Maria da Conceição; a população aqui se juntava, cantando quadras ao despique e efectuando rituais no rio.

A «serração da velha» era tradicionalmente realizada na semana após o Carnaval e simbolizava todas as atitudes criticáveis numa mulher, desde o adultério à má gestão do lar.⁵⁹ Em 1939 realizou-se na Cova da Piedade uma das melhores festas de sempre, abrilhantada por fanfarras e andores. Não se efectuou mais devido aos elevados custos.⁶⁰

Mais à escala concelhia ou nacional surgem as cegadas, por exemplo. Ligadas às festividades carnavalescas, desde os finais do século XIX que faziam parte das festas

⁵⁸ GERNHCA – *Estudo dos núcleos históricos do concelho de Almada: Caramujo e Romeira*, pp.104-105

⁵⁹ IDEM – *Ibidem*, p.105

⁶⁰ FLORES, Alexandre M. – *Carnaval em Almada: abordagem histórico-antropológica*, p.75

populares no concelho de Almada. Na época do Carnaval “estes espectáculos ou «teatros de rua», dinamizados por irreverentes cegantes com grotescas roupas, constituíam um excelente instrumento de denúncia social, sobretudo nos meios rurais”, representadas quer na rua quer nas associações recreativas.⁶¹



Foto 18 – Moradores da Mutela, na Cova da Piedade, no Carnaval de 1979, exemplificando as famosas «cegadas», in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.44

Estas iniciativas populares, que de repetidas se transformaram em costumes e hábitos, hoje em dia são apenas transmitidas através da memória oral dos mais idosos em muitos casos. Nas últimas décadas, principalmente a partir do derrube do Estado Novo, que muitas vezes actuava repressivamente contra estas manifestações de espontâneo carácter popular, algumas folias foram sendo reactivadas e quase ressuscitadas nas colectividades, infelizmente por vezes em festas com carácter quase oficial.⁶²

Algumas das associações assumiam um importante papel ao nível da sociabilidade musical e dançante. Um dos bailes organizados nestas agremiações era o «baile da Pinhata», cuja festa se realizava no primeiro domingo da Quaresma, quebrando-se uma enorme e fantasiosa pinha. Ainda hoje é uma das principais atracções tradicionais nos festejos carnavalescos.⁶³

⁶¹ FLORES, Alexandre M. – *Carnaval em Almada: abordagem histórico-antropológica*, pp.77-78

⁶² IDEM – *Ibidem*, p.95

⁶³ IDEM – *Ibidem*, p.65



Foto 19 – «Baile da pinhata», na SFUAP, nos princípios dos anos 90 do século passado, FLORES, Alexandre M. – *Carnaval em Almada: abordagem histórico-antropológica*, p.67



Foto 20 – Festividades do Carnaval, Almada, 1994 – desfile do Grupo de Zés Pereiras na abertura do grande Corso Carnavalesco (entrecruzar de representações populares, desde os tradicionais cabeçudos e rufar dos tambores ao desfile à moda do Samba-Brasil), in FLORES, Alexandre M. – *Carnaval em Almada: abordagem histórico-antropológica*, p.96

Na actualidade, estando quase desfeitas as tradições espontâneas, assistimos aos bailes, representações de antigos hábitos (como as burricadas), mas também à introdução de novas representações visíveis nos desfiles de máscaras e nos cursos carnavalescos, concursos e exposições. Certo é que as associações do concelho apostam no reaparecimento das cegadas e na «serração da velha» e têm mantido o popular e apreciado «baile da pinhata», para além de se presenciarem por vezes o «enterro do bacalhau», tradição que tem reconquistado um lugar merecido nas festividades populares, não somente a nível concelhio.

A história das comunidades é viva e dinâmica. Reavivar as tradições e os costumes daqueles que nos antecederam é contribuir para a contínua construção da memória colectiva, pois representam seguramente valores de um património cultural específico da sua própria trajectória histórica e social como comunidade.

II – O tempo passado – séculos XIX e XX

“Obra pioneira do ciclo do betão em Portugal, exemplo emblemático de uma arquitectura industrial, que a nível nacional não teve a continuidade que seria de esperar, a partir da divulgação feita nos periódicos e no meio especializado, uma evolução contínua e segura no sentido de uma expressividade moderna das formas e dos materiais, a fábrica do Caramujo assume-se, pontualmente, como referência significativa, mesmo no panorama internacional.”⁶⁴

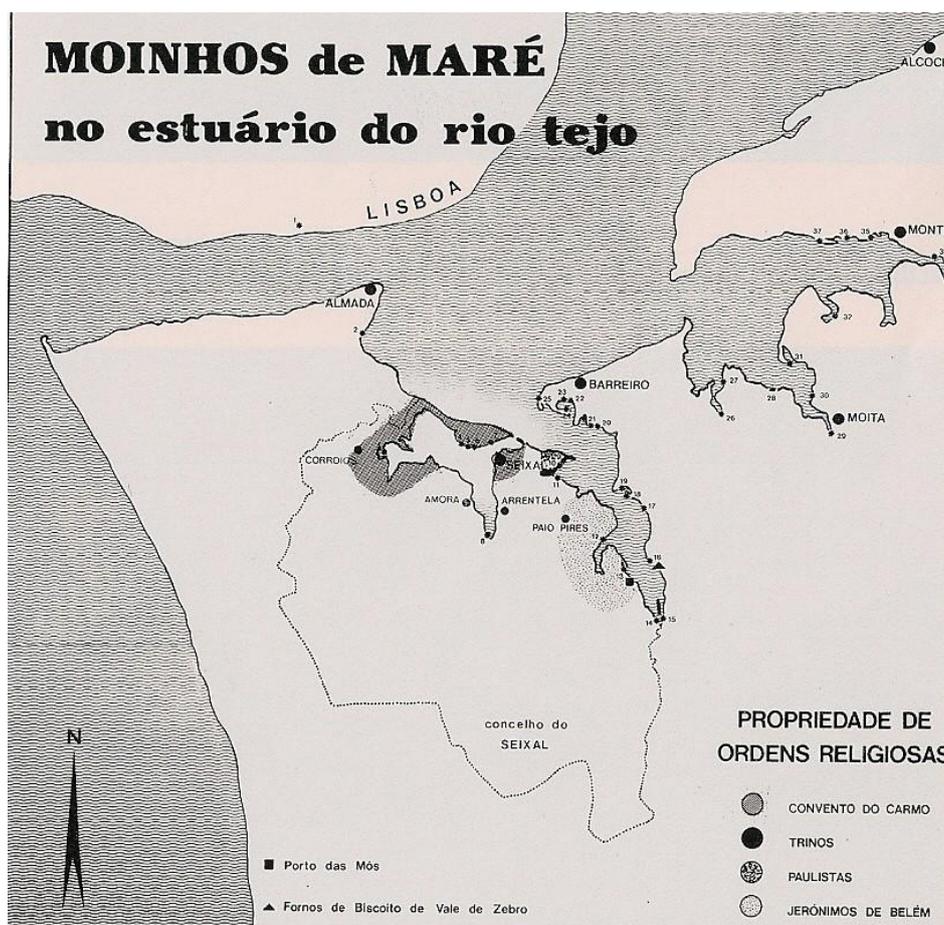
António Maria dos Anjos Santos

⁶⁴ SANTOS, António Maria dos Anjos – *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, p. 297

1. Abordagem histórico-económica da indústria da moagem

“Possivelmente, a expressão mais característica da procura deliberada do homem medieval de novos e mais eficazes meios de produção pode ser encontrada na história dos moinhos e da moagem.”⁶⁵

Rondo Cameron



Mapa 3 – Mapa que apresenta os moinhos de maré do estuário do rio Tejo, evidenciando a sua integração na área de influência económica da cidade de Lisboa, in NABAIS, António J. C. Maia – *Moinhos de maré – património industrial*, p.27 e II

No quadro geográfico e económico que já apresentamos da Cova da Piedade, podemos perceber as boas condições para o estabelecimento de moinhos de maré, inseridos numa vasta região de orgânica rural, nos tempos da Idade Média. Para além do

⁶⁵ CAMERON, Rondo – *História económica do mundo: De uma forma concisa, de há 30 000 anos até ao presente*, p.93

factor natural (terrenos alagadiços e grandes possibilidades de retenção de águas), outros factores, devidos principalmente à proximidade de Lisboa, potenciaram a construção dos moinhos de maré.⁶⁶

A orografia da região facilitou também a instalação dos moinhos de vento, localizando-se estes, principalmente, a oeste do concelho de Almada.⁶⁷ Estes sistemas ocupam, no entanto, uma posição secundária no complexo moageiro da margem sul do rio Tejo, “em virtude da sua produção ser menor e de se localizarem em lugares menos acessíveis ao transporte, pelo que a sua produção se destinaria principalmente ao consumo local.”⁶⁸

Concentrando os nossos estudos nas origens da industrialização moageira local, no Caramujo, podemos afirmar que o estuário do Tejo desde cedo constituiu um importante centro moageiro, onde estas estruturas robustas se destacavam em terrenos que pertenciam ao concelho e termo de Almada. Inclusive o mais conhecido dos moinhos de maré a nível nacional, o de Corroios, pertenceu ao concelho almadense até 1836.



Figura 4 – Moinho de maré de Corroios; figura extraída de PIMENTEL, Alberto – *A Extremadura Portuguesa*, 2ª parte, Lisboa, 1908, in NABAIS, António J. C. Maia – *Moinhos de maré – património industrial*, p.V

Os moinhos de maré destacam-se nesta conjuntura da produção moageira da margem sul do Tejo, devido à quantidade de farinha moída e à facilidade de escoamento através de transporte fluvial. Ainda hoje se podem observar algumas destas estruturas

⁶⁶NABAIS, António J. C. Maia – *Moinhos de maré – património industrial*, p.41

⁶⁷ CUSTÓDIO, Jorge – «Almada mineira, manufactureira e industrial», p.129

⁶⁸ SILVA, Francisco - «Moinhos de vento no concelho de Almada», p.143

nos concelhos que têm margens estuarinas – Seixal, Barreiro e Montijo. No concelho de Almada, mais especificamente na zona da Mutela, há notícia da existência de apenas um exemplar, demolido na sequência das obras de construção da Avenida Aliança Povo MFA (ligação rodoviária de Cacilhas à Cova da Piedade), no início da década de 50 do século passado.⁶⁹

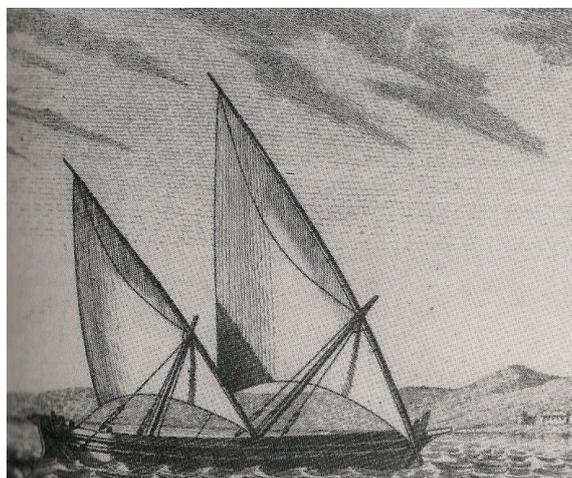


Figura 5 – “Barco dos moinhos”: embarcações que transportavam a farinha desde os moinhos para Lisboa, in NABAIS, António J. C. Maia – *Moinhos de maré – património industrial*, p.IV

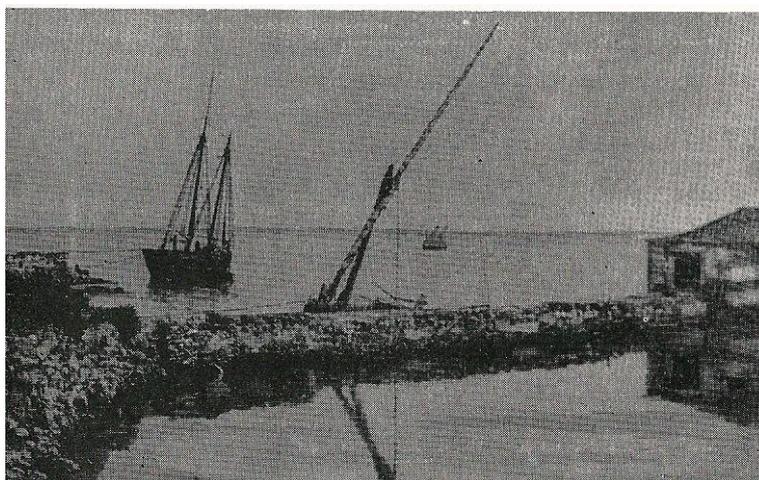


Figura 6 – “O Tejo em frente do Caramujo”, gravura de A. Pedroso, segundo uma fotografia de A. Lamarcão publicada na Revista Illustrada, em 1892, in NABAIS, António J. C. Maia – *Moinhos de maré – património industrial*, p.III⁷⁰

⁶⁹SILVA, Francisco - «Moinhos de vento no concelho de Almada», p.143

⁷⁰ Segundo Alexandre Flores, em *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.49, esta gravura apresenta uma panorâmica da caldeira e parte do Moinho de Maré da Mutela

Local testemunho da evolução da manufactura para a produção através do uso da máquina, todo o estuário do Tejo, não sendo terra de produção de cereais, reunia, no entanto, as condições geográficas para receber, do Ribatejo e do Alentejo, o trigo através do transporte fluvial.

Esta paleo-indústria de moagem iria progressivamente dar lugar às fábricas, com maquinaria importada, desaparecendo gradualmente as antigas estruturas.⁷¹ Os cereais e as farinhas suportavam mal os transportes, sendo conveniente instalar as unidades industriais o mais perto possível dos centros urbanos e das vias de acesso⁷², faltando ao promitente interessado no negócio gastar o mínimo possível com a força motriz.

Na sequência de uma já longa tradição local da moagem de cereais, Manuel José Gomes, um proprietário de vários moinhos entre os quais o da Mutela, e cujos antepassados directos também tinham estado ligados ao moinho de maré de Corroios, assume uma postura arrojada de iniciativa pessoal e estabelece novas técnicas de trabalho. “A fábrica – o edifício – tendia a assimilar e a integrar todas as fases de produção, sendo necessário desenvolver um programa arquitectónico que respeitasse as exigências de uma produção mecanizada. A época das manufacturas substituíam-se por um período mecanizado, em que as próprias máquinas se alteravam (a nível formal e dos próprios materiais utilizados), agrupando-se por infindas secções. Os edifícios industriais convertiam-se à imperiosa necessidade de integrar com rentabilidade o sector energético com o produtivo num mesmo espaço, garantindo um aumento da produção.”⁷³

Em 1865, este industrial inaugura os edifícios da fábrica e a doca de desembarque de trigo e embarque da farinha no lugar do Caramujo. Pela sua mão, o espaço da Cova da Piedade

⁷¹ Em 1896, Sousa Viterbo reclamava ser tempo de proceder a um inventário dos moinhos, enquanto não fossem aniquiladas as memórias que ainda existissem e que poderiam servir de guia seguro no labirinto do passado. A época era de ideias contraditórias – abraçar incondicionalmente o progresso? Ou reabilitar os antigos métodos de farinação? Certo, para o autor, era que a indiscutível superioridade da indústria moderna, fruto do constante aperfeiçoamento da obra do homem, não “dá direito a olhar com desdém, lançando num offensivo esquecimento, todos os antigos processos e conhecimentos mechanicos.” (VITERBO, Francisco Marques de Sousa – «Archeologia industrial Portuguesa. Os moinhos», p.200). Passados mais de cem anos, acreditamos que esta ideia de vivência a um mesmo tempo de progresso e de tentativa de salvaguarda de testemunhos de épocas anteriores continua a ter uma actualidade polémica.

⁷² Lisboa e a sua Outra Banda estavam localizadas numa potencial zona estratégica para esta implantação.

⁷³ FOLGADO, Deolinda – «Paisagem industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?», p.74

revelava, já na segunda metade do século XIX, uma dinâmica de vigor na crescente industrialização.



Foto 21 – A “forma mais primitiva” da fábrica de moagem do Caramujo, também conhecida por “Moinhos Reunidos”, fundada por Manuel José Gomes em 1865,⁷⁴ e o conhecido “cais da farinha”; FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.73

A família Gomes estava ligada à moagem no estuário desde o início do século XIX. Em 1822 o moinho de maré de Corroios estava arrendado a Maria Maurícia, viúva de José Gomes (pais do industrial Manuel José Gomes). Em 1849, a família Gomes ainda continuava a explorar o moinho de maré de Corroios.⁷⁵ Manuel José Gomes continuaria a gerir vários moinhos situados no estuário do rio Tejo e manteria a titularidade da exploração do moinho de maré de Corroios até 1877.⁷⁶

⁷⁴ Nesta foto conseguimos perceber o esquema construtivo que transformou, ao longo de três décadas a unidade fabril inicial num complexo moageiro: de sul para norte vemos os edifícios geminados, correspondendo à fábrica primitiva; separado destes por um vão, alargamento posterior, de 1872 (onde em 1897 ainda funcionavam a máquina e as mós antigas); por último, o edifício principal, construído por volta de 1889, informações que se podem colher na dissertação de António Maria A. Santos, pp.279-280

⁷⁵ Segundo informação do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu, sobre o registo de licenças é necessário consultar no Arquivo Histórico do seixal o Fundo Câmara Municipal SSCC/C Taxas e Licenças, 03 Livros de Licenças (além do ano de 1849, há registos relativos aos anos seguintes).

⁷⁶ Conforme informações retiradas dos painéis da exposição de longa duração patente no moinho de maré de Corroios intitulada 600 anos de moagem no moinho de maré de Corroios, responsabilidade do Ecomuseu do Seixal.

Começava o início do fim da vida útil dos moinhos de maré. Um capítulo novo anunciava a transição de um sistema de moagem tradicional para um outro pautado por ritmos, dimensões e estéticas diferentes. Mas, apesar da inovação tecnológica introduzida neste sector económico, podemos constatar que se manteria por muitas décadas ainda a actividade artesanal da moagem, segmentando em níveis diferentes a actividade da produção de farinhas, a nível local e nacional.

Somente na segunda metade de oitocentos tinham começado a ser ultrapassados alguns dos factores que levavam ao atraso português na implementação da indústria moageira. Segundo Jaime Alberto do Couto Ferreira é a partir de 1852, com a instalação no poder de homens de negócios, políticos e ideologistas inspirados em ideias inovadoras de «industrialismo» e «livre-cambismo» britânicos, que assistimos ao início de “um vasto programa de modernização do país, que incluía a liberdade de comércio e de formação de firmas individuais, sociedades e companhias para as diversas actividades. Foi então que entrámos na fase da criação e difusão das fábricas de farinha, as *Moagens*.”⁷⁷

Ainda assistiremos, principalmente nos finais de oitocentos, à “luta” entre o sector moageiro, de crescente importância, e a tradicional lavoura, na denominada «Questão Moageira». A moagem industrializada era apontada como lesiva aos interesses nacionais e dos consumidores, sendo instrumento de capitalistas. O Governo, empurrado por sucessivos pareceres e petições, oscilações nos mercados internacionais, bons e maus anos agrícolas, elaborou “uma vasta e complexa regulamentação para a aquisição, armazenagem, circulação e transformação do grão em farinha. [...] O processo moageiro português passou a estar ciosamente vigiado pelos sucessivos organismos que foram criados no seio das *Direcções*, e mais tarde do *Ministério*, responsáveis pela Agricultura.”⁷⁸

Para além dos condicionalismos que entravavam o desenvolvimento da indústria nacional (principalmente de cariz económico)⁷⁹ “a indústria da moagem só ultrapassa em Portugal o carácter artesanal quando, em meados do século XIX, se substitui a velha

⁷⁷ FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – *Farinhas, moinhos e moagens*, p.149

⁷⁸ IDEM – *Ibidem*, pp.211-212

⁷⁹ CASTRO, Armando de – «Fábricas», p.516

mó de pedra por cilindros de metal, que aumentam a capacidade moageira e aproveitam e separam os subprodutos.”⁸⁰

A partir de meados da centúria, surgem várias fábricas de moagem, que ficarão conhecidas, quer pelo nome do seu fundador, quer pelo local de instalação (do Caramujo, por exemplo), e ainda por um nome simbólico ou uma marca.⁸¹

A definição que hoje em dia é mais frequentemente aceite do termo fábrica (com interesse económico-social) “é a de um complexo de instalações no qual um conjunto de pessoas, utilizando maquinismos, realizam determinado ciclo da produção de bens materiais, operando sobre a respectiva matéria-prima e transformando-a.”⁸²

O desenvolvimento técnico, potenciado pela máquina a vapor, alterava a conjuntura de factores determinantes para a fixação das fábricas. A proximidade das vias de circulação começava a ser igualmente importante.⁸³ No caso específico do lugar do Caramujo as condições naturais já existiam e um conjunto de infra-estruturas necessárias a este novo mundo laboral iriam começar a surgir.

Para Deolinda Folgado, um outro elemento igualmente importante, entretanto imposto à industrialização na época, é o «know-how tecnológico».⁸⁴ Este imperativo esbarrava na ausência de conhecimentos especializados do operariado português. “A vantagem nacional para a industrialização era a existência de uma mão-de-obra barata. Mas, bem vistas as coisas, era uma falsa vantagem: refreou a introdução da tecnologia moderna, e a mais baixa remuneração do trabalho era correlativa de uma menor qualificação, do analfabetismo, da ignorância e de uma indisciplina que pouco favoreceu a introdução da máquina, mesmo quando o Estado sustentou as reivindicações operárias, com as primeiras regulamentações sobre o trabalho de mulheres e crianças e com o reconhecimento do direito de associação (1891)...”⁸⁵

“Mais ainda do que a carência de capital, a *questão dos recursos humanos* aparece insistentemente no *Inquérito Industrial de 1881*. A maior parte dos declarantes sublinhava a *falta de preparação do pessoal operário*, nos diversos ramos de actividades artesanais/industriais. Um ou outro referia-se, igualmente, à falta de técnicos

⁸⁰ CASTRO, Armando de – «Fábricas», p.519

⁸¹ FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – *Farinhas, moinhos e moagens*, p.149

⁸² CASTRO, Armando de – «Fábricas», p.515

⁸³ FOLGADO, Deolinda – «Paisagem industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?», p.74

⁸⁴ IDEM – *Ibidem*, p.74

⁸⁵ MATTOSO, José – «Indústria», p.338

especializados e, inclusive, de gestores. [...] Entre as medidas preconizadas, para combater a impreparação do pessoal operário, destacam-se: a difusão do ensino técnico, a regulamentação do trabalho de menores – que os impedisse, enquanto aprendizes, de trocarem de estabelecimento, motivados pela melhoria de salários – e o próprio estágio de operários no estrangeiro.”⁸⁶ José A. Mendes acrescenta que, em 1884, o primeiro e o terceiro pontos referidos têm satisfação por parte do Governo, sendo incrementado o ensino técnico e enviados operários para o estrangeiro, como estagiários.

Munido de larga experiência na produção de farinhas, Manuel José Gomes induz a especialização operária e cuida da educação do seu filho, António José Gomes⁸⁷, que visitará outros países europeus, compreendendo as novas técnicas de trabalho resultantes da introdução de novos maquinismos na indústria da moagem.⁸⁸ “António José Gomes segue de perto a evolução das fábricas de seu pai, que fora *comissário de trigos*. [...] Manuel José Gomes *emprehendedor e muito activo [...] por várias vezes foi melhorando e substituindo o material na primeira fábrica do Caramujo, elevando ali o seu estabelecimento à altura dos mais aperfeiçoados existentes no estrangeiro, para o que dispunha de machinismos modernos austro-hungaros e suissos.*”⁸⁹

Os cilindros metálicos constituem a base do denominado «sistema austro-húngaro». São cilindros de fundição endurecida, trabalhados, e podem ser estriados ou lisos; a sua dureza é escolhida conforme o fim a que se destinam⁹⁰. Esta inovação foi o ponto de início da verdadeira moagem moderna.

A instalação e crescimento exponencial da indústria moageira na Cova da Piedade – Caramujo, foram dois dos factores impulsionadores do desenvolvimento económico da zona. Como prova da importância desta fábrica já em 1889, podemos apontar a inclusão de tecnologia inovadora, o sistema austro-húngaro, na moagem dos cereais.

⁸⁶ MENDES, José M. Amado – «Bloqueios à inovação no tecido empresarial português em finais do século XIX: Achegas para o seu estudo», p.193

⁸⁷ O próprio António José Gomes apoia a alfabetização dos seus operários e filhos, construindo a suas expensas, uma escola primária na Cova da Piedade, como já referimos anteriormente

⁸⁸ FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, p.23

⁸⁹ IDEM – *Ibidem*, p.27 e 127

⁹⁰ SECRETARIA DA ASSOCIAÇÃO SUÍSSA DOS CONSTRUTORES DE MÁQUINAS – «Da pedra manual de moer ao cilindro fundido endurecido», p.124

António da Costa, na sua obra *Tecnologia e economia industrial da indústria de moagem*, escrevia em 1958, referindo-se ao que era afirmado em relatório efectuado pela Comissão de exame às fábricas de moagem, nomeada por Portaria de 9 de Abril de 1898: “Parece que até 1889, data do primeiro diploma de sentido proteccionista para a lavoura cerealífera, apenas existiam duas fábricas montadas pelo sistema austro-hungaro.”⁹¹ Consultamos este relatório (edição da Imprensa Nacional, 1898) e constatamos, com imensa pena, que não são mencionados os nomes das fábricas, no entanto, a acreditarmos no anúncio publicado, em 1889 esta fábrica estava na linha da frente da industrialização nacional, uma vez que, tendo já alterado o seu sistema de moagem das mós tradicionais para o inovador sistema tecnológico, seria uma das duas únicas fábricas existentes no nosso país montadas com essa maquinaria.

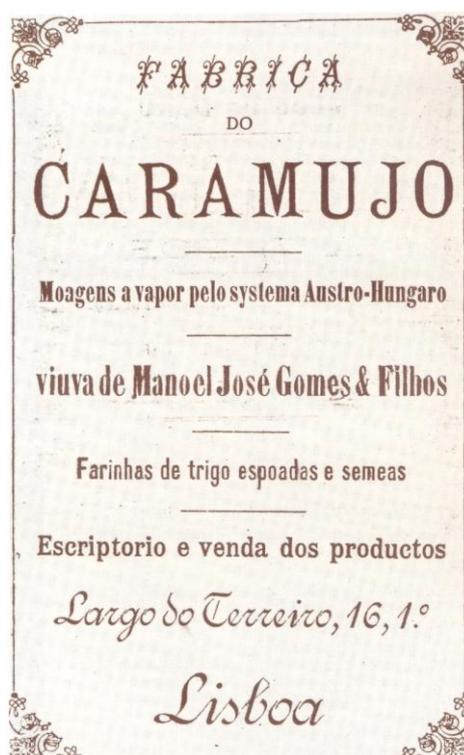


Figura 7 – Anúncio da fábrica de moagem do Caramujo, publicado no *Almanach Comercial*, em 1889 (a firma já adoptava a denominação comercial de Viúva de Manoel José Gomes & Filhos); o sistema austro-húngaro para produção de farinha espoada já tinha sido introduzido, como se pode constatar pela publicidade, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.73

Pedro José Marto Neves, na sua dissertação de doutoramento, *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*,

⁹¹ COSTA, António da – *Tecnologia e economia industrial da indústria de moagem*, p.20

apresenta-nos uma compilação de dados na tabela «Principais fábricas de moagem a vapor, 1881»; nessa data, a nossa fábrica em estudo estava equipada com 18 pares de mós⁹², sendo considerada por este investigador como a maior fábrica do país da época, tendo em conta o número de pares de mós, mantendo-se sempre nos lugares cimeiros da tabela de rateio de trigo importado.⁹³

Podemos assim concluir, sem erro, que, entre 1881 a 1889, mais provavelmente neste último ano (em que há notícias de modernização da fábrica, em termos de edificado e maquinaria), que a fábrica de moagem do Caramujo trocava o sistema tradicional de moagem pela inovação⁹⁴ – o desenvolvimento industrial introduzido por Manuel José Gomes continuava a marcar pela referência positiva, agora pelas mãos da sua viúva e filhos, nomeadamente António José Gomes.

Através de dados recolhidos no Inquérito Industrial de 1890⁹⁵, constatamos que a fábrica de moagem do Caramujo empregava 330 operários de todos os ofícios, laborava durante todos os meses do ano (nem todas as unidades fabris o faziam) e tinha um capital considerável.⁹⁶

Outros dados importantes para o conhecimento da fábrica de moagem do Caramujo (e igualmente da indústria da moagem a nível local e nacional), são os publicados no Diário do Governo Nº 248, de 4 de Novembro de 1901⁹⁷. Analisando a «tabella para o rateio do trigo nacional e exótico», quanto às fábricas já matriculadas, observamos que a fábrica A. J. Gomes & Comandita, com domicílio no Caramujo, detinha a segunda maior força produtiva diária e anual (em quilogramas) a nível nacional, laborando cerca de 300 dias por ano (como a maioria das fábricas registadas,

⁹² NEVES, Pedro José Marto - *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, p.209

⁹³ Referida dissertação de Pedro M. Neves, p.214

⁹⁴ Jaime Alberto do Couto Ferreira refere que "...em 1890, quando Calvet de Magalhães inquiriu as fábricas de moagem, já empregavam cilindros as fábricas do Caramujo, ...", p.211 da sua obra *Farinhas, moinhos e moagens*

⁹⁵ Pedro M. Neves refere, na p.114 da sua dissertação, que o Inquérito Industrial de 1890 surge, à semelhança do anterior, efectuado em 1881, associado a alterações de política aduaneira; a revisão do regime aduaneiro estava em marcha, dando origem a uma nova pauta geral das alfândegas em 1892

⁹⁶ PORTUGAL. Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Direcção Geral do Commercio e Industria – *Inquérito Industrial de 1890: Industrias fabris e manufacturas (Inquérito de gabinete)*, pp.7-9

⁹⁷ Apresenta o relatório sobre a revisão das fábricas de moagem e tabelas para o rateio do trigo nacional e o exótico, elaborado pela Comissão às ordens da Direcção Geral de Agricultura.

quedando-se algumas apenas pelos 240 dias). Esta fábrica estava matriculada como «fabrica de cylindros», sendo apresentada a natureza do motor como «machina a vapor»; a trituração a partir de linha estriada de 22,50; 26 plansichters; a força produtiva diária de 155:000.

Este documento oficial ainda nos aponta pistas concretas para o entendimento da situação da moagem a nível nacional: muitas fábricas somente dispunham de mós tradicionais (com motores a vapor, hidráulicos e de gás), outras possuíam sistemas mistos de mós e cilindros (igualmente com motores da mesma natureza das fábricas anteriormente mencionadas). Para além das fábricas, que produziam farinhas espodadas⁹⁸, ainda são referidos neste Diário do Governo, moinhos e azenhas que laboravam de modo tradicional, a partir de mós, com motores hidráulicos e/ou de vento, e que produziam somente farinha em rama.

Na abordagem do estudo da indústria da moagem há que ter em conta aspectos essenciais da evolução da política comercial portuguesa durante os finais do século XIX, nomeadamente quanto ao proteccionismo cerealífero, mas na viragem da nova centúria e nas duas primeiras décadas iríamos assistir à formação de verdadeiros consórcios, na tentativa de ultrapassar vicissitudes económicas, recorrendo a estratégias de mercado já experimentadas e praticadas no estrangeiro.⁹⁹

Após 1909, muitas exigências se imporiam à viúva de António José Gomes e a necessidade de contrariar tendências monopolistas de grandes grupos dominantes levaria à união, por vezes temporária de algumas firmas. Em Fevereiro de 1918¹⁰⁰, assistimos à formação da Sociedade de Moagem Aliança Limitada, cuja constituição incluía a nossa fábrica (Viúva de A. J. Gomes & Comp^a, Comandita) e outras moagens que tentavam resistir à forte competição agregacionista da Nacional. Em Setembro esta sociedade seria desfeita.¹⁰¹ Em 1920 forma-se a Sociedade Industrial Aliança, sendo 90% do seu capital constituído pelo património da firma Sociedade de Moagem

⁹⁸ Farinha espodada – farinha com os subprodutos já separados, sem o denominado farelo ou sêneas.

⁹⁹ LOUREIRO, Fernando Pinto – *A indústria da moagem ao serviço da nação: esboço histórico-económico*, p.36

¹⁰⁰ ANÚNCIO de escritura pública, Diário do Governo – III Série, Nº 56, de 8 de Março de 1918 (Anúncio da escritura pública da constituição da Sociedade de Moagem Aliança Limitada, outorgada em 25 de Fevereiro de 1918)

¹⁰¹ ANÚNCIO de dissolução de sociedade, Diário do Governo – III Série, Nº 228, de 7 de Outubro de 1918 (Anúncio da dissolução da Sociedade de Moagem Aliança Limitada, em 26 de Setembro de 1918)

Aliança, Lda, com a sede social em Lisboa, na Rua 1º de Dezembro, nº122.¹⁰² O processo de formação desta sociedade fica completo após requisição e autorização de inscrição na matrícula de fabricantes de farinhas.¹⁰³

Nesta década, em que a superioridade da capacidade moageira de Lisboa se mantém em relação ao Porto, temos duas importantes fusões: a Companhia Industrial de Portugal e Colónias e a Sociedade Industrial Aliança, poderosas organizações empresariais que detinham assim considerável vantagem na aquisição dos chamados trigos exóticos,¹⁰⁴ devido às concentrações de quotas de produção e consumo de trigo nacional.

Durante os anos do Estado Novo novas contingências atingiriam a indústria moageira, posto que os cereais ocupariam sempre uma posição nevrálgica e central na economia política do regime. Estabelecendo o poder político um papel regulador e sendo adverso ao liberalismo político e económico, a indústria da moagem era obrigada a organizar-se em corporação. Uma nova era se iniciava.

Nesta primeira fase da política económica do regime é importante o lançamento das bases da Campanha do Trigo, em 1929, que beneficiará, além dos grandes produtores de trigo, destacados ramos da indústria transformadora, nomeadamente a moagem em evolução, impulsionando o seu processo de contínua concentração.

Para reforçar o poder intervencionista do Estado na actividade industrial é instituída a Lei do Condicionamento Industrial de 1931¹⁰⁵: a primeira das indústrias a ser abrangida foi a da moagem.¹⁰⁶

¹⁰² ANÚNCIO de escritura pública, Diário do Governo – III Série, Nº 36, de 14 de Fevereiro de 1920 (Divulgação de escritura pública, outorgada a 2 de Fevereiro de 1920, e estatutos da Sociedade Industrial Aliança, com data de 11 de Fevereiro de 1920, entrando na sua constituição todo o activo e passivo da Sociedade de Moagem Aliança Limitada)

¹⁰³ÉDITO de transferência, Diário do Governo – II Série, Nº 164, de 23 de Julho de 1920 (Publicação de éditos de transferência – requisição da Sociedade Industrial Aliança para inscrição na matrícula de fabricantes de farinhas das fábricas que pertenceram à Sociedade de Moagem Aliança Limitada) e ANÚNCIO de autorização de inscrição, Diário do Governo – II Série, Nº 215, de 30 de Setembro de 1920 (Autorização de inscrição na matrícula de fabricantes de farinhas à Sociedade Industrial Aliança)

¹⁰⁴ LOUREIRO, Fernando Pinto – *A indústria da moagem ao serviço da nação: esboço histórico-económico*, p.36

¹⁰⁵ “Faz depender de autorização governamental a instalação de novos estabelecimentos, a sua localização geográfica, a reabertura ou aumento da capacidade de estabelecimentos já existentes, a introdução de

A organização corporativa é outra das estruturas em que assentam as políticas económicas do estado Novo. Na opinião de Fernando Martins, o corporativismo económico em Portugal (embora com alcance limitado em relação aos seus pressupostos teóricos), tentou promover o diálogo entre patrões e assalariados, fixar preços e salários, proceder à caracterização e concentração da produção ou incentivando a cooperação entre produtores.¹⁰⁷

Em relação à moagem a doutrina corporativista vai instituir, em 1934, a Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM)¹⁰⁸, um dos organismos de coordenação económica. A partir desta data, acaba o livre abastecimento de trigo, que era comprado aos produtores pelo outro organismo corporativo – a Federação Nacional de Produtores de Trigo (FNPT) – e entregue pela FNIM à indústria da moagem, mensalmente e em proporção às quotas de cada firma¹⁰⁹.

A indústria da moagem laborava entre duas limitações impostas, por um lado pela lavoura, fornecedora da matéria-prima, e, por outro, pela panificação, sendo considerada pela Associação Industrial Portuguesa uma actividade transformadora com problemas específicos, situada aparte das restantes, sendo por isso lógica a interferência do Estado no exercício da moagem, através da imposição de “uma teia de preceitos regulamentares que muito limitavam a liberdade de iniciativa dos industriais.”¹¹⁰

Estudos de analistas, em pleno Estado Novo, dão-nos conta das alterações que se irão impondo à indústria da moagem nas décadas posteriores. António Viana Rezende escreve em 1959 que, a partir de 1934, se entrou num “novo sistema económico: o

novas indústrias, de novas tecnologias e de novos processos industriais.”, segundo LEMA, Paula Bordalo – «8. Desenvolvimento industrial e especializações regionais», in *Geografia de Portugal. Meio físico e recursos naturais*, p.199

¹⁰⁶ IDEM – *Ibidem*, pp.198-199

¹⁰⁷ Fernando Martins em MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *História de Portugal contemporâneo (Economia e sociedade)*, p.300

¹⁰⁸ DECRETO-LEI nº 24:185, Diário do Governo – I Série, Nº 167, de 18 de Julho de 1934 (Cria a Federação Nacional dos Industriais de Moagem)

¹⁰⁹ A FNIM será constituída pelo conjunto dos grémios dos industriais de moagem instalados em todos os distritos do continente; a Sociedade Industrial Aliança, com a sua fábrica do Caramujo, mas a sede social situada em Lisboa, pertence ao Grémio de Lisboa, conforme se pode consultar na tabela da página 32 da publicação da Associação Industrial Portuguesa referenciada na nota seguinte

¹¹⁰ ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA: Secção de Moagem – *O condicionamento da indústria de moagem*, p.12

proteccionismo, sob a forma dum condicionamento, limitando o número de unidades fabris¹¹¹ e, conseqüentemente, a capacidade de laboração, promovendo novos moldes para a distribuição do cereal a moer e dando nova fórmula ao movimento dos cereais [...] Desta disciplina de processos resultou, pouco tempo após, um quase geral movimento no sentido dum reapetrechamento técnico¹¹², de modo a colocar a indústria de moagem a par das mais bem apetrechadas do Mundo.”¹¹³

Segundo F. Lopes Pereira¹¹⁴, e na tentativa de resolver um dos maiores problemas das actividades ligadas ao ciclo do trigo, a insuficiência de armazenamento, o Estado, através dos respectivos organismos corporativos, procurou proporcionar condições, nomeadamente quanto à assistência financeira, para a construção e melhoramento de silos de armazenagem de cereais e farinhas da indústria da moagem e da lavoura. Para a prossecução deste objectivo, os empréstimos a conceder pela FNIM às fábricas agremiadas na sua federação, beneficiavam de privilégios de crédito, que vieram a facilitar estas operações.

A década de 60 do século XX no nosso país atravessava um período de constante desenvolvimento industrial, mercê de condições que tinham começado a germinar na década anterior, com a inauguração de um ciclo de crescimento económico e a integração de “algumas novidades de conteúdo, de forma e até de intensidade”, encurtando a distância entre Portugal e os outros países da Europa mais desenvolvidos, numa dinâmica que se acentuaria nos anos posteriores. “O País, entre impasses e indecisões quanto ao que deveria ser a natureza e a forma do seu percurso económico,

¹¹¹ Existindo em Portugal, em 1934, 240 fábricas de moagem (segundo o Decreto-lei que institui a FNIM), este número irá diminuindo; em 1961 somente estarão 75 fábricas em laboração (segundo o Boletim da FNIM nº14, de Abril de 1961, nesta altura as fábricas agremiadas eram 75).

¹¹² MARTINS, António da Silva e MARTINS, Jorge Manuel Pereira – *A evolução da indústria de moagem espoada de trigo: alguns números estatísticos*, quadro 2, p.3: os dados compilados comprovam os investimentos efectuados pela indústria da moagem de trigo com peneiração na década de 60, na aquisição de fábricas ou parcelas, na substituição de máquinas, na construção de silos, na construção ou beneficiação de armazenagem, na montagem de laboratórios, evidenciando um lugar cimeiro (na ordem de uma percentagem de cerca de 40%) para as fábricas pertencentes ao Grémio de Lisboa.

¹¹³ REZENDE, António Viana – «Do desenvolvimento técnico da indústria de moagem de trigo, farinhas espoadas», p.56

¹¹⁴ PEREIRA, F. Lopes – «A indústria de moagem de farinhas espoadas: algumas notas a propósito de um aniversário», pp.192-193

ponderando os enquadramentos internacionais em que se podia ou devia situar à luz das ideias e intenções dos principais responsáveis políticos da época [...] estava então à beira [na década de 50] de assumir um processo de mudança que marcou a sua trajetória até ao final do Estado Novo.”¹¹⁵

Nos anos 50, um dos sectores que integraram este surto industrial era certamente a moagem, embora continuando subordinada à manutenção do intervencionismo do Estado, através da organização corporativa e do condicionamento industrial.

Este condicionamento industrial começava a sofrer algumas alterações, sendo visível uma ligeira tendência para a abertura para uma transição para um regime de liberdade de iniciativa, reforçando o Estado, na sua ideologia, que a iniciativa privada é o instrumento essencial de um desenvolvimento económico, mas sob a orientação da organização corporativa. “Iniciou-se a orientação de substituir gradualmente o regime de condicionamento pela exigência, para o exercício das actividades, de condições mínimas de técnica, higiene e segurança, fixadas em regulamento...”¹¹⁶

Segundo este Decreto-Lei, a moagem de farinhas espoadas continuava sujeita a condicionamento industrial e as modificações ou ampliações do seu equipamento fabril (moinhos, máquinas de peneiração e sassores) careciam de autorização. “A autorização deve, em regra, impor a montagem de maquinismos inteiramente novos e, quando se referir a ampliações, exigir a melhoria geral da instalação existente e um grau aceitável de modernização do estabelecimento ampliado.”¹¹⁷

No Decreto-Lei nº 43 023, de 21 de Junho de 1960, o legislador, analisando o percurso histórico-económico da indústria da moagem, constatava que as máquinas da maioria das fábricas, outrora modernas aquando da instituição do regime corporativo, se encontram em estado antiquado e a necessitar de substituição; excluindo a construção de silos (por algumas unidades apenas, neste início dos anos 60), a indústria moageira pouco gastou em obras de modernização, durante os últimos anos; apresenta-se “como

¹¹⁵ ORDEM DOS ENGENHEIROS – «Os Congressos dos Industriais e dos Economistas em 1957 (I)»

¹¹⁶ DECRETO-LEI nº 39 634, Diário do Governo – I Série, Nº 97, de 05 de Maio de 1954 (Lei do Condicionamento Industrial)

¹¹⁷ DECRETO-LEI nº 39 634, Diário do Governo – I Série, Nº 97, de 05 de Maio de 1954 (Lei do Condicionamento Industrial)

sintoma favorável, através dos processos de condicionamento industrial, uma animadora tendência dos industriais no sentido da renovação de máquinas.”¹¹⁸

Ainda segundo o relatório apresentado neste Decreto-Lei, é conveniente que se processe uma reorganização sistemática da indústria moageira tendendo à prossecução dos seguintes objectivos: modernização do equipamento; melhoramento da utilização; promoção da fusão das pequenas fábricas; adaptação das localizações¹¹⁹; especialização de alguns fabricos.

Acompanhando todas estas exigências estatais, a fábrica de moagem do Caramujo experimentaria na década de 60 igualmente vastas transformações, a nível da capacidade de armazenamento, com a construção dos silos, e reapetrechamento de maquinaria, nomeadamente da marca Bühler, constituindo estas transformações, alterações profundas ao programa de laboração da fábrica. Para além desta reestruturação, igualmente se assistiria à cisão da fábrica em duas unidades moageiras, uma destinada à moenda de trigo mole para panificação e outra de semolaria (trigo rijo, destinado a massas).

Nos finais dos anos sessenta, assistimos a uma crescente internacionalização a partir de um processo imparável, uma vez que a Europa constituía o nosso principal parceiro comercial.¹²⁰

Em 1972, o Governo criava o Instituto dos Cereais e nele incorporava vários organismos corporativos, nomeadamente a FNPT. Posteriormente nele serão integradas as funções da extinta FNIM e dos Grémios. Este instituto teria a natureza de organismo de coordenação económica. Em 1974, em cumprimento do Programa do Governo Provisório inicia-se “a extinção dos organismos corporativos [...] dentro das linhas de orientação do Programa do Governo Provisório conta-se a «extinção progressiva do sistema corporativo e a sua substituição por um aparelho administrativo adaptado às

¹¹⁸ DECRETO-LEI nº 43 023, Diário do Governo – I Série, Nº 142, de 21 de Junho de 1960 (Inserer disposições destinadas a permitir a reorganização da indústria das farinhas espoadas de trigo)

¹¹⁹ DECRETO nº 43 834, Diário do Governo – I Série, Nº 175, de 29 de Julho de 1961 (Regulamento orientador da reorganização referida pelo decreto-lei nº 43 023), e já constante do relatório do Decreto-Lei nº 43 023: “A localização das fábricas de moagem é mais conveniente junto do consumo de farinhas do que junto da produção de trigo, o que leva a orientar nesse sentido as alterações que venham a dar-se na estruturada indústria, sem, contudo, promover concentrações excessivas nas regiões de Lisboa e Porto [...] “a necessidade de especializar unidades de moagem destinadas à fabricação de massas alimentícias”

¹²⁰ ORDEM DOS ENGENHEIROS – «Os Congressos dos Industriais e dos Economistas em 1957 (II)»

novas realidades políticas, económicas e sociais» [...] criam-se, ao mesmo tempo, as condições para as alterações de estrutura que importa introduzir nos organismos de coordenação económica”.¹²¹

Em 1976 eram instituídas a Empresa Pública do Abastecimento de Cereais (EPAC) e o Instituto dos Cereais E. P. (ICEP), tendo em conta os estudos realizados que apontavam para a “falta de operacionalidade” do Instituto dos Cereais, tendo sido considerado, portanto, “que o organismo de coordenação económica devia ser cindido imediatamente em duas empresas públicas, uma de vocação comercial e outra de carácter técnico...”¹²²

Este seria o patamar seguinte de um percurso de criação e extinção de diferentes organismos que visavam a coordenação económica da produção e comercialização dos cereais, culminando com a total liberalização da importação de cereais, no início da década de 90 e novas regras no comércio de cereais. Entravamos assim numa nova conjuntura económica para a moagem.

Em 1993, a fábrica de moagem do Caramujo encerra a sua actividade, concluindo-se um ciclo, marcado por fases importantes na industrialização a nível local e nacional, reflectindo os altos e baixos do mercado dos cereais, evoluções e redireccionamentos económicos e políticos, quer a nível interno, quer internacional, por movimentos sociais das últimas duas décadas.

2.O património fabril da moagem

2.1.A fábrica de moagem do caramujo – a arquitectura da inovação

A fábrica de Manuel José Gomes, fundada em 1865, iniciava uma fase importante na indústria da moagem portuguesa. Ao longo do tempo, outros edifícios

¹²¹ DECRETO-LEI nº 443/74, Diário da República – I Série, Nº 213, de 12 de Setembro de 1974 (Extingue os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia e prevê a transferência das suas funções mais importantes de intervenção e disciplina na vida económica, bem como dos valores que constituem o seu património, para organismos de coordenação económica)

¹²² DECRETO-LEI nº 663/76, Diário da República – I Série, Nº 181, de 4 de Agosto de 1976 (Institui as empresas públicas Empresa Pública do Abastecimento de Cereais (EPAC) e Instituto dos Cereais E. P. (ICEP) e aprova os seus estatutos)

seriam acrescentados, espelhando o dinamismo empresarial do seu fundador. Nos finais da década de oitenta, a unidade fabril protagonizava o desenvolvimento tecnológico e laboral da região e do país, a partir da introdução da máquina a vapor na produção moageira, aliada à existência de uma falange de operários especializados. No local do Caramujo erguiam-se, num conjunto estrutural significativo e um dos mais importantes a nível regional, os edifícios fabris, a casa de habitação do industrial e a doca privativa da farinha.

No dia 10 de Junho de 1897, sendo já proprietário o filho de Manuel J. Gomes, deflagra um violento incêndio, com origem na explosão do pó da farinha no cano de transporte para o depósito numa das fábricas (onde ainda existia um par de mós), tendo o fogo destruído duas fábricas da firma António José Gomes & Comandita, de nada servindo as precauções seguidas na construção da mais nova das unidades laborais, deixando somente em pé as paredes.¹²³ O importante complexo fabril produzia por dia 80 000 kilos de farinha, podendo ir até 130 000, estando seguro em 250 contos o trigo existente na fábrica.¹²⁴ Este era o teor da notícia avançada pelo periódico *Vanguarda*.

O Seculo, igualmente datado de 11 de Junho de 1897, assim relatava os acontecimentos da manhã de 10 de Junho: “O dia de hontem ficou assinalado por um acontecimento deveras lamentável passado no outro lado do Tejo, na pequena mas laboriosa povoação do Caramujo, onde não há muito tempo ardeu totalmente uma fabrica de cortiça [...] Um novo incendio, talvez mais pavoroso e sinistro, destruiu hontem, com uma rapidez digna de nota, a notável fabrica de moagens, talvez a primeira do paiz, pertencente à firma A. J. Gomes & Commandita, sucessora da viúva de Manuel José Gomes & Filhos.”¹²⁵

¹²³ *Vanguarda*, 11 de Junho de 1897, p.2

¹²⁴ FLORES, Alexandre M. – *Bombeiros do concelho de Almada*, pp.51-56

¹²⁵ *O Seculo*, 11 de Junho de 1897, p.1

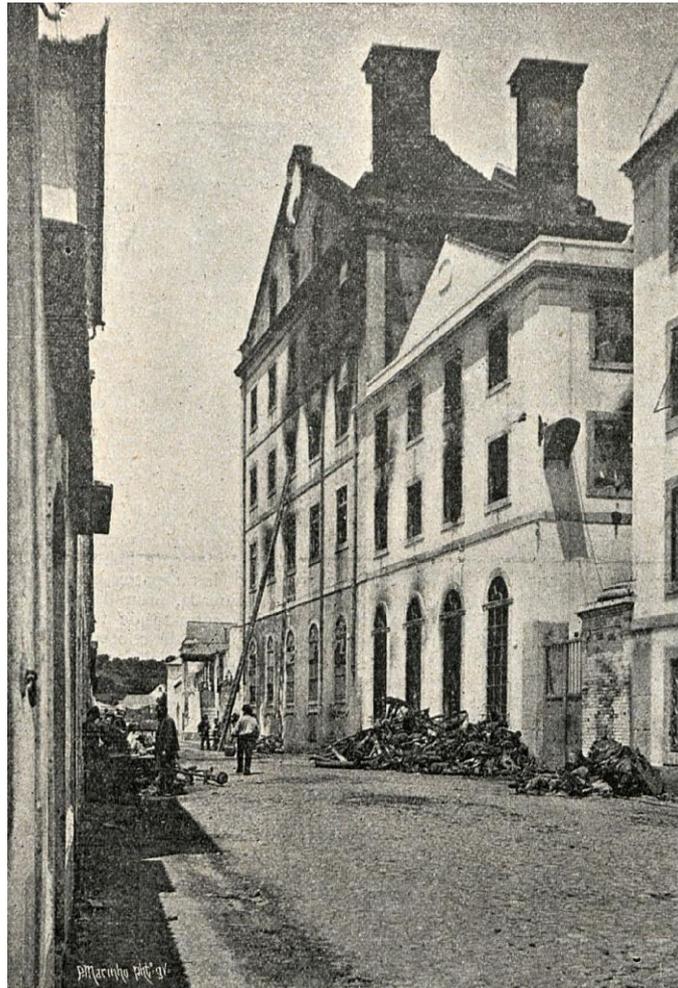


Foto 22 – Rua Direita do Caramujo: fábrica de moagem após o incêndio de 10 de Junho de 1897, in *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*, 20 de Junho de 1897, p.183 (Autor: Arnaldo da Fonseca)

O edifício situado no centro da foto é a estrutura principal do complexo fabril e que tinha sido construído em 1888-89; contíguo situa-se o de 1872; foram estas duas edificações as mais afectadas pelos acontecimentos da noite de 1897. A foto tirada a partir do cais da doca permite constatar que a fachada da unidade principal apresentava extensos danos. As fotos do interior igualmente demonstram o impacto e a gravidade do incêndio, embora os relatos do acontecimento sejam unânimes em apresentar as instalações fabris como de concepção moderna e adequadas às suas funções, assim como os seus maquinismos estivessem rodeados de medidas de segurança e de asseio.

Após o rescaldo do incêndio, a visão apontada pelo periódico *O Seculo*, de 11 de Junho de 1897, na sua página principal, seria esta: “Da fabrica velha existiam as paredes carbonisadas [...] em ruínas. [...] Da fabrica nova existia apenas o pavimento térreo, tendo cahido a empena que da para o Tejo.”

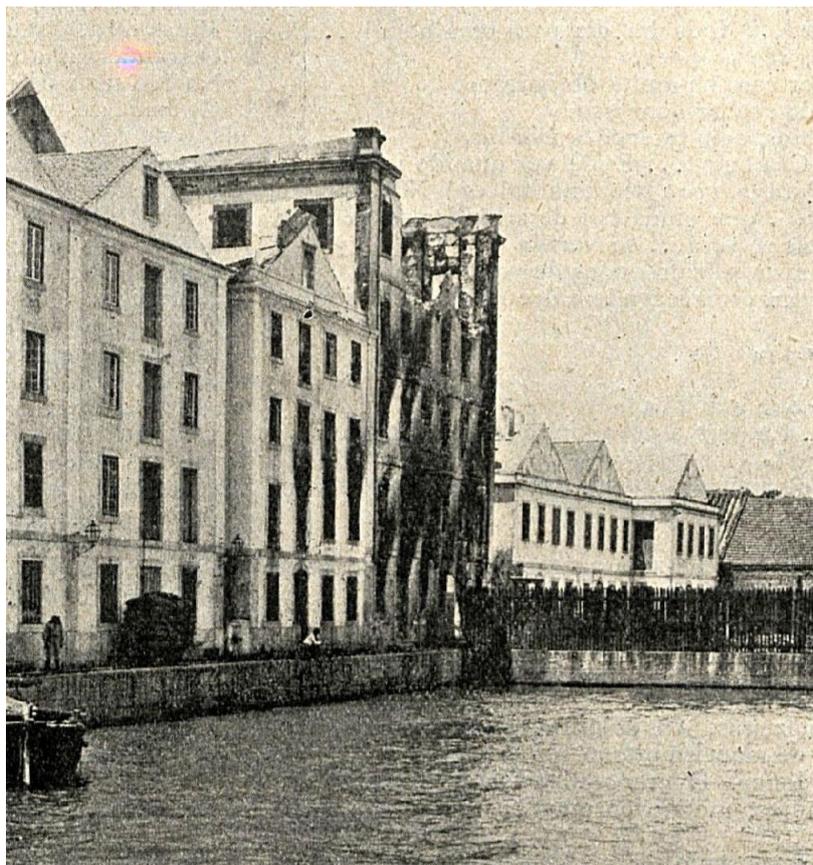


Foto 23 – Vista do cais do Caramujo: fábrica de moagem após o incêndio de 10 de Junho de 1897, in *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*, 20 de Junho de 1897, p.184 (Autor: Arnaldo da Fonseca)



Foto 24 – Interior da fábrica de moagem após o incêndio de 10 de Junho de 1897, in *Branco e Negro: Semanário Ilustrado*, 20 de Junho de 1897, pp.183-184 (Autor: Arnaldo da Fonseca)

Após apuramento das causas do sinistro e dos prejuízos, cobertos pelo seguro, mas que originou mais de vinte feridos e que deixou sem trabalho centena e meia de operários¹²⁶, uma nova construção seria pensada para colmatar a terrível perda, com inovadoras possibilidades, no campo das técnicas e dos materiais.

António José Gomes era um industrial conhecedor das novas técnicas de construção e de novos materiais, como o vidro, o ferro, o betão. Foi sobretudo um destes elementos construtivos, o betão, que veio revolucionar a arquitectura.¹²⁷ Nos finais do século XIX entrava-se numa fase de estrita adequação do projecto arquitectónico tanto quanto possível às funções de cada edifício. Em 1897, o nome deste homem ficaria para sempre indissociavelmente ligado à introdução e aplicação prática em Portugal da técnica de construção em betão, nomeadamente aplicado à função industrial.

Novos materiais geram novas possibilidades. Os desafios da inovação ao optar por outro material prendiam-se com a vontade do proprietário de obter uma edificação segura e apta a enfrentar novos desafios do mercado.

O betão é resistente, relativamente económico e leve; é uma argamassa constituída por areia, cascalho e cimento, podendo ser moldada através de uma cofragem. Utilizando o betão armado com ferro, o francês Hennebique, desenvolveu este sistema construtivo a partir de 1879. Possibilita a construção de espaços com vãos de dimensões consideráveis, pois permite o aumento da carga admissível.¹²⁸ “O betão abre, com um peso relativamente baixo e sem a necessidade de reboco, um leque extraordinariamente rico de formas impossíveis de conseguir com os materiais tradicionais devido ao peso da pedra e à fragilidade da madeira.”¹²⁹

¹²⁶ Dados apontados pelo diário *Vanguarda* de 11 de Junho de 1897, p.2

¹²⁷ Esta imparável introdução (e aplicação) do betão na arquitectura é apelidada por Jürgen Tietz, na *História da arquitectura do século XX*, de marcha triunfal do betão. Inicialmente só sendo aplicados nas construções industriais e funcionais, os novos materiais iam ganhando terreno, mas seria o betão, através de possibilidades nunca antes imaginadas, que iria causar um impacto de verdadeira revolução na arquitectura, conquistando até projectos mais tradicionais. “Quanto mais visíveis se tornavam as possibilidades arquitectónicas que o betão oferecia como material de construção, mais se alterava o modo como era aplicado, sendo-lhe lentamente reconhecida uma estética própria na sua forma sem revestimento”, pp.20-21

¹²⁸ TIETZ, Jürgen – *História da Arquitectura do século XX*, p.112

¹²⁹ IDEM – *Ibidem*, p.9

Este sistema inventado por Hennebique ao permitir uma concepção estrutural dos grandes espaços que ficavam apenas interrompidos pontualmente pela rede de finos pilares, conjugados com as lajes armadas capazes de suportar sobrecargas que cada vez tendiam a ser maiores, correspondia à procura de soluções para os problemas levantados pelas especificidades funcionais de uma laboração industrial desta envergadura, como a moagem do Caramujo. O emprego deste tipo de soluções construtivas proporcionava ainda outras vantagens inovadoras, como, por exemplo, numa aliança clara de funcionalidade, técnica construtiva e manutenção do edifício, a adopção da cobertura em terraço que, para além das evidentes possibilidades, funcionaria também como neutralizador das dilatações provocadas ao material pelas diferenças de temperatura, devido a esse reservatório com capacidade até 20 m³ de água.¹³⁰

Os modernos materiais induziam uma dicotomia na construção – arquitectos e engenheiros disputavam (entre posições de dúvida e de rejeição, por parte dos primeiros, das potencialidades estéticas dos novos elementos, e de aceitação pelos outros profissionais, em obras públicas ou utilitárias de engenharia civil) os papéis principais no campo das novas construções. O desenvolvimento da economia industrial e capitalista obrigou a repensar as infra-estruturas materiais para a construção e o transporte. Desde a fábrica às pontes rodoviárias e ferroviárias, armazéns e silos, todas estas tipologias requeriam soluções diferentes, de quase ruptura com os métodos tradicionais, requerendo técnicas direccionadas à funcionalidade e uma construção, se possível, económica, levando em conta as exigências de segurança e de eficiência.¹³¹

Os novos equipamentos e maquinaria construtiva, os novos materiais construídos industrialmente (o tijolo industrial, o ferro, o vidro, o aço, o cimento armado, o betão, ...) vinham introduzir novas características, tais como resistência, eficácia, funcionalidade¹³², na denominada arquitectura fabril, criando laços de interdependência entre o “técnico” e o “arquitectónico” (dando expressão e permitindo compreender o sentido da evolução tipológica desta vertente arquitectónica), inovando

¹³⁰ TOSTÕES, Ana – «Construção moderna: as grandes mudanças no século XX», p.6

¹³¹ PINTO, Ana Lúcia; MEIRELES, Fernanda e CAMBOTAS, Manuela Cernadas – *História da cultura e das artes – Ensino profissional – Nível 3*, pp.119-120

¹³² IDEM – *Ibidem*, pp.120-121

com as suas estruturas em betão armado, nomeadamente no caso em estudo,¹³³ e com um impacto urbano inesquecível e incontornável, quer em termos de segurança ou de salubridade, quer levando em conta a alteração de padrões estéticos.¹³⁴

A utilização do betão permitirá responder às exigências crescentes em termos de segurança (quanto ao perigo de incêndios, mas também de estabilidade dos pisos) e de produtividade mecanizada. Esta arquitectura inovadora tinha como principais desígnios a obtenção da máxima funcionalidade do espaço produtivo. “A urgência de equacionar soluções construtivas conciliadoras da instalação de grandes e pesadas máquinas articuladas entre si por complexos sistemas de transmissões exigiam amplos e seguros espaços pensados exclusivamente para a máquina. As técnicas cada vez mais modernas conduziram à criação de edifícios servidores de um tempo que se queria rigoroso, mecânico e matematicamente marcado pelo ritmo da produção e dos cada vez mais ajustados gestos dos operários.”¹³⁵

Na indústria da moagem, que se requeria interligada piso a piso, com uma interdependência de maquinismos necessária ao fluxo da produção moageira, seria, portanto, lógico que um industrial conhecedor de novas tecnologias a nível internacional, resolvesse aplicar na reconstrução da fábrica o novo elemento construtivo, de modo a otimizar um sistema técnico já utilizado – este modelo produtivo, desenvolvido e aperfeiçoado durante muitas décadas, que se manteria na unidade fabril de 1898, mas em contexto de novos materiais construtivos e indutores de maior dinâmica e segurança.

Em 1897 iniciava-se a construção da nova fábrica, utilizando-se pela primeira vez em Portugal o betão armado como elemento estrutural¹³⁶. Hennebique, em 1896, vira patenteado o seu sistema em Portugal.¹³⁷No ano seguinte, António José Gomes

¹³³ Sendo a fábrica “um lugar privilegiado de inovação e de experimentação técnica do ponto de vista construtivo”, segundo António Maria Anjos, em *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, p.9

¹³⁴ IDEM – *Ibidem*, pp.8-9

¹³⁵ FOLGADO, Deolinda - «Paisagem industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?», p.75

¹³⁶“O corpo estrutural da moagem do Caramujo – colunas, vigas e lajes maciças – terá sido o mais importante exemplo pioneiro, em 1897 e em Portugal, da capacidade estrutural do betão armado”, em FERREIRA, Carlos Antero – *Betão: A idade da descoberta*, p.64

¹³⁷ François de Hennebique, representado por Jacq Monet, em 30 de Novembro de 1895, requereu patente de invenção, por quatro anos, para “um vigamento ligeiro e de grande resistência, de formigão (betão) de cimento, com barras de ferro e estribos travessas metidas na massa”, tendo o inventor recebido a patente

reconstruía a sua fábrica recorrendo a um sistema estrutural de betão armado, idêntico ao aprovado pelo inventor francês. Os estudos que existem atestam que o industrial piedense teria encarregado da obra a casa Hennebique e os seus representantes em Portugal. O redactor J. M. d'Oliveira Simões da Gazeta dos Caminhos de Ferro, no seu texto sobre a fábrica do Caramujo, datado de 1899, atribui a autoria da construção do edifício a Monet e Filho, mas para António Maria A. Santos, estes seriam apenas os representantes em Portugal do sistema Hennebique, resultando a construção de projecto técnico ou consultadoria da Casa francesa, como era habitual.¹³⁸

António Santos, na sua dissertação de mestrado, em 1996, confirma documentalmente a autoria da obra pelo atelier do construtor francês Hennebique. As informações técnicas e desenhos do projecto arquitectónico da fábrica de moagem do Caramujo, inseridas no artigo de Paul Cristophe, «Le beton armé et ses applications», de 1899, publicado na revista *Le beton armé* (órgão oficial dos concessionários e agentes do sistema Hennebique), identificam a sua autoria, assim como a semelhança entre outros projectos da mesma casa e o trabalho executado nas vigas e nos pilares da fábrica nacional. De realçar no artigo o destaque referido para “três elementos fundamentais da construção – a estrutura de apoio, a fachada, e a cobertura, reproduzindo o plano reticular da estrutura do segundo piso, com desenhos técnicos de pormenor (das vigas, laje e lintel), assim como o desenho do alçado principal e a planta do terraço.”¹³⁹

Trabalho pioneiro para o estudo da fábrica de moagem, divulgado na obra *Betão: A idade da descoberta*, Carlos Antero Ferreira já antes nos apontava certezas relativas para a autoria da construção de 1897-98 da Casa Hennebique, através de análises comparativas apuradas, a partir das quais, Carlos A. Ferreira legitimava a convicção de que “o sistema estrutural da fábrica – pilares, vigas principais, vigas

provisória a 20 de Junho de 1896, publicada no Boletim da Propriedade Industrial, não tendo sido encontrado aviso ou certificado de registo definitivo, em *Betão: A idade da descoberta*, pp.106-108; ver igualmente no nosso Volume II, os documentos 1 a 3, pp.125-126

¹³⁸ SANTOS, António Maria A. – «A fábrica de moagem do Caramujo (1897-1898). Novos dados sobre a introdução do betão armado em Portugal», pp.43-44; igualmente a sua dissertação de mestrado, p.296

¹³⁹ SANTOS, António Maria dos Anjos – *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, pp.294-295

secundárias e lajes maciças – corresponde quase integralmente ao sistema proposto, defendido e patenteado por Hennebique no final do século passado, em Lisboa.”¹⁴⁰

As plantas, cortes e alçados, aqui reproduzidos através de cópia, atestam que foram desenhados para esta fábrica, confirmando a data da fundação da mais antiga das unidades: “A legenda do painel do intercolúnio fechado, na fachada principal, menciona os proprietários da fábrica – ‘A. J. Gomes & Cia. Sucessores da V^a de M. J. Gomes & F^{os}’. A legenda do painel homólogo da fachada posterior regista a data da fundação e da reconstrução – ‘Moagem de trigo fundada em 1865 e reformada em 1898’.”¹⁴¹

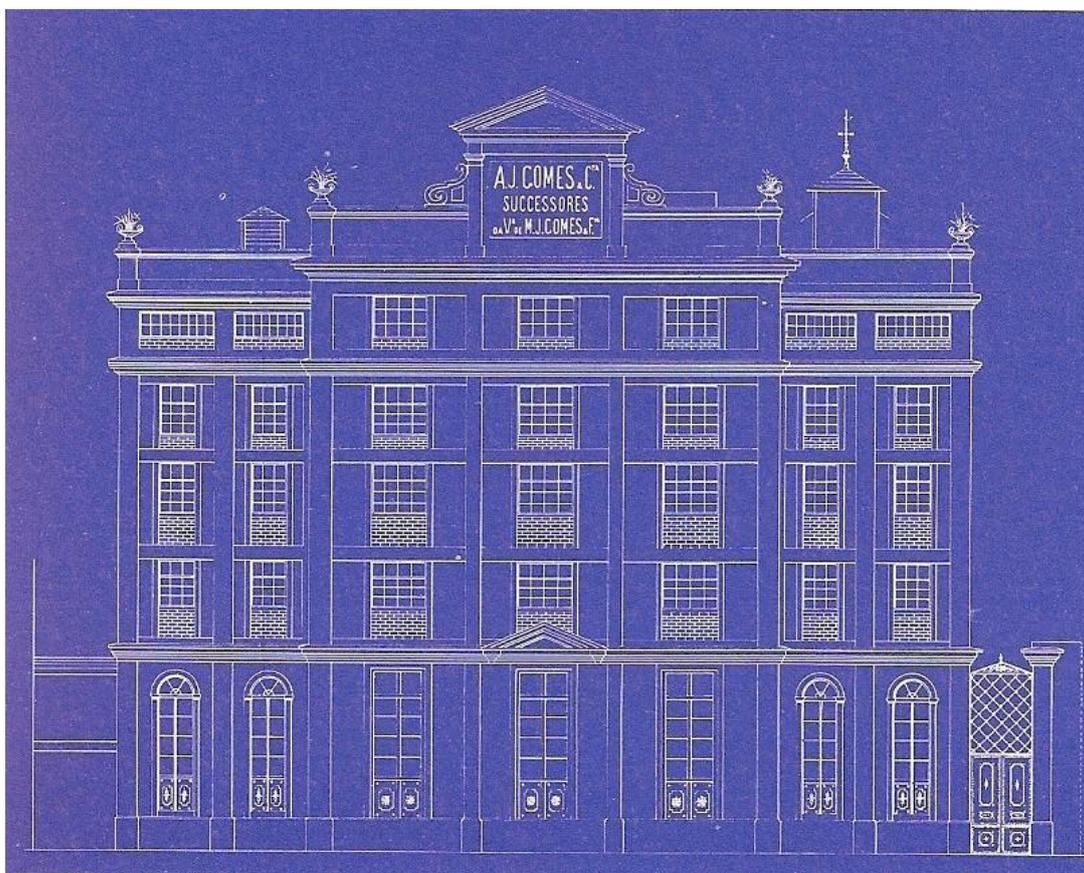


Figura 8 – Fachada principal da fábrica do Caramujo, virada ao cais: reprodução com forte redução de cópia *marion* do projecto de reconstrução, 1897, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.14 e 126

¹⁴⁰ FERREIRA, Carlos Antero – *Betão: A idade da descoberta*, p.129

¹⁴¹ IDEM – *Ibidem*, p.128; figuras 8 e 9 do nosso estudo

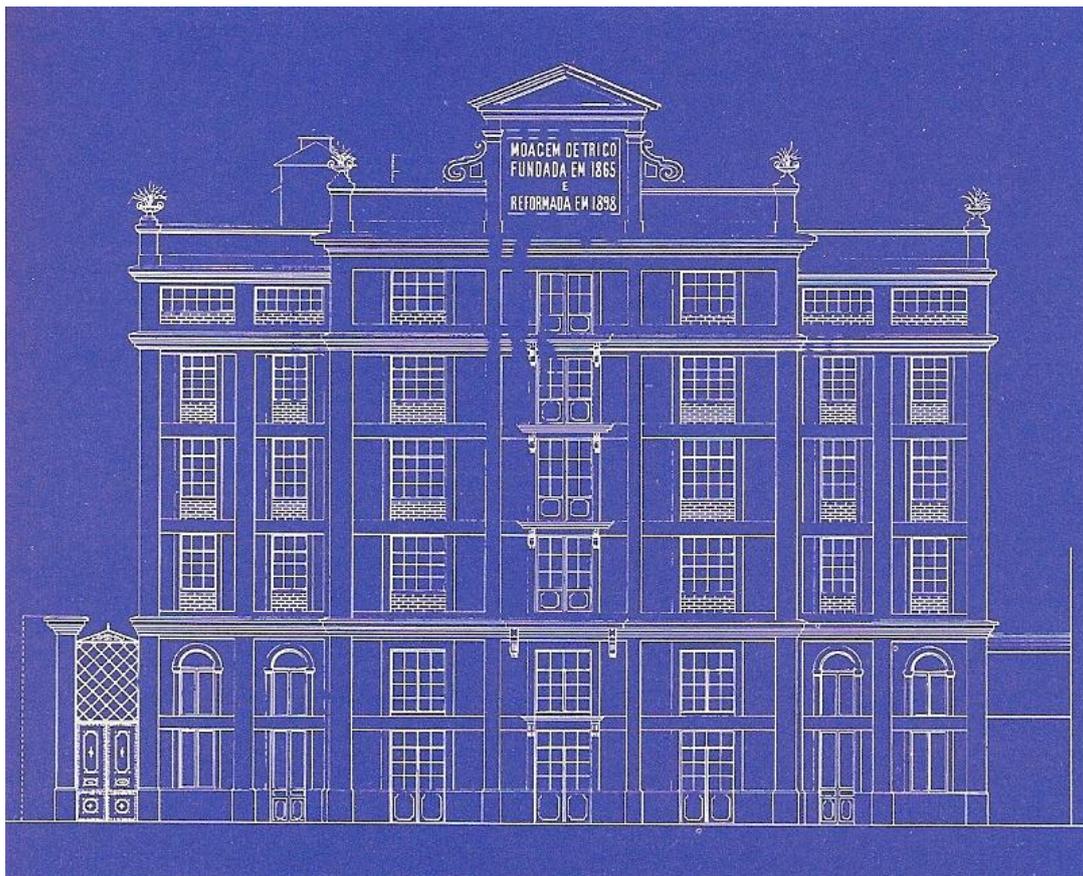


Figura 9 – Fachada posterior da fábrica do Caramujo, orientada a nascente, virada para a Rua Manuel José Gomes: reprodução com forte redução de cópia *marion* do projecto de reconstrução, 1897, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.65

“Implantada numa área trapezoidal, o alçado principal [...] e o alçado de tardoz, [...], constituem os lados maiores do edifício da nova moagem, sensivelmente iguais (com 30,50 metros), enquanto os alçados laterais medem 29 metros (a norte) e 25,50 metros (a sul), abrangendo, assim, uma área de 831 m². Esta disposição mantém o espaço pré-existente, correspondente ao corpo principal da fábrica de 1889, adicionado com o edifício contíguo de quatro pavimentos, construído em 1872.”¹⁴²

¹⁴² SANTOS, António Maria dos Anjos – *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, p. 286

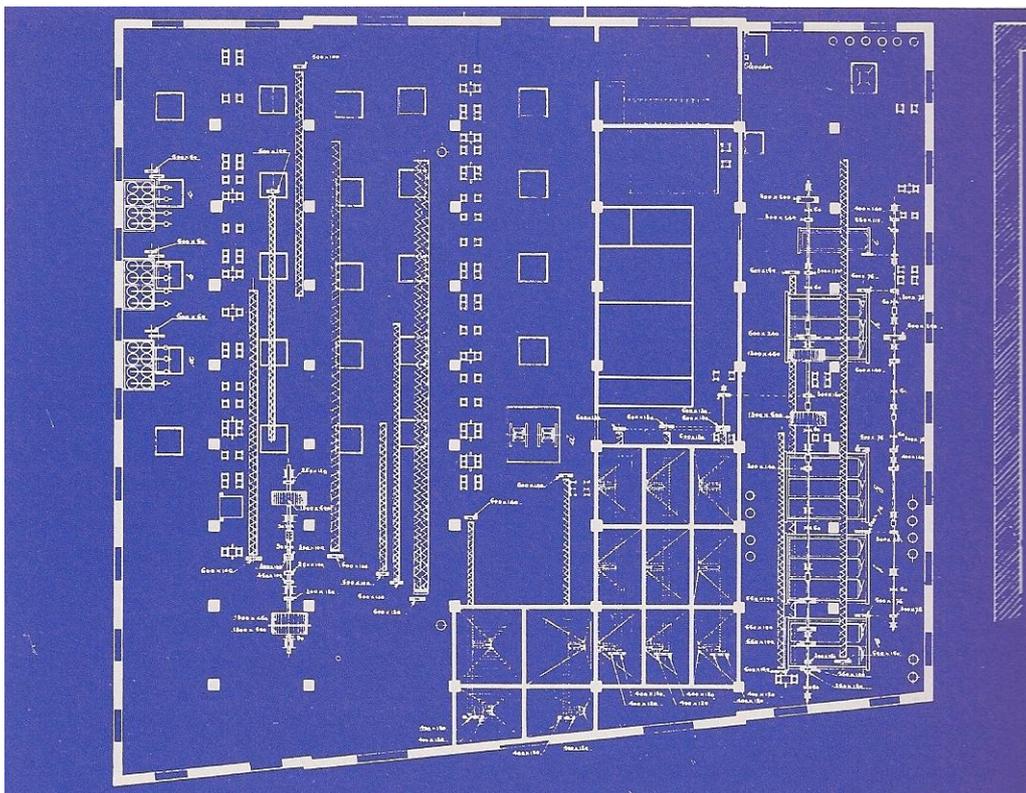


Figura 10 – Planta da fábrica do Caramujo: reprodução com forte redução de cópia *marion* do projecto de reconstrução, 1897, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.127

Na disposição geral do edifício reconstruído, seria mantido o espaço já anteriormente existente. O esquema básico de organização também permaneceria: igual número de pisos, seis, correspondendo a fases distintas de transformação do cereal; a mesma sequência de produção (iniciada com a trituração do cereal no topo do edifício e ensaque no piso térreo); o maquinismo motriz implantado junto ao alçado da Rua Direita do Caramujo, efectuando-se as cargas e descargas através da frente virada ao rio.¹⁴³

No primeiro e segundo pisos, encontrava-se o «salão das máquinas» que era considerado, técnica e simbolicamente, o centro propulsor de toda a unidade produtiva do edifício.¹⁴⁴ Na altura, aqui estavam instalados os dois maquinismos a vapor. Mais tarde, com o advento da electricidade, aqui foram colocadas máquinas eléctricas. Este salão tinha as paredes guarnecidas com painéis de estuque e uma cobertura decorada

¹⁴³ SANTOS, António Maria A. – «A fábrica de moagem do Caramujo (1897-1898). Novos dados sobre a introdução do betão armado em Portugal», p.43

¹⁴⁴ IDEM – *Ibidem*, p.43

com pinturas figurando cenas mitológicas de trabalhos agrícolas, à semelhança de outros edifícios congêneres internacionais.

O terraço existente no último piso era uma inovação como já referimos – coberto por uma toalha de água, cumpria dupla função, contrariando os efeitos nefastos da secagem do cimento, como isolante térmico e protector, e servindo de reservatório para a ajuda a eventuais incêndios.

Parece unânime, entre estudiosos do edifício da moagem, que, pese embora a inegável inovação da opção nesse tempo pela construção em betão e adopção de grandes inovações construtivas, manter-se-iam soluções demasiadamente clássicas, numa dicotomia clara de vanguarda e tradicionalismo (ligação a modismos então em voga), nomeadamente na resolução da fachada, que seria executada tradicionalmente com enchimento de tijolo, acabando por expressar um desenho demasiado clássico para um tão vasto edifício de seis andares.¹⁴⁵

Para Carlos A. Ferreira, único protagonista iniciador do processo de classificação da fábrica do Caramujo, a relevância desta obra não se encontra na “qualidade da comprometida composição das suas fachadas, mas na organização do seu aparelho estrutural, disciplinado em ordem a uma serena modulação a dois ritmos. Uma estrutura de pilares, vigas e lajes, inovadoramente exposta na simplicidade das suas formas, não camufladas por quaisquer elementos «decorativos»”, actuando a função industrial como circunstância relevante para o afastamento de compromissos arquitectónicos com modas arquitectónicas em uso na arquitectura erudita e urbana.¹⁴⁶

Na nossa opinião, reside exactamente nesta dualidade de concepções o seu valor estético, que igualmente detém, para além de ser considerado um exemplo paradigmático da construção arquitectónica industrial. Se o interior, que poderia escapar à visão despreparada de análise informada de muitos, se apresentava estruturado segundo princípios de racionalidade construtiva que, possibilitando “actualizadas possibilidades técnicas assinalavam transformações na conjuntura social que exprimiam o silogismo: programas novos-materiais novos”¹⁴⁷, o certo é que adoptando um desenho tradicionalista para o exterior, se manteve uma certa unanimidade compositiva ao nível do conjunto do complexo industrial e de toda a envolvente, sem rasgos de fracturas

¹⁴⁵ TOSTÕES, Ana – «Construção moderna: as grandes mudanças no século XX», p.6

¹⁴⁶ FERREIRA, Carlos Antero – *Betão: A idade da descoberta*, p.129

¹⁴⁷ TOSTÕES, Ana, texto referenciado na nota 145, p.5

evidentes na paisagem construtiva, mantendo, no entanto, características singulares e especificidades próprias, destacando o edifício em volumetria e estética decorativa.

Na importante obra documental de recolha iconográfica sobre a Cova da Piedade, Alexandre Flores avança muitas informações sobre a reconstrução da fábrica e a sua vivência laboral. Aponta como um dos encarregados da obra, mestre Filipe, que teria tido vários operários a trabalhar por sua conta. Os trabalhos começaram o mais cedo possível, sob ordens do proprietário, que continuou a apoiar financeiramente os operários e as suas famílias. A fábrica recomençaria a laborar em Outubro de 1898.¹⁴⁸

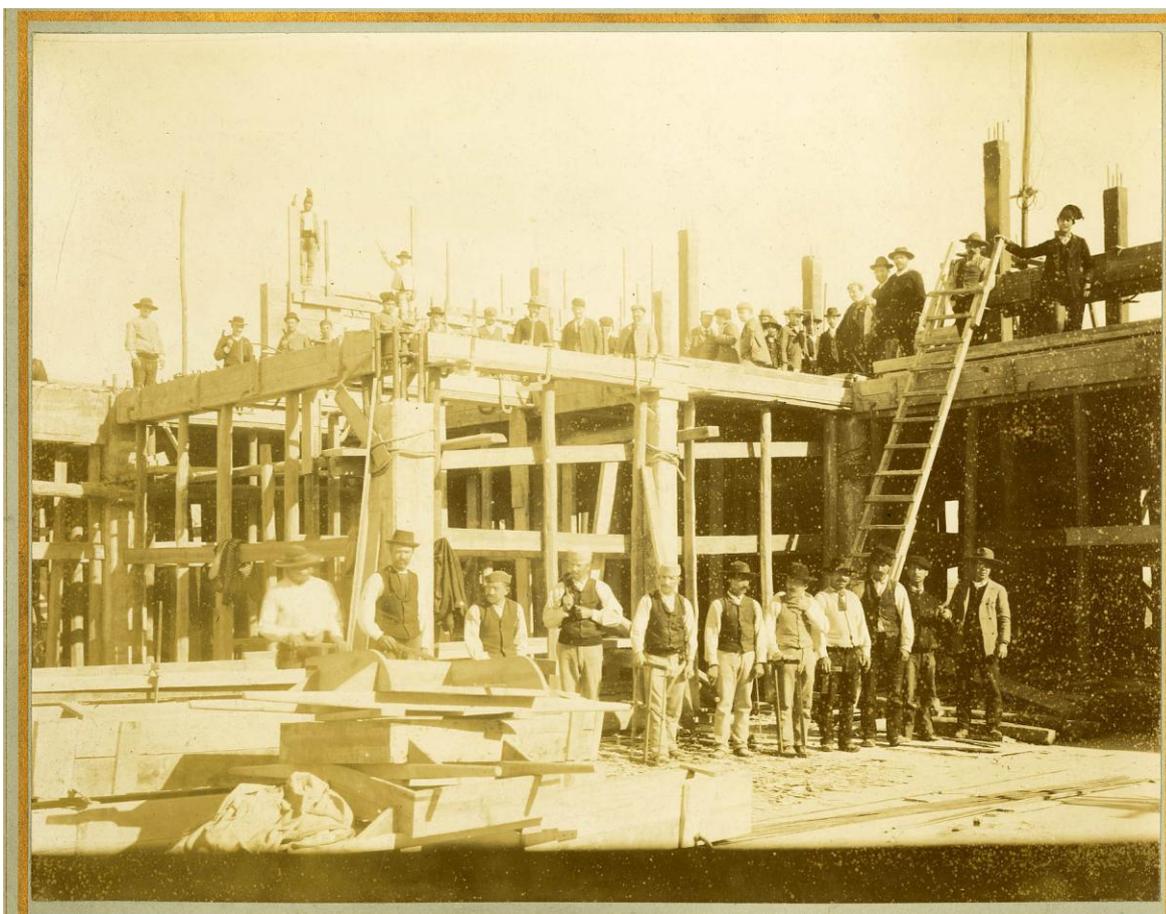


Foto 25 – Fábrica de moagem do Caramujo, vista do edifício em construção, 1897 (Fonte: Institut Français d'Architecture – Bétons armés Hennebique (BAH): bureau technique central; n° 076 Ifa BAH) (Autor: José-Maria da Silva)

¹⁴⁸ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.74

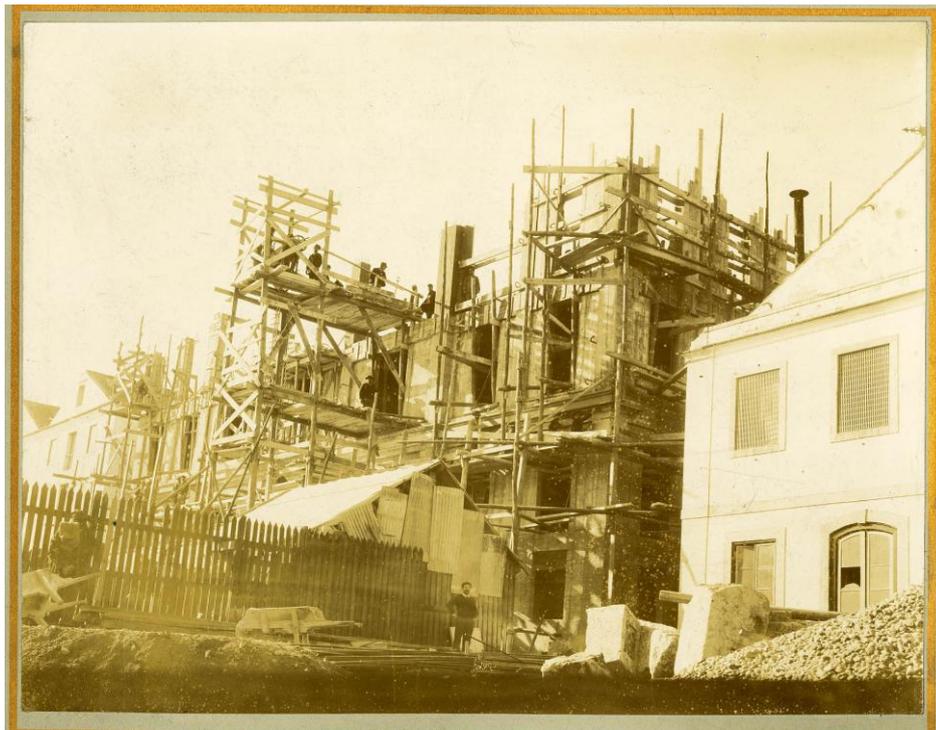


Foto 26 – Fábrica de moagem do Caramujo, vista do edifício em construção, 1897 (Fonte: Institut Français d'Architecture – Bétons armés Hennebique (BAH): bureau technique central; n° 076 Ifa BAH) (Autor: José-Maria da Silva)



Foto 27 – Fábrica de moagem do Caramujo, edifício terminado, 1898 (Fonte: Institut Français d'Architecture – Bétons armés Hennebique (BAH): bureau technique central; n° 076 Ifa BAH) (Autor: José-Maria da Silva)

Para Carlos A. Ferreira, encontramos nos alçados da moagem testemunhos dos tais contributos de elementos acessórios da composição matricial. “E é assim que, num espírito reconhecivelmente classicista, vemos acentuado na fachada principal um corpo ligeiramente saliente, que corresponde no plano marginal à transposição dos três módulos maiores da estrutura, enquanto duas cornijas dividem horizontalmente a composição em três sectores ou faixas, valorizando o pavimento térreo e o último pavimento superior, mas diferenciando-os pelo seu desenvolvimento em altura.”¹⁴⁹ Esta fachada era encimada por um painel emblemático.¹⁵⁰ A fachada posterior apresentava igual princípio de composição, com um painel de diferente inscrição.¹⁵¹ Todo o corpo, com esta marcada regularidade e simetria de vãos ao longo do alçado, era rematado por platibanda.



Foto 28 – Rua Direita (denominada mais tarde Rua Manuel José Gomes): fachada posterior da fábrica de moagem (primeiro edifício à esquerda) (c. 1900, segundo R. H. Pereira de Sousa, in *Almada. Toponímia e História*, p.104) (Postal propriedade da Câmara Municipal de Almada-DAU)

O engenheiro J. M. d’Oliveira Simões assim retratava a fábrica, em 1899: “É a mais moderna das fabricas de moagem importantes em Portugal e uma das mais notáveis. Para em tudo ser digna d’exame aos que se interessam pelas causas industriaes e pela sciencia do constructor, basta saber-se que, montada recentemente, em 1898, está

¹⁴⁹ FERREIRA, Carlos Antero – *Betão: A idade da descoberta*, p.128

¹⁵⁰ Ver figura 8 do nosso estudo, p.82

¹⁵¹ Ver figura 9, p.83

dotada dos mais perfeitos machanismos d'esta especialidade que tanto se tem desenvolvido, e que a construcção do edificio é o primeiro exemplar de valor da applicação do novo processo de construcção em cimento armado, systema Hennebique. O incêndio de 10 de Junho de 1897 deu ocasião a que se fizesse uma transformação radical na antiga fabrica. Diversas transformações tinha experimentado já durante a evolução do seu trabalho, sendo a mais importante a realisada em 1889, mas nunca se fizera uma transformação tão completa. O conjunto tem um aspecto gracioso e architectonico, accomodado ao fim que se teve em vista.»¹⁵²



Foto 29 – Fábrica de moagem de trigo, após a reconstrução de 1897-98, finais do século XIX ou início do XX, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.77

A sua panorâmica exterior inseria-se num conjunto industrial, entre construções de armazenagem e de habitação do proprietário e do operariado; ainda nos dias de hoje há uma quase inalterabilidade desta situação, apresentando contudo evidente degradação, a nível das estruturas edificadas e das condições ambientais.

Igualmente a envolvente se iria alterar, a partir do momento da construção da avenida marginal de ligação entre Cacilhas e Cova da Piedade e a instalação da Lisnave.

¹⁵² SIMÕES, J.M. d'Oliveira – «Fábrica de moagem no Caramujo», p.372



Foto 30 – A Margueira antes da instalação da Lisnave, 1954, in DINIZ, Júlio Pereira – *Almada imaginada: fotografias de Júlio Pereira Diniz*

Os edifícios geminados situados a sul permaneceriam e somente seriam demolidos no início da década de sessenta do século XX, aquando das obras de remodelação geral da fábrica de moagem do Caramujo, incluindo a construção dos silos de armazenamento dos cereais da fábrica Aliança, em espaço adjacente ao estabelecimento fabril. As fachadas da fábrica também seriam alteradas, procurando-se uma adequação ao gosto e necessidades utilitárias da década. Na proposta de classificação da fábrica, Carlos Antero Ferreira referia-se a esta alteração nestes termos: “As fachadas, entretanto adulteradas relativamente ao projecto inicial, não mantêm por isso o valor original, de referência histórica.”¹⁵³

Segundo informações prestadas pelo último gestor da fábrica, Álvaro Guimarães,¹⁵⁴ a construção dos silos teria tido início em 1961, pela empresa «Construções Técnicas, lda.». Como os terrenos se encontravam em área de Domínio Hídrico Público Fluvial teve de ser pedida autorização à Administração Geral do Porto de Lisboa, entidade que tutelava estes licenciamentos.¹⁵⁵ Álvaro de Guimarães avança com pormenores acerca desta construção: “De notar os alicerces assentes em estacaria

¹⁵³ Ver documento 27, Volume II, anexos, p.181

¹⁵⁴ Questionário que pode ser lido na íntegra no Volume II, apêndices, pp.48-55

¹⁵⁵ Infelizmente, ao ser contactada por nós, a administração Geral do Porto de Lisboa respondeu não ter conhecimento do assunto nem quaisquer documentos à sua guarda em arquivo.

que foi necessário aprofundar a mais de cem metros, dada a natureza do solo, e do processo de moldes deslizantes que permitiram a sua rápida construção em modo contínuo.”

Os anos sessenta iriam trazer outros condicionalismos à laboração da moagem, com o progressivo assoreamento, obrigando a alterações na dinâmica das cargas e descargas, com imposição de transformações nas construções.¹⁵⁶

Mas, se a nível exterior eram evidentes as transfigurações, a nível da estrutura formal do interior, o sistema estrutural da fábrica do Caramujo, pilares, vigas principais, vigas secundárias, lajes maciças, patente nas fotos seguintes de cerca de 1989, ainda testemunhavam nessa data a inovação introduzida com o sistema de Hennebique. Segundo Carlos A. Ferreira, legendando essas mesmas fotos: “A esbeltíssima estrutura da moagem de António Gomes, ordenada e hierarquizada com extrema correcção, testemunha uma concepção e uma execução exemplares nos finais da última década do século XIX.” Passados poucos anos, com o encerramento das portas, tinha início a decadência de todo o edifício e a progressiva degradação do interior e perda irreversível do seu património técnico e documental.



Foto 31 – Perspectiva do sistema estrutural da fábrica do Caramujo – pilares, vigas principais, vigas secundárias, lajes maciças, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.130

¹⁵⁶Ver as fotos 17, 18 e 19 do nosso «Percurso externo do complexo de laboração da moagem no Caramujo», no Volume II, apêndices, pp.25-26

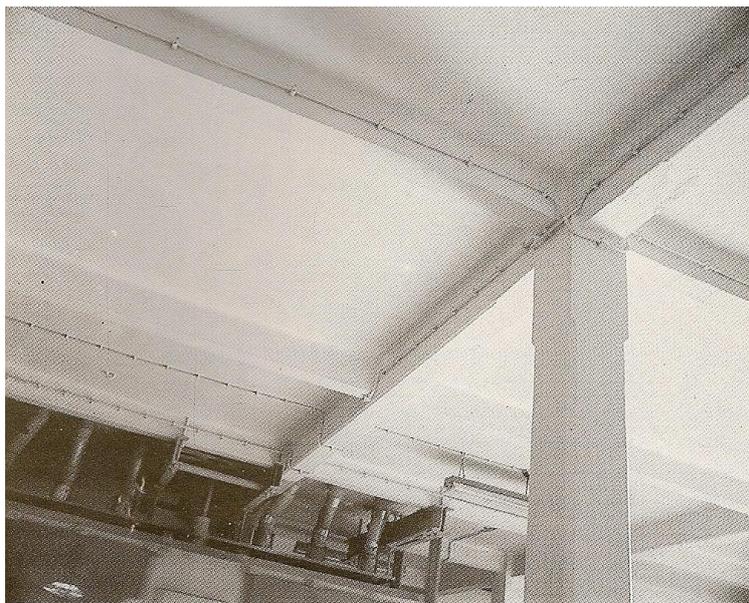


Foto 32 – “A esbeltíssima estrutura da moagem de António Gomes...”, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.130

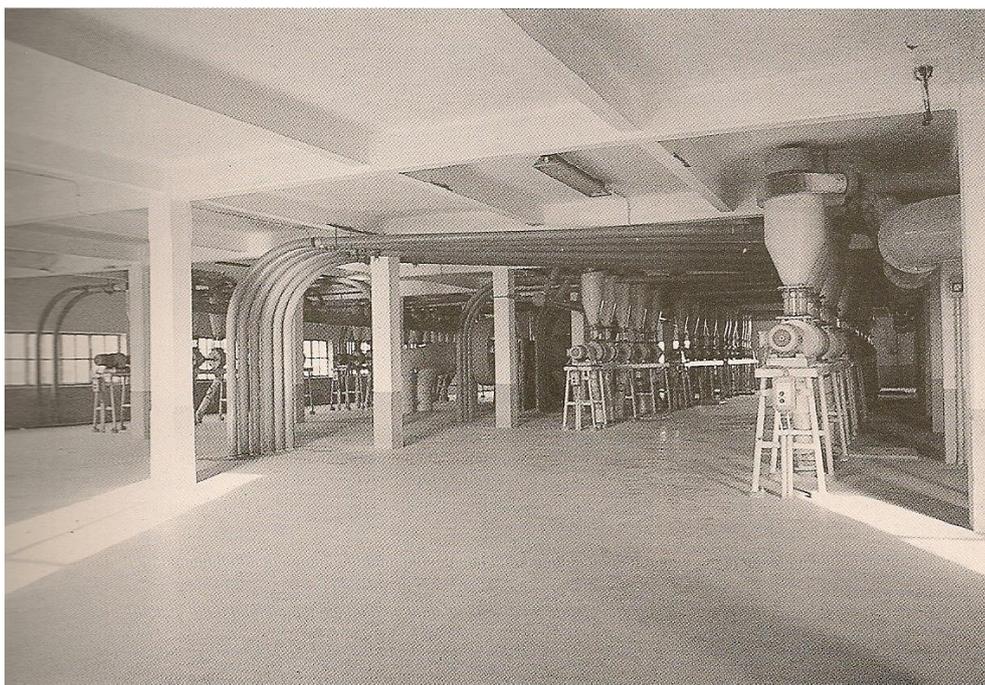


Foto 33 – A estrutura da moagem, aqui evidenciando alguns dos maquinismos, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.131



Foto 34 – Outra perspectiva do piso da foto anterior, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.131



Foto 35 – Uma das últimas fotografias da fábrica quando ainda em laboração, in RIBEIRO, Rogério,dir. – *Ver Almada crescer, catálogo da exposição*, p.72

No início da década de noventa do século passado, embora ainda em laboração, os sinais de decadência eram evidentes. O assoreamento completo da zona do anterior cais e doca induzem a progressiva degradação da área do Caramujo, em pleno choque de recessão industrial a nível local.

Na sequência do andamento do processo de classificação, em 1996 era efectuada visita ao Caramujo para análise do imóvel, sendo elaborada informação, com data de 15 de Outubro desse ano, com análise da fábrica assim referida: “Da leitura exterior do edifício sobressaem as relações entre a massa arquitectónica, a sua textura (cimento à vista), organização volumétrica e formal, bem como o impacto espacial gerado.”¹⁵⁷

Hoje em dia os sinais de degradação têm vindo a acentuar-se (como bem documentamos com o elenco de fotos datadas de 2010), recomendando-se a mais rápida intervenção, de modo a não continuar a ser desperdiçada a sua mais-valia de património industrial.

2.2.A fábrica de moagem do Caramujo – técnicas e memórias do trabalho

No estudo da fábrica da moagem como representante de um tipo de património, o património industrial, não podíamos evidentemente quedar-nos pela análise arquitectónica, quer do seu exterior, quer da sua estrutura formal interna, limitando-nos a uma perspectiva redutora desta tipologia patrimonial. Num universo de características muito mais vasto havia que avançar para o seu recheio técnico e tentar recolher testemunhos da vivência laboral.

Definição de património industrial elaborada pelo TICCIH, em 1978: “Paisagem, sítio, edifício / bens móveis – instalações, máquinas, utensílios que testemunhem a actividade das sociedades economicamente desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, compreendendo as fontes de energia e as matérias-primas, os lugares de trabalho, os meios de transporte e utensílios técnicos, o conjunto dos produtos que resultaram da actividade industrial, o conjunto dos documentos escritos, gráficos, fotográficos, os textos administrativos, jurídicos, técnicos e outros.”¹⁵⁸

Desempenhando os maquinismos um papel fulcral na vida de qualquer fábrica, resolvemos que este estudo fosse um eixo igualmente fundamental no percurso de investigação do património moageiro do Caramujo. Impôs-se-nos dimensionar o progressivo desenvolvimento tecnológico deste complexo fabril, tentando recolher dados acerca das suas características, expor como as opções práticas em termos de transformação e aperfeiçoamento das técnicas fabris (máquinas e energias utilizadas)

¹⁵⁷ Documento 34 (2 páginas), Volume II, anexos, pp.188-189

¹⁵⁸ INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – *Património industrial*, pp.54-55

foram surgindo ao longo do tempo, quer pressionadas por dinâmicas político-económicas ou como solução de resolução de problemas técnicos diversos ou até devido a um espírito inovador e empreendedor, certamente objectivos dos seus iniciais proprietários da família Gomes, mas igualmente aprender e ajudar à divulgação de um importante e complexo processo de produção.

Em termos de percurso histórico como fábrica, podemos estabelecer quatro momentos: até 1897; de 1898 às décadas de cinquenta e sessenta do século XX; desde esta data até ao encerramento; a degradação, fase actual.

A nossa fábrica de moagem, em 1881 ainda estava equipada com mós tradicionais. Nessa altura possuiria 18 pares de mós, segundo Pedro Marto Neves, a partir de dados do Inquérito Industrial de 1881.¹⁵⁹

A actividade da produção da moagem era complementada num circuito de abastecimento dos cereais e dos produtos a escoar, a partir das fragatas e do cais da farinha e respectiva doca, pertencendo a maioria das fragatas que actuavam no estuário do Tejo ao industrial Manuel José Gomes.¹⁶⁰



Foto 36 – Fragata de transporte das sacas da farinha, da fábrica de moagem do Caramujo, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.77

¹⁵⁹ NEVES, Pedro José Marto - *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, p.209

¹⁶⁰ FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, p.52



Foto 37 – Bandeira de uma das fragatas que transportavam a farinha, datada de 1871; as letras MJG são visíveis na bandeira, acima da data, in FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, p.53

A remodelação de 1889, embora acontecendo numa conjuntura económica desfavorável devido à sobrecarga de direitos aduaneiros sobre o trigo estrangeiro e obrigatoriedade de compra em quantidade dupla da importada, surge, no entanto, num momento oportuno devido à crise cerealífera de 1890, que irá impor exponenciais aumentos da importação de cereais, originando o desenvolvimento técnico e produtivo do sector da actividade económica da moagem.¹⁶¹

A modernização incluída nesta unidade fabril seria comentada no Inquérito às Fábricas de Moagem de 1890: “...Está esta fábrica no Caramujo, próximo da margem esquerda do Tejo, em um grande edifício de construção moderna e especial para o fim a que se destina. Foi inaugurada o anno findo. O seu machinismo é do systema austro-hungaro e compõem-se de dezoito aparelhos munidos de cylindros de ferro. Em vasto compartimento do pavimento térreo está instalada, nas melhores condições, a machina motora, de dupla expansão, e de 250 cavallos de força. O vapor é fornecido por três caldeiras tubulares assentes em ampla edificação fronteira à fábrica...”¹⁶²

Álvaro Guimarães, o último gestor no Caramujo, escreveria, em relação a esses tempos antes do incêndio de 1897, após pesquisas efectuadas tendentes a nos fornecer mais elementos para além das suas memórias e conhecimentos técnicos: “Num site

¹⁶¹ SANTOS, António Maria dos Anjos – *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, pp. 278-279

¹⁶² FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – *Farinhas, moinhos e moagens*, p.169 (excerto de MAGALHÃES, Calvet – Inquérito às fábricas de moagens, ordenado pela Portaria do Ministério da Fazenda, em data de 20 de Fevereiro de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890)

alemão que visitei recentemente vim a saber que em 1888, a moagem de Manuel Gomes e Filhos sita no lugar do Caramujo, Portugal, adquiriu uma máquina a vapor com 220/225 cavalos da marca Gorlitzer Machienenbau AG, com o nº de fabrico 776/77, o cilindro de alta pressão era de 450 mm de diâmetro e o de baixa de 750 mm de diâmetro e funcionava a 65 rotações por minuto.”¹⁶³ Os periódicos da época confirmam a perda, para além dos edifícios, de maquinismos e de trigos.¹⁶⁴ Provavelmente esta máquina terá escapado ao sinistro, pois aparece mencionada em 1899, por J. M. d’Oliveira Simões.¹⁶⁵

Outra das inovações seria a utilização da energia eléctrica para iluminação. Na mais moderna empresa do sector a nível nacional, trabalhavam 330 operários e a produção era em média de 50 toneladas de trigo diárias, valor considerado superior a qualquer das suas congéneres em Portugal.¹⁶⁶ Segundo o Inquérito Industrial de 1890, das principais matérias-primas consumidas pelas fábricas do concelho de Almada eram as seguintes: trigo e milho provenientes de Portugal, América e Rússia, no valor de 973.000\$00 destinadas à moagem; e a farinha nacional no valor de 53.479\$00 com destino à padaria.”¹⁶⁷

Em 1899, na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, com redacção do engenheiro J. M. d’Oliveira Simões, é feita a descrição da moderna fábrica de moagem do Caramujo da seguinte forma sintética, pormenorizando o essencial: “No rez-do-chão estão: a instalação eléctrica para a iluminação, a secção dos ensacadores de farinhas e desperdícios, as transmissões do movimento para as machinas que são animadas por 10 cabos motores, e os cylindros de reserva. No 1º andar é a instalação de 26 moinhos de cylindros duplos, 3 aspiradores, 3 ensacadores de sêmeas e 10 de miudezas e um lotador. Está também ali o deposito de farinhas. No 2º andar estão as balanças automáticas, 4 silos ou conductas dos trigos, 3 colecttores dos aspiradores do 1º andar, 12 crivos cylindricos que passam o trigo para 9 silos, que a seu turno o levam a outras

¹⁶³ Volume II, anexos, p.54

¹⁶⁴ Devido ao acontecimento de 10 de Junho de 1897, a fábrica de moagem ganhou protagonismo de primeira página na imprensa nacional e podemos colher dados preciosos acerca da história dos edifícios, das máquinas e da dinâmica estrutural daquela moagem até à data, nomeadamente em *O Seculo, Diário de Notícias* e *Vanguarda*, de 11 de Junho de 1897

¹⁶⁵ SIMÕES, J.M. d’Oliveira – «Fábrica de moagem no Caramujo», p.373

¹⁶⁶ SANTOS, António Maria dos Anjos – *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, p.280

¹⁶⁷ FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, p.127

machinas, preparando-o para entrar nos cylindros dos moinhos. No 3º andar há 3 escovadores para farellos, 2 peneiras de rotação, 9 separadores e as ventoinhas e bandejas para a limpeza. Está também ahi o gabinete do tecnico. No 4º andar installaram-se os peneiros, 26 plansichters Bühler e 14 peneiros antigos, os caixilhos dos crivos de sêmea, duas tararas, uma balança automática e 8 noras para ascensão do trigo. No 5º andar estão os topos dos ascensores de trigos e farinhas, as aberturas para os teigões, as câmaras de pó e os humidificadores. As machinas motoras são duas: uma de 250 cav. que era a antiga, outra de 550 da casa Sulzer. São servidas [...] por 3 geradores. Estão do outro lado da rua em edificio separado, como estão separados também 12 armazens para trigos e farinhas.”¹⁶⁸

A descrição ainda nos dá conta dos fins para que serve o terraço: “contra incêndios, porque comunica com todos os andares por meio de tubos com as respectivas mangueiras e agulhetas, dá água com pressão necessária para lavagens e outros usos, refresca a construção que é de betonilha de cimento e póde soffrer com a secagem.”¹⁶⁹

Outras informações importantes igualmente avançadas neste texto: apontam-nos a marca dos aparelhos humidificadores, Mertz, e informam-nos que estes cumprem a função de contrariar os efeitos perigosos do pó da farinha quando difundido no ar. As máquinas são da autoria de Adolpho Bühler, de Uzwil. As máquinas ligadas à produção da farinha estão distribuídas obedecendo “ao principio conhecido de que o produto vá cahindo de andar em andar segundo a ordem das operações, e também ao de separar para o lado direito em todos os andares os aparelhos de limpeza e para o esquerdo todos os de farinação e peneiração. Póde produzir 150.000 kilos de farinha em 24 horas.”¹⁷⁰

A substituição do sistema produtivo, das mós tradicionais para os moinhos de cilindros, proporcionou um aumento na capacidade produtiva das fábricas de moagem. O abandono gradual das antigas técnicas deveu-se em parte à pressão da inspecção deste sector económico, mas também à vontade dos empresários interessados em possuírem unidades fabris com maior força produtiva e relevância no mercado.

¹⁶⁸ SIMÕES, J.M. d’Oliveira – «Fábrica de moagem no Caramujo», pp.372-373

¹⁶⁹ IDEM – Ibidem, p.372

¹⁷⁰ IDEM – Ibidem, p.373

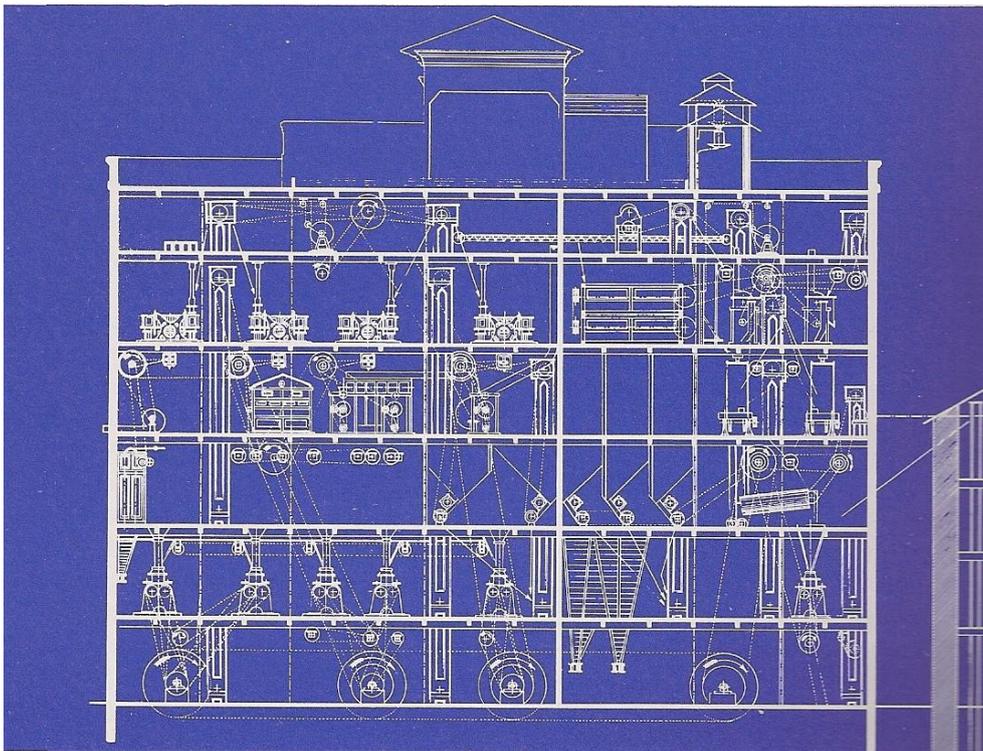


Figura 11 – Corte longitudinal das peças desenhadas da fábrica do Caramujo: reprodução com forte redução de cópia *marion* do projecto de reconstrução, 1897, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.126

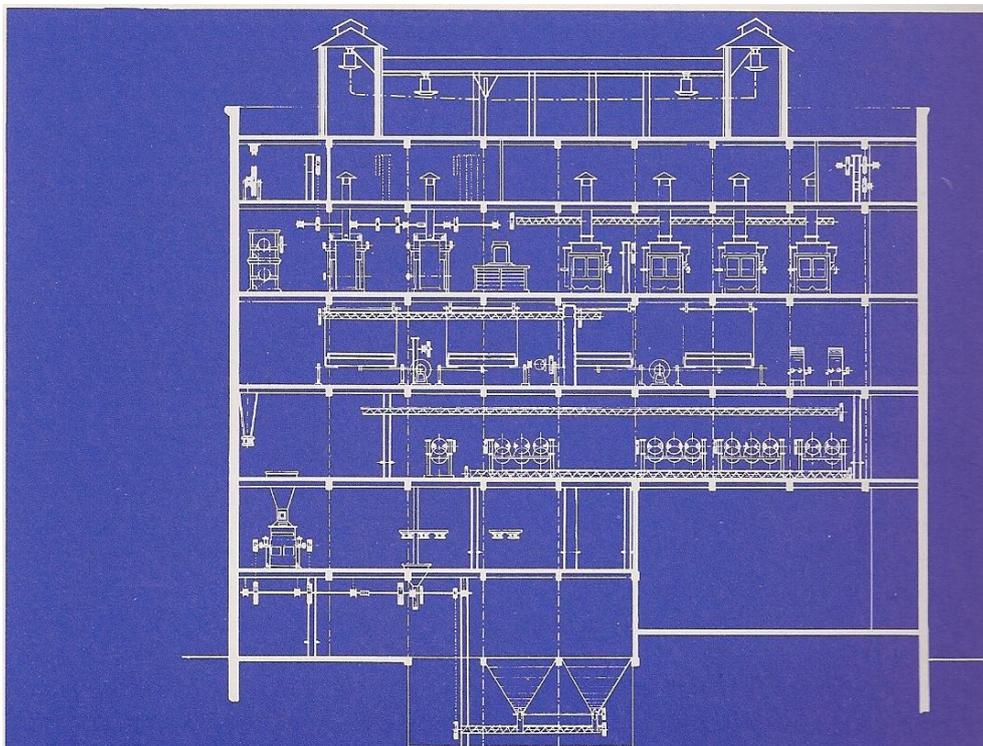


Figura 12 – Corte transversal das peças desenhadas da fábrica do Caramujo: reprodução com forte redução de cópia *marion* do projecto de reconstrução, 1897, in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.127

O periódico *Vanguarda*, num texto de 26 de Março de 1903, igualmente realça as instalações fabris e a tecnologia, pormenorizando a estrutura da fábrica piso a piso, dando-nos mais algumas informações: “No decurso da nossa visita, algumas outras notas fomos extrahindo. A fabrica emprega 158 operarios, entre os quaes um moleiro suiso, o sr. Frederico Maerky, e um engenheiro inglez o sr. Jorge Taylor. [...] Incidentemente falamos do «trust» ao sr. Antonio José Gomes. Combate-o em absoluto. Nunca adherirá a qualquer companhia ou syndicato...”¹⁷¹

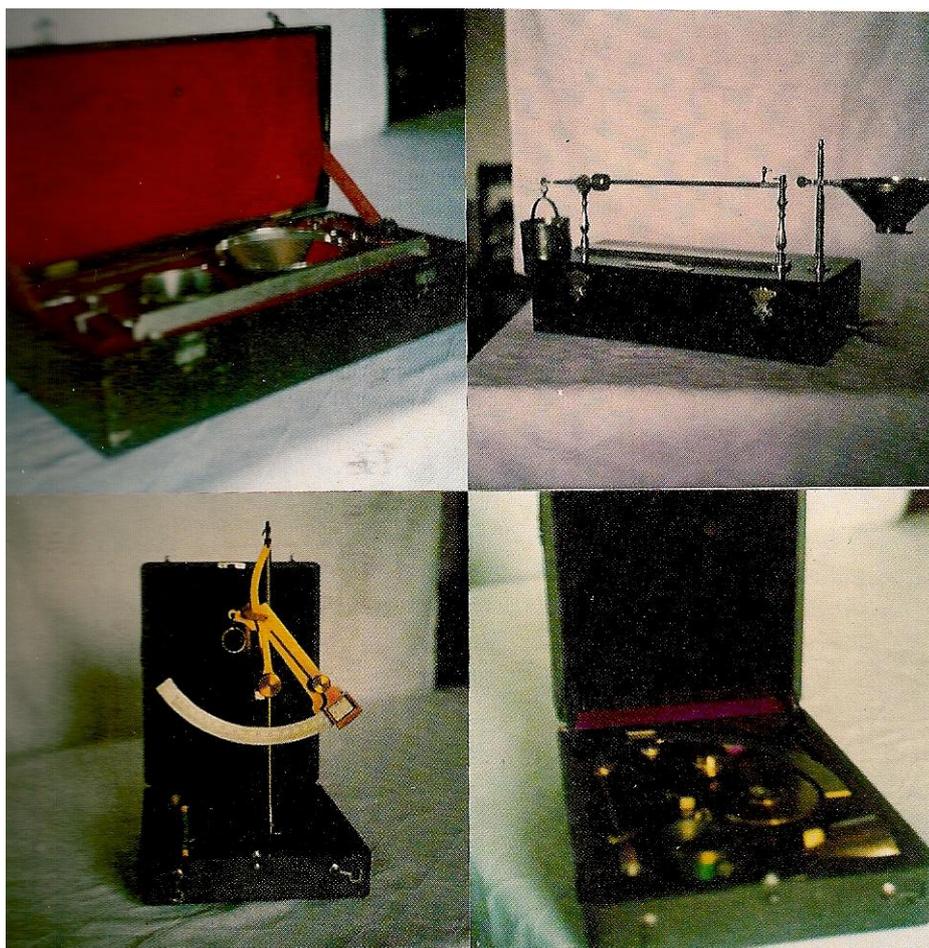


Foto 38 – Balanças utilizadas por António José Gomes para avaliar o peso dos diversos tipos de trigo das amostras, in FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, p.51

¹⁷¹ «Academia de Estudos Livres: A visita à fabrica de moagens do Caramujo», in *Vanguarda*, 26 de Março de 1903, p.2

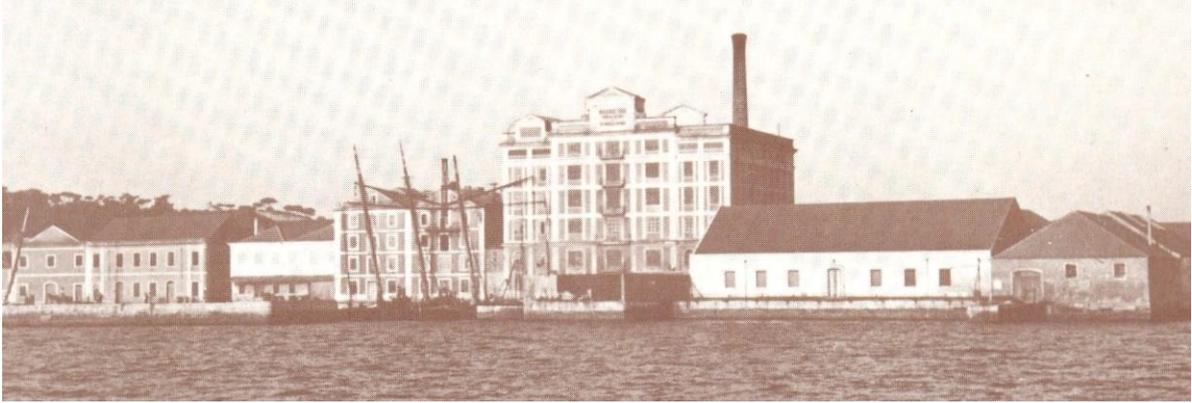


Foto 39 – Perspectiva abrangente da fábrica de António José Gomes, do cais e das embarcações; início do século XX; in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.78

A morte súbita do industrial, criou desacordos entre os membros da família, o que tendencialmente proporcionaria que a maioria viesse a entender ser a melhor opção a constituição de uma sociedade por acções, sendo os Gomes os maiores accionistas.¹⁷² Nos anos que procederam à morte de A. J. Gomes, vamos assistindo a um processo contínuo de criação de grandes organizações empresariais. O sector da moagem reflecte esta tendência. Em 1920 estavam criadas a Companhia Industrial Portugal e Colónias e a Sociedade Industrial Aliança. “A concentração de unidades operacionais foi essencial para ganhar dimensão em termos de força laboral, na medida em que, devido à grande intensidade capitalista da actividade, as fábricas de moagem empregavam individualmente um número de trabalhadores reduzido, relativamente ao que se passava noutros sectores.”¹⁷³

¹⁷² FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.78

¹⁷³ NEVES, Pedro José Marto - *Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial*, p.211



Foto 40 – Caldeira da fábrica de moagem do Caramujo com o grupo de operários que efectuou a montagem, 20 de Outubro de 1928, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.78

Em 28 de Outubro de 1928 era montada a caldeira nova da fábrica de moagem, já pertencendo esta unidade industrial à Sociedade Industrial Aliança. “Os vapores da caldeira passavam por encanamentos subterrâneos em direcção ao edifício fabril, fazendo mover a máquina Sulzer. Desta caldeira saía o ‘apito da farinha’ que controlava a vida da Cova da Piedade.”¹⁷⁴

Por volta dos anos quarenta estamos crenes de que algumas alterações se efectuaram ao nível da maquinaria, posto que uma das máquinas da Aliança (que nós encontramos ainda em laboração na fábrica por nós visitada), moinho de cilindros da marca Daverio S. A., é dos anos quarenta e não pertence ao lote de máquinas compradas e instaladas entre 1961 e 1963, aquando das obras de modernização.

Num relatório elaborado em 1946 por Etienne de Groër, onde apresentava as linhas gerais do planeamento do concelho de Almada, ao efectuar a análise do estado actual do concelho, apresentava a classe operária como representando 75% da população do concelho, a superfície da zona industrial era cerca de 112 hectares, apontava a existência de uma enorme heterogeneidade na habitação, realçando que quase todos os prédios não tinham condições de higiene, havendo muitos considerados

¹⁷⁴ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.78

verdadeiros casebres, como as “cavaliças humanas” do Caramujo e da Cova da Piedade¹⁷⁵; quanto à análise dos estabelecimentos de ensino, nomeadamente na Cova da Piedade havia uma “escola masculina, antiga, tendo apenas 2 salas de aula, situada num terreno nitidamente insuficiente e tendo o grave defeito de se encontrar ao lado de fábricas e na via [...] da maior circulação do concelho.”¹⁷⁶ Quanto à indústria, referia que as fábricas mais pequenas estavam espalhadas sem qualquer ordem na Cova da Piedade, Mutela e Caramujo, sendo este o centro das fábricas de cortiça e moagens. Ao listar os principais géneros de indústria do concelho, apontava a moagem em segundo lugar (a cortiça aparecia em primeiro) referindo: “uma grande moagem mecânica funciona no Caramujo, empregando mais de 100 operários.”¹⁷⁷

Novamente as palavras de Álvaro Guimarães: “A substituição gradual da máquina a vapor por alguns grandes motores eléctricos decorreu durante os anos 50.”¹⁷⁸ Terminava assim um dos grandes momentos de vida da fábrica, em termos produtivos: a utilização da energia a vapor, associada à construção em betão. A energia eléctrica está ligada ao condicionamento industrial.

“Recordo-me que quando tinha nove anos (por volta de 1948) ter entrado em calções, pela mão do meu pai, numa visita /inspecção de rotina na casa da máquina, [...] ficar aterrado com o barulho ensurdecedor e um calor abrasador, (mais de 50 graus centígrados) e ao mesmo tempo maravilhado com todas aquelas peças luzidias a funcionar sobre a cabeça e amedrontado porque me diziam ser perigoso tocar ou

¹⁷⁵ Quando inquirido acerca de qual o tipo de habitação em que moravam os trabalhadores da fábrica, o gestor Álvaro de Guimarães respondia: “As casas eram construídas em alvenaria e recordo-me até de serem alvo da admiração de alguns visitantes estrangeiros, nomeadamente provenientes da América do Sul, que diziam que os seus operários da moagem só tinham posses para viver em barracas. A empresa tinha alguns prédios antigos nas imediações da moagem alugados a operários ou seus descendentes.”, Volume II, Apêndices, p.49. Portanto, as condições de habitabilidade e apoio social variavam consoante os “desejos” de cada empresário; também há que ter em conta que E. de Groër se referia a um tempo presente do seu relatório (década de quarenta), enquanto Á. de Guimarães, nessa altura uma criança, terá emitido a sua opinião acerca dessas condições de habitação numa referência cronológica posterior

¹⁷⁶ Escola primária mandada construir por António José Gomes para servir os operários e os filhos destes; daí a proximidade das fábricas

¹⁷⁷ GROËR, Etienne de – «Urbanização do Concelho de Almada (1946): análise e programa – relatório», pp.151-236

¹⁷⁸ Volume II, apêndices, p.54

aproximar-me demasiado daqueles componentes mecânicos. [...] Mas era preciso desde pequeno habituar-me àquele ambiente, e no futuro entrar ali sem qualquer sinal de temor, pois de outra forma como seria possível ter autoridade para transmitir de forma credível ordens ou decisões urgentes àqueles operários que se deslocavam corajosamente no meio daquele inferno de peças e transmissões a rodar num grande frenesim? [...] Os trabalhos de manutenção da máquina também eram morosos [...] e era preciso manipular e reparar peças ainda quentes. Havia trabalhos terríveis...”¹⁷⁹

“Recordo-me ainda das dificuldades que representava por vezes conjugar o funcionamento da máquina com a maquinaria de produção da moagem. Não é difícil de imaginar o conjunto de manobras e a perícia dos operadores para cortarem o acesso do vapor que estava a ser produzido no máximo da potência das caldeiras, pois se não cortassem de imediato o combustível e abrissem as válvulas de escape a pressão de vapor provocaria certamente uma explosão. E depois para repor a máquina em movimento e alcançar a velocidade normal, era preciso restabelecer a pressão do vapor, controlar adequadamente o fluxo de combustível e a quantidade de água. E a moagem não podia funcionar abaixo da sua velocidade nominal pois entre outros inconvenientes a qualidade da farinha saíria prejudicada. Estas situações criavam inevitavelmente atritos entre os responsáveis da produção e os operadores da máquina.”¹⁸⁰

“Por estas razões havia um desejo generalizado de passar à energia eléctrica de olhar para o futuro, e eu próprio era aconselhado a desviar a minha atenção e aprendizagem sobre a máquina e devia debruçar-me sobre outras matérias mais úteis. Íamos deixar de depender dela.”¹⁸¹

¹⁷⁹ Álvaro de Guimarães, Volume II, apêndices, pp.54-55

¹⁸⁰ Álvaro de Guimarães, pp.54-55

¹⁸¹ Álvaro de Guimarães, p.55



Foto 41 – Belíssima panorâmica da fábrica de moagem do Caramujo, 1957, do cais e dos barcos, antes da construção dos silos e da alteração das fachadas originais do edifício; igualmente uma fotografia que retém no tempo o ambiente fluvial antes do assoreamento; , in DINIZ, Júlio Pereira – *Almada imaginada: fotografias de Júlio Pereira Diniz*, 2003

Na década de sessenta, e num contexto de pressão política e económica de fomento de uma reorganização sistemática no sector, efectuou-se a reestruturação e remodelação da fábrica de moagem, com a construção da estrutura de ensilagem e a aquisição de modernos equipamentos da marca Bühler, para além de outras alterações na organização produtiva a partir da especialização na produção de matérias-primas para massas alimentícias: em 1962, a fábrica do Caramujo obtém a autorização para cindir a sua fábrica de moagem de trigo com peneiração em duas unidades distintas, uma produzindo farinha para a panificação e outra moendo trigo rijo para semolaria.

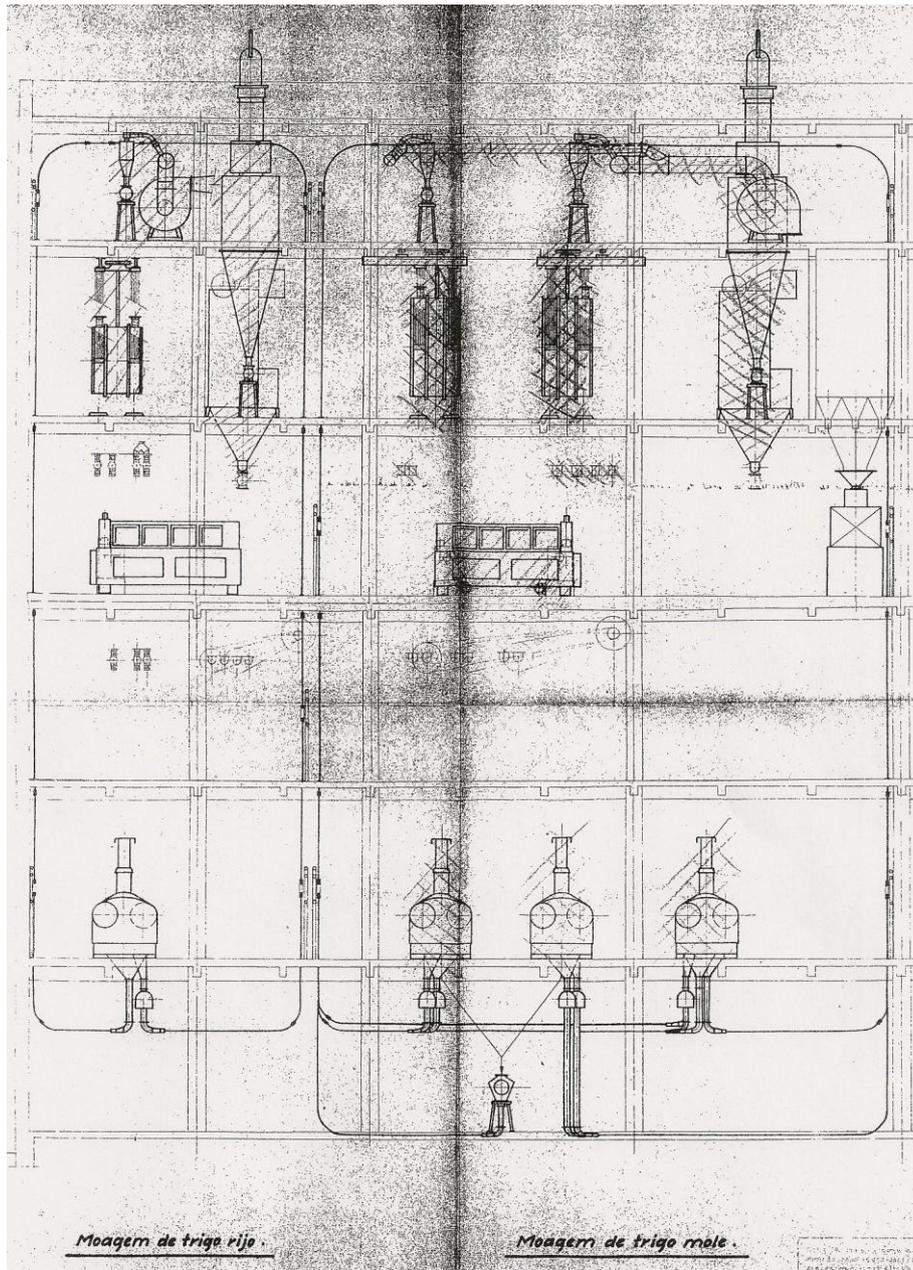


Figura 13 – Fotocópia a preto e branco, formato A4, a partir do desenho original: peças desenhadas, corte transversal, trabalho desenvolvido pela Gebrüd Bühler, Maschinen Fabriken, Uzwil, Suíça, para a Sociedade Industrial Aliança, 1962 (em posse de particular)

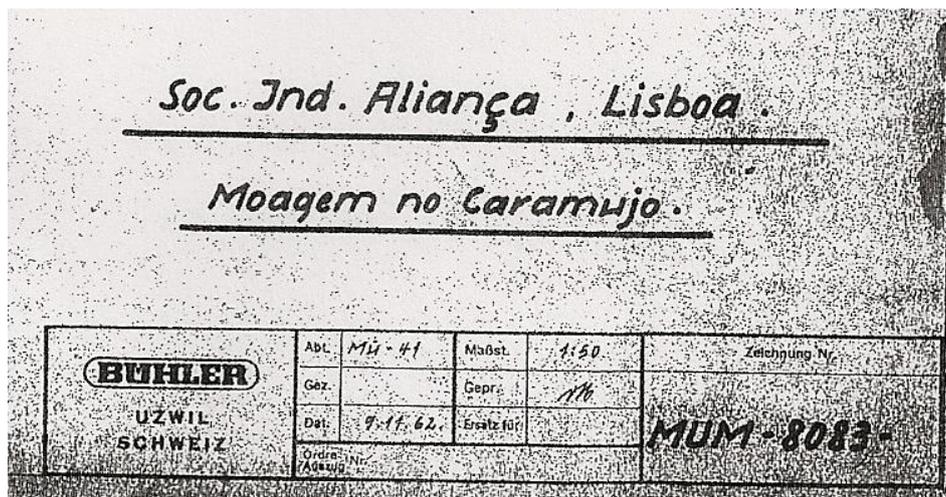


Figura 14 – Referência do encomendador (Sociedade Industrial Aliança) e fabricante (Gebrüder Bühler, Maschinen Fabriken, Uzwil, Suíça), constante nas peças desenhadas, corte transversal (em posse de particular)



Figura 15 – Anúncio da firma Bühler (primeira página), in *Boletim FNIM*, Ano VIII, Nº30, de Abril de 1965 (moinhos de cilindros)

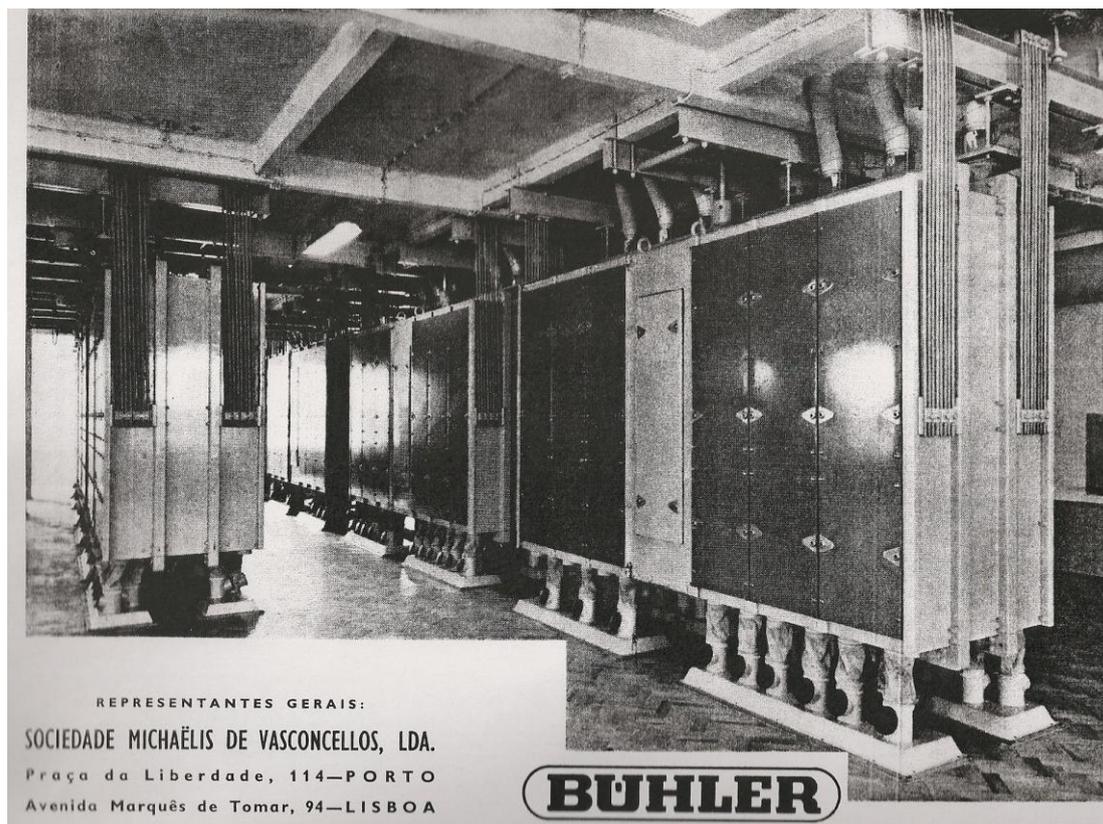


Figura 16 – Anúncio da firma Bühler (segunda página), in *Boletim FNIM*, Ano VIII, Nº30, de Abril de 1965 (plansichters)

Em 1963 são instaladas as máquinas, nomeadamente moinhos de cilindros¹⁸² e plansichters¹⁸³ da marca Bühler, uma das mais conceituadas empresas de maquinaria para moagem. Reequipar uma unidade de moagem é um trabalho complexo, que tem de levar em conta diversos factores, nomeadamente que muitas das máquinas utilizadas na moagem de cereais tem de ser feita por medida, para além dos custos e dos equipamentos para esta indústria sempre terem sofrido aumentos. Daí as ajudas à concessão de linhas de crédito fomentadas pela FNIM às fábricas agremiadas, tendo em vista o cumprimento de objectivos político-económicos, a nível estatal, mas sempre acompanhados por um esforço da parte de proprietários e dos seus moleiros em obter melhoramentos nos processos de fabrico.

Alguns dos principais aperfeiçoamentos que, desde as décadas anteriores, vinham contribuindo para a montagem de moagens mais eficientes e compactas eram a

¹⁸² Os moinhos de cilindros são máquinas de trituração dos cereais; no seu interior possuem pares de cilindros de ferro fundido, estriados ou lisos

¹⁸³ As plansichters são máquinas utilizadas para peneirar os produtos da moagem, efectuando a sua separação, conforme a dimensão

montagem de máquinas e tubagens inteiramente metálicas; o transporte pneumático dos materiais¹⁸⁴; mínimo de transporte horizontal dos materiais (contrariando a proliferação de parasitas); simplificação do diagrama da moagem.¹⁸⁵

“Nos últimos anos têm-se verificado grandes aperfeiçoamentos nas três máquinas principais da moagem: cilindros, plansichters e sassores. São os aperfeiçoamentos na eficiência e na capacidade destas máquinas e nos aspiradores, que, juntamente com as vantagens oferecidas pelo transporte pneumático, nos habilitam presentemente a usar máquinas muito mais pequenas e por consequência a reduzir substancialmente as dimensões dos edifícios dos novos moinhos, ou a instalar capacidades muito maiores nos edifícios existentes quando se trata da reorganização duma fábrica. Para planear um novo moinho ou para a reorganização dum já existente, são precisos dados muito completos e bem relacionados sobre certos pontos [...]: pormenores de localização, pormenores dos edifícios, facilidades de recepção do trigo e de saída dos produtos fabricados por caminho de ferro, estrada ou via fluvial, capacidades de silos, limpeza, moinho, armazenagem, variedades de trigo a utilizar, tipos e graduação de farinhas e subprodutos, aproveitamento de resíduos, etc.”¹⁸⁶

A construção dos silos obedeceu a critérios de rigor igualmente tendo em conta as novas concepções na edificação destas estruturas e também as exigências derivadas do desenvolvimento das técnicas produtivas.

Estas instalações cumprem as tarefas delicadas de armazenar os cereais, de os tratar e de os conservar em condições de utilização até à sua transformação. Uma vez que em Portugal o trigo não é de alta qualidade (trigo mole), contrariamente ao trigo importado (trigo rijo), é importante a mistura das espécies, sendo menos importante a capacidade total de acolhimento de cereal, tentando-se alcançar o maior número possível de células pequenas onde as diferentes espécies se possam armazenar,

¹⁸⁴ Não conseguimos saber em que data se começou a efectuar o transporte de produtos por sistema pneumático na fábrica do Caramujo. Em 1990, Alexandre Flores refere que esse sistema de transporte é utilizado, apontando os aspectos benéficos em relação ao anterior, mas não nos indica datas; consultar FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.79

¹⁸⁵ BOOTH, H. M. – «Aspectos modernos da indústria de moagem», p.14

¹⁸⁶ IDEM – *Ibidem*, p.15

conforme a sua origem e qualidade, para mais tarde serem conduzidas à moagem, em tempo apropriado e em proporções de misturas favoráveis.¹⁸⁷

“A concepção de um diagrama da instalação adaptado às condições específicas de cada fábrica constitui um trabalho interessante a realizar pela colaboração entre a fábrica de moagem e a firma construtora dos maquinismos dos silos.”¹⁸⁸

Interessante teria sido encontrar um destes diagramas ou da produção, mas não encontramos nenhum destes documentos nos processos em arquivo no Ministério da Economia e do Emprego; somente as memórias descritivas e descrições de características técnicas poderão ser disponibilizadas através deste nosso trabalho, para além da divulgação de um esquema do fluxo da produção.¹⁸⁹ Os diagramas de produção sofreram alterações ao longo do tempo, posto que as máquinas mudaram e as especificações técnicas da sua laboração seriam diferentes. Essa alteração, devida à utilização de tipos diferentes de energia, mas também fruto das exigências progressivas de higiene e segurança, não alteraria na essência o circuito da produção da moagem nas suas diferentes fases.

Novamente Álvaro de Guimarães supre a falta de informação documental fornecendo-nos alguns dados valiosos acerca das características estruturais dos silos: “Alguns dados sobre os silos: número de células 42; capacidade total 15 mil toneladas de cereal com o peso específico de 75; capacidade de descarga pneumática fluvial 60 Tn/hora; descarga mecânica terrestre 50 Tn/hora; balança automática de 400 Kgs; circuito de pré-limpeza com a capacidade de 55 Tn/hora; capacidade de volteio 100Tn/hora; altura das células 25 mts, altura da torre 55 mts; 12 distribuidores/doseadores de loteamento; 2 células/hospital para tratamento de cereal atacado por insectos.”¹⁹⁰

Durante a década de setenta, é alargado o circuito produtivo no complexo fabril do caramujo a outros produtos, fabrico de bolachas «waffer's» e de bolachas «sandwiche», cuja laboração irá parar na década seguinte.

¹⁸⁷ Informações obtidas de uma publicação técnica e de publicidade da firma MIAG, *MIAG Nachrichten*, p.20, sem nome de editor e local, sem data, em arquivo no (futuro) Museu da Indústria, no Porto

¹⁸⁸ WEBER, K. - «Novas concepções na construção de silos de farinha», p.29

¹⁸⁹ Volume II, apêndices e anexos

¹⁹⁰ Álvaro de Guimarães, Volume II, apêndices, p.55

A obra de Carlos Antero Ferreira, *Betão: A idade da descoberta* tem edição do ano de 1989. Assim, pensamos que podemos assumir que as fotos, sem informação de data, não serão muito anteriores. As condições que este arquitecto encontrou, e que estão patentes nas fotos, revelam um cuidado esmerado na manutenção das estruturas e das máquinas, não parecendo revelar o fim que se iria desenrolar daí a uns anos.



Foto 42 – Perspectiva do piso das plansichters - vista lateral da máquina; (um dos nossos entrevistados, Quirino Almeida, indicou na foto a “pranchista” da qual ainda recorda o barulho); in FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, p.130

No ano seguinte, o historiador Alexandre M. Flores publica o III volume de *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico*, dedicado à freguesia da Cova da Piedade. Como seria de esperar, dedica bastantes páginas a esta fábrica de moagem. Daqui reproduzimos algumas das fotos que nos pareceram exemplificar o circuito produtivo da moagem neste final de laboração, acompanhadas de elucidativas informações concretas.

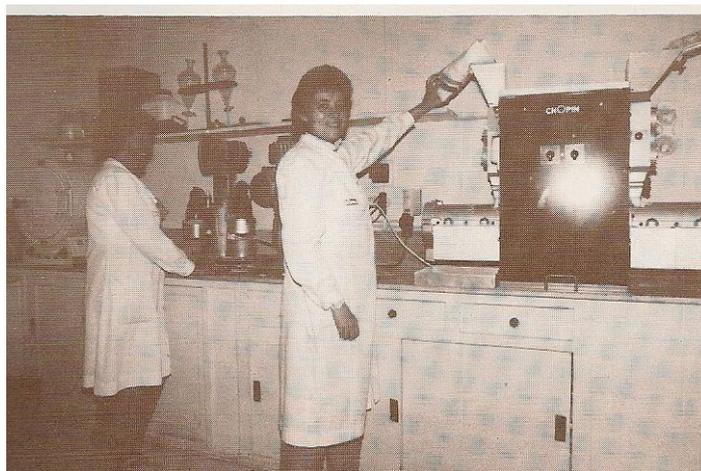


Foto 43 – Laboratório da fábrica – as analistas Maria José Pereirinha e Henriqueta Pajuelo Silva, da esquerda para a direita, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.79

No laboratório, as analistas procediam a análises de humidade de amostras de trigo colhidas em curso de fabricação, fornecendo informações técnicas aos operários da fábrica, e também determinavam as características físico-químicas do cereal acabado de descarregar, com o objectivo da constituição de lotes. A descarga era efectuada em dois locais, cada qual com capacidade de 50 toneladas/hora, aproximadamente, sendo colhidas amostras destinadas ao controle da qualidade do trigo; em seguida era seleccionado e armazenado consoante a sua classificação.¹⁹¹

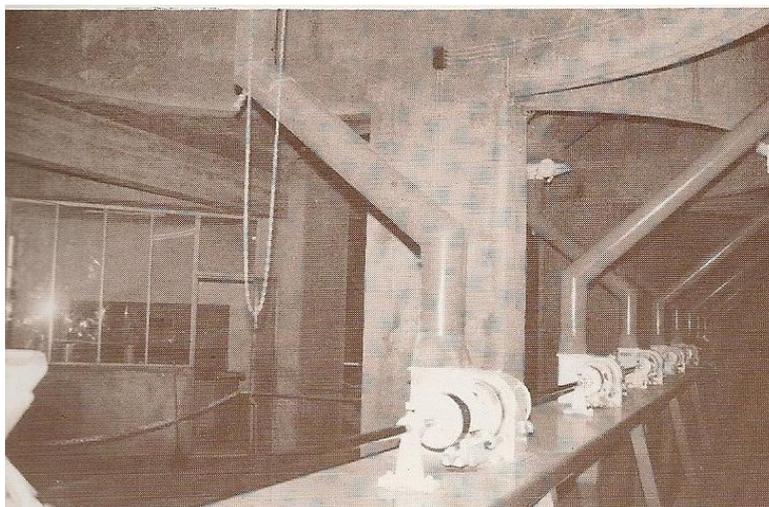


Foto 44 – Silos de trigo – recepção, armazenamento e loteamento dos cereais que chegavam à fábrica, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.79

¹⁹¹ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.79

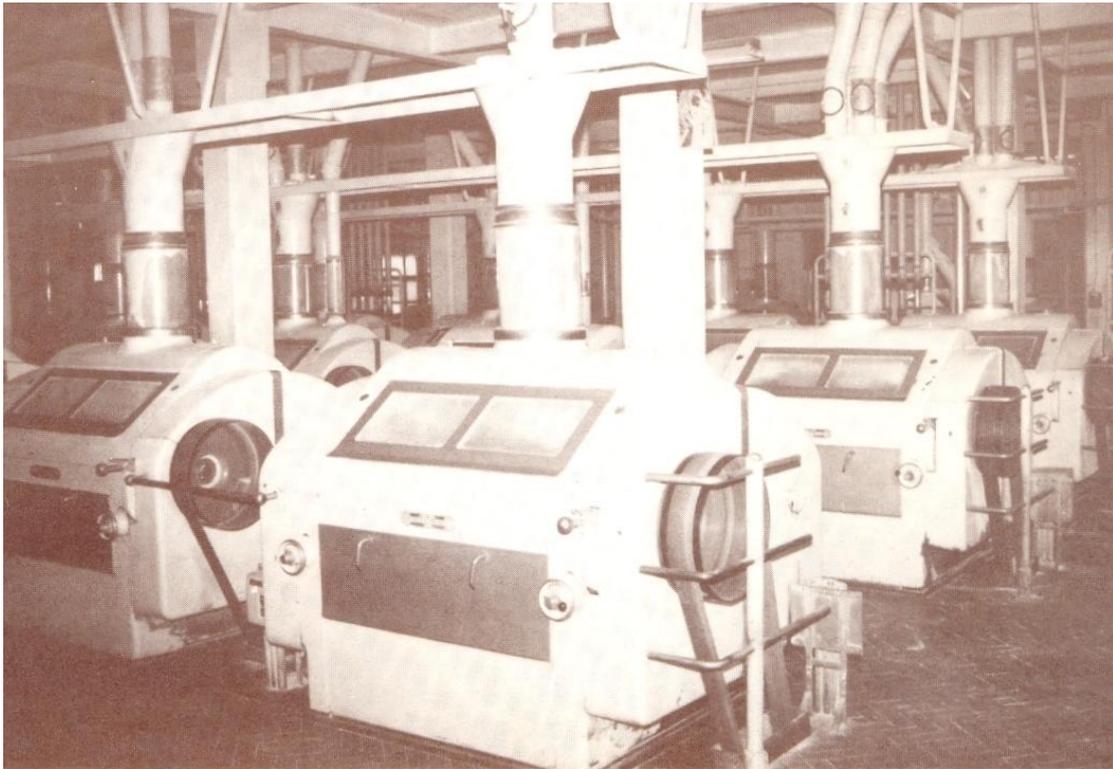


Foto 45 – Moinhos de cilindros, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.79

As máquinas de trituração dos cereais, os moinhos de cilindros, aquando da visita de Alexandre Flores, apresentavam este aspecto. Aqui, o trigo era transformado em farinha e/ou em sêmola; existiam duas linhas distintas com as capacidades diárias de 200 e de 40 toneladas, respectivamente. A partir desta fase, a farinha seguia para os silos e daí para a secção de ensaque. “Uma das principais inovações, na actual evolução tecnológica da moagem, consiste no transporte pneumático interno dos produtos em curso de transformação, resultando uma grande melhoria na higiene. No passado, esse transporte era efectuado por elevadores de alcatruzes”¹⁹²

¹⁹² FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.79

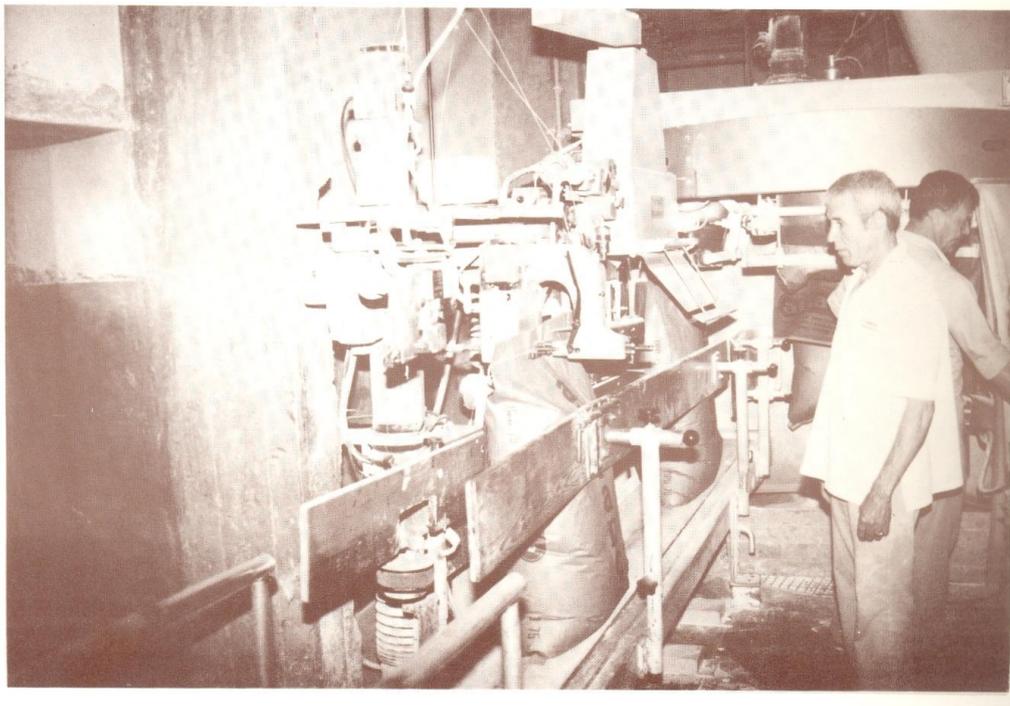


Foto 46 – Secção de ensaque e pesagem da farinha; o operário situado em último plano trata-se de um dos nossos entrevistados, César Encarnação Ricardo, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...*, p.80

Esta última foto mostra o aspecto da secção do ensacamento e da pesagem do produto já transformado, com uma produção total que chegava às 500 sacas por hora, recorrendo-se a máquinas modernas, que requeriam pouco esforço.

Em relação ao número de trabalhadores, Alexandre Flores aponta 80 no total, desde 9 pertencendo ao pessoal dirigente, 3 ao laboratório, o pessoal administrativo em número de 20, sendo 48 os operários.

Não quisemos deixar de aqui colocar um complemento importante às informações que se podem e devem colher acerca dos trabalhadores das moagens e por isso aqui elencamos as diferentes categorias existentes neste sector da actividade económica: moleiro, encarregado geral, analista, preparador, auxiliar de laboratório, ajudante de moleiro, praticante de moleiro, fiel, fiscal, maquinista, estriador de cilindros, carpinteiro de moagem, encarregado de secção, capataz, ajudante de maquinista, fogueiro, ajudante de fogueiro, pessoal de máquinas, ensacador, pesador, ajudante de fiel de armazém, pessoal não discriminado, saqueiro, guardas, porteiros, vigilantes, olhadeiras, costureiras, lavadeiras, empacotadeiras, aprendizes de moagem, aprendizes de carpinteiro. A ordem de descrição seguiu a que foi publicada, pensamos que está colocada por ordem hierárquica de importância dentro da unidade de produção,

assim reflectindo o vencimento auferido, que mudava do 1º ao 4º escalão, variando conforme o meio em que estava inserida a fábrica – urbano, interurbano ou rural, nesta sequência decrescente. Como exemplo: o salário auferido por um moleiro, em meio urbano era de 3 800\$00, e de 3 300\$00, se em meio rural, tratando-se de um trabalhador já colocado no 4º escalão; um maquinista ganhava 57\$00 e 51\$00, respectivamente, consoante os meios, e se igualmente posicionado no último escalão.¹⁹³

Nestes meios sociais, muitas das vezes por questões de subsistência, a opção, quer para homens, quer para mulheres, recai na escolha de um trabalho na fábrica onde possuem redes sociais e familiares.¹⁹⁴ Assim percebemos ao entrevistar alguns trabalhadores, nomeadamente Álvaro Guimarães: “Sim, havia na empresa toda a espécie de parentesco, desde maridos a mulheres, filhos, netos, primos, cunhados, etc. Naquela época as admissões faziam-se muito através de pedidos pessoais e eram uma forma de satisfazer os funcionários, e ao mesmo tempo de colaborarem na aprendizagem profissional e disciplina dos familiares. A sucessão dos postos de trabalho era facilitada pela experiência dos familiares, tanto mais que não havia cursos para preparar novos colaboradores ou outras formas seguras de recrutamento. Por vezes as ligações familiares tornavam os conflitos disciplinares mais agudos e difíceis de solucionar.”¹⁹⁵

Para muitos trabalhadores, nomeadamente o gestor Álvaro Guimarães, a entrada na fábrica fez-se por antecedentes familiares desde há gerações ligadas ao mundo da moagem: “Por tradição familiar, que vem desde os meus avós maternos que possuíam um moinho de maré.”¹⁹⁶

Quanto ao universo feminino, por vezes a escolha da fábrica era forçada pela necessidade, não por vontades de emancipação até “porque ser ‘fabricanta’ não era uma posição socialmente invejável.”¹⁹⁷

Na sua obra acerca do industrial construtor da fábrica, *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, com data de 1992, Alexandre Flores ainda menciona as informações constantes no seu anterior livro. Mas, em 1993, o complexo fabril cessava a laboração, contribuindo para o fim agonizante do Caramujo.

¹⁹³ Esta tabela foi publicada no *Boletim da FNIM*, Ano VI - N°22, Abril 1963, Lisboa, FNIM, p.64

¹⁹⁴ FERREIRA, Sónia – «Entre a casa e a fábrica: Memórias do trabalho operário no feminino», p.16

¹⁹⁵ Álvaro. Guimarães, Volume II, Apêndices, p.49

¹⁹⁶ Álvaro Guimarães, p.49

¹⁹⁷ Sónia Ferreira, no texto referenciado na nota 194, p.16. Na Cova da Piedade, segundo entrevistadas por esta investigadora, era uma “coroa de glória” colocar as filhas na costura, p.15

Através da recolha (limitada, sabemos perfeitamente, mas de extremo valor nas nossas descrições do trabalho da moagem) que efectuamos junto dos trabalhadores que se prestaram a partilhar as suas recordações, tentamos reunir o máximo de dados para completar a história da fábrica, em todas as vertentes de estudo possíveis, não somente as mais conhecidas e publicadas acerca da sua construção (esta igualmente, muitas vezes negligenciada por historiadores de arte, ao longo do século XX).

Chegámos à mesma conclusão de M. Halbwachs: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória colectiva e que esse ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo na sociedade, assim como esse mesmo lugar não é estático e está dependente das relações que eu mantenha com os diferentes grupos sociais.”¹⁹⁸ Os entrevistados forneceram realmente as suas recordações, consoante o seu ponto de vista, o tal “mosaico de memórias mais ou menos convergentes sobre a mesma realidade, embora ao mesmo tempo diferentes e contextuais.”¹⁹⁹

A recolha e o estudo destes testemunhos não podem continuar a fazer-se de forma descontínua, como se de manta de retalhos se tratasse. Deste modo, a memória do trabalho fabril da moagem ficará certamente desfragmentada e perdida. Imperioso se torna cada vez mais acautelar a salvaguarda destes momentos ligados à vida fabril, quer quando ainda comandada pela máquina a vapor, quer na sua fase produtiva ligada à energia eléctrica, através de registos duradouros. Nomeadamente quanto ao sistema fabril em estudo, aprendizagens e transmissão de saberes neste meio relativamente fechado, somente a memória de quem o experienciou poderá legar às gerações do presente e vindouras, o conhecimento de toda essa trama de práticas técnicas, valiosas como complemento social da história da comunidade.

3.A Cova da Piedade e a fisionomia de uma recessão industrial

Aproveitando as excelentes características estratégicas que o braço do rio Tejo oferecia, as indústrias e fabricos que se instalaram no Caramujo, aqui puderam prosperar e fazer parte fulcral da cidade operária de Almada.

¹⁹⁸ HALBWACHS, M. – *La mémoire collective*, Paris, Ed. Albin Michel, 1997, pp.94-95, citado por FERREIRA, Sónia – «Entre a casa e a fábrica: Memórias do trabalho operário no feminino», p.14

¹⁹⁹ FERREIRA, Sónia – «Entre a casa e a fábrica: Memórias do trabalho operário no feminino», p.14



Foto 47 – Panorâmica do Caramujo, com a fábrica de moagem em evidência, o Alfeite, a Cova da Piedade e a Margueira, antes da instalação dos estaleiros da Lisnave na praia do estuário, 1958²⁰⁰, in DINIZ, Júlio Pereira – *Almada imaginada: fotografias de Júlio Pereira Diniz*, Câmara Municipal de Almada, Almada, 2003

No seguimento de planos de reestruturação da indústria naval, durante a década de sessenta assistimos a alterações substanciais na frente ribeirinha dos terrenos marginais do Caramujo: a chamada Margueira vê ocupar a sua praia fluvial pelos estaleiros da Lisnave. Em 1965 são concluídas as Docas Secas; de 1964 a 1967 são construídas as Docas da Lisnave; de 1969 a 1971, implanta-se o imponente pórtico da Lisnave, distintivo maior da empresa, para além da conclusão da Doca 13, ao longo da qual este se desloca longitudinalmente.²⁰¹

Este estaleiro foi instalado à custa de sucessivos aterros do rio Tejo. Estes aterros, essencialmente arenosos, são provenientes de materiais dragados do rio ou resultantes de diversas escavações.²⁰² Estas obras causariam o entupimento do rio devido à construção de um morro artificial. Começava deste modo um verdadeiro atentado à paisagem natural no estuário do Tejo e o assoreamento do cais do Caramujo. A

²⁰⁰ Parece-nos pouco credível esta data, uma vez que já são visíveis os silos, que somente foram construídos no início dos anos 60 (1962-63); provavelmente será uma das primeiras fotos após a alteração das fachadas da fábrica e construção da estrutura de ensilagem – a sua data situar-se-á entre 1962 e 1964

²⁰¹ Dados recolhidos em ATKINS [et. al.] – *Almada Nascente*, vol.1, p.88

²⁰² IDEM – *Ibidem*, pp.74-75

população começava a perder o contacto com o rio.²⁰³ A actividade ribeirinha iniciava uma morte previsível, como fonte de subsistência e de lazer.



Foto 48 – “A primeira ofensiva contra a área histórica do Caramujo. Anos 70”, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.113

Durante a década de oitenta, já eram evidentes os sinais de decadência da actividade industrial. Os armazéns e as fábricas, muitos ao abandono, perfilam-se ao longo da antiga Rua Direita, ou junto ao cais, “postados de forma ridícula frente a um rio de entulho.”²⁰⁴ Em 1985, fecha as portas a fábrica de cortiça Rankin & Sons. A moagem ainda aguentava, mas assistia-se à falência evidente da zona industrial e portuária, onde ainda há meio século antes a actividade era de intenso dinamismo.²⁰⁵

²⁰³ FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, p.113

²⁰⁴ OLAIO, António e JANEIRO, António – «O núcleo histórico da Cova da Piedade», p.130

²⁰⁵ IDEM – *Ibidem*, p.129



Foto 49 – Panorâmica do cais do Caramujo, no início dos anos 80, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.113

Antes da “expansão territorial” da Lisnave e da Base Naval do Alfeite, o cais do Caramujo detinha esta aparência – necessitada de intervenção, mas com hipóteses de recuperação e usufruto. Para Alexandre Flores, “tinha um inegável carácter e grande dignidade, sendo lugar susceptível de ser recuperado, preservado e reactivado para fins recreativos e/ou culturais.”²⁰⁶

No ano de 1987 acentuava-se a alteração morfológica da área com o corte quase total do acesso ao rio – “a zona ribeirinha do Caramujo, verdadeiro marco na história da indústria e arquitectura industrial, ficou isolada do rio e descaracterizada...”²⁰⁷

²⁰⁶FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.113

²⁰⁷ IDEM – *Ibidem*, p.114

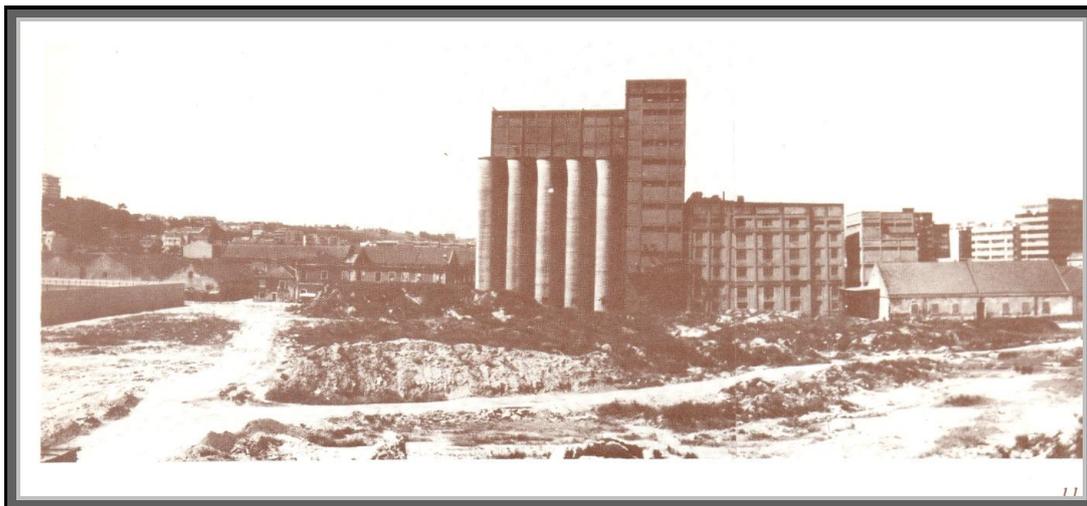


Foto 50 – Aspecto da fábrica do Caramujo, cerca de 1989-1990, podendo observar-se o contraste operado a partir do assoreamento causado pelas obras do avanço do muro da Base Naval do Alfeite, levando à morte da zona ribeirinha, in FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna...* , p.115



Foto 51 – Uma das últimas fotografias da fábrica quando ainda em laboração, outra perspectiva, in RIBEIRO, Rogério, dir. – *Ver Almada crescer, catálogo da exposição*, p.127

Chegando a ser considerada a «maior fábrica de moagens de Portugal», o seu proprietário na altura, António José Gomes, legou aos vindouros um património inovador, através do qual se inaugurou o primeiro ciclo da história do betão no nosso país. O projecto correspondia à satisfação das funções de laboração moageira e inseria-se, a par das suas congéneres da margem oposta do Tejo, num conjunto de complexos industriais possuidores dos mais modernos apetrechamentos tecnológicos, constituindo uma frente de reacção contra a dependência externa e a apatia económica.²⁰⁸

Em plena regressão económica das indústrias poderíamos perguntar-nos o que efectivamente se passou a esse nível e paralelamente à transfiguração do local em

²⁰⁸ FERREIRA, Carlos Antero – *Betão – A idade da descoberta*, pp.118-119

termos de morfologia. As localizações industriais estão dependentes de factores como a estrutura das comunicações dos transportes. Alterações profundas quanto às acessibilidades, como as que aconteceram na margem sul, durante as décadas de setenta e seguintes, retiram o significado a certos factores de localização das fábricas. “Embora a produção de aglomerados fosse mais rentável pela maior procura, as empresas preferem não efectuar a reconversão que só vem a fazer-se parcial e tardiamente. Assim, as indústrias vão perdendo o seu significado económico e rentabilidade.”²⁰⁹

Em relação à possível alteração na sua estrutura produtiva ou até reconversão das fábricas que ainda subsistiam, nomeadamente a moagem, muitos desafios se colocavam a estes propósitos de revitalização, nomeadamente tendo em atenção o tipo de construção, uma vez que um edifício em cimento apresenta maiores dificuldades para alterações posteriores em relação a uma construção em aço. Até meados do século XX, os moinhos eram construídos com muitos andares tendo em vista o aproveitamento máximo do emprego do transporte por gravidade. Com o desenvolvimento tecnológico do sector, conseguiu-se alterações na construção a ponto de se reduzir o número de pavimentos, nomeadamente em virtude da maquinaria ter capacidade mais compacta.²¹⁰ Sendo assim, o edifício da moagem, ex-libris de um património industrial, exemplo maior de inovação arquitectónica funcional, não estava habilitado a alterações que rentabilizassem a possível opção de reconversão.

“Ao contrário do sector terciário, onde a abertura e encerramento de estabelecimentos ou a mudança de ramo são frequentes, isso não sucede tão facilmente na indústria. Para a maior parte das empresas a quota de capital fixo é bastante expressiva – ocupam grandes superfícies, dispõem de edifícios especialmente construídos ou adaptados à construção, têm ligações exteriores mais ou menos fortes – e constitui um travão à mudança, sendo a base daquilo a que costumamos chamar de inércia da localização industrial. À medida que o tempo passa o valor de uma localização pode diminuir substancialmente, mas acontece com frequência que, só quando as instalações ficam obsoletas, ou a implantação é fonte de prejuízo, a gerência decide mudar a fábrica para outro local ou, simplesmente, encerrá-la.”²¹¹

²⁰⁹ PISARRO, Ana Cristina e COUTINHO, Alexandre Frederico – *Crescimento e periferização da cidade de Almada*, p.30

²¹⁰ BOOTH, H. M. - «Aspectos modernos da indústria de moagem», p.18

²¹¹ SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, p.263

Em 1993, a fábrica de moagem encerra as portas. Inquiridos acerca da forma como tinham encarado o encerramento da empresa e como tinha decorrido a vida profissional, os nossos entrevistados responderam: “Em 1993 ainda estivemos 3 semanas a trabalhar durante os três turnos, sem receber. A fábrica fechou em Dezembro de 1993, fomos para o fundo de desemprego. Passados 14 anos é que recebemos a indemnização [...] O Armindo foi trabalhar também com farinhas, em Sesimbra; muitos foram para a reforma. Custou-me muito ficar sem aquela rotina do trabalho. Ainda sonho com o barulho das *pranchistas*.”²¹² “Nos últimos 3 meses não pagaram, quando aquilo rebentou. Ainda trabalhei mais um mês como guarda. Depois é que encerrou mesmo a porta. E venderam tudo; em leilão. Algumas das máquinas foram para a fábrica onde trabalho hoje – fábrica Joaquim Paulo Pereira Cunha, Joaquim do Moinho; pelo menos 4 cilindros e 2 *pranchistas* [...] Fui trabalhar para a fábrica em Sesimbra: Foram eles que me chamaram”²¹³



Foto 52 – Fachada posterior, oeste, em pormenor, vista da Rua Manuel José Gomes, 1997 (fonte: Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, processo de classificação DRL-92/3(2); foto nº 319, rolo 3; autor: arq. José Russo)

²¹² Quirino Almeida, Volume II, apêndices, p.57

²¹³ Armindo Dionísio, Volume II, apêndices, p.63

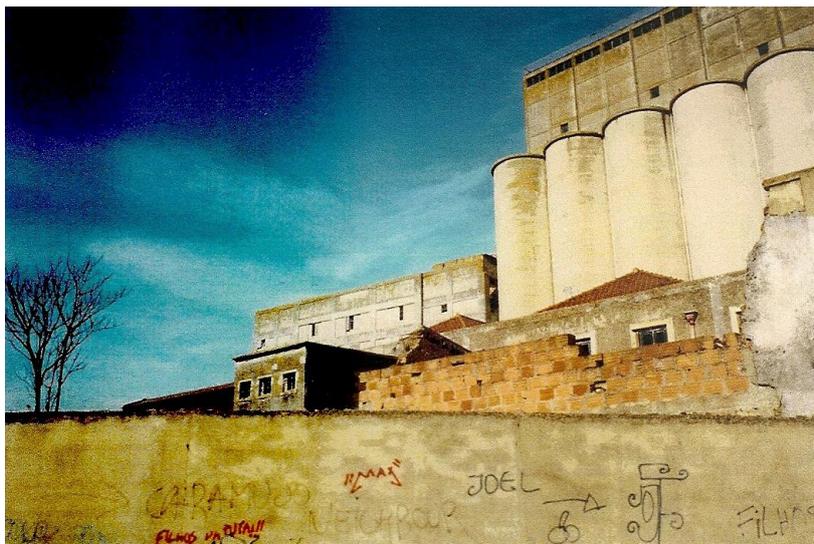


Foto 53 – Vista da fábrica e dos silos a partir da Rua Tenente Valadim, 1997 (fonte: Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, processo de classificação DRL-92/3(2); foto nº 435, rolo 4; autor: arq. José Russo)



Foto 54 – Vista da fábrica e dos silos, perspectiva norte-sul, a partir dos armazéns situados a norte, antes da construção da ETAR (foto da CMA-DAU, sem identificação de data e autor, provavelmente entre os anos de 1997 e 2000; numerada com o nº 01 006)



Foto 55 – Vista da fábrica e dos silos, perspectiva sul-norte, podendo ser apreciado o completo desaparecimento da linha de água (foto da CMA-DAU, sem identificação de data e autor, provavelmente entre os anos de 1997 e 2000; numerada com o nº 01 008)

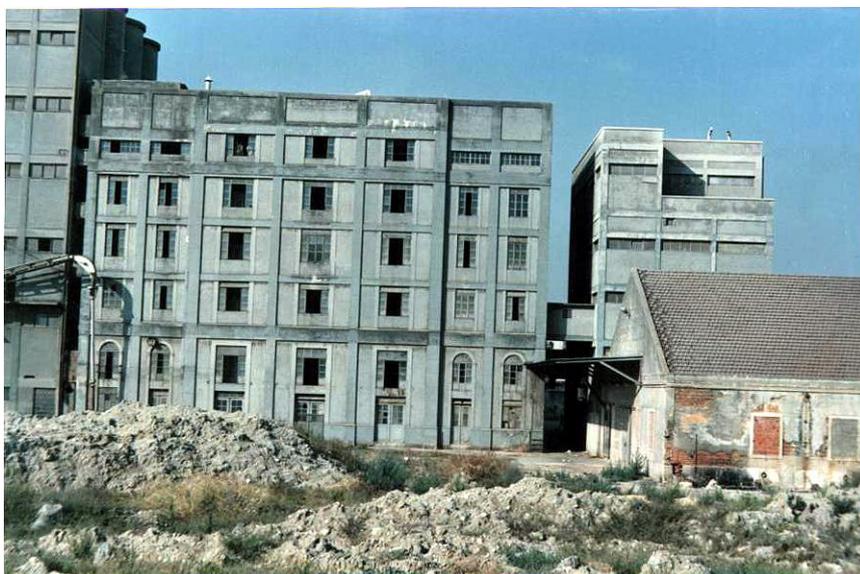


Foto 56 – Fachada principal da fábrica, antes da instalação da ETAR, podendo igualmente ser perfeitamente percebido o estado de completo assoreamento (foto da CMA-DAU, sem identificação de data e autor, provavelmente entre os anos de 1997 e 2000; numerada com o nº 01 008a)



Foto 57 – Vista da fachada posterior da fábrica e silos adossados, perspectiva sul-norte (foto da CMA-DAU, sem identificação de data e autor, provavelmente entre os anos de 1997 e 2000; numerada com o nº 01 012)



Foto 58 – Vista do terraço da fábrica e envolvente (foto da CMA-DAU, sem identificação de data e autor, provavelmente entre os anos de 1997 e 2000; numerada com o nº 01 014)



Foto 59 – Diferente perspectiva do terraço da fábrica, cerca de 2001, in SILVA, Maria Rosa Peralta Sousa e LARANJEIRA, Manuel Maria Pereira - «Fábrica de moagem do Caramujo: um testemunho com 103 anos de existência», pp.7-8

As fotos elencadas anteriormente, datadas de 1997 a 2001, correspondem a um período de tempo durante o qual se acentuaram os sinais de degradação no Caramujo. Igualmente no interior do edifício aconteceu a fase de dispersão e destruição do seu recheio de maquinaria e do arquivo documental e de apoio técnico.

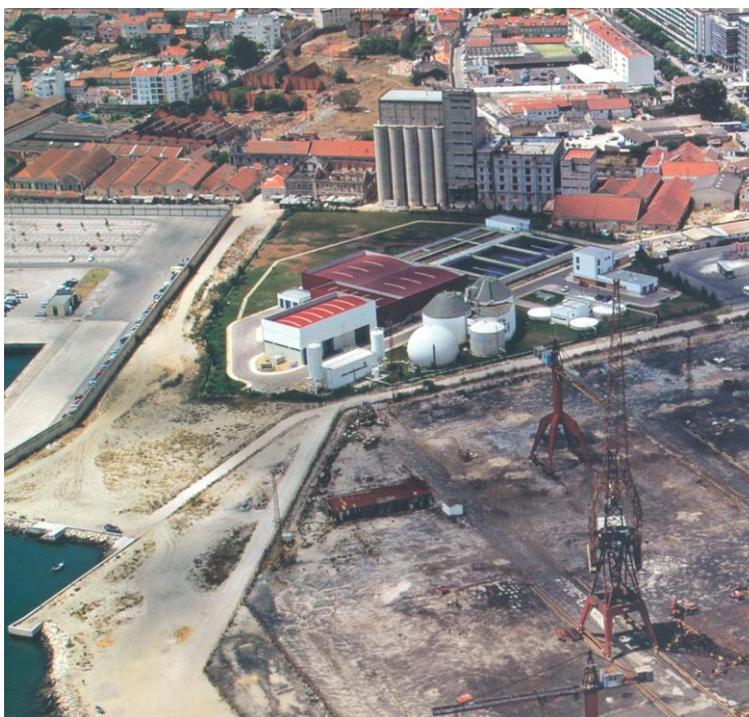


Foto 60 – Perspectiva aérea do Caramujo e das zonas envolventes, no sentido este-oeste, cerca de 2006, in ATKINS [et al.] – *Almada Nascente*, vol.1, p.100

A envolvente ia sofrendo um destino semelhante. No ano 2000 eram desactivados os estaleiros da Lisnave. Ao fim de 33 anos de actividade, a empresa mudava-se para Setúbal. Encerrava-se um ciclo de vida, com início em 1967, e que em 1969 tinha alcançado a liderança do mercado de reparação naval.²¹⁴ Se em termos económicos esta instalação tinha contribuído para o desenvolvimento económico e social do concelho, podemos igualmente apontar um aspecto acentuadamente negativo derivado da sua implantação: o desrespeito pelo ambiente através da contaminação industrial dos terrenos.

Tendo em vista contrariar a poluição das águas nas margens da Margueira e locais adjacentes, onde desaguavam esgotos não tratados na baía da Mutela, a autarquia almadense avança com as obras de construção da ETAR, concluída em 2003. Esta iniciativa viria contribuir para a prevista melhoria das condições ambientais da zona ribeirinha. Se evidentemente contribuiu para o encerramento entre muros do património fabril da moagem e o afastamento contínuo da linha de água, igualmente virá a permitir o possível usufruto por parte da população de um cais de lazer, embora deslocalizado do tradicional enquadramento.

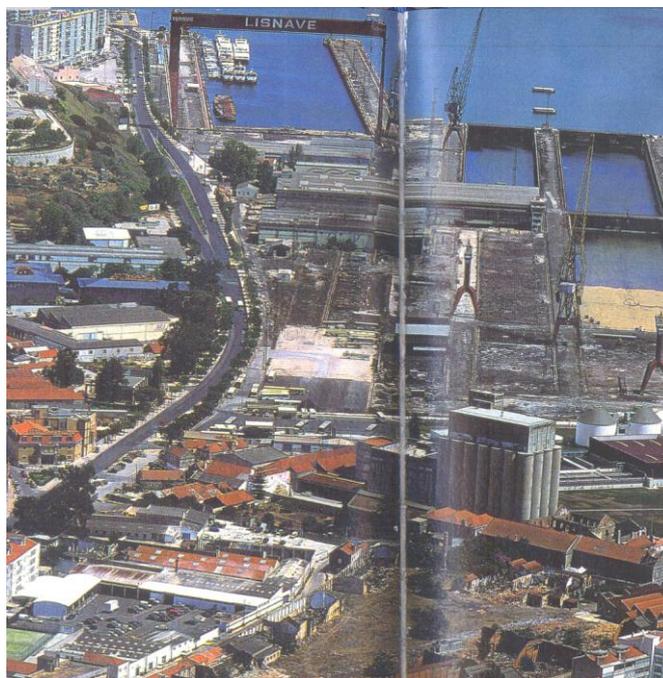


Foto 61 – Perspectiva aérea do Caramujo e das zonas envolventes, no sentido oposto à foto anterior, oeste-este, cerca de 2006, in ATKINS [et al.] – *Almada Nascente*, vol.1, pp.80-81

²¹⁴ Setúbal na Rede: O portal do distrito, disponível em www.setubalrede [acesso em 29-04-2008]



Foto 62 – Vista de Lisboa da área de património industrial do Caramujo e envolvente, cerca de 2006, in ATKINS [et al.] – *Almada Nascente*, vol.1, p.91

Em 2010, na sequência da recolha documental para realização do nosso trabalho, fomos confrontados com a rápida degradação do conjunto arquitectónico da moagem, depósitos de lixo e presença de desalojados vivendo em meras condições de rua, janelas encerradas com tijolo para evitar a entrada de intrusos.



Foto 63 – Pormenor da fachada principal da fábrica, antigo cais, Agosto 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 64 – Fachada posterior da fábrica, Rua Manuel José Gomes, Agosto de 2010 (Autora: Conceição Toscano)

A área ocupada pela Lisnave está a ser intervencionada, nomeadamente ao nível da descontaminação de solos e construção da estruturação sustentável necessária à dinamização dos projectos de revitalização urbanística e cultural para o local.



Foto 65 – A Lisnave em Março de 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 66 – Em Março de 2010 a perspectiva abrangente de uma área a necessitar de urgente reabilitação para uma ainda possível e desejável revitalização – o Caramujo, com a fábrica de moagem, e ao lado a Margueira, com os “restos” da Lisnave, bordejando o estuário do rio Tejo (Autora: Conceição Toscano)

Ocupando uma área extensa, este cemitério, onde ainda subsistem testemunhos que referenciam a actividade encerrada de reparação naval, empresta ao estuário do Tejo, em complemento à decrepitude do edifício imponente da moagem do Caramujo, um enquadramento, cuja leitura pictórica demonstra, mais do que meras palavras o poderiam efectivamente realizar, a dimensão da desindustrialização sofrida a nível local. Clara ilustração da fisionomia de uma recessão industrial da Cova da Piedade.

III – O tempo presente – séculos XX e XXI

“Um povo que apresenta por únicos brazões as páginas brilhantes da sua existência passada, pode ocupar um lugar muito honroso na historia, mas deixou de pertencer à phalange dos que caminham na vanguarda da civilisação. A actividade d’um povo não se manifesta nas recordações heráldicas, mas nos productos do seu engenho, do seu esforço, do seu trabalho contemporâneo.”²¹⁵

Sousa Viterbo

²¹⁵ VITERBO, Francisco de Sousa – *Artes e Artistas em Portugal. Contribuições para a historia das artes e industrias portuguezas*, p.VI

1.Considerações de carácter patrimonial

1.1.Novos valores culturais e histórico-sociais

“Poucas são as temáticas que, como o Património, mantêm uma relação tão íntima e tão intensa com a Memória dos Homens.”²¹⁶

Paulo Oliveira Ramos

O património, referência valorizante de uma sociedade, nas suas valências de cultura e como contributo para a construção e escrita da história social e económica, revela, como reflexo, a ideologia e mentalidade predominantes em cada época. O longo caminho das novas perspectivas da noção de património alcançou patamares diametralmente opostos, deixando de abranger somente o que dizia respeito aos grupos sociais privilegiados e alterando o paradigma das suas características aceites, nomeadamente monumentalidade e valor estético ou relacionado com as instituições do poder político e religioso.

Um dos potenciais símbolos patrimoniais, quer a nível do seu significado, quer do seu significante, pode ser uma estrutura arquitectónica, mesmo que destituída da sua funcionalidade prática. Esse testemunho físico, ao mesmo tempo documento e guardião, transformar-se-á em memorial, “que permite simultaneamente o estabelecimento de uma memória e a construção de uma narrativa.”²¹⁷ Retendo e valorizando informações do passado entrelaçadas com significações do presente, têm a função de auxiliares da memória dos homens.

Deixando de ser operatórios e funcionais na sociedade actual, esses elementos postos de parte, tratados como vestígios, pertencem à elaboração de um percurso de trabalho em que se trata “sempre de gerir um espaço e de organizar práticas que retenham nele tudo o que possa exceder os limites da vida: memória, discursos, história, obras, objectos.”²¹⁸

²¹⁶ RAMOS, Paulo Oliveira – «Memória, património e vandalismo», p.185

²¹⁷ GUILLAUME, Marc – *A política do património*, p.73

²¹⁸ IDEM – *Ibidem*, p.90

“A liberdade de escolher no presente faz com que o passado seja, ele também, a todo o momento, escolhido”²¹⁹, não o modificando na sua componente real e intrínseca, mas conferindo-lhe um novo sentido, através do projecto que os novos sujeitos que dele se apropriam lhe quiserem ou puderem atribuir – neste caso o de objecto de memória atribuída, avivada e escrita através do texto narrado pela construção material e igualmente das práticas sem suporte exterior, directamente relacionadas.

Estes “dispositivos monumentais e arquitectónicos [...] não estando, por natureza, protegidos num espaço fechado, foram directamente submetidos aos abalos políticos, às relações de força entre classes sociais, e sobretudo às contingências económicas e sociais que pesam sobre o espaço. Por este motivo, eles desempenharam um papel essencial na organização e na memória das cidades.”²²⁰

Hoje em dia a mudança das mentalidades trouxe ao nosso convívio novos conceitos de património, nomeadamente o industrial, ainda tão desconsiderado pela maioria dos intervenientes e estudiosos e das políticas patrimoniais, sendo ainda incompleto e árido o entendimento cultural acerca do valor que possa conter um legado desse tipo. Tendo perdido o uso económico, essa carência e desvitalização é encarada como perda aceitável num normal processo de evolução social e económica do ciclo de vida produtivo de uma sociedade.

No entanto, certos aspectos vão tendencialmente mudando, aceitando-se alguns desses testemunhos da técnica como possuindo valor patrimonial, assentes em critérios como a raridade ou a valência arquitectónica excepcional²²¹, assumindo-se que também a democratização alcançou a esfera do património e que os locais de trabalho e os maquinismos²²² operados pelas classes trabalhadoras merecem inequivocamente entrar na esfera da salvaguarda.²²³

²¹⁹ GUILLAUME, Marc – *A política do património*, p.71

²²⁰ IDEM – *Ibidem*, pp.110-111

²²¹ Ponto 3, Artigo 2º da Lei nº 107/2201: “O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural, reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”

²²² Ponto 4, Artigo 2º da Lei nº 107/2201: “Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.”

²²³ FOLGADO, Deolinda – «Instituto Português do Património Arquitectónico: inventário do património industrial», p.214

O trabalho de uma comunidade, e os seus produtos, é também a sua alma. O testemunho material e imaterial desse património moderno²²⁴ deverá ser entendido como algo inerente à construção de uma comunidade, como essenciais foram sempre as forças produtivas. O progresso impôs-se como algo inexorável e impossível de contornar. Aceitar foi uma das únicas possíveis realidades.

Neste início do milénio, os novos valores culturais e histórico-sociais já inerentes à sensibilidade das comunidades locais, levam-nos a acreditar que a possível conservação não será nem artificial nem mera transformação, nem se reduzirá à “produção em massa dos simulacros a partir de alguns restos cuja função é legitimar a autenticidade do conjunto.”²²⁵

1.2.O jogo patrimonial da reabilitação

Questões essenciais acerca do património surgem todos os dias e nem sempre focadas de uma forma objectiva.

O quê não deve ser apenas respondido em termos redutores do denominado “catálogo das ‘obras primas’”²²⁶, mas, quando pensamos na vida contemporânea de uma comunidade essencialmente marcada pela evolução industrial, as dúvidas nem sequer se deveriam colocar: inseridos em realidades locais de operariado urbano, os edifícios pertencentes à história da técnica, fabril e arquitectónica e de engenharia civil. Esses motores propulsores da vida urbana constituirão certamente um marco simbólico e um lugar de memória.

E o porquê dessa conservação, para reabilitação ou até apenas manutenção? Uma das respostas possíveis e esmagadoramente difíceis de aceitar será porque “os agentes de degradação e de destruição do acervo histórico-artístico são numerosos e frequentemente difíceis de combater.”²²⁷

No jogo patrimonial o como será sempre o mais complexo de obter respostas.

Neste processo torna-se imperioso mobilizar a população, realizando um esforço colectivo em prol dos beneficiários directos desses bens culturais do património da

²²⁴Fontes históricas documentais que suportam e ajudam a conhecer a história do homem e das sociedades, ao contrário das tradicionais, encerradas em arquivos ou objecto de intervenção arqueológica.

²²⁵ GUILLAUME, Marc – *A política do património*, p.136

²²⁶ SILVA, Jorge Henrique Pais da – «Pretérito Presente», p.23

²²⁷ IDEM – *Ibidem*, p.26

comunidade, os homens de hoje e de amanhã, salvaguardando a memória dos de ontem, para quem se conserva o património, segundo a opinião de Jorge H. P. da Silva. “Trata-se de conseguir prioritariamente que a população, partindo do conhecimento e da valorização do acervo local, tome consciência do valor do património histórico-artístico colectivo e da finalidade social implícita na tarefa comum da sua conservação e revitalização.”²²⁸

Uma das etapas mais importantes será igualmente o inventário do património local, de modo a levar a cabo um levantamento exaustivo dos imóveis existentes a nível local e das suas necessidades, pois o conhecimento é o primeiro passo para se poder avançar para outros patamares de trabalho prático: reconhecimento dos imóveis a intervir e diferentes níveis de actuação, elencação de possíveis pedidos de classificação para efectiva protecção.

Para os especialistas, a única forma de conhecer o património e perceber se é portador de valores fundamentais “é inventariar, isto é, reconhecer, nomear, caracterizar.”²²⁹ Já não é possível descartar a importância deste instrumento de gestão patrimonial e a sua relevância em projectos de planeamento urbanístico, como um plano director municipal.

“Os inventários servem um fim para o qual, curiosamente, não estão apetrechados. Um inventário do património construído visa a identificação e o conhecimento das arquitecturas mais interessantes, seleccionando as peças que representam uma mais valia no conjunto das construções do espaço de intervenção. [...] Em Portugal não há relação entre inventário e protecção jurídica, estando esta reservada à classificação [...] inventário e protecção não devem ser confundidos [...] mas em todo o caso, a intenção de listar um bem tem sempre em vista a sua conservação, seja total ou parcialmente.”²³⁰

Perspectivando o nosso património específico em estudo – o património industrial – podemos referir que, a partir do momento em que houve uma tomada de consciência e de descoberta do valor da fábrica como documento histórico, ultrapassando a utilização das clássicas fontes do conhecimento (documentos escritos),

²²⁸ SILVA, Jorge Henrique Pais da – «Pretérito Presente», p.35

²²⁹ BARREIROS, Maria Helena e MÉGRE, Rita - «Inventários e Administração urbanística: a carta do património de Lisboa», p.195

²³⁰ OSÓRIO, Maria Isabel Pinto e BRANCO, Luís Maria Aguiar - «Inventário do património arquitectónico do Porto», p.171

se iniciaram as primeiras teorias de estudo e de salvaguarda dessas estruturas fabris, como um bem cultural que urgia defender.²³¹

As preocupações com o estudo do património industrial, nomeadamente inventariação, levam-nos a entender este universo como possuidor de uma complexidade, “não só devido à sua diversidade produtiva, mas porque para além dos edifícios e equipamentos têm de ser considerados os produtos, e toda a imaterialidade inerente a um sítio produtivo como a memória oral, os gestos, os ritmos.”²³²

A criação de uma metodologia de trabalho foi um dos principais propósitos por parte dos técnicos do (denominado na altura) IPPAR, para além da elaboração de fichas de inventário, de que é exemplo o inventário do património industrial da cidade da Covilhã, iniciado em 1999. Anteriormente, outras experiências na área da inventariação deste património, por parte da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e algumas autarquias, tinham utilizado fichas de levantamento de dados, mas com carácter diferenciado.

Estes trabalhos reforçaram a necessidade de criação de documentos de registo normalizado, possibilitadores de um trabalho de sistematização homogéneo. “A mesma valoração patrimonial atribuída a um edifício, a um motor ou uma máquina, que constitua o património integrado de uma fábrica, permite criar grelhas de qualificação que deveriam responder a critérios intrínsecos a quem avalia e estuda um bem industrial. [...] muitos inventários têm de estar realizados, muitos estudos históricos, arquitectónicos, tecnológicos, arqueológicos têm de estar concretizados para que a aferição de critérios seja o mais possível rigorosa e científica.”²³³

O carácter específico do património industrial tem a ver com a sua escala, o seu carácter funcional, as suas formas, os seus materiais e a sua cronologia. Esta sua essência contribui para a dificuldade do trabalho da sua salvaguarda, daí a importância das normas que devem estar sempre presentes ao registo de inventariação do património industrial (presente, por exemplo, nos Kits – património, nº3, versão 1.0).

“O inventário do património industrial é um conjunto estruturado e normalizado de registos referentes a grupos de edifícios, edifícios e ou fracções de edifícios de carácter industrial, [...] outros testemunhos materiais e imateriais resultantes de uma

²³¹ FOLGADO, Deolinda – «Instituto Português do Património Arquitectónico: inventário do património industrial», p.214

²³² IDEM – Ibidem, p.224

²³³ IDEM – Ibidem, p.226

determinada actividade produtiva. [...] A escolha da estrutura de elementos de informação que integram os registos de inventário e de pré-inventário deverá resultar da ponderação dos seguintes factores condicionantes: objectivos/funções, produtos e destinatários previstos; recursos financeiros, tecnológicos e humanos disponíveis; período de tempo.”²³⁴

Podemos considerar, como elementos de informação integrados num registo de inventário: de preenchimento obrigatório são a categoria, o tipo, o identificador, a designação, a localização, o acesso, a protecção, a época de construção, a imagem, o enquadramento, o autor, a data e o tipo de registo; de preenchimento opcional são a descrição, o arquitecto/construtor/autor, a cronologia, a tipologia, os bens móveis, a utilização inicial, a utilização actual, o proprietário, o utente, a conservação geral, a documentação, as observações (considerando os Kits – património, nº3, versão 1.0).

Só através da identificação e conhecimento do património construído, e neste caso específico do nosso estudo, do património industrial, é possível aumentar a consciência pública sobre a importância da sua protecção e valorização, promovendo a tão desejada qualidade da gestão e (re)utilização desses imóveis, como catalisador de um desenvolvimento sustentável a nível local e regional, como suporte das políticas dos agentes públicos e privados intervenientes.

“A conservação integrada carece de suporte legal, administrativo, financeiro e técnico.”²³⁵, num reconhecimento de que “a conservação do património arquitectónico depende em grande parte da sua integração na vida quotidiana dos cidadãos e do reconhecimento da sua importância nos planos de ordenamento de território e urbanismo.”²³⁶

No jogo patrimonial, palco de inúmeros interesses políticos e económicos, analisando, no campo legislativo nacional, a nova lei de bases do património cultural, Lei nº 107/2001, e que revogou a anterior Lei nº 13/85, verificamos que é menos centralista, abrindo portas para o maior envolvimento dos municípios, o que corresponde na prática a um aumento de projectos de protecção e valorização do património cultural.

²³⁴ INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – *Património industrial*, p.12

²³⁵ CARTA europeia do património arquitectónico, 1975. Princípio 8

²³⁶ CARTA europeia do património arquitectónico, 1975. Introdução

Ao abordarmos as políticas culturais autárquicas podemos concluir que beneficiarão deste novo enquadramento legal. A partir de um arranque inicial das décadas de oitenta, alcançamos durante as duas décadas seguintes, um vigor marcado por uma maturidade que se revê através das suas contínuas apostas no investimento na obra física (o equipamento cultural), tendo em vista o acesso aos bens culturais por parte das comunidades. “Vinte anos depois da integração europeia de Portugal, já não parece possível descrever o panorama cultural nacional sem tratar as autarquias como actores de parte inteira”²³⁷

Continuando a analisar o padrão de intervenção autárquica nos últimos anos, deparamo-nos com um alargamento da interiorização do conceito de património cultural, não somente numa dinâmica de artes e espectáculos, mas numa aceitação envolvendo já um outro âmbito, descrito no artigo 2º, ponto 3 da referida Lei nº 107/2001:

“O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural, reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”²³⁸

“A experiência que temos partilhado nos últimos anos com diversas equipas municipais ligadas ao património cultural é francamente positiva, assim como a “competição” que se gera entre as administrações central e local neste domínio. A confirmar ainda, está o relevante papel de alguns municípios, empenhados que estão na salvaguarda e protecção dos centros históricos da sua área de actuação e no apoio que prestam à Administração Central, expresso em acordos de colaboração formais relativos à conservação e revalorização de Monumentos e Sítios em estado de abandono, criação de novos museus e bibliotecas, criação de estruturas descentralizadas da acção do Ministério da Cultura, organização e animação de roteiros culturais, etc.”²³⁹

Outra das mais-valias introduzidas pela nova lei, foi revogar “um grande número de diplomas dispersos e parcelares”²⁴⁰ e que, estando tão fragmentados, em pouco ou

²³⁷ SILVA, Augusto Santos – «Como abordar as políticas culturais autárquicas?: uma hipótese de roteiro», p.24,

²³⁸ Lei nº 107/2001, *Diário da República – I Série-A Nº 209*, de 8 de Setembro de 2001, artigo 2º - 3

²³⁹ REAL, Fernando – «A nova lei do património cultural português», p.92

²⁴⁰ PALMA, Emília – «Evolução histórica das leis do património arquitectónico», p.37

nada contribuíam para a defesa do património em geral e do caso particular do edificado.²⁴¹ Como desenvolvimento legislativo outros decretos foram entretanto promulgados, tendo em vista determinações específicas.²⁴²

Retornando ao panorama das recomendações internacionais, a Carta de Cracóvia terminaria o século passado com a reafirmação de princípios e a introdução de novas orientações na salvaguarda do património construído:

“Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património. Os monumentos²⁴³, considerados como elementos individuais desse património²⁴⁴, possuem valores que se alteram com o tempo. Esta alteração de valores, que podemos identificar em cada monumento é, afinal, uma das características do património, ao longo da História. Através deste processo de mudança de valores, cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns.”²⁴⁵, reforçando que “o objectivo da conservação²⁴⁶ dos *monumentos e dos*

²⁴¹ PALMA, Emília – «Evolução histórica das leis do património arquitectónico», p.37

²⁴² Nomeadamente o Decreto-Lei nº 138/2009 (constituição do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural); Decreto-Lei nº 139/2009 (estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial); Decreto-Lei nº 140/2009 (aprova o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis, classificados ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal); Decreto-Lei nº 309/2009 (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda).

²⁴³ Conceito de monumento utilizado pelo Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000: “Entidade identificada como portadora de valor e que constitui um suporte da memória. Nele, a memória reconhece aspectos relevantes relacionados com actos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos.”, em Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído, Cracóvia, 2000. Anexo. Definições

²⁴⁴ Conceito de património utilizado pelo Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000: “conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a selecção de valores.”, em Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído, Cracóvia, 2000. Anexo. Definições

²⁴⁵ CARTA de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Preâmbulo

²⁴⁶ Conceito de conservação utilizado pelo Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000: “conjunto das atitudes de uma comunidade que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos. A

edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade²⁴⁷ e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original. [...] As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos seguintes.”²⁴⁸

A actuação da autarquia almadense no nosso objecto de estudo terá seguramente como estruturas de apoio a nível legal a legislação e cartas internacionais referidas. Qualquer projecto de restauro²⁴⁹ levará certamente em conta que hoje este património é “entendido como um recurso, como uma fonte de riqueza para o desenvolvimento sustentável das regiões e dos países. E como tal exige também envolvimento estratégico com o lado da economia, do turismo, e também, obviamente, noutra vertente, da educação. Portanto o património não é mais aquela questão redutora do monumento em si, da sua salvaguarda e da sua recuperação, é também o monumento como recurso, como riqueza. O que Cracóvia diz é que, sem as pessoas, o património também não faz sentido. Portanto há aqui uma componente social, cultural, sócio-económica na protecção do património. Ou seja, queremos o património com vida, queremos o património vivo, e queremos essa ligação à sociedade cada vez mais presente. E quem tem estado e tem sentido, no dia-a-dia, esta aproximação, sem dúvida nenhuma que são as autarquias.”²⁵⁰

conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados.”, em Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Anexo. Definições

²⁴⁷ Conceito de autenticidade utilizado pelo Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000: “somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação actual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.”, em Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Anexo. Definições

²⁴⁸ CARTA de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Objectivo 6

²⁴⁹ Conceito de projecto de restauro utilizado pelo Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000: “o projecto, resultante das opções de conservação, é o processo específico através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso.” E o de restauro o seguinte: “intervenção dirigida sobre um bem patrimonial, cujo objectivo é a conservação da sua autenticidade e a sua posterior apropriação pela comunidade”, em Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Anexo. Definições

²⁵⁰ SUMMAVIELLE, Elísio – «A gestão do património como um bem comum», p.79

Agora há que não desperdiçar o que restou e agarrar a oportunidade de rentabilizar os restos como fundamentos para a reconstrução, integrando o que quase foi desperdício em algo criativo – na paisagem urbana do velho centro operário é possível transfigurar sem perder identidade²⁵¹, respeitando o lugar e as formas, proporcionando aprendizagem, quer educativa, quer como suporte ao estudo da história local: Para J. Amado Mendes, “a história local, salvo raras excepções, continua a fazer-se de forma incompleta e, na maior parte dos casos, desactualizada [...] continuam a privilegiar-se as épocas remotas e os temas tradicionais [...] o estudo do património industrial, por meio da arqueologia industrial – e não só - possibilitará e facilitará a ‘entrada’ na história do povo anónimo, de objectos do quotidiano, de tecnologia, de processos de trabalho, de saber-fazer, de artigos diversos, de meios de transporte e comunicações ou mesmo de utensílios e equipamento doméstico, desde os mais tradicionais aos electrodomésticos...”²⁵²

A salvaguarda e a reabilitação não farão parar o tempo, mas adaptar-se-ão a esse tempo, pois a sua marcha avançou do trabalho pleno à desactivação e agora à reutilização. Expressão da tecnologia usada num local e num tempo delimitados, evidenciando sinais de marcadores históricos, de adaptabilidade ou invenção engenhosa de ultrapassar os condicionamentos políticos, económicos e sociais, ligados à sobrevivência do meio.

Actuando de uma forma integrada na área a reabilitar, revitalizando física e funcionalmente os imóveis destinados a serem salvaguardados, esta dinamização catalisa as actividades económicas e sociais, num esforço integrado de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos, quer por parte da sociedade civil, quer da parte da administração local, como força de maior actuação.

2.A fábrica de moagem do Caramujo – património industrial em suspenso

2.1.Revalorização de um património industrial local

²⁵¹ Conceito de identidade utilizado pelo Comité de Redacção da Carta de Cracóvia 2000: “entende-se como a referência colectiva englobando, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.”, em Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Anexo. Definições

²⁵²MENDES, J. Amado –«A arqueologia industrial ao serviço da história local», p.4

A Cova da Piedade apresenta variadas marcas técnico-produtivas, no que respeita à evolução industrial concelhia: desde as unidades fabris isoladas, inseridas no núcleo urbano, até às estruturas situadas nas proximidades de cursos de água e geradoras de periferias operárias congestionadas.

Este património industrial gigantesco e diversificado não tem todo ele a mesma potencialidade de reutilização: se a área ocupada pelos antigos estaleiros navais da Lisnave poderá essencialmente constituir um espaço de aterro, requalificação de ambiente e local de planos urbanísticos, mantendo o pórtico como moldura simbólica de destaque no seu horizonte e reservando um local para possível instalação do futuro Museu da Indústria Naval, outros existem com potencialidades imediatamente visíveis de reutilização como espaços de fruição cultural, quer de associações, quer de museus, nomeadamente, de artes e ofícios ou de cariz técnico-industrial, de que é exemplo o edifício da fábrica de moagem do Caramujo.



Foto 67 – Perspectiva da fábrica de moagem do Caramujo, a partir de Almada, do edifício da SAP, evidenciando a sua inserção no conjunto urbanístico da Cova da Piedade e de Almada²⁵³, e revelando igualmente a sua degradação, Março 2010 (Autora: Conceição Toscano)

²⁵³ Os edifícios situados por trás da fábrica, antes da linha de árvores pertencem já ao complexo do Arsenal do Alfeite

“A memória reporta-se às heranças culturais e ao passado, mas este é representado em função dos valores do presente e das aspirações em relação ao seu futuro.”²⁵⁴

Sendo a Cova da Piedade uma comunidade essencialmente vocacionada para o trabalho do sector industrial e de todas as actividades que gravitavam em seu redor, durante décadas, a sua população sentiu e interiorizou essa vertente da sua vivência. Com o encerramento das estruturas fabris, um ciclo activo ficou fechado, mas não desapareceu do passado da população, porque pertence à sua história da vida social e das técnicas, havendo que projectar a sua reutilização, como forma de ultrapassar experiências traumáticas de um quotidiano que se transfigurou, e como estrutura base de um desenvolvimento sustentado com concretização num futuro próximo, pois essa é a aspiração da comunidade – que a conservação e reutilização do seu património não seja somente um escrito num papel, mas algo real e concretamente usufruído.



Foto 68 – Fábrica de moagem do Caramujo, a partir da Avenida Aliança Povo - MFA, ligação de Cacilhas à Cova da Piedade, no local da Margueira, Abril de 2010 (Autora: Conceição Toscano)

Exemplo de uma marca considerada anacrónica²⁵⁵ esta estrutura de uma fase inicial de viragem na construção arquitectónica fabril, é seguramente um dos

²⁵⁴ JOÃO, Maria Isabel - «Memória, História e Educação», p.84

²⁵⁵ CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*, p.234

documentos “à escala das regiões, que a memória fotográfica conservará, mas cuja preservação real parece tornada ilusória pelas suas próprias dimensões, num tempo de urbanização e de remodelação dos territórios.”²⁵⁶

Num espaço socio-geográfico de confluência de diversas realidades regionais a ideologia do património local apresenta um cunho já revelador de influência na comunidade, atestado pela constituição de associações patrimoniais e igualmente o exponencial aumento de publicações, investigações e iniciativas, a nível particular igualmente, nesta área temática, apoiadas pelo poder autárquico e pelas instituições educativas.

A função de restabilização social, de enraizamento e de identificação, desempenhada pela contribuição na salvaguarda do património local, faz ressurgir em cada canto a presença da história, num esforço de devolução de especificidade ao local ou regional,²⁵⁷ mais evidente nos espaços industrializados, como se de uma estratégia de compensação se tratasse.



Foto 69 – Perspectiva da fábrica de moagem do Caramujo a partir do centro histórico da Cova da Piedade, Março 2010 (Autora: Conceição Toscano)

Inserido num projecto de renovação e reabilitação pensado e já em fase de arranque para a zona de Almada Nascente, os estudos efectuados quanto à ocupação actual da zona de intervenção foram reveladores de que “alguns valores emergem com considerável potencial de reconversão. Destes, destaca-se a zona ocupada pelo antigo

²⁵⁶ CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*, pp.234-235

²⁵⁷ GUILLAUME, Marc – *A política do património*, pp.119-120

estaleiro, com particularidades que lhe atribuem um papel central na reconversão urbana de toda a frente ribeirinha. Também o núcleo da Cova da Piedade e, em particular, a zona tradicional do Caramujo/Romeira oferecem condições morfológicas e singularidades associadas à identidade local que permitem perspectivar o interesse da sua valorização.”²⁵⁸

Actualmente, a vertente cultural e patrimonial do concelho de Almada, pode considerar-se como detendo uma maturidade relativamente confortável, visto a cidade possuir um Museu Municipal, uma Biblioteca Central e outras igualmente bem apetrechadas e localizadas nas freguesias, um Arquivo Histórico, um Museu de Arqueologia e História, um Museu Naval, para além de um Núcleo Medieval e Moderno de Almada Velha. Estes projectos que se perfilam no horizonte, ligados à Quinta do Almaraz e à revitalização do Ginjal e da zona denominada Almada Nascente, por exemplo, afiguram-se como um complemento valioso à vida patrimonial concelhia, nomeadamente preenchendo a lacuna referente à vertente histórico-industrial, cobrindo inclusivé as décadas mais recentes de desenvolvimento e posterior recessão económica.

Esta carência poderia ser efectivamente colmatada com o reaproveitamento da fábrica de moagem do Caramujo, dada a importância histórico-cultural do edifício e do local, talvez como museu das indústrias do concelho intimamente relacionadas com o Tejo, quer artesanais, quer pertencentes à plena industrialização, constituindo um processo de arranque para outras experiências práticas de salvaguarda no tecido urbanístico de Almada, indo ao encontro de anseios da população.

O valor de um património recuperado e reutilizado no Caramujo medir-se-á pelo impacto a nível cultural e da educação que poderá proporcionar nas populações e do seu empenho em participar nas suas actividades, ditando uma parte do seu percurso futuro. Redimiria de uma forma completa todo o trabalho, por vezes sentido inglório, por parte de particulares e instituições, que, desenvolvido ao longo de anos, tem vindo a devolver à população desta «Outra Banda» do rio Tejo, testemunhos pertencentes à sua memória colectiva, alguns deles profundamente significativos do nosso acervo patrimonial comum²⁵⁹.

²⁵⁸ ATKINS [et alli] – *Almada Nascente*, vol.1, pp.82-83

²⁵⁹ RAMOS, Paulo Oliveira – «Museus e Monumentos de Indústria na “Outra Banda”», pp. 129-139

Esta “obsessão” por parte dos organismos de poder, central e local, a que assistimos nos últimos tempos, fazem-nos certamente questionar se estes projectos de revitalização serão políticas de mera sustentação de poder, apoiadas num renascer de um passado ancorado na força dos monumentos como símbolos da conservação e da memória, meio excepcional “de harmonizar a representação histórica com o projecto político, de pôr o passado ao serviço da credibilidade do presente”²⁶⁰, instrumentos das máquinas da memória, juntamente com a utilização de toponímias escolhidas e rituais comemorativos seleccionados?

A utilização do património, sincera e justificada, responde de forma clara a esta possível dúvida, demonstrada pelas acções e práticas das últimas décadas pelo município almadense, entendendo, a partir da década de oitenta do século XX, como o património cultural de uma comunidade se revestia de importância fundamental para o seu desenvolvimento sustentado, a nível quer económico, quer social, um reforço de identidade e promotor de solidariedades e certamente construtor de uma imagem comunitária²⁶¹.

Através do edital nº 275/86, datado de 11 de Setembro de 1986, a Câmara Municipal de Almada (na sequência da reunião ordinária, realizada em 11 de Julho) tornava pública a seguinte deliberação:

“Considerando seu dever defender e valorizar o património cultural do Concelho, encontra-se empenhada numa estratégia que visa o levantamento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural e promover a sensibilização e participação dos cidadãos na sua defesa e fruição. Assim, deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de elaborar um plano de salvaguarda que terá como objectivo imediato sustar a destruição e proteger áreas de interesse histórico e cultural e desenvolver-se-á numa perspectiva da sua classificação, regulamento de protecção, recuperação e uso. Neste sentido, e tendo por base o parecer da Comissão Municipal do Património esta Câmara Municipal aprovou:

1º. Considerar áreas em estudo para fins de classificação [...] área histórica da Cova da Piedade [...] 2º. Que, nas áreas definidas do ponto 1, todos os pedidos de viabilização de construção, demolição ou outras alterações do património cultural construído, sejam

²⁶⁰GUILLAUME, Marc – *A política do património*, p.143

²⁶¹ De realçar, neste ponto da nossa escrita, a leitura reflexiva do texto de Xerardo Pereiro: «Património cultural: O casamento entre património e cultura», pp.23-41

submetidos ao parecer da Comissão Municipal do Património Cultural. 3º. Que a referida Comissão prepare os instrumentos necessários ao pedido de classificação do património cultural construído.”²⁶²

Com data de Janeiro de 1988, o Gabinete de Estudos e Recuperação dos Núcleos Históricos do Concelho de Almada (GERNHCA)²⁶³ terminava o seu estudo sobre o núcleo Caramujo – Romeira. Este trabalho vinha na sequência da decisão da Assembleia Municipal, datada de 11 de Julho de 1986, que considerava para estudo os diversos núcleos com interesse histórico e cultural do concelho. Com este trabalho, o segundo efectuado por esta equipa, ficavam analisados os núcleos da freguesia da Cova da Piedade, posto que anteriormente a Mutela tinha sido objecto de idêntica aproximação.

“O nosso objectivo é apresentar um estudo que recolha elementos que contribuam para a identificação da zona como de interesse Histórico, permitindo apontar alguns critérios para futuras intervenções e classificações. O estudo teve por base um levantamento de pormenor de fontes escritas, inquéritos a nível social e arquitectónico” tendo em consideração e análise um projecto que previa “a transformação destes três núcleos com o conseqüente desaparecimento das características actuais e a sua substituição por edifícios novos. O núcleo do Caramujo – Romeira é um conjunto representativo de uma zona industrial por excelência que contém elementos a este nível únicos no concelho que merece ser conhecido, estudado e interessasse suficientemente à Administração Camarária no sentido da intervenção para recuperar e reconverter toda a área. Consideramos tratar-se de uma área ribeirinha com potencialidades únicas que merecem um investimento que concilie a preservação dos seus aspectos histórico-culturais mais interessantes com o factor rentabilização da zona e conseqüentemente da freguesia da Cova da Piedade.”²⁶⁴

A partir da análise arquitectónica deste núcleo da freguesia da Cova da Piedade concluía-se que “a actual fábrica da farinha e respectivos silos constituem elementos fundamentais na definição da imagem da Cova da Piedade. Pelas suas dimensões, estes edifícios destacam-se do restante conjunto [...] pela sua importância na imagem e na

²⁶² GERHCA – *Estudo dos núcleos históricos do concelho de Almada: Caramujo e Romeira*, pp.108-109; edital incluído no Volume II, anexos, documento 26 (2 páginas), pp.179-180

²⁶³ Com uma equipa de estudo coordenada pelo arq. António José Olaio

²⁶⁴ GERHCA – *Estudo dos núcleos históricos...*, nota introdutória

actividade que desenvolve em seu redor, deve ser tido em consideração em futuras intervenções.”²⁶⁵

Estavam lançadas as pedras dos fundamentos de uma estrutura emergente, mas que se consolidava a cada passo e a cada patamar transposto no sentido da salvaguarda e reutilização de um dos marcos representativos da intervenção de reabilitação da Cova da Piedade, embora o pedido para a sua classificação tivesse partido da iniciativa de um particular²⁶⁶. Provando o seu interesse no imóvel, a Câmara faria a sua aquisição no dia 25 de Setembro de 2000 e, em conferência de imprensa, salientaria a importância de se “construir cidade com história’, uma cidade humanizada, no respeito pelas suas memórias e origens.”²⁶⁷

Em notícia divulgada através do Portal do Distrito, *Setúbal na Rede*, em 2 de Outubro de 2000, referia-se a compra do edifício, relatando que “esta aquisição faz parte do plano de conservação do património que a autarquia tem vindo a executar nos últimos anos. Só para a fábrica da moagem já foi feito um investimento inicial de 110 mil contos, montante esse que a presidente da Câmara, Maria Emília de Sousa, considera ser ‘essencial’ para a política de ‘salvaguarda’ histórica que se pretende implantar no concelho. A série de aquisições que a Câmara tem vindo a efectuar no concelho incluem alguns dos ‘marcos históricos’, cujo interesse ‘convém’ acautelar. [...] A antiga fábrica da moagem, na Cova da Piedade, que em 1997 foi classificada como imóvel de interesse público, vem agora a projecto para a criação de um Museu do Tejo [...] a ‘ideia’ do Museu do Tejo surge, devido à lacuna museológica que existe a nível nacional dedicada ao rio.”²⁶⁸

O poder local, apresentava à população a compra da estrutura fabril, defendendo que “em Almada fazemos cidade com história... identificamos, estudamos,

²⁶⁵ GERNHCA – *Estudo dos núcleos históricos do concelho de Almada: Caramujo e Romeira*, p.75

²⁶⁶ Arq. Carlos Antero Ferreira, em carta datada de 22 de Janeiro de 1992, dirigida ao organismo responsável na altura, Instituto Português do Património Cultural, Volume II, anexos, documento 27, p.181

²⁶⁷ Maria Emília de Sousa, presidente da Câmara de Almada, citada em *Outra Banda*, 28 de Setembro de 2000

²⁶⁸ «Almada cria museu do Tejo e da Ciência: edifícios históricos são recuperados», in *Setúbal na Rede*, 2 de Outubro de 2000, disponível em <http://setubalnarede.pt>

reabilitamos, instalamos novos usos que devolvem o Património construído à Cidade e aos Cidadãos”²⁶⁹, num programa enfaticamente revelador de projectos para a zona.

A divulgação avançava com um pequeno artigo mas de sabor patrimonial apetecido e há muito ansiado: “A aquisição, por parte da Câmara Municipal de Almada, da Fábrica de Moagem do Caramujo, constitui um importante passo para a preservação e qualificação do património do concelho. Este imóvel foi considerado de interesse público por despacho do Ministro da Cultura de 27 de Março de 1997²⁷⁰ e é o primeiro exemplar de edifício construído em betão. A Câmara exerceu o direito de preferência na aquisição de um conjunto de 28 prédios urbanos, no âmbito do qual se encontra este imóvel classificado e alguns inseridos na área de protecção à Fábrica de Moagem²⁷¹. A decisão da Autarquia foi tomada tendo em conta a potencialização da reabilitação e requalificação da zona onde se situa a Fábrica, Caramujo / Romeira, actualmente bastante debilitada”²⁷²

2.2.Os caminhos da classificação

“...no facto daquele edifício ser um dos poucos exemplos remanescentes do período pioneiro do betão armado em Portugal”²⁷³

Carlos Antero Ferreira

Sendo a classificação o passo possível para a protecção jurídica de um bem patrimonial como a nossa fábrica em estudo, podemos considerar que a atitude do arquitecto Carlos A. Ferreira foi a principal e primordial ferramenta para a activação de

²⁶⁹ Câmara Municipal de Almada – *Boletim Municipal*, nº 53, capa, em Volume II, anexos, figura 2, p.69

²⁷⁰ Cumpridos todos os procedimentos legais, é publicada a classificação como imóvel de interesse público, através do Decreto nº5/2002, de 19 de Fevereiro, Diário da República –I Série-B, Nº 42

²⁷¹ A Autarquia decidiu agir, acautelando a protecção da zona, desviando e travando alguns interesses de especulação imobiliária e de investimento económico (díspares das vontades dos residentes locais e restante comunidade), nomeadamente instalação de bares na área, segundo conversa informal com historiador local, António Policarpo

²⁷² Câmara Municipal de Almada – *Boletim Municipal*, nº 53, Outubro 2000, p.15

²⁷³ Carlos Antero Ferreira assim referia o edifício da fábrica de moagem do Caramujo, ao propor a abertura do processo de classificação em 1992, Volume II, anexos, documento 27, p.181

uma sonhada salvaguarda e reutilização daquele que se tornava em 1898 o primeiro edifício a ser construído em betão armado.

Carlos Antero Ferreira baseia o seu pedido no facto de este edifício ser um dos poucos sobreviventes da época das iniciais construções em betão armado no nosso país, nos finais do século XX, e avançava com a sua própria avaliação: “A sua estrutura reticulada, de notável esbelteza de concepção, vem resistindo ao decurso de quase um século. As fachadas, entretanto adulteradas relativamente ao projecto inicial, não mantêm por isso o valor original, de referência histórica.”²⁷⁴

O processo de instrução relativo à eventual classificação, após despacho de 15 de Abril de 1992 do presidente do IPPC, teria abertura instaurada e seria dado conhecimento deste procedimento quer à Câmara Municipal de Almada, quer ao proprietário do imóvel proposto, a Sociedade Industrial Aliança, para que este se pronunciasse sobre o assunto, nos termos do disposto no artº 11º da Lei nº 13/85, então em vigor.

Num percurso deste tipo qualquer imóvel em vias de classificação, nesta fase de instrução do processo, fica abrangido por uma cláusula de impedimento de tomadas de acção autónomas por parte dos proprietários – o edifício da fábrica e as demais estruturas edificadas nas suas imediações (área considerada como pertencente à respectiva zona de protecção) ficam com impedimento de demolição, alienação ou expropriação ou restauração ou transformação sem que haja expressa autorização da entidade competente para o efeito.²⁷⁵

A preocupação de qualquer proprietário, empresário ou não, infelizmente não tem propriamente a ver com valores culturais e de preservação histórica ou social e de memória patrimonial, pelo menos na maioria dos casos ou até na sua exclusividade. As atenções desviam-se para a funcionalidade prática e os ganhos económicos.

Atendendo ao exposto, a resposta da Sociedade Industrial Aliança não poderia ter fugido deste lugar-comum e foi peremptória: “...opomo-nos decididamente à classificação da proposta.”²⁷⁶ A justificação para esta tomada de posição era o ónus que

²⁷⁴ Carlos Antero Ferreira no ofício de abertura do processo de classificação, Volume II, anexos, documento 27, p.181, palavras já anteriormente aqui apontadas

²⁷⁵ Conforme as disposições legais contidas no nº 2 do artº 18º da Lei nº 13/85 (Património cultural português)

²⁷⁶ Ofício da Sociedade Industrial Aliança remetido ao IPPAR e incluído no Volume II, anexos, documento 31, p.185

pesaria sobre a propriedade, posto que a fábrica se encontrava em laboração e até mesmo em eventual reconversão, pretendendo a empresa conservar na sua posse o imóvel, mesmo na hipótese desta última situação ocorrer.

Sendo este documento datado de 7 de Julho de 1993, não compreendemos o teor desta resposta, uma vez que a fábrica de moagem do Caramujo já tinha encerrado as suas portas à produção. Pertenceria certamente a estratégias económicas pensadas antes da abertura de falência da empresa.

Em anexo a este ofício da Aliança, surgia um relatório com um parecer técnico solicitado por esta ao engenheiro Manuel da Costa-Lobo. A avaliação deste técnico atesta a mais-valia do edifício: “Embora não tenha um traçado francamente notável em si pode, no entanto, revestir-se de interesse pelo facto de ter sido um dos primeiros edifícios em betão construídos em Portugal”²⁷⁷ O interesse de conservação e eventual classificação da estrutura deste imóvel poderia residir no domínio histórico, na opinião do técnico consultado, que avança com sugestões, que se enquadram no que igualmente nós propomos: “...em futura reconversão, é bom que fique dito que o edifício não é intocável mas apenas que num eventual re-arranjo futuro a sua estrutura deveria, de algum modo, integrar-se na nova solução de conjunto e manter a sua função como testemunho histórico da técnica do Betão Armado”²⁷⁸.

Não podemos, no entanto, partilhar das suas intenções para o restante conjunto das edificações, uma vez que consideramos ter o todo uma mais-valia que suplanta a soma das partes individuais ou de um único edifício, por maior que seja o seu valor, posto que, e no que diz respeito à moagem, a laboração não se efectuava apenas no núcleo central (o imóvel objecto de classificação), mas se repartia também por várias estruturas secundárias, mas necessárias e complementares, da mesma época ou acrescentadas em décadas posteriores, por vezes reflectindo estratégias económicas nacionais, perdendo todo o seu significado em termos de um património social e económico se apenas se valorizasse o edifício central. Para além de se perder a possibilidade de tentar manter a harmonização urbanística que o local ainda detém, embora, é certo, muito deteriorada e apagada. Convém igualmente reter a redacção do ponto 6 do artº 2º da Lei nº 107/2001 na sua referência aos contextos que possam ter valor de testemunho numa relação interpretativa e informativa.

²⁷⁷ Relatório sobre instalações da fábrica de moagem, Volume II, anexos, documento 32, ponto 3, p.186

²⁷⁸ Ponto 4 do relatório sobre instalações da fábrica de moagem, documento citado na nota anterior

Escrevia Manuel da Costa-Lobo: “Os restantes edifícios e armazéns não são susceptíveis de ser classificados nem sequer isso teria estado na mente de quem tomou a iniciativa de classificação, a qual, no fundo, corresponde sempre a um desvio de competências e que, portanto, deve ser considerado um acto excepcional.”²⁷⁹

Da nossa parte poderemos pensar que será sempre um bónus agradável a reconversão destes edifícios menorizados (tentando manter a traça original), quer seja um acto considerado excepcional ou não.

Em informação da Direcção Regional de Lisboa, de 15 de Outubro de 1996, Maria Augusta Maia dava conta das tentativas infrutíferas quanto a uma visita ao interior da fábrica de moagem, quedando-se a análise pelo exterior da mesma. Contrariamente ao que podemos ler nos escritos de Carlos Antero Ferreira, que a denomina de “nova Fábrica”²⁸⁰, Maria Augusta Maia, nesta informação, atribui-lhe o nome de “antiga”, mas pode ter despoletado uma importante confusão que tem de ser apontada, pois a fábrica antiga era a que ardeu em 1897, tendo sido erguida a nova (a partir das alterações de 1872 e 1889, além de que mais antiga era a de 1865 que permaneceu até à década de sessenta do século passado). Pode ter aspecto deteriorado e velho, pode ter uma centena de anos, mas trata-se da fábrica nova, provavelmente evitando a possível troca em termos de edifícios e até de história.

Nesta informação, Maria Augusta Maia, para além da apresentação de uma síntese histórica e do estudo em termos arquitecturais, de localização e de enquadramento urbano, refere a “antiga fábrica na actualidade”²⁸¹, assinalando: “Da leitura exterior do edifício sobressaem as relações entre a massa arquitectónica, a sua textura (cimento à vista), organização volumétrica e formal, bem como o impacto espacial gerado. Segundo o testemunho de um morador das vizinhanças, a antiga fábrica encontra-se desactivada já há uns anos e o seu equipamento (já totalmente retirado)²⁸² terá sido vendido ou destruído.”²⁸³

²⁷⁹ Ponto 5 do relatório sobre as instalações da fábrica de moagem, Volume II, anexos, documento 32, ponto 3, p.186

²⁸⁰ Ofício de pedido de abertura do processo de classificação, quarto e último parágrafo, Volume II, anexos, documento 27, p.181

²⁸¹ Informação da Direcção Regional de Lisboa, datada de 15 de Outubro de 1996, ponto 5, Volume II, anexos, documento 34 (2 páginas), pp.188-189

²⁸² Sabemos hoje em dia que uma parte desta maquinaria foi adquirida pela firma Joaquim Paulo Cunha Pereira de moagem de farinhas de trigo, milho e centeio: 6 moinhos de cilindros e 2 plansichters

Em parecer do Conselho Consultivo do IPPAR, datado de 12 de Fevereiro de 1997²⁸⁴, podemos ler: “A importância deste edifício é assinalável: trata-se [...] da mais antiga, pioneira e importante estrutura de betão armado conhecida, existente em Portugal [...]. Além deste aspecto, o edifício é reconhecidamente um testemunho etnográfico da vivência fabril e portuária no concelho de Almada [...]. Apesar da degradação e adulteração de interiores e fachadas, a sua vasta estrutura com seis pisos permanece intacta – e é dessa estrutura que se celebra o valor.”²⁸⁵

O arquitecto José Manuel Fernandes, em relatório com data de 10 de Março de 1997, e já estando o IPPAR na posse de um vasto elenco de fotografias do interior e exterior da fábrica, após o levantamento levado a cabo pelo arquitecto José Russo, afirmava categoricamente no seu relatório: “Julga-se pois, a partir dos elementos disponíveis, de classificar o edifício como Imóvel de Interesse Público.”²⁸⁶

Após concordância do presidente do IPPAR, em 12 de Março de 1997, com despacho para consideração superior da tutela, esta decisão seria homologada pelo ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, em 27 de Março de 1997. Somente seria objecto de publicação em *Diário da República* em 2002, Decreto nº 5/2002, de 19 de Fevereiro.

Terminava assim um ciclo, um percurso de possibilidade de efectiva protecção. Agora outros percursos se poderiam iniciar ou, se já iniciados, continuariam o seu caminho. Como aliada desta acção temos certamente a política encetada pelo organismo autárquico almadense de aquisição dessa estrutura e de outras igualmente importantes na zona do Caramujo, numa aceitação do conceito de vivência complementar a nível histórico e social, especificamente a partir da produção da moagem, mas também pensando no testemunho industrial referente a outras actividades laborais.

3.A fábrica de moagem do Caramujo – a possível musealização

(Fotografias das máquinas referidas, apresentação de um circuito de produção da moagem de cereais e visita a esta fábrica estão incluídas no Volume II, Apêndices, pp.30-43)

²⁸³ Ponto 5 da Informação da Direcção Regional de Lisboa, 15 de Outubro de 1996, Volume II – Anexos, documento 34, pp.188-189

²⁸⁴ Impossível saber o seu autor que assina apenas com rubrica

²⁸⁵ Parecer incluído no Volume II, anexos, documento 36, p.191

²⁸⁶ Documento incluído no Volume II, anexos, documento 35, p.190

3.1. O interesse de um património – técnicas e memórias do trabalho

“...Impõe-se dimensionar as relações entre o património industrial e o lugar dos trabalhadores no contexto da actividade industrial, no seu conhecimento e no usufruto que se pode fazer desse património.”²⁸⁷

Jorge Custódio

Acautelada a protecção do edifício da fábrica de moagem (e igualmente dos edifícios da sua envolvente integrados no limite da respectiva zona de protecção) através da sua classificação como IIP, temos de lamentar um facto infelizmente impossível de reverter: a perda irreparável da maioria do seu recheio técnico e de toda a sua documentação empresarial.

Estando este imóvel já em vias de classificação em 1993, consideramos inaceitável que nada tivesse sido feito no sentido da salvaguarda de tão valioso espólio, representando este arquivo um testemunho importante da história, da memória e da cultura de uma empresa situada num lugar destacado na história económica e social do nosso país. Não representando o património industrial um marco valioso no panorama nacional, não é de estranhar o completo desinteresse por esta temática, embora já tivesse passado mais de uma década sobre a publicação em *Diário da República* do Decreto-Lei nº 427/77, de 15 de Outubro.

Uma empresa privada desta natureza, como a do nosso estudo, certamente foi acumulando um valioso acervo documental, com valor, não somente económico ou de prova jurídica, mas igualmente de testemunho cultural, histórico ou científico. Perdido, somente restarão os documentos remetidos a organismos oficiais durante a sua vigência como entidade industrial. Acrescentamos que já em 10 de Março de 1997 o arquitecto José Manuel Fernandes alertava para a importância documental do recheio interior da fábrica do Caramujo, que lhe parecia não acutelado pelo seu proprietário.²⁸⁸

Pensamos ser valorativa a opinião de José Amado Mendes: “Pela história das empresas e pelos seus arquivos passa uma parte relevante da história dos países e das

²⁸⁷ CUSTÓDIO, Jorge – «O património industrial e os trabalhadores: o caso do Vale de Chelas (Lisboa)», p.109

²⁸⁸ Documento do Conselho Consultivo do IPPAR, em Volume II, Anexos, documento 35, p.190

próprias comunidades [...] A exploração sistemática e cuidada dos arquivos empresariais poderá contribuir, assim, para o reforço da história local e regional, constituindo esta um bom antídoto aos efeitos perversos da globalização (que, obviamente, também os tem) relacionados com uma certa uniformização e com o conseqüente apagar de especificidades histórico-culturais.”²⁸⁹

E acrescentamos nós, assim evidentemente jogando um papel essencial no fundo documental de qualquer núcleo museológico de vertente industrial,²⁹⁰ e mais especificamente um centro de documentação, uma das áreas consideradas essenciais para a prossecução da missão de qualquer museu hoje em dia, pois as funções principais do centro são a recolha e tratamento dos recursos que venham a constituir o acervo museológico e a sua disponibilização ao público, facilitando a leitura e contextualização desses objectos e documentos, numa envolvimento dinâmica entre a instituição de guarda e a comunidade.²⁹¹

De importância vital para a constituição de fundos tendo em vista a instalação de uma unidade museológica naquela fábrica somente podemos tentar pesquisar e reunir o maior número possível de testemunhos materiais que ainda tenham sobrevivido.

Tal é o caso de oito das máquinas que se descobriram numa fábrica localizada no concelho de Sesimbra; esta descoberta foi proporcionada por uma entrevista realizada por nós a um antigo operário, Armindo Simões Dionísio.

Interessante poderia ser, na nossa óptica, tentar a aquisição junto do actual proprietário destas máquinas e colocá-las em exposição activa no edifício já restaurado. Estimadas e encontrando-se em perfeitas condições, a visita à fábrica do senhor Joaquim do Moinho, como é conhecido nas imediações, transformou-se em aprendizagem e descoberta de uma complexa actividade produtiva, mas igualmente numa viagem no tempo, numa tentativa de visualizar o ambiente da nossa fábrica há cerca de trinta, quarenta anos atrás.

Como referimos em apêndice no Volume II:

²⁸⁹ MENDES, José Amado – «Arquivos empresariais: História, memória e cultura de empresa», pp.2-3

²⁹⁰ Em Agosto de 2010 visitamos o [projecto do] Museu da Indústria, da Associação para o Museu da Ciência e da Indústria; pensamos ser de louvar a iniciativa de recolha de arquivos empresariais que toma corpo no Centro de Documentação, onde pudemos aceder a publicações técnicas e obtivemos muita informação de interesse em relação à indústria da moagem e respectiva maquinaria.

²⁹¹ FILIPE, Graça – «Centro de documentação de museu: recursos de informação para a comunidade», p.7

A mais-valia seria a possibilidade de se tratar de uma parte da maquinaria original da fábrica por nós estudada e que se julgava perdida, ao ter sido vendida para sucata. Desaparecidos localmente os testemunhos materiais da tecnologia moageira, a alternativa possível de visualização daquele universo desaparecido é visitar este reduto industrial, ainda regido de uma forma que se pode considerar semelhante à que se vivenciava na fábrica do Caramujo nas últimas décadas da sua laboração.

Uma fábrica não existe somente como contentor arquitectónico, mais ou menos adaptado à funcionalidade específica da sua actividade económica industrial, com maior ou menor valor para a história dos homens. Estudar o seu historial e a sua valência patrimonial através da abordagem, igualmente aprofundada, da sua maquinaria, ajuda-nos certamente a complementar esse estudo e reforçar a importância patrimonial do objecto da nossa investigação.



Foto 70 – Na totalidade foram adquiridos seis moinhos de cilindros à Sociedade Industrial Aliança, cinco dos quais datados da década de sessenta do século XX, da marca Bühler, Agosto 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 71 – Outra perspectiva dos moinhos de cilindros, mostrando a sua disposição e as tubagens de alimentação e aspiração; a última das máquinas é o único moinho de cilindros anteriormente da Aliança, datando dos anos quarenta e da marca Daverio S.A., Agosto 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 72 – Duas plansichters (adquiridas à Sociedade Industrial Aliança) situadas no 2º piso; as plansichters peneiram a farinha a partir do processamento dos moinhos de cilindros, situados no piso inferior, Agosto 2010 (Autora: Conceição Toscano)

Em apêndice, incluído no volume II desta dissertação, disponibilizamos o relatório completo dessa visita através do elenco fotográfico e respectiva legendagem. Pensamos que se possa tratar de um passo preliminar para a constituição de um espólio da moagem do Caramujo. Pesquisa efectuada com dificuldades em ultrapassar obstáculos, mas com a determinação de que um caminho começa sempre pelos primeiros passos. Igualmente procuramos proporcionar um maior conhecimento quanto à complexidade da produção moageira e incluímos um fluxograma da produção, que tem algumas explicações que nos foram dadas pelo proprietário da referida unidade industrial do concelho vizinho.

Outra mais valia extremamente importante num núcleo museológico industrial onde se possa ter a alegria de expor exemplares de maquinismos originais é a descrição técnica das máquinas: embora elaborada de uma forma sintética (a que nos foi possível) incluímos também em apêndice uma descrição técnica das oito máquinas vendidas.

A construção sólida e sóbria de cunho utilitário de um edifício fabril, como a fábrica de moagem do Caramujo, certamente se adequará às normas de utilização actuais, quer públicas quer privadas, para instalação de um núcleo museológico da tecnologia da era industrial. A sua reintegração na vida contemporânea activa será sempre relativamente fácil, pois a reconversão somente terá de perceber o ponto de equilíbrio entre a funcionalidade e a sociabilidade.

A sua implantação geográfica, de limite entre a zona urbana da Cova da Piedade e a futura «Almada Nascente», afigura-se-nos excelente para a implantação de uma instituição museológica, adequando o espaço arquitectónico e todo o espólio que se possa reunir, técnico, documental e iconográfico, e uma parte da sua envolvência de produção e habitacional operária²⁹², com revitalização integrada e articulada, num núcleo histórico-industrial, demonstrativo do aproveitamento dos condicionalismos naturais com fins industriais e igualmente dos mecanismos e energias que caracterizaram o local ao longo de gerações de trabalhadores operários.

Conscientes desta valência complementar levamos a cabo um trabalho de recolha iconográfica e testemunhal tentando compensar o que está perdido no mundo do trabalho industrial do Caramujo, pensando novamente numa ajuda à constituição desse

²⁹² Ponto 6, Artigo 2º da Lei nº 107/2201: “Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”.

fundo de um futuro museu industrial (ou núcleo) do Caramujo. Ajudados pelo nosso entrevistado Armindo Simões Dionísio encetámos em Agosto de 2010 uma visita a este complexo de laboração da moagem.

Em apêndice do volume II, assim escrevemos:

Podemos considerar, quando pensamos na fábrica de moagem do Caramujo, em dois percursos passíveis de estudo. O primeiro e mais evidente será sempre o percurso interno da moagem na estrutura fabril classificada como imóvel de interesse público.

Mas no Caramujo há que atender a uma panorâmica mais abrangente, constituindo a fábrica de moagem um núcleo central, a partir do qual gravitavam as estruturas de apoio e complemento: armazéns, silos, escritórios, laboratório, refeitório, balneários, oficinas (carpintaria, serralharia, mecânica), outros estabelecimentos de produção (bolachas), locais de empacotamento (bombons), sacaria. Um universo constituído por diversas partes que se ligavam entre si e possibilitavam a vida da actividade económica industrial da moagem.

As fotografias e respectivas legendas, apoiadas por planta, ajudam à compreensão e percepção desta teia laboral e ficamos a conhecer as estruturas e respectivas funções.

Numa tentativa de percepção mais completa da vida laboral desta zona do concelho almadense e recolha e salvaguarda das memórias dos intervenientes consideramos que a melhor solução seria levarmos a cabo entrevistas aos antigos operários da fábrica de moagem. Os resultados obtidos trouxeram a confirmação quanto às nossas expectativas. Não somente pela descoberta, de enorme importância, quanto às máquinas, mas devido igualmente aos pormenores de uma vida intensa de trabalho que documenta uma parte da nossa história económica e social, constituindo seguramente um complemento à constituição desse fundo documental da moagem – um património valioso, na nossa óptica.

Acreditamos que as lembranças dos trabalhadores, devido à “fragmentação do património industrial”²⁹³ referida por Jorge Custódio, constituem um recurso que fornece pluralidade de dados ao estudo da fábrica de moagem do Caramujo, se

²⁹³ CUSTÓDIO, Jorge – «O património industrial e os trabalhadores: o caso do Vale de Chelas (Lisboa)», p.110

ouvirmos com atenção as descrições dos seus espaços de trabalho, respeitando a sua identidade com os tempos passados.

O quotidiano laboral somente poderá ser relativamente recuperado a partir das palavras dos homens que no dia-a-dia operavam as máquinas e realizavam as tarefas específicas do processo técnico da moagem. Provavelmente constituirá tarefa difícil a montagem completa do ambiente total, mas podemos dispor de algumas referências reais que poderão inteligir retalhos da vida moageira e construir algumas sequências.

“A memória humana é também social – ou, talvez melhor aqui, colectiva – na medida em que, resultando da experiência, indivíduos do mesmo grupo passam por experiências comuns”²⁹⁴, daí a recolha de lembranças que se foram repetindo, principalmente no caso de operários menos qualificados, mas que foram sempre acrescentando pormenores importantes. Temos plena consciência de que todas as “histórias” tinham de ser complementadas com documentos vários (o que fomos fazendo ao longo das nossas pesquisas), posto que “...o testemunho baseado na memória social (i.e., com valor social, com função social), mesmo que seja uma memória registada por escrito nunca é uma estrita reprodução de factos nem sequer, muito provavelmente, da forma como o indivíduo viveu os ditos factos. Não quer isto dizer que não haja valor factual nesses depoimentos, mas tem que ser identificado com cuidado e muitas vezes com cruzamento de fontes.”²⁹⁵

Se algumas das respostas nos encaminham para diferentes registos, devido a diferentes níveis de conhecimento e de reflexão sobre o mundo, nomeadamente quando se tratam de opiniões acerca de factos sociais, noutros casos os pormenores técnicos e materiais coincidem. E são estes que principalmente chamaram desde cedo a nossa atenção para podermos preencher as lacunas deixadas vagas pela ausência da documentação empresarial e da maquinaria no local para além da materialidade de fábrica se ter perdido e somente ter restado o envólucro estrutural.

“A substituição gradual da máquina a vapor por alguns grandes motores eléctricos decorreu durante os anos 50. Em 1963 fez-se a última grande remodelação da moagem com material ‘moderno’, e foi desmantelada a máquina a vapor (que se encontrava desactivada), por necessidade de espaço. Foi pena, porque actualmente seria

²⁹⁴ DURÃO, Susana; LUZIA, Ângela e MARQUES, Emília Margarida – *Memória e identidades profissionais. Reprodução de sistemas sócio-técnicos*, p.322

²⁹⁵ IDEM – *Ibidem*, p.323

muito interessante apreciar o volante enorme, as bielas manivelas em aço brilhante, os tirantes das válvulas, os corpos dos cilindros pintados a vermelho escuro, os bronzes luzidios dos mancais, etc.” – este é um excerto delicioso de pormenores técnicos da entrevista realizada ao último gestor da fábrica, de seu nome Álvaro António Guimarães.²⁹⁶

A reprodução deste sistema sócio-técnico, embora elaborado a partir de citações testemunhais, de fotografias de outros tempos, alguns documentos pessoais e de recolha documental fotocopiada a partir de originais guardados em arquivos institucionais reveste-se de valor para a implementação de um centro de documentação. Evidentemente as máquinas constituiriam um realce digno de lugar de destaque devido à sua linguagem técnica específica, podendo ser chamados alguns antigos operários para efectuar a sua manutenção, assim como serem responsáveis pela demonstração técnica.

Um discurso expositivo vive a partir de diferentes patrimónios (do domínio material e imaterial) que se complementam, comunicando ao seu público uma mensagem, instrumento de educação e de cultura visando um usufruto educativo e económico. Estamos certos de que toda esta investigação em torno da fábrica de moagem do Caramujo tonará possível e exequível a abertura e manutenção nesse local de um núcleo museológico industrial da moagem. Local que pretendemos não seja meramente um espaço classificado, de guarda de espólio inventariado e catalogado, mantendo, para além dessa necessária racionalização, a subjectividade de “produtor de sentimentos.”²⁹⁷

3.2. A intervenção de reabilitação e reutilização

A salvaguarda de um tipo de património ainda não completamente apercebido pelo colectivo, posto que ainda recente e quase “presente envenenado”²⁹⁸, coloca mais incertezas que hipóteses. A partir do momento em que se aceita como reflexo seguro da memória histórica e social de uma comunidade este último reduto da função produtiva local, forçoso é tomar acção e encerrar o ciclo de contínua negligência.

²⁹⁶ Esta entrevista pode ser lida na íntegra no Volume II, apêndices, pp.48-55

²⁹⁷ BARATA, Maria Filomena – «Algumas reflexões sobre Património», p.104

²⁹⁸ FOLGADO, Deolinda – «A memória ao negro” ou a salvaguarda como reduto da memória», p.20

Os possíveis responsáveis nesta operação de mudança, claramente o poder municipal, aliado ou não a outras forças a nível nacional ou até individuais e de associação de cidadãos, deverão proceder, como primeiro passo para a realização dos projectos de recuperação / reabilitação urbana, “à recolha de informações junto das comunidades, com o objectivo de serem traçados quadros de caracterização histórica relevante e de necessidades colectivas.”²⁹⁹

E estas necessidades passam certamente pelo desenvolvimento local, sustentável e equilibrado, envolvendo população e poder local. A chave para a revitalização de toda a área ribeirinha da Margueira e do Caramujo³⁰⁰ seria certamente a reconversão e reutilização das áreas industriais devolutas e mortas. “A operação de reabilitação / revitalização arquitectónica de edifício(s) representa sempre desenvolvimento sócio-cultural para qualquer comunidade. As acções de recuperação e de remodelação urbana, além de representarem, em princípio e por definição, valorização do ambiente construído, encerram quase sempre oportunidades de negócio e de instalação de actividades económicas. [...] Acho essencial o projecto de remodelação urbana da área do Caramujo, zona que tem uma memória colectiva, não dependente sequer do seu agregado mais recente – edifício da moagem. No entanto, por se tratar de edifício que integra actualmente o património municipal, pode vir a funcionar como ‘detonador’ de futura intervenção mais abrangente”³⁰¹

Os componentes do regime geral de valorização dos bens culturais estão claramente enunciados na Lei nº 107, destacando-se, no nosso entender: “...a conservação preventiva e programada; a pesquisa e a investigação; o acesso e a fruição; a formação; a divulgação, sensibilização e animação; o crescimento e o enriquecimento; o apoio à criação cultural; a utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão; o apoio a instituições técnicas e científicas.”³⁰²

E de que modo se poderá efectivar este aproveitamento sócio cultural? Alguns instrumentos para a valorização referida são apontados na Lei nº 107, por exemplo: “...

²⁹⁹ Excerto da entrevista realizada a Jorge Alves, município almadense, professor e arquitecto; esta entrevista pode ser lida na íntegra no Volume II – Apêndices, pp.46-48

³⁰⁰ Atente-se nos planos previstos no denominado PUAN

³⁰¹ Novamente as palavras de Jorge Alves, Volume II, apêndices, pp.46-47

³⁰² LEI nº 107/2001, Diário da República – I Série-A, Nº 209, de 8 de Setembro de 2001 (Estabelece as bases da política e do regime de Protecção e Valorização do Património Cultural e Arquitectónico), artº 70º

o inventário geral do património cultural; os instrumentos de gestão territorial; os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios; os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; os regimes de acessos, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis; os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação; os programas de formação específica e contratualizada; os programas de apoio à acção educativa; os programas de aproveitamento turístico; ...»³⁰³

Pensamos que todos estes instrumentos diferentes se podem articular e complementar, construindo estratégias de trabalho que se integram numa dinâmica que a nível local sempre tem sido valorizada – a de um desenvolvimento pleno de qualidade em todas as vertentes, quer a nível do lazer e da cultura, quer da educação.

Estamos certos de que este património industrial funcionará como eixo impulsionador de um possível turismo cultural com uma componente diversa da habitual, aproveitando a especificidade industrial e económica do nosso país. “Os espécimes raros e valiosos que Portugal possui e, ainda, disfruta, em relação a grande número de países industrializados, proporcionam-lhe condições excepcionais neste sector, susceptíveis de concorrer e suplantam os países mais avançados e, tradicionalmente, inovadores. [...] valendo-se do manancial de peças industriais históricas, que estão a apodrecer em armazéns, quer presentes em fábricas ainda a trabalhar, quer, ainda, nos edifícios balizadores da actividade industrial, encontra equipamentos suficientes e extraordinários [...] que podem redundar numa atracção de elevado interesse” neste denominado quadrante de um turismo cultural-industrial³⁰⁴. Certamente que estas palavras se podem aplicar ao nosso exemplar em estudo da fábrica de moagem do Caramujo.

A nível do potencial poder de contribuição válida para a educação teremos sempre de equacionar esta acção como estando inserida numa ampla mudança de política educacional, que já perspectiva uma envolvência da educação e do desenvolvimento local, a partir de uma articulação em parceria com o seu meio envolvente, sendo promovida a territorialização da escola que se refunde, “tendo o

³⁰³ LEI n.º 107/2001, Diário da República – I Série-A, N.º 209, de 8 de Setembro de 2001 (Estabelece as bases da política e do regime de Protecção e Valorização do Património Cultural e Arquitectónico), art.º 71.º

³⁰⁴ NUNES, Mário – «Turismo cultural com a componente do património industrial», p.261

tecido humano e social local por húmus, e estabelece relações preferenciais e contínuas com os actores locais e as entidades mais significativas.”³⁰⁵

Estes objectivos somente serão alcançados a partir do momento em que o património industrial de que falamos seja reconhecido como possuidor de valor. Não bastam efectivamente papéis atestando a sua classificação como imóvel de interesse público. O crédito que este edificado possuiu há que ser restituído, embora podendo desenvolver novas funções adequadas às diferentes condições de existência.

O reconhecimento cultural terá efectivamente de ser suportado pelo efectivo valor significativo da sua essência. Um instrumento imprescindível para a credibilização deste património atípico é a individualização de critérios que lhe estejam subjacentes e que pertençam a uma grelha analítica unívoca. Estes critérios essenciais para a apreciação global do objecto industrial permitem que não fique confinado ao universo clássico do valor artístico, permitindo a sua avaliação “pela sua componente arquitectónica, técnica, paisagística-territorial, histórica, social e imaterial.”³⁰⁶

Muitos exemplares paradigmáticos do nosso património industrial têm uma reconhecida pertença a mais de um dos critérios de valoração, quer de carácter geral, quer específico. Tal é o caso, no nosso entender, da fábrica de moagem do Caramujo. O seu valor arquitectónico é inquestionável devido à introdução de novas soluções construtivas e de novos materiais de construção. Mas, igualmente ao integrar, na área de estuário do Tejo, uma mancha industrial da moagem, desde os seus primórdios à plena industrialização (moinhos de maré e fábricas), poderemos considerar estes vestígios como possuidores de valor territorial. O seu interesse histórico é também inegável posto que a actividade económica específica da moagem, nomeadamente esta fábrica, foi determinante para a industrialização local.

Finalmente, mas não menos importante no que toca à avaliação de um bem desta natureza, há que avaliar o seu estado de conservação, após avaliação criteriosa da situação construtiva e estrutural:

A fábrica de moagem do Caramujo, imóvel devoluto desde finais de 1993, apresenta claros sinais de evidente degradação; os danos graves que apresenta em toda a sua estrutura comprometem seriamente qualquer tipo de utilização, sendo premente a necessidade de um restauro extensivo. O projecto de restauro, ao longo dos vários

³⁰⁵ AZEVEDO, Joaquim – «Educação e comunidade local», pp.101-102

³⁰⁶ FOLGADO, Deolinda – «”A memória ao negro” ou a salvaguarda como reduto da memória», p.24

procedimentos usuais de um processo de desenvolvimento deste tipo, deverá procurar sempre a articulação entre a concretização material da proposta inicial e os pressupostos funcionais, financeiros e estéticos do programa preliminar, posto que várias condicionantes surjam que possam vir a impor alterações ao programa base, elaborado após essa fase preliminar, até à apresentação do projecto de execução da obra.³⁰⁷

O processo de intervenção a nível da reabilitação e da conservação, para além de moroso será sempre de custos elevados, tendo de ser iniciado por estudos que levem em conta os problemas inerentes aos materiais utilizados (o ferro e o betão): o primeiro é a corrosão das armaduras em ambientes agressivos, nomeadamente presença do dióxido de carbono na atmosfera (doença passível de surgir quando o betão envolvente das armaduras perde a sua alcalinidade, começando a camada de óxido que as protegia a ser destruída, traduzindo-se esta degradação na corrosão do aço); o segundo dos problemas maiores tem a ver, igualmente, com a corrosão do aço, mas quando em presença de cloretos, devido, por exemplo, à construção das estruturas em ambiente marinho ou poluído.

Os métodos de tratamento podem passar pela reparação tradicional, removendo o betão deteriorado, preparando as superfícies, limpando e tratando as armaduras, seleccionando o material a aplicar³⁰⁸ e ainda usando um revestimento de protecção; ou optar-se por um tratamento electroquímico, viável quando apenas a camada de betão de recobrimento necessita de ser substituída, mantendo o material, ao nível e por trás das armaduras, as suas características mecânicas, sendo removida apenas a cobertura de revestimento devido a alterações nas suas características bioquímicas. Esta última tecnologia permite tratar a deterioração, sem intervenções cirúrgicas extensas, utilizando métodos de realcalinização e dessalinização³⁰⁹.

Revestem-se de extrema urgência as intervenções de reabilitação na fábrica de moagem, cujo estado de conservação se pode considerar entre o mau a caminhar para a ruína, especificamente ao nível das fachadas e dos pisos³¹⁰, levando em conta que,

³⁰⁷ INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, *Património arquitectónico – Geral*, pp.95-98

³⁰⁸ NORMA europeia EN 1504 “Produtos e sistemas para a protecção e reparação das estruturas de betão – Definições, requisitos, controlo da qualidade e avaliação da conformidade”

³⁰⁹ SILVA, V. Córias e – “Conservação do Betão Armado Enquanto Património Arquitectónico”, p.16-21.

³¹⁰ Revelou-se impossível a visita ao interior do edifício, após alguns pedidos da nossa parte. Foi-nos sempre dito que a degradação dos pisos e a ausência de iluminação artificial e até natural (dado que

encontrando-se fora de uso, se vai degradando cada vez mais, visto não usufruir de qualquer manutenção continuada, nem estar acautelado o impedimento da perpetuação de certos actos considerados de vandalismo e de negligência desnecessária, que vêm agravar o estado de lástima visual.

E quais seriam os métodos utilizados para a fruição de todos dessa herança do nosso património arquitectónico e industrial? Três caminhos opcionais se abrem como hipóteses de requalificação arquitectónica: Intervir sem interferir na sua forma actual (fruto de um processo de relativa reestruturação funcional, mas que somente alterou as fachadas não constituindo metamorfose da estrutura), adaptando o edifício às novas utilizações? Modificação com descaracterização, ainda mais lesiva, na nossa opinião? Ou, terceira opção, manter a sua traça inicial, restituindo ao complexo industrial toda a sua pujança original. Sendo embora o objectivo final a sua reutilização funcional, algo haveria que sofrer modificação, certamente, até porque a adaptabilidade às condições, quer de habitabilidade e de acessibilidade, quer ao nível das novas funções, actualmente exigidas é aceitável, mas a reestruturação necessária nunca implicará necessariamente o desenvolvimento de um processo de adulteração em relação ao seu perfil primitivo.

Encarado o património, neste caso específico, como vinculado às condições de vida e de trabalho de quem o produziu, certamente o aglutinamos à comunidade que habita esse território, pois considera esse bem como integrado na sua memória colectiva e social e não meramente como signo de distinção ou de consumo. Eventualmente esta articulação do património com a vida do homem pode carrear melhores resultados nas aprendizagens mais formais que têm vindo a acontecer, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino, seguidores de projectos por vezes desfasados das realidades quotidianas das populações.

Assumindo uma postura activa, de participação diária na qualidade cultural do concelho, através de um trabalho paralelo e de divulgação e de consciencialização de todas as classes etárias para os testemunhos patrimoniais, os museus podem ajudar à estabilização social e à integração da diversidade numa unidade identitária. Se é verdade

algumas janelas estão tapadas com tijolo para impedir a entrada de invasores) tornaria a visita impraticável, uma vez que seriam imensos os perigos de quedas nos muitos buracos existentes nos pavimentos, para além da ocorrência de outros possíveis acidentes – nas fotografias de 1997 do processo de classificação do imóvel já podíamos ver algumas lajes derruídas, apresentando seixos rolados do rio e a estrutura de ferro.

que museus, e escolas igualmente, têm sido instituições públicas criadas com o intuito do conhecimento ficar ao alcance de todos, infelizmente os grupos humanos apreendem de forma desigual e diferente essa informação, assumindo e expressando formas distintas de herança cultural, muitas vezes devido a condicionantes, externas a esses organismos institucionais, de desigualdades sociais e económicas.

Um trabalho complexo que não será possível sem a entreaajuda da escola com o município, ao nível da participação conjugada de esforços da parte dos vários serviços que a autarquia coloca ao serviço da comunidade. Certamente que poderá ser enriquecido com a presença de um núcleo museológico industrial instalado na antiga fábrica de moagem do Caramujo. Não somente ao nível dos cursos tecnológicos e profissionais dos anos mais avançados do nível secundário, mas também com visitas regulares igualmente compensadoras, para os alunos de outros ciclos de ensino. Com diferentes exigências de aprendizagem, hierarquizando os próprios recursos do museu à disposição de diferentes disciplinas e de escalas de aprendizagem de competências.

Os outrora negligenciados testemunhos da nossa cultural material (até há algumas décadas) fazem agora parte do património cultural de uma comunidade (embora ainda se tenha de continuar um trabalho de mentalização nesse sentido). Assistimos a repercussões de carácter museal na senda deste alargamento do conceito de património e de aceitação, a nível não somente internacional, como no nosso país, aparecendo exemplos interessantes de experiências museais e constituindo um excelente corolário desta dinâmica a atribuição do Prémio Europeu do Ano de 1991 ao Museu da Água de Manuel da Maia.³¹¹ Igualmente de referir, e já datando de 1990, a citação apresentada por José Amado Mendes (do então director do Science Museum, de Londres): “Para um número crescente de pessoas, os engenhos e máquinas, fábricas, moinhos, que têm dominado a paisagem nos últimos dois séculos, têm-se tornado profundamente significativos como parte do seu património Cultural.”³¹²

Nos nossos dias, os espaços industriais ainda não assumiram em pleno a possibilidade de valorização museológica. Alguns exemplos demonstram que é exequível pensar que se aceitou esta realidade cultural. Em 2002, aquando do Colóquio de Museologia Industrial «Reconversão e musealização de espaços industriais», realizado no Porto, e que reuniu especialistas das áreas do património, do urbanismo e

³¹¹ RAMOS, Paulo Oliveira – «I. Breve história do museu em Portugal», in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, coord. – *Iniciação à museologia*, pp.19-62.

³¹² Citação apresentada por Paulo Oliveira Ramos, na obra referida na nota anterior, p.61

da arquitectura, debatendo os desafios que se colocam à cidade dos nossos dias quanto aos usos do seu património industrial, muitos exemplos foram avançados de trabalho dinâmico e interessado na prossecução de fins específicos: reconversão e reutilização das áreas e edifícios industriais, do interesse e da pluralidade de usos deste património.³¹³

“Nos últimos dez anos nasceram e floresceram vários projectos museológicos que converteram e recuperaram espaços industriais em museus. Espaços cujas características arquitectónicas foram valorizadas e adaptadas para actividades culturais, recreativas ou educativas. Antigas fábricas que, ao serem reconvertidas, se transformaram em espaços de representação de uma memória local ou regional e para as quais, numa primeira fase contribuiu o empenhamento das autarquias e do governo central e, numa segunda fase, uma população que ao sentir-se aí representada apoiou e contribuiu para a sua consolidação.”³¹⁴

A intervenção no património industrial foi apresentada a partir de experiências realizadas e atendendo a novas perspectivas de valorização. Balanços que são imprescindíveis. A efectivação de trabalhos de musealização, em variadas apresentações, fica como exemplo: A rota do património industrial do Vale do Ave (a rota como estratégia de musealização); o Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira; Museu dos Transportes e Comunicações (metamorfose de um lugar: Alfândega Nova do Porto); Museu do Carro Eléctrico; Museu da Imprensa; Museu da Indústria do Porto³¹⁵ (infelizmente, malogrado, pelo menos nos planos iniciais de reconversão do edifício da antiga fábrica de moagens Harmonia).

Ainda deficitária a nível nacional no panorama do património industrial já musealizado, a nossa área de estudo, a moagem, apresenta um carácter de imperiosa necessidade de intervenção. Daí a fundamentação deste nosso trabalho, uma vez que todas as indústrias e artes e ofícios são igualmente merecedoras de investigação e salvaguarda dos testemunhos materiais.

Alguns dos projectos que conhecemos a partir de divulgação nas páginas da internet (e sem informação a partir de outras fontes) são, por exemplo: o projecto da

³¹³ Introdução efectuada pela Comissão Organizadora do referido colóquio: Alice Semedo, Álvaro Domingues, Armando Coelho Ferreira da Silva, Maria da Luz Sampaio, p.6

³¹⁴ Palavras da Comissão Organizadora do Colóquio de Museologia Industrial, p.6

³¹⁵ Conforme as actas do Colóquio de Museologia Industrial «Reconversão e musealização de espaços industriais»

Câmara Municipal de Sesimbra para reverter em museu a antiga moagem de Sampaio; o Núcleo Museológico da Moagem do Fundão – neste caso a moagem do Fundão apresenta-se reconvertida em museu pela acção da Câmara local, assistindo-se à recuperação física e restauro de peças, a partir de testemunhos de antigos trabalhadores; este espaço museológico tenta recriar o percurso do processo de transformação dos cereais.³¹⁶

Na moderna museologia, nas suas vertentes de teoria e prática, o museu é entendido como um espaço de preservação enquanto instrumento da memória, sendo as exposições um desafio para uma nova linguagem museográfica. Pensamos que melhor exemplo não poderia existir do que a interactividade existente numa mostra expositiva viva, como a que pensamos poder vir a ser realizada no espaço museológico do Caramujo, demonstrando, de uma forma total e informal ao visitante, que o museu pode ser veículo de informação, palco narrativo enquanto espaço de transmissão de saberes, potenciador de apropriação de um capital cultural.

Atendendo ao sentido de reutilização futura das instalações fabris do Caramujo, poderão ser elaborados planos concretos de intervenção quanto à reabilitação arquitectónica. Poucas hipóteses se colocarão aos técnicos: introduzir alterações de modo a retomar as antigas fachadas de finais do século XIX ou manter a estrutura moderna dos anos sessenta. Construir esta transformação passará sempre por resolver os problemas inerentes à degradação do betão da estrutura edificada da fábrica de moagem, ocasionada principalmente após o seu encerramento. O reconhecimento histórico rigoroso torna-se fundamental e eticamente obrigatório para um efectivo respeito do edifício e do conjunto envolvente do Caramujo.

A preservação do edifício assume-se como eixo principal das intervenções com o objectivo da reconversão e potencial musealização deste espaço industrial. O edificado local aparentemente assume proporções de puro restauro e implementação de algumas alterações que não choquem com a estrutura arquitectónica, mas adaptando com alguma flexibilidade às exigências contemporâneas e futura refuncionalização daqueles espaços vazios e disponíveis como acessórios do núcleo museológico ou independentes e complementares do recurso patrimonial principal.

³¹⁶ Paulo Pinheiro e Paula Charro, em 16-03-2009, lido em <http://rcb-radiocovadabeira.pt/pagina.php?cod=2113> [acesso em 02-01-2010]

Sendo evidente que existe uma unidade temática dentro deste local mais vasto do Caramujo, poderá não ser economicamente viável dedicar todos os edifícios a uma musealização e áreas de apoio à implementação do programa da moagem, principalmente tendo em atenção o espólio material reduzido e a grandeza da fábrica Aliança. Alternativas a estudar poderiam ser a reconversão para habitação e propostas de comércio local, orientadas certamente para uma nova filosofia de vida urbana e de revitalização de zonas industriais degradadas: por exemplo, um seguimento da LX Factory.

Se esta área envolvente assume características de intervenção reconstrutiva específicas, mas relativamente fáceis de abordar, o mesmo não se passa com o edifício da fábrica de moagem. Respondendo a novas exigências derivadas de outras funções, pensando na criação de condições de armazenamento e exposição do acervo, quer documental, quer técnico, a reutilização de um edifício com estas características e já considerado antigo, assume “crescentes exigências, por vezes de difícil compatibilização com as pré-existências e com a necessidade de preservar o seu carácter. Essa compatibilização, para além de exigir estudos técnicos aturados e adaptados às condições específicas de cada caso, implica um diálogo difícil, mas também estimulante, das construções antigas com os modernos artefactos técnicos e com as expressões espaciais e linguísticas da contemporaneidade.”³¹⁷

A partir da leitura de projectos semelhantes, como é o caso da reconversão dos armazéns frigoríficos de Alcântara no Museu do Oriente, apercebemo-nos da grandeza dos trabalhos de intervenção a levar a cabo na fábrica do Caramujo: o projecto constituirá um grande desafio arquitectónico devido ao seu valor patrimonial e também atendendo às suas características da tipologia industrial; tal como no exemplo apontado, há que procurar conciliar a identidade arquitectónica do edifício com os novos usos; a intervenção teria de se basear em gestos principais, tais como, a recuperação da imagem exterior e a preservação da volumetria, salvaguardando o impacto original e a relação com a envolvente urbana; a reorganização funcional do espaço interior, atendendo à introdução das áreas exigidas no programa museológico; a redefinição dos acessos à fábrica e do espaço de circulação, a nível vertical e horizontal.³¹⁸

³¹⁷ PEREIRA, Nuno Teotónio – «Edifícios antigos na resposta a novas exigências», p.52

³¹⁸ SERRANO, Ana Catarina Bispo – *Reconversão de espaços industriais: Três projectos de intervenção em Portugal*, p.109

A moderna museologia alimenta-se de determinadas imposições necessárias ao funcionamento pleno dos serviços, visando quer uma melhor conservação e exposição dos fundos à sua guarda, quer a optimização do atendimento e fruição do espaço e dos recursos pelos utentes. De modo a poder ser efectuada a recuperação e valorização do complexo fabril, para além das intervenções especializadas de técnicos na área dos materiais construtivos do betão, toda a estrutura física teria de ser intervencionada, as diferentes salas do processo moageiro, silos adjacentes e revestimentos interiores. As alterações, com vista à adaptabilidade da futura instituição às exigências actuais da vida cultural deveriam ser equacionadas levando em conta uma optimização de custos sem perder de vista o alcance de uma prioritária necessidade expositiva (com adequação às exigências do equipamento das áreas de exposição e de reservas e tratamento documental) e de comunicação, para a qual contribuiria um auditório e um centro de documentação (centro de património documental) e uma biblioteca especializada, para além da existência do arquivo e de gabinetes de trabalho e um espaço de cafeteria e outras zonas de acesso público.

A evolução que se tem verificado nas últimas décadas na museologia, ampliando e diversificando funções, desencadeou novas necessidades nestes espaços e nos seus equipamentos, para além dos avanços tecnológicos que também começaram a constituir presença constante neste universo, desde os meios técnicos destinados a assegurar condições ideais de climatização, de iluminação e de reprodução e preservação, mas igualmente em termos de segurança. As diversas funções assumidas pelos museus, plasmadas nas suas diversas áreas temáticas (de exposição e divulgação, de comunicação e investigação, de carácter cultural e educativo, de puro entretenimento e lazer) fazem com que a reconversão de um edifício vazio e degradado como a fábrica do Caramujo ultrapasse os limites de uma mera adaptação ou reutilização (como o edificado envolvente) e constitua, para além de um desafio interessante em termos de arquitectura³¹⁹, a incrível oportunidade de um trabalho exemplar a nível multidisciplinar.

³¹⁹ PEREIRA, Nuno Teotónio – «Edifícios antigos na resposta a novas exigências», p.52

Conclusão

“O estudo e a salvaguarda do *património industrial* [...] podem justificar-se segundo diversas perspectivas. Entre outras, saliente-se as de índole *educativo-cultural, turística* e, inclusive, como um *certo imperativo moral* (preservação de um legado que nos foi transmitido pelos nossos antepassados).”³²⁰

José M. Amado Mendes

³²⁰ MENDES, José M. Amado – «O património industrial como fonte histórica », p.315

1. Estratégias de requalificação e de desenvolvimento da comunidade

“Muitas destruições são aceitáveis sem que com isso fique de modo algum prejudicado o progresso material das populações, a indispensável modernização da vida ou a satisfação das necessidades sociais da comunidade. Se houver lucidez, conjugação de esforços, coordenação de serviços, poderá alcançar-se o equilíbrio necessário entre o imperativo de preservação dos testemunhos do passado e o imperativo de se responder às exigências sociais da vida contemporânea e do futuro da comunidade.”³²¹

Jorge Henrique Pais da Silva

Consideramos a fábrica de moagem do Caramujo um exemplo excelente de trabalho no campo do património industrial. Nomeadamente quanto à freguesia da Cova da Piedade, encontrando-se o sector da moagem relativamente por examinar, principalmente do ponto de vista da produção, da maquinaria e da documentação institucional, o nosso plano de intenção de estudo proporcionou certamente uma ajuda prestimosa às estratégias de requalificação e de desenvolvimento que se pretendem praticar no concelho e na zona ribeirinha da Margueira e do Caramujo.

As etapas percorridas durante a nossa pesquisa tiveram como eixo central a pesquisa e análise de fontes documentais e testemunhos de intervenientes primários no labor da moagem na Cova da Piedade, para além do apoio importante dos trabalhos de outros investigadores³²². Esta escolha de procura e registo revelou-se a mais acertada, na nossa óptica, tendo em vista a intenção do estudo – revelar os pontos fortes do edifício classificado como imóvel de interesse público e dar a conhecer à comunidade muito do seu passado não conhecido, neste caso específico vivido pelos anónimos trabalhadores operários da moagem. Pensamos que fomos bem sucedidos nos nossos propósitos de transmissão de testemunhos materiais e igualmente do denominado saber-fazer da produção moageira.

Assumimos como essencial, para despertar as consciências do estado de desinteresse da sociedade em geral e das comunidades integradas em ambientes de falência industrial, que o estudo de determinado património considerado como exemplo

³²¹ SILVA, Jorge Henriques Pais da – «Pretérito Presente», p.31

³²² Nomeadamente o contributo das recolhas iconográficas de Alexandre Flores

paradigmático (caso da fábrica de moagem do Caramujo), poderia ser elemento catalisador de dinâmicas necessárias do conhecimento técnico e da cultura na zona ribeirinha do estuário do Tejo. O estudo dos testemunhos materiais de uma comunidade certamente assegura a emergência de novas atitudes perante o seu património, incrementa novos relacionamentos entre os diversos intervenientes no processo, desde os cidadãos aos poderes institucionais, serve de apoio estrutural à implementação de planos estratégicos de desenvolvimento sustentável.

As diferentes valências deste património industrial da moagem – imóvel de betão armado, as máquinas, as recordações do trabalho da moagem, a especificidade da transformação dos cereais em farinha – assumiram a mesma importância relativa num projecto de estudo e divulgação de momentos históricos e sociais de importância local e nacional. O estudo complementar da envolvente construída, e que sempre foi apoio essencial no processo complexo da produção moageira do Caramujo, foi opção lógica do nosso trabalho, uma vez que desde cedo tomámos consciência da abrangência que se tornava obrigatória.

“Considerados enquanto recursos endógenos de desenvolvimento, desde a paisagem onde os edifícios e os sítios se contextualizam, aos circuitos de produção, às máquinas, às técnicas e aos saberes, desde os registos sobre as fábricas e sobre o trabalho, aos fundos documentais e aos arquivos de empresas, é reconhecido a todos esses testemunhos um papel da maior relevância para a construção da identidade local e para a transmissão da memória colectiva.”³²³

Na entrada de um novo milénio, que cidade encontramos hoje em Almada? Não é diferente de outras, mais especificamente se pensarmos na sua localização e a considerarmos uma “cidade da água” – um conjunto de tecidos urbanos, provavelmente com características semelhantes, mas também opostas, periferias, bairros novos, desintegrados da sua envolvente, vastas áreas degradadas onde outrora floresceram indústrias (umas vezes unicamente por sua conta, outras numa convergência de interesses e normas económico-sociais, mas todas engolidas pelo sorvedouro da recessão económica, levando à desindustrialização a zona desde Cacilhas ao Caramujo).

Nesta cidade pontuada por restos das indústrias, onde a decadência impõe a tomada de medidas no sentido da regeneração, os desafios são enormes e levam a

³²³ FILIPE, Graça e FERREIRA, Fernanda - «O Ecomuseu Municipal do Seixal, a investigação e a preservação do património documental e arquivístico industrial», [p.2]

propostas de reconciliação da urbe com os seus habitantes – estes novos programas passam pela reutilização dos edifícios que escaparam relativamente incólumes, posto que com extensas marcas de degradação, reaproveitando, readaptando as suas funções de modo a ser atingido um compromisso entre um passado que não se quer esquecido e um futuro que se pretende dinâmico e não passadista, construindo pontes de busca e cimentação de memórias essenciais à identidade da comunidade.

A construção dos caminhos do futuro na zona ribeirinha da margem sul, no concelho de Almada, desde Cacilhas ao Caramujo, agora ainda degradada e em espera, certamente passará pelo arrolar das memórias descritivas do edifício e do seu património móvel e imaterial, presentes neste nosso trabalho, onde sempre imperou a certeza de que “só com os homens e com a sua memória faz sentido defender aquilo a que se convencionou chamar *património*.”³²⁴

2.A moagem – património museológico local

Quando se trata de regenerar estas áreas urbanas em crise, algumas das soluções são: museificar alguns edifícios, transfigurando-os em pólos culturais de memorial da sua antiga função; reaproveitá-los para novas funcionalidades que visem uma maior adequação às exigências da cidade na actualidade.³²⁵

O projecto de musealização da fábrica de moagem do Caramujo (da extinta Sociedade Industrial Aliança) apresenta-se como inserido num plano de revitalização (mais abrangente) de toda a zona ribeirinha e em estado de degradação de Almada Nascente, denominado PUAN – Plano de Urbanização de Almada Nascente³²⁶.

Nomeadamente na zona do Caramujo, trata-se de restaurar uma vasta rede de infra-estruturas, onde se pode identificar a referida fábrica de moagem, classificado como imóvel de interesse público³²⁷.

O património industrial é considerado como flexível e adaptável possibilitando várias opções viáveis de programas de reutilização. Importante será sempre perceber que, se em certas estruturas construídas que se queiram conservar, as transformações

³²⁴ IPPAR, coord. – *Património: Balanço e perspectivas [2000-2006]*, p.16

³²⁵ MARTINS, Luísa Pimentel – *O loft (n)o património industrial (d)a cidade: a reconversão em habitação no centro urbano*, p.34

³²⁶ EDITAL n° 1098, publicado no *Diário da República* n° 218/2009

³²⁷ DECRETO n° 5/2002, de 19 de Fevereiro, Volume II, apêndices, pp.196-198

podem ser radicais ao ponto da reconversão levar a um destino completamente oposto das funções existentes no ponto de partida, no caso específico de uma fábrica de moagem considerada como imóvel de interesse público, há que optar por uma solução diferente. A musealização deste espaço afigura-se, assim, como a solução mais viável para tentar manter e divulgar aos vindouros a específica carga de documento que o edifício contém.

Sendo dois dos macro-objectivos apresentados neste Plano, a viabilidade económica, conseguida através da valorização dos recursos endógenos³²⁸, e, em relação ao tecido urbano, a valorização da cultura e do património local³²⁹, pensamos que se adequa perfeitamente esta nossa “pretensão” de reutilização do espaço industrial como museu (apresentado no PUAN como Edifício da Moagem/Museu do Tejo) inserido na vasta rede municipal já existente, mas padecendo de grave lacuna nesta área do universo museológico, agora passível de enriquecimento com esta intervenção, para além da projectada refuncionalização de espaços da ex-Lisnave, na área vizinha da Margueira, especificamente como Museu da Indústria Naval/Doca 12.³³⁰

O zonamento do PUAN atribui características básicas às diferentes categorias de espaços considerados; no que diz respeito às áreas culturais, estas são apresentadas como correspondendo “àquelas que se destinam à ocupação por equipamentos e ou serviços, públicos ou privados, de carácter cultural designadamente, museus, centros de criação artística, salas de espectáculo, galerias de exposição, podendo ainda integrar áreas comerciais, restauração e pequenas áreas de serviços preferencialmente associados a actividades culturais.”³³¹ A partir destas acepções, lógico será concluirmos que a zona do Caramujo, considerando o edifício de grandes proporções da fábrica de moagem e potencial receptor de alguns projectos de grande envergadura, e os edifícios da sua envolvente, se adequa aos pressupostos de revitalização e reutilização.

Trata-se de uma oportunidade única e que não deverá ser desperdiçada de musealizar testemunhos materiais ligados ao trabalho industrial da produção moageira, podendo ser integrados na área do estuário que já possui renome a nível internacional

³²⁸ E igualmente “aproveitar o posicionamento geográfico e as características cénicas de Almada Nascente para o desenvolvimento de actividades”, p.19, edital nº 1098, nota 1

³²⁹ E também recuperar e valorizar: espaços urbanos e edifícios históricos; o património industrial e naval, p.19, edital nº 1098, nota 1

³³⁰ Duas das áreas estruturantes (AE 8 e AE 6, respectivamente), p.9 do referido edital, nota 1

³³¹ Edital nº 1098, p.7, nota 1

devido à valorização dos moinhos de maré, mas igualmente tentando salvaguardar a memória histórica e social das vivências ligadas ao trabalho operário. Embora a imagem de Almada como cidade, como concelho industrial e cidade de operários, se tenha vindo a desvanecer, ainda é um elemento central nas representações identitárias dos seus habitantes³³², coexistindo uma forte necessidade de criação de novas condições de enraizamento de novas populações e na tendência para a constituição de uma identidade própria e diversa da anteriormente divulgada, que assenta num carácter multicultural da população almadense na actualidade.³³³

Inaugurado em 2003, o Museu da Cidade de Almada assume-se como um equipamento especializado de memória e igualmente um agente de desenvolvimento local, que pode contribuir para a identificação dos habitantes de Almada ao seu espaço de vida. Este museu pode ser um local agregador das diferentes formas de expressão que coexistem no concelho: umas próprias de uma identidade operária (de reminiscências rurais expressas através de um associativismo tradicional e das festas, como o Carnaval), outras já com características urbanas. Neste contexto de diversificação cultural e redefinição das construções identitárias, a constituição de um museu das indústrias do Tejo seria certamente uma mais-valia para a conservação e divulgação da indústria como elemento estruturante na definição identitária de Almada.³³⁴

Tomando como base estruturante os conceitos da Nova Museologia, os seus conteúdos programáticos teriam certamente de atender ao “estudo, conhecimento e preservação da memória histórico-patrimonial de uma região ou de uma temática específica; divulgação da história e do património dessa região ou dessa temática aos diferentes públicos; interacção com os públicos na construção de uma identidade própria e partilhada.”³³⁵

A estrutura edificada da moagem, classificada como imóvel de interesse público, e se for seguido à letra o PUAN, será efectivamente denominada Edifício da Moagem e terá como destino funcional tornar-se um Museu do Tejo. Sendo assim, provavelmente somente uma parte do vasto complexo se poderá destinar a núcleo museológico da

³³² JORGE, Catarina; LUZIA, Ângela e JULIÃO, José Manuel – «A cidade e o museu», p.157

³³³ IDEM – Ibidem, p.157

³³⁴ IDEM – Ibidem, pp.156-157

³³⁵ NUNES, Graça Soares – «Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores de património», p.5

moagem. Talvez o possamos aceitar, compreendendo a reduzida dimensão do espólio que se poderá reunir e tendo em conta os diversos ofícios e áreas económicas do sector industrial que se instalaram no Caramujo e outros locais do concelho almadense, com forte ligação ao rio Tejo. Este Museu do Tejo certamente que efectuará o seu trabalho em articulação com o Museu da Cidade de Almada e também com o vizinho Museu da Indústria Naval, este inteiramente devotado a esta outra área de relevância económica local, salvaguardando os testemunhos materiais da reparação e construção naval dos estaleiros da Lisnave, não tocando neste espólio o Museu do Tejo.

Este projecto de musealização poderá ser um pólo de dinamização a partir de três vertentes, tais como: cultural (preservando e reabilitando o património da moagem); científica e técnica (divulgando a técnica do fluxo da produção da moagem e servindo como divulgador para a introdução das diferentes tipologias de máquinas e de recursos energéticos a nível local e regional, desde o vapor à electrificação da indústria; não esquecendo a importância que assumiria a implementação no museu de um centro de documentação que reunisse espólios ligados a esta área económica; existência de uma biblioteca com recursos de temática específica e em suportes variados); pedagógica (proporcionando uma complementaridade às escolas como fonte de aprendizagem das técnicas e da evolução histórica e social do trabalho a nível local e regional).³³⁶

O projecto para a musealização da fábrica de moagem do Caramujo, para ser efectivamente implementado, teria de ter em conta a complementaridade existente entre o edifício central da moagem e muitos edifícios gravitacionais, nomeadamente em termos de estabelecimento do fluxo da produção moageira – armazém anexo; silos; escritório; laboratório; oficinas. Posto que não fossem utilizados exclusivamente para serviços do museu, dadas as características de dimensão do imóvel classificado, deveriam permanecer como domínio público, possibilitando visitas, sendo a intervenção arquitectónica do seu restauro o menos invasiva possível em termos de interiores.

Esta intervenção revelar-ia como a criação de uma infra-estrutura de carácter complementar e não polinucleado (impensável, provavelmente), mas possibilitando

³³⁶ Projecto pensado à semelhança de outros consultados, nomeadamente o projecto de musealização da Mina do Lousal, com realização da parte cultural da Associação portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), consultado em <http://apai.cp.pt/projectos.htm> [acesso em 28-12-2010].

Igualmente consultado: «Museus da Universidade do Porto. Projecto museológico. Relatório base do programa preliminar», com coordenação de Armando Coelho F. da Silva, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3581.pdf> [acesso em 28-12-2010]

usos diversos do museu aos edifícios envolventes. Teriam de ser levados em conta diversos factores condicionantes da implementação do museu: a obrigatória conservação *in situ* do património industrial; as condicionantes económicas (dada a degradação avançada do edificado, nomeadamente a própria fábrica, necessitada de intervenções profundas, e das necessárias alterações para reafecção de interiores); a pluralidade dos públicos interessados na instituição de tal organismo cultural (os habitantes da comunidade almadense e vizinhas, a partir da divulgação e como possuindo potencial interesse de complementaridade às actividades patrimoniais desenvolvidas em torno das especificidades económicas do estuário do Tejo; o público escolar; o público em geral, numa vertente de turismo cultural e de puro lazer); a dificuldade de reunião de espólio (a documentação que se encontra dispersa em arquivos institucionais e em mão de privados; máquinas que teriam de ser adquiridas por compra ou tentativa de empréstimo ou doação; o trabalho de mentalização a efectuar para contornar o habitual problema grave da ausência da salvaguarda de arquivos empresariais, dinamizando a possibilidade de recolha destes testemunhos para custódia no centro de documentação).

Haveria que contrariar quaisquer vontades que pretendessem a deslocação ou convergência de testemunhos materiais deste património industrial para o Museu Municipal,³³⁷ posto que o êxito da reutilização da fábrica como museu “depende no essencial, da salvaguarda ou da reconstituição dos ambientes e, na melhor das hipóteses, do prolongamento do próprio funcionamento de sistemas e de máquinas, através dos quais se interpretem e compreendam as tecnologias, as relações homem-máquina, as ligações entre a indústria e os recursos naturais e entre a sociedade e o meio [, sendo grandes] os desafios que a sociedade pós-industrial coloca a quem gere a herança cultural da desindustrialização.”³³⁸

Interiorizados todos estes pressupostos, assim se apresenta o projecto de musealização do Edifício da Moagem nas suas diferentes fases:

Projecto de musealização do Edifício da Moagem:

³³⁷ O que poderia levar à não implementação de um museu no edifício da fábrica, mas somente uma estrutura reconvertida em equipamento cultural de artes performativas.

³³⁸ FILIPE, Graça – «Perspectivas de programação e de funcionamento de entidades museológicas com tutela municipal associadas ao património industrial», [p.2]

Museu do Tejo (Museu das Indústrias do Tejo?)

Fase pré-operatória da musealização:

1. Estudo das intervenções arquitectónicas a efectuar no edifício da fábrica;
2. Restauro;
3. Nomeação de comissão de técnicos especialistas em património industrial e museologia;
4. Constituição do acervo técnico e do documental (constituído por diversos núcleos: moagem, indústria da cortiça, tanoaria, etc.);
5. Investigação aprofundada das diversas áreas temáticas (em grande parte já efectuada).
6. Estudo das temáticas expositivas;
7. Divulgação ao público do futuro Museu.

Fase operatória da musealização

1. Organização interna dos diferentes serviços: recepção; centro de documentação e estudo; biblioteca; serviço de educação; área expositiva permanente; áreas de exposições temporárias; área de reservas; serviço de conservação e restauro; auditório; cafetaria; gabinetes privados; outras áreas de acesso público e privado;
2. Adopção da política de gestão de colecções;
3. Instalação de programa informático necessário à gestão documental e das colecções museológicas;
4. Inventariação dos fundos e tratamento documental;
5. Formação dos quadros técnicos e auxiliares;
6. Montagem das exposições permanentes:
 - Exposição da Moagem:
 1. História da moagem a nível local: moinhos de maré; moinhos de vento; fábrica do Caramujo;
 2. Fábrica do Caramujo: Construção e inovação;
 3. Fábrica do Caramujo: Um século de trabalho;
 4. Fábrica do Caramujo: Tecnologias;
 5. Fábrica do Caramujo: As memórias locais;
 6. Vida e obra de um industrial da moagem.

Exemplos possíveis das outras exposições dos diversos núcleos museológicos (a partir de estudos específicos como o nosso da moagem):

- A industrialização local (a nível histórico, social e patrimonial);
- O trabalho artesanal e protoindustrial local;
- História local da indústria da cortiça;
- Indústria local da tanoaria;
- História social e económica dos operários (lutas operárias, educação, habitação, cultura, quotidiano laboral);
- História social e económica dos empresários;
- Complementaridades económicas das indústrias aqui representadas a outros sectores económicos;
- Extensão e articulação económica a outros territórios.

7.Candidatura à credenciação do museu;³³⁹

Museu do Tejo (Museu das Indústrias do Tejo?)

1.Missão:

Instituição dedicada a coleccionar, preservar, interpretar e expor o património industrial do território da sua influência.

2.Objectivos:

- Preservar e documentar o acervo patrimonial, conforme a política de gestão de colecções;
- Facilitar o acesso às colecções à sua guarda e à informação histórica e patrimonial por elas transmitida;
- Concorrer para a vida cultural, científica e educacional, a nível local, mas igualmente contribuir para a expansão desse programa de valorização a outras localidades, através de intercâmbios e outras iniciativas de aproveitamento dos recursos.

Apresentado o projecto de musealização do Edifício da Moagem e discriminados os passos necessários para a sua potencial implementação, há que não

³³⁹ A credenciação de museus é assumida como um instrumento fulcral da política museológica nacional, constituindo a qualidade nos museus o objectivo axial da credenciação, repercutindo-se na salvaguarda e valorização dos bens culturais à sua guarda e no aumento e diversificação dos públicos, devido ao obrigatório cumprimento de todas as funções enunciadas na Lei Quadro (Lei nº 47/2004), bem como a existência de instalações adequadas, de recursos humanos e equipamentos – Despacho Normativo nº 3/2006

perder de vista uma reflexão importante, justificativa da articulação destas fases: “Numa perspectiva museológica moderna, um museu constitui um espaço de lazer e de entretenimento público; um sistema de comunicação com aqueles que o frequentam; um ambiente pedagógico onde se transmitem e adquirem conhecimentos diversificados, de forma orientada e sistemática; um espaço de investigação científica e de criação cultural; um repositório de materiais de valor patrimonial elevado, vocacionado para a sua conservação a longo prazo. Cada uma das várias vocações indicadas assume carácter essencial: se uma delas for menorizada ou sacrificada, as restantes perdem conseqüentemente peso e relevância.”³⁴⁰

Esta proposta por nós assumida engloba uma vontade do reforço da memória colectiva, a partir da possível musealização da fábrica de moagem do Caramujo, devido ao pioneirismo da sua arquitectura em betão armado e aos restantes suportes físicos e sociais do trabalho industrial, agregada a uma crescente dinâmica de desenvolvimento sustentável do território. Constituindo um exemplo paradigmático da importância da salvaguarda e reutilização do património industrial, é essencial como eixo de visita na constituição de percursos de uma industrialização que desde meados do século XIX se tornou parte integrante e essencial da história económica e social local.

3.O percurso de uma industrialização local revisitada

A nossa proposta de um possível percurso de uma visita ao património industrial ainda presente no concelho de Almada, nomeadamente na freguesia da Cova da Piedade, apresenta-se muito singela, mas de contornos bem definidos. Procuramos entrosar este património de cariz essencialmente industrial, a nível formal pertencendo à área da arquitectura, com funções diversas, desde a fábrica, a habitação, o equipamento urbano, com outros patrimónios de cariz industrial existentes localmente, nomeadamente o moinho de maré de Corroios, para concertar possíveis percursos de reutilização, de usufruto educativo e económico, atendendo à concretização de objectivos de salvaguarda estruturada e permanente.

A diversidade de visitas acaba por ser restrita atendendo aos recursos de que poderemos dispor e apresentamos três possíveis sugestões a nível externo ao museu:

³⁴⁰ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz - «Tratamento museográfico», in Iniciação à museologia, p.89

Constituindo um trabalho levado a cabo pelo próprio museu instituído na fábrica de moagem do Caramujo, uma opção de visita (a aposta forte dos percursos de salvaguarda e reutilização) seria efectuada no local, explorando quer a estrutura classificada como imóvel de interesse público (e as exposições e espólio documental), quer a envolvente que funcionava com carácter complementar e essencial à actividade económica de transformação dos cereais em farinha. Enfim, a valorização de um percurso expositivo externo ao museu.³⁴¹

Os elementos de estudo seriam a tipologia do património visitado, nomeadamente quanto ao tipo de energia, ao tipo funcional; a descrição das estruturas e espaços associados à produção; a caracterização funcional e morfológica dos edifícios; o fluxo da produção moageira; factos e notícias ligados ao trabalho, lembrados por antigos operários ou até habitantes locais; dimensão económica e social da fábrica.



Figura 17 – Reprodução dos frescos pintados nas paredes do vestíbulo da entrada do palácio da família Gomes, no Largo da Cova da Piedade; conforme se pode ler na obra de Alexandre Flores: “António José Gomes pretendeu decorar duas paisagens que mostrassem a passagem da moagem artesanal à *revolução tecnológica* da máquina a vapor, levada a cabo na região pelos seus antepassados. Em baixo, vê-se parte da sua quinta e, presumivelmente, um dos edifícios da fábrica do Caramujo”, in FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1992, p.75

³⁴¹ Ver percurso externo do complexo de laboração da moagem no Caramujo, Volume II, apêndices, p.13-

A partir de um trabalho de parceria entre concelhos, pensamos numa rota que teria início no moinho de maré de Corroios, não esquecendo a valência complementar da envolvente natural, e terminaria na fábrica de moagem, onde igualmente se apelaria à compreensão da complementaridade das construções adjacentes à fábrica. Uma aposta numa interpretação das condições criadas e transfiguradas pelo homem, ao mesmo tempo que se chamaria a atenção para a apropriação e adaptação constantes ao meio ambiente que sempre se tornaram companheiras constantes do habitante da zona estuarina. O território desta área específica do Tejo seria certamente apontado como elemento de união e não de separação às diversas comunidades que aqui se foram implantando ao longo dos tempos, desde o século XV à actualidade, com uma ênfase especial a partir do século XIX.

O objecto de estudo seria certamente abrangente, em termos de área e de cronologia, tentando abarcar uma série de relações na história económica e social do homem do estuário, habitante da Outra Banda do Tejo, não perdendo de vista a própria relação de continuidade no labor da moagem, desde a utilização artesanal à industrial, da família Gomes.



Foto 73 – Aspecto exterior do moinho de maré de Corroios, em 1993, ainda apresentando no Largo os rodízios de ferro, hoje infelizmente retirados, in LIMA, Manuel A. S. – *Corroios: minha terra co(m a)rroios*, p.41



Foto 74 – Moinho de maré de Corroios, aspecto exterior, Julho 2010 (Autora: Conceição Toscano)



Foto 75 – Moinho de maré de Corroios, perspectiva do interior, Julho 2010 (Autora: Conceição Toscano)

Outra sugestão de visita, inteiramente a cargo do município almadense, mas abrangendo diversas instituições, não somente da autarquia, mas também associações, nomeadamente a SFUAP e o CAA; esta última, detendo uma vasta experiência na

organização de percursos e visitas guiadas, tanto na freguesia em estudo, como nas restantes do concelho, seria uma peça chave na valorização e crescimento destas iniciativas. Aqui atender-se-ia sobretudo à visita ao palacete Gomes, ao enquadramento urbano (o chalet, o coreto, mas também a nora em ferro), referindo a valência da existência de marcas de desenvolvimento urbano numa clara evidência da industrialização sentida localmente e intimamente ligada à família Gomes; a visita terminaria na fábrica e envolvente construída.³⁴²

A mais-valia deste percurso seria a possibilidade da tomada de consciência da ligação íntima entre vida profissional e pessoal a partir da importância histórica da acção deste empresário, visitando as diversas estruturas e espaços sociais e equipamentos urbanos do centro histórico e da zona do complexo moageiro. Deste modo, a fábrica de moagem poderia ser percebida no território onde está implantada, facilitando aos visitantes, para além da compreensão do bem patrimonial, a relação deste e da área industrial com o espaço envolvente urbano (centro histórico da Cova da Piedade).

Após esta apresentação, apontamos agora as possíveis vias de usufruto dos percursos de salvaguarda e reutilização do património industrial da Cova da Piedade, a partir da musealização da fábrica de moagem do Caramujo e da complementaridade das visitas externas – a via do turismo e a da educação. O objectivo será sempre o usufruto educativo e económico.

“A reabilitação urbana dos centros históricos perspectivada na sua vertente económica remete-nos para o turismo enquanto sector de actividade com maior possibilidade de inserção nestes espaços, nomeadamente o turismo cultural. O turismo e a cultura detêm um papel relevante na recuperação do património arquitectónico e urbanístico e também na sua (re)orientação produtiva.”³⁴³

Os lugares não considerados como lúdicos, nomeadamente o património industrial, podem sofrer uma readaptação a novas utilizações com captação de receitas de natureza variada, a partir não só da produção de serviços, mas também como potenciais geradores de fruição de cultura e do conhecimento da história a nível local, ao ser feita uma ênfase na vertente dos valores patrimoniais e culturais do espaço a

³⁴² Ver fotos já apresentadas neste trabalho, I Parte, 1.2., pp.37-40

³⁴³ HENRIQUES, Cláudia – *Turismo cidade e cultura – Planeamento e gestão sustentável*, p.246

visitar pelo turista. Representando mais do que um custo social as acções de investimento em prol da via do turismo representam um reforço da atractividade dos lugares intervencionados.³⁴⁴

Como reacção à crescente globalização, as cidades tendem a construir uma identidade própria. A promoção da sua imagem passa pela divulgação do seu passado e da sua memória, espelhados no seu património histórico, utilizado como recurso ao serviço de estratégias de modernização dos lugares. Podendo eventualmente cair-se numa descaracterização, certo é que o impacto na economia urbana revela pontos positivos, nomeadamente a nível da criação de equipamentos culturais e da revitalização económica e social de certas áreas da cidade, nomeadamente nos centros históricos.³⁴⁵ Os museus, e especificamente por garantirem a conservação do património e servirem de intermediários entre instituição de guarda e o público, constituem certamente os agentes de um processo de oferta de recursos culturais, quer a nível permanente, devido à especificidade de equipamento cultural, quer em associação a acontecimentos e manifestações variadas, tais como espectáculos, encontros, exposições.³⁴⁶

Os percursos patrimoniais que apontamos certamente constituirão circuitos turísticos que possam proporcionar a desejada componente lúdica e de aproveitamento do tempo livre do visitante, mas igualmente constituam uma crescente valorização da componente industrial num programa desta natureza, posto que tradicionalmente se apostava num turismo de apreciação dos monumentos e sítios mais convencionais da identidade nacional.

Outra das vias possíveis de usufruto deste património é a da educação, quer a nível formal, a partir das escolas e dos diferentes ciclos do básico, do secundário e também universitário, quer com carácter informal, de educação de adultos e em contexto diversificado.

A integração da escola, e dos seus alunos, numa comunidade, é entendida hoje em dia como estando envolvida numa dinâmica interactiva de conhecimento que não se efectua somente na sala de aula, mas se abre ao exterior, numa procura de descoberta de elementos característicos locais, nomeadamente do seu património, através de actividade interdisciplinares conjugadas com as instituições locais de ligação da escola ao seu meio envolvente. Os objectivos a atingir são seguramente o conhecimento do

³⁴⁴ HENRIQUES, Cláudia – *Turismo cidade e cultura – Planeamento e gestão sustentável*, pp.55-56

³⁴⁵ IDEM – *Ibidem*, p.152

³⁴⁶ IDEM – *Ibidem*, p.193

património cultural e histórico, mas também o desenvolvimento de sensibilidades e aptidões, estéticas, artísticas e até técnicas, na nossa opinião, igualmente potenciando, através da cooperação neste processo dinâmico de procura de conhecimento, a integração do indivíduo na comunidade.³⁴⁷

Os circuitos patrimoniais sugeridos podem constituir percursos pedagógicos interdisciplinares de fonte de recursos para várias disciplinas, nomeadamente a História, a História da Arte, a Formação Cívica, a Área de Integração, a Língua Portuguesa, o Estudo do Meio, etc., e para os diferentes níveis de ensino. Constituindo o meio urbano da Cova da Piedade e a sua periferia industrial de elevado valor histórico, um campo fértil de possibilidades educadoras, podem ser construídas diversas propostas de trabalho, tendo como palco de investigação o património industrial da freguesia, a nível do núcleo museológico em si e dos enquadramentos envolventes e complementares existentes.

Constatamos durante o nosso estudo, através da observação e também da conversa informal, que, infelizmente, os professores que conhecemos recorrem muito pouco ao património industrial como recurso pedagógico, nem sequer o valorizando e até o menosprezando como indigno de ser denominado de património. Lamentamos esta opção, posto que a comunidade em que vivemos tem uma componente desta natureza industrial muito reforçada, desde meados do século XIX, e não atender a esta valência histórica e social local, acaba por negar uma parte importante do passado dos almadenses. Esta falta talvez se deva ao facto da deficitária formação dos professores nesta área, devendo ser desenvolvidos esforços de sensibilização de formadores e de centros de formação, tentando contrariar esta tendência.

Esta via de aproveitamento dos recursos patrimoniais de cariz industrial existentes na Cova da Piedade, assume, na nossa visão, um carácter de mais-valia reforçada que a do turismo não possui, concordando com a opinião de Alice Campos Martins e Maria Helena Salema: “A natureza do conhecimento, a acessibilidade e a variedade de vestígios de património industrial existentes podem contribuir para o desenvolvimento de uma formação histórica, tecnológica, patrimonial e cívica, nomeadamente, para a motivação para o estudo de conteúdos programáticos, para o desenvolvimento de competências de pesquisa, para a análise da problemática científica

³⁴⁷ TELMO, Isabel Cottinelli – *O património e a escola – Do passado ao futuro*, p.12

e tecnológica das sociedades actuais, para o exercício da cidadania, através de acções de estudo, preservação e salvaguarda do património.”³⁴⁸

Propostas deste tipo como as apresentadas no texto referenciado a partir da citação do parágrafo anterior, são de louvar, uma vez que tentam contrariar tendências pouco dinâmicas e sem inovação no nosso ensino formal. Para além destas iniciativas há que recorrer ao papel dos museus, desde que orientados pelos princípios da nova museologia, defendendo relações entre o museu – escola – comunidade., tentando alcançar soluções para ultrapassar situações, ainda existentes, de isolamento para o exterior de algumas escolas e museus e da falta de partilha e de interactividade entre todos os agentes de um processo de trabalho que não pode ser ignorado nos dias de hoje, em que vivemos numa sociedade em permanente dinamismo de conhecimento.

Sem desvirtuar a essência da escola e do museu, construídas na sequência de processos de longa duração em que se acumularam saberes e sentidos sociais e culturais, ambos os parceiros institucionais devem aceitar a sua mútua transformação: os museus deverão esforçar-se por adaptar os seus recursos às necessidades curriculares das escolas; estas, por seu turno, deverão partilhar com os museus os novos contextos educacionais ligados às novas conjunturas sociais e culturais.³⁴⁹

A partir da implementação do núcleo museológico da fábrica do Caramujo, poderão construir-se relações profícuas de trabalho entre o museu e as escolas do concelho, desenvolvendo-se actividades de cariz educativo em favor da comunidade e desempenhando a instituição de guarda e divulgação da herança cultural um importante papel na aprendizagem dos alunos. Para muitos educadores e professores destas escolas esta relação já existe, mas com carácter muitas vezes pontual, e somente com museus de Lisboa. Necessária será alterar esta vivência, adaptando-a a novas realidades de apoio cultural quando, e se, o futuro Museu do Tejo existir, e esperemos, num futuro já próximo. Igualmente há que mudar mentalidades que continuam a ignorar a componente industrial, privilegiando unicamente outros museus e esquecendo a importância de aprendizagem pluridisciplinar do nosso património em estudo.

³⁴⁸ MARTINS, Alice Campos, SALEMA, Maria Helena e COELHO, Adriano Pinto – «A formação de professores de História em património industrial. Notas para a construção de um percurso pedagógico interdisciplinar na base de temas em Cesário Verde, Fernando Pessoa e Eça de Queirós», p.348

³⁴⁹ FARIA, Margarida Lima de – *Educação – Museus – Educação*, pp.1 e 20

O futuro núcleo museológico instalado na fábrica de moagem do Caramujo certamente participará activamente neste percurso de uma industrialização local revisitada. Esta prática poderá ser desenvolvida em parcerias de forma transversal com outras entidades ou através da gestão da comunicação directa com os seus públicos, numa envolvimento plena na comunidade. Esta interactividade terá sempre de estar consciente das suas relações com o meio envolvente e das razões da sua criação: a salvaguarda, adaptação e reutilização de um legado histórico exemplar do ponto de vista técnico-científico, humano, afectivo e também económico³⁵⁰ – a fábrica de moagem do Caramujo, um importante património industrial da Cova da Piedade.

³⁵⁰ TINOCO, Alfredo – «História da indústria e património industrial na Cova da Piedade», in *1as Jornadas de Estudo sobre a Cova da Piedade, 22 a 24 de Julho de 1988*, p.126

Recursos de documentação e informação

Iniciamos em 2009 um percurso que se foi revelando algo difícil e complexo, no que à bibliografia diz respeito, principalmente quando se estuda a moagem industrial. Tentamos reunir documentação e informação que se focasse no território nacional; procuramos não somente documentar o local, mas igualmente o que possa vir a ter interesse mais geral, nomeadamente legislação de cariz industrial da moagem, por exemplo. A procura da aprendizagem possível, a partir do nosso pré-conhecimento nulo, das técnicas, da especificidade tecnológica deste tipo de actividade industrial, constitui seguramente um passo em frente na existência de obras específicas sobre a moagem e as técnicas da produção.

O conjunto de recursos elencados representa as ferramentas documentais e de informação necessárias ao nosso trabalho, quer de uma forma central, quer apenas como complemento. Gostaríamos de acreditar que poderá ser, com as adaptações aos objectivos e contextos específicos e diferentes de outros trabalhos de investigação na área do património industrial, nomeadamente da moagem, uma via facilitadora dessas pesquisas.

1.Documentação Geral

1.1.Generalista

Bibliografia

ALBARELLO, Luc, [et al.] – *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1997

ECO, Umberto – *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1991

ESTRELA, Edite, SOARES, Maria Almira e LEITÃO, Maria José – *Saber escrever uma tese e outros textos*, 4ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin – *O Inquérito – Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora, 1993

GONÇALVES, Carla Alexandra – *Metodologia do trabalho científico*, Lisboa, Universidade Aberta, 2008

PEREIRA, José Costa, coord. – *Dicionário enciclopédico da História de Portugal*, Vols. I e II, [S.l.], Publicações Alfa, 1990

SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, [1989]

SILVA, Jorge Henrique Pais da e CALADO, Margarida – *Dicionário de termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 2005

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos*, 2ª reimp., Porto, Livraria Civilização Editora, 2005

Recursos WEB

CEIA, Carlos – Como fazer uma tese de doutoramento ou uma dissertação de mestrado, disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/tese.htm> [acesso em 16-03-2008]

ISCTE, Direcção de Serviços de Biblioteca e Documentação – *Guia para a elaboração de referências bibliográficas – NP-405*, disponível em <http://biblioteca.iscte.pt/pdfs/guianp405.pdf> [acesso em 05-07-2009]

NP 405-1, 1994 – *Norma portuguesa: Informação e documentação*, [S.l.], Instituto Português da Qualidade, 1995

1.2. Estudos – Área das ciências sociais

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira de, coord. – *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994
- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA: Secção de Moagem – O condicionamento da indústria da moagem, Lisboa, AIP, 1951
- BAPTISTA, Arthur José – *Breves considerações sobre a indústria de moagem em Portugal*, Lisboa, Ateliers Graphicos B. Nogueira, Successor, 1908
- AZEVEDO, Joaquim – «Educação e comunidade local», in *Educação, comunidade e poder local: actas do seminário realizado em 6 e 7 de Dezembro de 1994*, Lisboa, Ministério da Educação-Conselho Nacional de Educação, 1995, pp.81-107
- BOOTH, H. M. – «Aspectos modernos da indústria de moagem», in *Boletim da FNIM*, Ano V - Nº19, Julho 1962, Lisboa, FNIM, pp.14-20
- CAMERON, Rondo – *História económica do mundo: De uma forma concisa, de há 30 000 anos até ao presente*, 2ª ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 2004
- CASTRO, Armando – «Fábricas», in SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, [1989], pp.515-519
- CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001
- CONNERTON, Paul – «Capítulo 2. Cerimónias comemorativas», in *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993, pp.49-86
- CUCHE, Denys – *A Noção de cultura nas Ciências Sociais*, 3ª ed., Lisboa, Fim de Século-Edições, 2003
- CUSTÓDIO, Jorge – «Reflexos da industrialização na fisionomia e vida da cidade», in MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.435-492
- DURÃO, Susana; LUZIA, Ângela e MARQUES, Emília Margarida – *Memória e identidades profissionais. Reprodução de sistemas sócio-técnicos*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, PRAXIS/PCSH/ANT/P/0044/96, relatório final, [não publicado]
- FERNANDES, António Sousa – «Educação e poder local», in *Educação, comunidade e poder local: actas do seminário realizado em 6 e 7 de Dezembro de 1994*, Lisboa, Ministério da Educação-Conselho Nacional de Educação, 1995, pp.45-63

- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – *Farinhas, moinhos e moagens*, Lisboa, Âncora Editora, 1999
- FERREIRA, Vítor Matias e INDOVINA, Francesco – *A cidade da Expo'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999
- FERREIRA, Vítor Matias (coord.) – *Lisboa, a metrópole e o rio: Centralidade e requalificação das frentes de água*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2007
- FIGUEIREDO, Carla Cibele – «Horizontes da educação para a cidadania na educação básica», in *Reorganização curricular do ensino básico: novas áreas curriculares*, Lisboa, Ministério da Educação-Departamento da Educação Básica, 2002, pp.41-55
- FORTUNA, Carlos – «As cidades e as identidades: patrimónios, memórias e narrativas sociais», in SANTOS, M. Lourdes Lima dos, coord. – *Cultura & Economia. Actas do colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp.209-230
- HENRIQUES, Cláudia – *Turismo cidade e cultura – Planeamento e gestão sustentável*, Lisboa, Edições Sílabo, 2003
- JOÃO, Maria Isabel – «Nação, identidade e memória. Notas para um debate», in *Discursos. Língua, cultura e sociedade, III Série, Nº 1: Regiões. Identidade*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Abril de 1999, pp.259-271
- JOÃO, Maria Isabel – «Estado, nação e região», in *Arquipélago. História*, 2ª Série, V, Ponta Delgada, 2001, pp.689-702
- JOÃO, Maria Isabel – «Memória, História e Educação», in Separata da *Revista NW Noroeste, Revista de História*, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2005, pp.81-100
- LE GOFF, Jacques – «Memória», in ROMANO, Ruggiero, dir. – *Enciclopédia Einaudi, 1: Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp.11-50
- LEMA, Paula Bordalo e REBELO, Fernando – *Geografia de Portugal. Meio físico e recursos naturais*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996
- MARTINS, António da Silva e MARTINS, Jorge Manuel Pereira – *A evolução da indústria de moagem espoada de trigo: alguns números estatísticos*, Lisboa, [S.n.], 1971
- MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *História de Portugal contemporâneo (economia e sociedade)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993

- MARTINS, Guilherme d'Oliveira – *Património, herança e memória: a cultura como criação*, Lisboa, Gradiva, 2009
- MEDEIROS, Carlos Alberto – *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana. Uma introdução*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000
- MEDINA, João – *História de Portugal contemporâneo (político e institucional)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1994
- MEDINA, João – «A toponímia: local de memória», in *Primeiras jornadas de História Local e Regional (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)*, 2ª ed., Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp.35-43
- MENDES, José Manuel de Oliveira – «As cidades em festa: identidades performativas e o jogo das tradições», in PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V. e VAZ, Maria João, org. – *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*, Lisboa, CEHCP/ISCTE, 2001, pp.195-211
- NORA, Pierre – «Memória colectiva», in *Nova História*, Coimbra, Almedina, 1990, pp.451-454
- NORONHA, Maria Teresa de – «A identidade como expressão de diversidade», in *Discursos. Língua, cultura e sociedade, III Série, Nº 1: Regiões. Identidade*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Abril de 1999, pp.25-37
- NORONHA, Maria Teresa – «Memória e sociedade», in *Discursos. Língua, cultura e sociedade, III Série, Nº 3: Memória e sociedade*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Junho de 2001, pp.225-247
- PEREIRA, F. Lopes – «A indústria de moagem de farinhas espoadas: algumas notas a propósito de um aniversário», in *Separata da Agros*, Ano 43, Nº3, Lisboa, [S.n.], 1960, pp.187-195
- PINHEIRO, Magda – «O subúrbio entre o arrabalde antigo e a metrópole: identidade e temporalidade – os territórios do urbano», in *Ler História: cidades e espaços urbanos*, Nº 48, Lisboa, ISCTE, 2005, pp.11-32
- PINTO, Ana Lúcia; MEIRELES, Fernanda e CAMBOTAS, Manuela Cernadas – *História da cultura e das artes – Ensino profissional – Nível 3*, Porto, Porto Editora, 2008
- RAMOS, Francisco Martins – *Etnografia geral portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004

REZENDE, António Viana – «Do desenvolvimento técnico da indústria de moagem de trigo, farinhas espoadas», in *Boletim da FNIM*, Ano II - Nº8, Outubro 1959, Lisboa, FNIM, pp.52-58

RODRIGUES, Jorge de Sousa – «O arranque da metropolização na margem sul: factores e modos de urbanização da região de Almada (1935-1947)», in PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V. e VAZ, Maria João, org. – *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*, Lisboa, CEHCP/ISCTE, 2001, pp.53-64

SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Edições Afrontamento, 1992

RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado – *História da indústria portuguesa – Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999

SILVA, Augusto Santos – «Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas», in SANTOS, M. Lourdes Lima dos, coord. – *Cultura & Economia. Actas do colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, pp.209-230

TAVARES, Maria José Ferro – «Poder local e regiões», in *Discursos. Língua, cultura e sociedade, III Série, Nº 1: Regiões. Identidade*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Abril de 1999, pp.13-23

TAVARES, Maria José Ferro – *História social das técnicas*, Lisboa, Universidade Aberta, 2000

TIETZ, Jürgen – *História da Arquitectura do século XX*, Colónia, Könemann, 2000

WEBER, K. – «Novas concepções na construção de silos de farinha», in *Boletim da FNIM*, Ano X - Nº38, Abril 1967, Lisboa, FNIM, pp.26-29

Periódicos com informação variada

Boletim da FNIM, Ano II - Nº8, Outubro 1959

Boletim da FNIM, Ano IV - Nº13, Janeiro 1961

Boletim da FNIM, Ano IV - Nº14, Abril 1961

Boletim da FNIM, Ano IV - Nº16, Outubro 1961

Boletim da FNIM, Ano V - Nº19, Julho 1962

Boletim da FNIM, Ano VI - Nº21, Janeiro 1963

Boletim da FNIM, Ano VI - Nº22, Abril 1963

Boletim da FNIM, Ano VI - Nº24, Outubro 1963

Boletim da FNIM, Ano VII - Nº25, Janeiro 1964

Boletim da FNIM, Ano VIII - Nº30, Abril 1965

Boletim da FNIM, Ano IX - Nº34, Abril 1966

Recursos WEB

ESPERANÇA, Eduardo – «Património – políticas e práticas culturais: para uma abordagem comunicacional», disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/esperanca-eduardo-patrimonio-comunicacao-resumo.pdf> [acesso em 20-06-2010]

GRAÇA, Luís – «História da saúde e do trabalho (1801-2000)», disponível em http://www.ensp.unl.pt/luis.graca/historial_legis_laws.html [acesso em 08-07-2009]

HEITOR, Manuel; BRITO, José Maria Brandão de e ROLLO, Maria Fernanda – «Engenho e obra – Engenharia em Portugal no século XX», disponível em http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_1_a.pdf [acesso em 30-11-2008]

MADUREIRA, Nuno Luís – «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)», in *Análise Social*, vol. XXXIII (148), Lisboa, Universidade de Lisboa, 1998 (4º), pp.777-822, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844152N2aLM8di5Rd95LR3.pdf> [acesso em 05-06-2009]

MENDES, José M. Amado – «Bloqueios à inovação no tecido empresarial português em finais do século XIX: Achegas para o seu estudo», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 10, Porto, Universidade do Porto, 1990, pp.193-202, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6437.pdf> [acesso em 02-08-2009]

MENDES, José M. Amado – «Novas metodologias em História Económica: a Arqueologia Industrial», in *Revista Portuguesa de História*, t. XXX (1995), Coimbra, Universidade de Coimbra, disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12794/1/José_M.Amado_Mendes_30.pdf [acesso em 13-07-2010]

NEVES, Pedro José Marto – «Grandes empresas industriais de um país pequeno: Portugal. Da década de 1880 à 1ª Guerra Mundial», Dissertação de Doutoramento em História Económica e Social, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2007, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.5/525> [acesso em 29-06-2010]

OLIVEIRA, Ivo – «Ilusões e ficções de modernidade na Fábrica Oliva de São João da Madeira», disponível em <http://hdl.handle.net/10316/5870> [acesso em 30-08-2009]

ORDEM DOS ENGENHEIROS – «Os Congressos dos Industriais e dos Economistas em 1957 (I)», disponível em <http://www.ordemengenhadores.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/pagina-2/> [acesso em 19-03-2011]

ORDEM DOS ENGENHEIROS – «Os Congressos dos Industriais e dos Economistas em 1957 (II)», disponível em <http://www.ordemengenhadores.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/pagina-2/> [acesso em 19-03-2011]

PATRIARCA, Maria de Fátima – «O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura», in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), Lisboa, Universidade de Lisboa, pp.1137-1152, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223294052L7hDQ6bx4Sh05QU5.pdf> [acesso em 31-07-2009]

SANTOS, Maciel Morais – «A mecanização da indústria e a construção mecânica portuguesa», disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7896/2/5289.pdf> [acesso em 13-07-2010]

SANTOS, Maciel Morais – «A substituição de motores na indústria portuguesa (1850-1950), in *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Série, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, 2000, pp.229-251, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2327.pdf> [acesso em 13-07-2010]

SILVA, Augusto Santos – «Como abordar as políticas culturais autárquicas?: uma hipótese de roteiro», disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf> [acesso em 13-05-2010]

SILVA, Francisco Ribeiro da – «História local: Objectivos, métodos e fontes», disponível em <http://repositorio.up.pt/aberto/bitstream/10216/8247/2/3226.pdf> [acesso em 05-07-2009]

TOSTÕES, Ana – «Construção moderna: as grandes mudanças no século XX», disponível em http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_a.pdf [acesso em 30-11-2008]

2.Documentação Específica

2.1.Estudos – Área patrimonial

Bibliografia

- ADRIÃO, Alexandra Antunes e – «Museu Nacional Ferroviário», in *Pedra & Cal Nº12 – Intervenções em museus*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 2001, p.38
- AGUIAR, José – «Património urbano e identidade urbana: para uma definição conceptual», in *Margens e confluências: Um Olhar contemporâneo sobre as artes, Nº3 – A ideia de paisagem*, Guimarães, Escola Superior Artística do Porto-Extensão de Guimarães, Dezembro 2001, pp.116-124
- ALÇADA, Margarida – «Inventariar, documentar, informar», in COUCEIRO, João, coord. – *Urbanidade e património*, [Lisboa], IGAPHE-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, [1998], pp.49-51
- ARAÚJO, Pedro Borges de – «Conceptualização e estratégias do projecto», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de museologia industrial “Reconversão e musealização de espaços industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.89-99
- BAPTISTA, Lúcia e PROVIDÊNCIA, Paulo – «Paisagem e memória: A rota como estratégia de musealização», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de museologia industrial “Reconversão e musealização de espaços industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.55-77
- BARATA, Maria Filomena – «Algumas reflexões sobre Património», in *Património Estudos*, Nº3, Lisboa, IPPAR – Departamento de estudos, 2002, pp.100-105
- BARREIROS, Maria Helena e MÉGRE, Rita – «Inventários e Administração urbanística: a carta do património de Lisboa», in *Património edificado: novas tecnologias. Inventários*, Angra do heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, pp.191-211
- BOOTH, H. M. – « Aspectos modernos da indústria de moagem», in *Boletim da FNIM*, Ano V, Nº19, Junho 1962, pp.14-20
- BORMAN, Tracy – «Bringing History to life for young people: the role of heritage in education», Comunicação ao SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO E SOCIEDADE, promovido pelo IGESPAR e integrado na Presidência Portuguesa da UE, 2007 (Cedência da comunicação pelo IGESPAR)
- CAETANO, Lucília – «Elementos para a caracterização da arquitectura industrial. O Exemplo das cerâmicas de barro vermelho», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume I, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1989, pp.225-244

CALADO, Luís Ferreira – Intervenção do Presidente do IPPAR na sessão de abertura da XIII SEMANA DE ESTUDOS, in *Património edificado: novas tecnologias. Inventários*, Angra do heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, pp.17-18

CHOAY, Françoise – *Alegoria do património*, 3ª ed., Coimbra, Edições 70, 2008

COELHO, Maria João Pinto – «Intervir no património: conceitos e opções», in COUCEIRO, João, coord. – *Urbanidade e património*, [Lisboa], IGAPHE-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, [1998], pp.43-47

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU – Parecer sobre «A dimensão social da cultura» (2004/C 112/17), *Jornal Oficial da União Europeia*, 30 de Abril de 2004, pp.57-59

COSTA, Fernando da – *Tecnologia e economia industrial da indústria de moagem*, Lisboa, [S.n.], 1953

CRUZ, M. Augusta Lima e JOÃO, Maria Isabel – *A escola e os Descobrimentos. Síntese e balanço das comemorações (1988-2000)*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001

CRUZ, Maria Alfreda – *A margem sul do estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*, [S.l.], ed. da autora, 1973

CUSTÓDIO, Jorge – «O património industrial e os trabalhadores: o caso do Vale de Chelas (Lisboa)», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume II, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1990, pp.109-160

CUSTÓDIO, Jorge – «Os museus industriais e a Arqueologia Industrial», in CUSTÓDIO, Jorge [et al.] – *Museologia e Arqueologia Industrial: estudos e projectos*, [S.l.], Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1991, pp.7-22 [Sem apêndices]

CUSTÓDIO, Jorge – «A emergência e a génese dos museus industriais e de empresa em Portugal», in *Rede Portuguesa de Museus – Boletim Trimestral Nº18*, Dezembro de 2005, pp.11-16

DAMAS, Carlos Alberto – «Património e arquivos empresariais», in *Arqueologia & Indústria*, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Nº2-3, 1999/2000, Lisboa, Edições Colibri, pp.219-226

DOMINGUES, Álvaro – «Património industrial e requalificação urbana», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e*

Musealização de Espaços Industriais”, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.121-130

FARO, Suzana – «Projecto: Rota do património industrial do Vale do Ave – ADRAVE», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.43-53

FERREIRA, Carlos Antero – *Betão: A idade da descoberta*, Lisboa, Passado Presente, 1989

FERREIRA, Manuel João Esteves – «A qualidade da reparação: a normalização dos produtos para a protecção e reparação das estruturas de betão», in *Pedra & Cal Nº32 – Produtos para a reabilitação e a conservação*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 2006, pp.16-19

FERREIRA, Vítor Matias – «Património urbano: A memória da cidade», in COUCEIRO, João, coord. – *Urbanidade e património*, [Lisboa], IGAPHE-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, [1998], pp.53-61

FLORES, Joaquim de Moura – «”Património”. Do monumento ao território», in COUCEIRO, João, coord. – *Urbanidade e património*, [Lisboa], IGAPHE-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, [1998], pp.11-17

FNIM – «A indústria de moagem na actual conjuntura industrial e económica», in *Boletim da FNIM*, Ano XV, Nº58, Abril 1972, pp.1-6

FOLGADO, Deolinda – «Organização da reserva de Arqueologia – património industrial do IPPAR: uma realidade», in *al-madan*, IIª Série, Nº6, Outubro 1997, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp.145-148

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge – «Caminho do Oriente: uma leitura industrial do território», in *Caminho do Oriente: guia do património industrial*, [Lisboa], Livros Horizonte, 1999, pp.8-19

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge – «”A Nacional” – Companhia Industrial de Transformação de Cereais», in *Caminho do Oriente: guia do património industrial*, [Lisboa], Livros Horizonte, 1999, pp.116-127

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge – «Fábrica de moagem de Domingos José de Moraes & Irmão», in *Caminho do Oriente: guia do património industrial*, [Lisboa], Livros Horizonte, 1999, pp.208-211

FOLGADO, Deolinda – «Paisagem industrial. Utopia na salvaguarda patrimonial?», in *Margens e confluências: Um Olhar contemporâneo sobre as artes, N°3 – A ideia de paisagem*, Guimarães, Escola Superior Artística do Porto-Extensão de Guimarães, Dezembro 2001, pp.64-89

FOLGADO, Deolinda – «Instituto Português do Património Arquitectónico: Inventário do património industrial», in *Património edificado: novas tecnologias. Inventários*, Angra do heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, pp.213-238

FOLGADO, Deolinda – «Inventário do património industrial da Covilhã. Um caso de estudo no âmbito da salvaguarda patrimonial», in *Património Estudos*, N°3, Lisboa, IPPAR – Departamento de estudos, 2002, pp.115-123

FOLGADO, Deolinda – «DoCoMoMo Ibérico e o levantamento da arquitectura industrial contemporânea portuguesa (1920-1965)», in *Património Estudos*, N°3, Lisboa, IPPAR – Departamento de estudos, 2002, pp.204-206

FOLGADO, Deolinda – «"A memória ao negro" ou a salvaguarda como reduto da memória», in *Património Estudos*, N°6, Lisboa, IPPAR – Departamento de estudos, 2004, pp.20-32

FOLGADO, Deolinda – «"A Napolitana": programa arquitectónico ao serviço da indústria», in *Património Estudos*, N°6, Lisboa, IPPAR – Departamento de estudos, 2004, pp.102-108

FOLGADO, Deolinda – «"O que é Nacional é bom!": o tempo da fábrica – vida, espaços e formas», in *Património Estudos*, N°10, Lisboa, IPPAR – Departamento de estudos, 2007, pp.37-44

FRANÇA, José-Augusto – *História da arte em Portugal: o Pombalismo e o Romantismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004

FREIRE, João – «Sociologia, História e património industrial», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986), Actas e Comunicações*, Volume II, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1990, pp.195-201

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN – *Arquitectura de engenheiros: Séculos XIX e XX: Participação portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Maio/Junho, 1980

GENIN, Soraya – «Metodologia e fases do projecto de conservação», in *Pedra & Cal N°23 – Lisboa: conservar e reabilitar os bairros históricos*, GECORPA-Grémio das

Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Julho/Agosto/Setembro 2004, p.34

GONÇALVES, Filomena – «LNEC: betão: um material para o futuro», in *Pedra & Cal Nº10 – Património de betão*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Abril/Maio/Junho 2001, pp.13-14

GUILLAUME, Marc – *A política do património*, Porto, Campo das Letras, 2003

IPPAR, coord. – *Património: Balanço e perspectivas [2000-2006]*, Lisboa, IPPAR, [2000]

LACROIX, Michel – *O princípio de Noé ou a ética da salvaguarda*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999

LIMA, Isabel Pires de – Discurso de abertura, como Ministra da Cultura, Comunicação ao SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO E SOCIEDADE, promovido pelo IGESPAR e integrado na Presidência Portuguesa da UE, 2007 (Cedência do discurso pelo IGESPAR)

LIRA, Sérgio e FERNANDES, Susana – «O Museu da Indústria da Chapelaria de S. João da Madeira», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.79-87

LOUREIRO, Fernando Pinto – *A indústria da moagem ao serviço da nação: esboço histórico-económico*, Lisboa, [S.n.], 1961

MAGALHÃES, Fernando Paulo Oliveira – «Museologia, ecomuseus e o turismo: Uma relação profícua?», in *ANTROPOLógicas*, Nº 7, Porto, UFP, 2003, pp.211-224

MANIQUE, António Pedro – «Património, História e cidadania. Reflexões sobre a utilização didáctica do património construído», in *A escola e os Descobrimentos. História Local*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp.11-16

MARCOS, Luís Humberto – «Museu da Imprensa: do carvão à tinta de impressão», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.151-165

MARQUES, Fátima Botão; COSTA, Fátima Mendes e RAMOS, Sandra Candeias coord. – *O Património local e regional*, Lisboa, Ministério da Educação-DES, 1998

MARTINS, Alice Campos e COELHO, Adriano Pinto – «O valor educativo do património industrial», in *Arqueologia & Indústria*, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Nº2-3, 1999/2000, Lisboa, Edições Colibri, pp.237-246

MATEUS, João Mascarenhas – «O debate em Itália sobre a conservação do património em betão», in *Pedra & Cal Nº10 – Património de betão*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Abril/Maio/Junho 2001, p.26

MATOS, Ana Maria Cardoso de – «A utilização de novos materiais e estruturas no contexto do património urbano oitocentista», in *Arqueologia & Indústria*, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Nº2-3, 1999/2000, Lisboa, Edições Colibri, pp.109-127

MATOS, Ana Cardoso de; RIBEIRO, Isabel Maria e SANTOS, Maria Luísa – «Intervir no património industrial: das experiências realizadas às novas perspectivas de valorização», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.21-32

MENDES, José M. Amado – Discurso de abertura do Encontro, in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume I, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1989, pp.29-38

MENDES, José M. Amado – «O património industrial como fonte histórica», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume I, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1989, pp.315-320

MENDES, José Amado – «Arquivos empresariais: História, memória e cultura de empresa», in *Arquivos empresariais: instrumentos de gestão e património documental; novos desafios, novas soluções*, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD, 2001 [registo multimédia]

MONIZ, Jaime Eloi – «Estado em que se encontra actualmente a indústria de moagem de cereais na área da 3ª Circunscrição Industrial (Lisboa, Santarém e Leiria)», in MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES, DIRECÇÃO GERAL DAS INDÚSTRIAS - *Boletim do Trabalho Industrial, Nº136: Relatório dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1926: Relatório dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929, pp.112-115

- NABAIS, António – «Conceito de património e arqueologia industrial: seus limites, problemas de conservação e musealização», in *al-madan*, IIª Série (8), Outubro 1999, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp.177-181
- NETO, Maria João Baptista – «Carta de Cracóvia 2000: os princípios de restauro para uma nova Europa», in *Património Estudos*, Nº3, Lisboa, IPPAR – Departamento de Estudos, 2002, pp.93-99
- NUNES, Graça Soares – «Contributos para uma reflexão sobre a gestão dos museus autárquicos enquanto gestores de património», in *Rede Portuguesa de Museus – Boletim Trimestral Nº25*, Setembro de 2007, pp.4-7
- NUNES, Mário – «Turismo cultural com a componente do património industrial», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume I, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1989, pp.259-263
- OLIVEIRA, M. Marques de – «A indústria do cimento», in *Pedra & Cal Nº10 – Património de betão*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Abril/Maio/Junho 2001, pp.23-24
- OSÓRIO, Maria Isabel Pinto e BRANCO, Luís Maria Aguiar – «Inventário do património arquitectónico do Porto», in *Património edificado: novas tecnologias. Inventários*, Angra do heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura e Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002, pp.167-190
- PAIVA, José – «Metamorfose de um lugar: Alfândega Nova do Porto / Museu dos Transportes e Comunicações», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.133-141
- PALMA, Emília – «Evolução histórica das leis do património arquitectónico», in *Pedra & Cal Nº12 – Intervenções em museus*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 2001, p.37
- PEREIRA, Fernando António Baptista e DUARTE, Ana – «Os museus como lugares de memória, espaços de encontro e actores sociais», in *Arquivos da memória: revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa e Universidade Nova de Lisboa*, dir. de Jorge Crespo, Lisboa, Edições Colibri, 10/11, Janeiro de 2001, pp.11-15
- PEREIRA, Luz Valente – *Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública*, Informação Técnica Edifícios, ITE 16, Lisboa, LNEC, 1987

PEREIRA, Nuno Teotónio – «Edifícios antigos na resposta a novas exigências», in *Pedra & Cal Nº12 – Intervenções em museus*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 2001, p.52

PEREIRA, Nuno Teotónio – «Alienação de património público: antecedentes, receios, interrogações», in *Pedra & Cal Nº32 – Produtos para a reabilitação e a conservação*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 2006, p.52

PINA, Luís de – «Crónica de um esforço filmado: apontamentos sobre o filme industrial português», comunicação de abertura na sessão de cinema industrial, in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume I, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1989, pp.423-426

PINHEIRO, Elisa Calado – «O Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, Covilhã. Uma intervenção pioneira no âmbito da arqueologia industrial», in *Arqueologia & Indústria*, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, Nº2-3, 1999/2000, Lisboa, Edições Colibri, pp.163-177

PINHEIRO, Elisa Calado – «O Centro de Documentação/Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios – uma experiência pioneira desenvolvida na Covilhã para salvaguarda do património industrial dos lanifícios portugueses, sob o lema: Os fios do passado a tecer o futuro», in *Arquivos empresariais: instrumentos de gestão e património documental; novos desafios, novas soluções*, Lisboa, Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD, 2001 [registo multimédia]

PINTO, Marcelo Mendes e SILVA, Armando Coelho Ferreira da – Comunicação de abertura do COLÓQUIO DE MUSEOLOGIA INDUSTRIAL “RECONVERSÃO E MUSEALIZAÇÃO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS”, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.9-14

RAMOS, Manuel João, coord. – *A matéria do património: Memórias e identidades*, Lisboa, Edições Colibri, 2003

RAMOS, Paulo Oliveira – «Lisboa, património e identidade», in *Discursos. Língua, cultura e sociedade, III Série, Nº 1: Regiões. Identidade*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Abril de 1999, pp.231-239

RAMOS, Paulo Oliveira – «Memória, património e vandalismo», in *Discursos. Língua, cultura e sociedade, III Série, Nº 3: Memória e sociedade*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, Junho de 2001, pp.185-197

- RAPAGÃO, João – «Antiga fábrica da Companhia de Moagens Harmonia: Intérprete do património industrial», in *Pedra & Cal N°4 – Património arquitectónico industrial*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 1999, pp.21-23
- RAPOSO, Jorge – «Legislação do património em debate», in *al-madan*, IIª Série (10), Dezembro de 2001, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, p.94
- REAL, Fernando – «A nova lei do património cultural português», in *al-madan*, IIª Série (10), Dezembro de 2001, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp.92-94
- REZENDE, António Viana – «Do desenvolvimento técnico da indústria de moagem de trigo, farinhas espoadas», in *Boletim da FNIM*, Ano II, N°8, Outubro 1959, pp.52-58
- RIBEIRO, Isabel Maria de Almeida e SANTOS, Maria Luísa Ferreira Nunes dos – «O museu da indústria e a valorização do património industrial», in CUSTÓDIO, Jorge [et al.] – *Museologia e Arqueologia Industrial: estudos e projectos*, [S.l.], Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1991, pp.71-74
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz – *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993
- SECRETARIA DA ASSOCIAÇÃO SUÍSSA DOS CONSTRUTORES DE MÁQUINAS – «Da pedra manual de moer ao cilindro fundido endurecido», in *Suissa Técnica*, N°5, Janeiro de 1933, Lausanne, pp.121-126
- SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – Introdução ao COLÓQUIO DE MUSEOLOGIA INDUSTRIAL “RECONVERSÃO E MUSEALIZAÇÃO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS”, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.3-7
- SEMEDO, Alice, [et al.] – «Antiga fábrica de moagens Harmonia – de fábrica a Museu da Indústria do Porto», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.167-185
- SILVA, Armando B. Malheiro da – «Defesa e estudo dos arquivos empresariais: algumas notas para um plano de actuação urgente», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume I, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1989, pp.321-330
- SILVA, Armando Jorge – «Fotografia, Arqueologia e património industriais», in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial (Coimbra – Guimarães – Lisboa / 1986)*, *Actas e Comunicações*, Volume II, APAI / Coimbra Editora, Limitada, 1990, pp.237-255

SILVA, Carla Teodoro e MOITEIRO, Gilberto Coralejo – «Património e turismo: Projecto de criação de um itinerário pelo concelho de Peniche», in *Actas das I Jornadas de Arqueologia e Património da Região de Peniche. Apresentação de projectos e trabalhos em curso*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche, 2006, pp.247-256

SILVA, Jorge Henrique Pais da – «Pretérito Presente», Lisboa, 1975, pp.23-50 (texto disponibilizado em aula)

SILVA, V. Córias e – «Património de betão», in *Pedra & Cal Nº10 – Património de betão*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Abril/Maio/Junho 2001, p.3

SILVA, V. Córias e – «Conservação do betão armado enquanto património arquitectónico», in *Pedra & Cal Nº10 – Património de betão*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Abril/Maio/Junho 2001, pp.16-21

SOEIRO, Teresa – “Ofícios e indústrias nas colecções do Museu Municipal de Penafiel: um projecto reforçado pelo Programa de Apoio à Qualificação de Museus (2003-2005)”, in *Rede Portuguesa de Museus – Boletim Trimestral Nº29*, Setembro de 2008, pp.5-8

SOUTO, Maria Helena – *História do design em Portugal I: Reflexões*, Lisboa, Edições IADE, 2009

SUMMAVIELLE, Elísio – «A gestão do património como um bem comum», in *A gestão do património em contexto autárquico: Conhecer o património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de gestão de bens culturais*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 2007, pp.77-80

SUMMAVIELLE, Elísio – Discurso de abertura, como Director do IGESPAR, Comunicação ao SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÓNIO E SOCIEDADE, promovido pelo IGESPAR e integrado na Presidência Portuguesa da UE, 2007 (Cedência do discurso pelo IGESPAR)

TAVARES, Domingos – «A força da indústria na transformação da cidade oitocentista», in SEMEDO, Alice [et al.], com. org. – *Actas do Colóquio de Museologia Industrial “Reconversão e Musealização de Espaços Industriais”*, Porto, Associação para o Museu da Ciência e Indústria, 2003, pp.113-119

TELMO, Isabel Cottinelli – *O património e a escola – Do passado ao futuro*, 2ª ed., Lisboa, Texto Editora, 1989

WEBER, K. – «Novas concepções na construção de silos de farinha», in *Boletim da FNIM*, Ano X, Nº38, Abril 1967, pp.26-29

VALENTE, Ruben da Cruz – «A indústria de moagem e a sua evolução», in *Boletim da FNIM*, Ano VIII, Nº30, Abril 1965, pp.9-17

VELOSO, Cláudia – «Entrevista: Jorge Custódio: «A História das cidades termina no século XX e não no século XVIII», in *Pedra & Cal Nº4 – Património arquitectónico industrial*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Outubro/Novembro/Dezembro 1999, pp.15-17

VITERBO, Francisco Marques de Sousa – «Archeologia industrial Portuguesa. Os moinhos», in *O Archeologo Português*, Vol. II, Agosto e Setembro de 1896, Nºs. 8 e 9, Museu Ethnographico Português, pp.194-204

Recursos WEB

ABREU, José Guilherme – «Arte pública e lugares de memória», in *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I Série, vol. IV, Porto, Universidade do Porto, 2005, pp.215-234, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4944.pdf> [acesso em 15-12-2008]

ALVES, Jorge Fernandes – «Património Industrial, educação e investigação – a propósito da Rota do Património Industrial do Vale do Ave», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Série, vol.5, Porto, Universidade do Porto, 2004, pp.251-256, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2385.pdf> [acesso em 05-06-2009]

APPLETON, Júlio – «Construções em betão – Nota histórica sobre a sua evolução», disponível em <http://www.civil.ist.utl.pt/~cristina/GDBAPE/ConstrucoesEmBetao.pdf> [acesso em 15-12-2008]

BARBOSA, Pedro Gomes - «Património concelhio, uma memória a preservar», disponível em http://www.terrasquentes.com.pt/Content/Publicacoes\Caderno1\património_concelhio_uma_memória_a_preservar.pdf [acesso em 14-02-2011]

BARBOSA, Sandra Daniela Ferreira – *Serviços educativos online nos museus: Análise das actividades*, Dissertação de Mestrado em Educação, Área Tecnologia Educativa, Braga, Universidade do Minho, 2006, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6202/1/SERV.EDUC.ONLINE.pdf> [acesso em 18-06-2011]

BRUNO, Cristina – «V. Museus hoje para amanhã», in *Cadernos de Sociomuseologia Nº10 – Museologia e Museus: princípios, problemas e métodos*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997, pp.37-46, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

DIAS, Ana Cristina Guimarães – «O museu e a cidade. Convergências e desencontros», in *Cadernos de Sociomuseologia Nº8 – Actas do Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, pp.9-16, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

FARIA, Margarida Lima de – *Educação – Museus – Educação* (Projecto: Museus e Educação, Instituto de Inovação Educacional, Julho de 2000), disponível em <http://www.dgidec.min-edu.pt/innovbasic/proj/arte/museus/index.htm> [acesso em 02-07-2009]

FRONER, Yacy Ara – «Património histórico e modernidade: Construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros urbanos», disponível em <http://www.patrimoniocultural.org/Olinda2002/trabalhosSimposio/yacyAraFroner.html> [acesso em 09-05-2009]

GUEDES, Manuel Vaz – «Arqueologia Industrial», in *Revista Electricidade*, nº372, Dezembro de 1999, pp.293-299, disponível em <http://paginas.fe.up.pt/histel/ArquivoIndustrial.pdf> [acesso em 19-06-2009]

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – *Património arquitectónico – Geral*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2008 (Kits – património, nº1, versão 1.0), disponível em www.portaldahabitacao ; www.monumentos.pt ; www.igespar.pt [acesso em 15-12-2008]

INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico – *Património industrial*, Lisboa, IHRU, IGESPAR, 2008 (Kits – património, nº3, versão 1.0), disponível em www.portaldahabitacao ; www.monumentos.pt ; www.igespar.pt [acesso em 15-12-2008]

KÜHL, Beatriz Mugayar – «Algumas questões relativas ao património industrial e à sua preservação», in *Património – Revista Eletrônica do IPHAN*, disponível em <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=165> [acesso em 15-04-2008]

LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o património documental: Territórios, práticas e desafios*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2002, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/792/1/caderno04.pdf> [acesso em 17-03-2010]

MAGALHÃES, Fernando – «Museus, património e animação», disponível em <http://anae.com.sapo.pt/rae/FM.pdf> [acesso em 02-07-2009]

MARTINS, Alice Campos, SALEMA, Maria Helena e COELHO, Adriano Pinto – «A formação de professores de História em património industrial. Notas para a construção de um percurso pedagógico interdisciplinar na base de temas em Cesário Verde, Fernando Pessoa e Eça de Queirós», disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/326/1/ACTAS-Literatura e História347-382.pdf.pdf> [acesso em 06-06-2009]

MARTINS, Luísa Pimentel – *O loft (n) o património industrial (d) a cidade: a reconversão em habitação no centro urbano*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009, disponível em <http://hdl.handle.net/10316/11724> [acesso em 29-06-2010]

MENDES, José Amado – «A arqueologia industrial ao serviço da história local», in *Revista de Guimarães*, nº105, Guimarães, Casa de Sarmento, Centro de Estudos do Património, Universidade do Minho, 1995, [pp.203-218], pp.1-14, disponível em http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG105_11.pdf [acesso em 19-06-2009]

MENDES, José Amado – «Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais», in *Gestão e Desenvolvimento*, 9 (2000), pp.197-212, disponível em http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_197.pdf [acesso em 10-11-09]

MENDES, José Amado – «Industrialização e património industrial: Desenvolvimento e cultura», VIII Curso de Verão da Ericeira, 2006, disponível em http://www.icea.pt/Actas/21_10h30m_José_A_Mendes.pdf [acesso em 06-03-2011]

MOUTINHO, Mário - «A qualidade em museus, nos museus em mudança», in *Cadernos de Sociomuseologia N°25 –XII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*,

Caparica, *A Qualidade em Museus*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006, pp.65-73, disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/423/328>

[acesso em 08-06-2010]

NASCIMENTO, Rosana – «Documentação museológica e documentação», in *Cadernos de Sociomuseologia N°3 – A Historicidade do Objecto Museológico*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, pp.33-44, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt>

[acesso em 15-12-2008]

NUNES, Graça Maria Soares – «A História Regional e Local – contributos para o estudo das identidades locais», in *Cadernos de Sociomuseologia N°8 – Actas do Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, pp.76-88, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

PEREIRA, Paulo – *Cadernos de Sociomuseologia N°8 – Actas do Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, pp.7-8, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

PEREIRO, Xerardo – «Património cultural: O casamento entre património e cultura», in *ADRA N°2*, Revista dos sócios do Museu do Povo galego, pp.23-41, disponível em http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf [acesso em 02-07-2009]

PRIMO, Judite – «Património, política cultural e globalização em contexto museal», disponível em http://rhumanidades.ulusofona.pt/arquivo/nr_12/artigos/4_judite_primo.pdf [acesso em 30-11-2008]

PRIMO, Judite, org. – *Cadernos de Sociomuseologia N°15 – Museologia e Património: documentos fundamentais*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

PRIMO, Judite Santos – «Pensar contemporaneamente a museologia», in *Cadernos de Sociomuseologia N°16 – Museologia e Prática*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999, pp.5-38, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

PRIMO, Judite – «A importância dos museus locais em Portugal», in *Cadernos de Sociomuseologia N°25 –XII Encontro Nacional Museologia e Autarquias, Caparica, A Qualidade em Museus*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2006, pp.41-62, disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/viewFile/422/327> [acesso em 08-06-2010]

SÁ, Alberto – «Reflexões sobre o património e a memória à luz da era tecnológica», in *Actas do I Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes*, Braga, Universidade do Minho, 2005, disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4512/1/albertosa2005_reflexpatrimemoria.pdf [acesso em 05-07-2009]

SANTOS, Maria Célia Teixeira Santos – «A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania», in *Cadernos de Sociomuseologia N°3 – A Historicidade do Objecto Museológico*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, pp.76-89, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

SANTOS, Maria Célia Teixeira Santos – «Documentação museológica, educação e cidadania», in *Cadernos de Sociomuseologia N°3 – A Historicidade do Objecto Museológico*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994, pp.90-104, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

SANTOS, Maria Célia T. Moura – «Museu e educação: conceitos e métodos», disponível em www.museologia-portugal.net/Mestrado_Museologia_2008/Arquivo_mcelia/museueducacao_portoalegre.doc [acesso em 05-06-2009]

SERRANO, Ana Catarina Bispo – *Reconversão de espaços industriais: Três projectos de intervenção em Portugal*, dissertação de Mestrado em Arquitectura, Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2010, disponível em https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/787437/1/Ana_Serrano_-_Dissertacao.pdf [acesso em 14-02-2011]

SILVA, Armando Coelho F. da, coord. – «Museus da Universidade do Porto. Projecto museológico. Relatório base do programa preliminar», disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3581.pdf> [acesso em 28-12-2010]

SILVA, Daniella Rebouças – «Museus: a preservação enquanto instrumento de memória», in *Cadernos de Sociomuseologia Nº16 – Museologia e Prática*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999, pp.39-66, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

SILVA, Augusto Santos – «Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro», disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n54/n54a02.pdf> [acesso em 30-08-2009]

SILVA, Leonardo Mello e – «Património industrial: passado e presente», disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=530> [acesso em 17-02-2011]

SILVANO, Filomena – «Cartografar um passado para uma identidade metropolitana», disponível em http://www.aml.pt/webstatic/actividades/smig/atlas/docs/atlas_11.pdf [acesso em 09-05-2009]

VITERBO, Francisco Marques de Sousa – *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para a historia das artes e indústrias portuguesas*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1892, disponível em http://purl.pt/322/3/ba-1967-v_PDF_24-C-R0075/ba-1967-v_0000_capa-312_t24-C-R0075.pdf [acesso em 21-06-2008]

VIEIRA, João António Gomes – «O projecto de recuperação da fábrica baleeira do Boqueirão – um modelo museológico inserido em realidades locais», in *Cadernos de Sociomuseologia Nº8 – Actas do Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, pp.98-114, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]

2.2.Estudos – Área local

Bibliografia

ABREU, Carlos e BRANCO, Francisco – *O associativismo. Tradição e arte do povo de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1984

ATKINS [et al.] – *Almada Nascente*, vol.1, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2006

ALMADA. Câmara Municipal – *Almada: vozes de resistência*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2009

- CASTANHEIRA, Alexandre – *Romeu Correia – Memória viva de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1992
- CASTANHEIRA, Alexandre – *Cidadão a tempo inteiro*, Almada, Outra Banda Publicações, 1993
- CUSTÓDIO, Jorge – «Almada mineira, manufactureira e industrial», in *al-madan*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº4, Outubro 1995, pp.128-139
- DINIZ, Júlio Pereira – *Almada imaginada: fotografias de Júlio Pereira Diniz*, Câmara Municipal de Almada, Almada, 2003
- FERNANDES, Ernesto e SARMENTO, Joaquim – «Associativismo almadense: história e tendências actuais», in *Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1993, pp.53-59
- FILIFE, Graça – «Educação, património e autarquias. O museu como instrumento de comunicação: Experiência no Seixal», in *Discursos – Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, 2001, pp. 141-154
- FILIFE, Graça – «Centro de documentação de museu: recursos de informação para a comunidade», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 26, Seixal, Ecomuseu do Seixal, Jan/Fev/Mar, 2003, pp.7-8
- FILIFE, Graça – «Para uma política de exposição do EMS», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 30, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Jan/Fev/Mar, 2004, pp.6-7
- FILIFE, Graça – «Editorial: museus como agentes de mudança social e desenvolvimento», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 47, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Abr/Mai/Jun, 2008, p.2
- FILIFE, Graça – «Editorial: insistir no valor do património cultural para a sociedade, a propósito das Jornadas Europeias do Património de 2009», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 52, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Jul/Ago/Set, 2009, p.2
- FILIFE, Graça – «Editorial: em 2010, estreitar laços com as comunidades, integrar o património no desenvolvimento local», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 54, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Jan/Fev/Mar, 2010, p.2
- FLORES, Alexandre M. – *Almada antiga e moderna – Roteiro iconográfico – Vol. III: Freguesia da Cova da Piedade*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1990

- FLORES, Alexandre M. – *António José Gomes: O homem e o industrial (1847-1909)*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1992
- FLORES, Alexandre – *Foral de Almada 1190: álbum documental e iconográfico*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1992
- FLORES, Alexandre M. – *Almada e sua circunscrição municipal: abordagem multidisciplinar*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1996
- FLORES, Alexandre M. – *Carnaval em Almada: abordagem histórico-antropológica*, Almada, Associação «Amigos da Cidade de Almada», com o apoio da Câmara Municipal de Almada e das Juntas de Freguesia de Almada, Cacilhas e Cova da Piedade, 1998
- FLORES, Alexandre M. – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário: da Regeneração ao Estado Novo (1860-1930)*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003
- FLORES, Alexandre M. – *Bombeiros do concelho de Almada*, Cacilhas, Bombeiros Voluntários de Cacilhas, 2007
- GERNHCA – *Estudo dos núcleos históricos do concelho de Almada: Caramujo e Romeira*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1988
- GOMES, Carlos Alberto Santos – «Património arquitectónico – metodologias de intervenção», in *Actas das Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1993, pp.11-12
- GROËR, Etienne de – «Urbanização do Concelho de Almada (1946): análise e programa – relatório», in «*Anais de Almada*»: *Revista Cultural*, N^os 7-8, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2006, pp.151-236
- JORGE, Catarina; LUZIA, Ângela e JULIÃO, José Manuel – «A cidade e o museu», in PINHEIRO, Magda; BAPTISTA, Luís V. e VAZ, Maria João, org. – *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*, Lisboa, CEHCP/ISCTE, 2001, pp.153-158
- LIMA, Manuel A. S. – *Corroios: minha terra co(m a)rroios*, [S.l.], Plátano Editora, 2001
- LUZIA, Maria Ângela C. – «Desenvolvimento industrial e o movimento operário na Cova da Piedade», in *Ias. Jornadas de Estudo sobre a Cova da Piedade*, 22 a 24 de Julho 1988, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1988, pp.83-113
- LUZIA, Maria Ângela – *A memória, a cidade e o rio: proposta de musealização dos núcleos de Almada e do cais do Ginjal com base num estudo de memória social*, Lisboa,

1994/96, tese apresentada no âmbito do Mestrado em Museologia e Património, [policopiada]

NABAIS, António J. C. Maia – *Moinhos de maré – património industrial*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1986

OLAIO, António e JANEIRO, António – «O núcleo histórico da Cova da Piedade», in *Ias. Jornadas de Estudo sobre a Cova da Piedade*, 22 a 24 de Julho 1988, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1988, pp.127-131

PINTO, Maria José – «Palácio Gomes: pequena monografia», in *al-madan*, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, II Série, nº4, Outubro 1995, pp.140-142

PISARRO, Ana Cristina e COUTINHO, Alexandre Frederico – *Crescimento e periferação da cidade de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1985

QUEIROZ, Luiz de – «Viagens no paiz (XXI): Almada», in *Branco e Negro: Semanario Illustrado*, 2º Anno, Nº56, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 25 de Abril de 1897, pp.49-50

RAMOS, Paulo Oliveira – «Museus e monumentos de indústria na “Outra Banda”», in *Discursos – Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Universidade Aberta, 2001, pp.129-139

RODRIGUES, Jorge de Sousa – «Almada: como nasce uma cidade», in SANTOS, Maria José Espinhal dos e ANTUNES, Luís Pequito, coord. – *Actas das 2as. Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998, pp.65-75

SANTOS, António Maria dos Anjos – *Para o estudo da arquitectura industrial na região de Lisboa (1846-1918)*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, volume I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1996, [policopiada]

SANTOS, António Maria A. – «A fábrica de moagem do Caramujo (1897-1898). Novos dados sobre a introdução do betão armado em Portugal», in SANTOS, Maria José Espinhal dos e ANTUNES, Luís Pequito, coord. – *Actas das 2as. Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1998, pp.43-54

SANTOS, João Paulo – «O património cultural imóvel e a expansão urbanística do concelho do seixal», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 37, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Out/Nov/Dez, 2005, pp.17-19

- SANTOS, João Paulo – «Bairros operários: memórias de uma industrialização», in *Ecomuseu Informação, boletim trimestral do Ecomuseu do Seixal*, nº 49, Seixal, Ecomuseu Municipal do Seixal, Out/Nov/Dez, 2008, pp.15-17
- SARMENTO, Joaquim – «No centenário da Escola União Piedense: olhar o passado para reinventar o futuro do associativismo?», in «*Anais de Almada*»: *Revista Cultural*, (Nº 4, 2001), Almada, Câmara Municipal de Almada, 2002, pp.179-186
- SILVA, Francisco – «Moinhos de vento no concelho de Almada», in «*Anais de Almada*»: *revista cultural*, (Nºs 11-12, 2008-2009), Almada, Câmara Municipal de Almada, 2010, pp.139-171
- SILVA, Maria Rosa Peralta Sousa e LARANJEIRA, Manuel Maria Pereira – «Fábrica de moagem do Caramujo: um testemunho com 103 anos de existência», in *Pedra & Cal Nº10 – Património de betão*, Lisboa, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Abril/Maio/Junho 2001, pp.7-8
- SIMÕES, J.M. d'Oliveira – «Fábrica de moagem no Caramujo», in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Lisboa, 12º anno, 1899
- SOUSA, R. H. Pereira de – *Almada. Toponímia e História*, Almada, Biblioteca Municipal de Almada, Câmara Municipal de Almada, 2003
- TINOCO, Alfredo – «História da indústria e património industrial na Cova da Piedade», in *Ias. Jornadas de Estudo sobre a Cova da Piedade*, 22 a 24 de Julho 1988, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1988, pp.115-126

Catálogos e Informação de Exposições

- COSTA, Ana – *Na esteira do Arsenal: 70 anos de História no Alfeite*, *Jornal da Exposição*, Almada, Museu da Cidade, 2009
- COSTA, Ana, LUZIA, Ângela e COVITA, José Luís – *Fazer caminhos, jornal da exposição*, Almada, Museu da Cidade, 2009
- SEIXAL. Ecomuseu Municipal – *Moinho de maré de Corroios [Folheto informativo]*, Ecomuseu Municipal do Seixal, Seixal, [S.d.]
- FILIPPE, Graça e FERREIRA, Fernanda – *Água, Fogo, Ar, Cortiça: Exposição temática sobre a Mundet*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu Municipal do Seixal, 2002
- RIBEIRO, Rogério (dir.) – *Ver Almada crescer, catálogo da exposição*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 1991

VARGAS, Sara e HENRIQUES, Fernando – *Almada e o Tejo, catálogo da exposição*, Almada, Câmara Municipal de Almada, 2005

Periódicos com informação variada

Boletim Municipal N°28, Almada, Câmara Municipal de Almada, Abril 1998

Boletim Municipal N°53, Almada, Câmara Municipal de Almada, Outubro 2000

Boletim Municipal N°132, Almada, Câmara Municipal de Almada, Novembro 2007

Boletim Municipal N°143, Almada, Câmara Municipal de Almada, Novembro 2008

Boletim Municipal N°145, Almada, Câmara Municipal de Almada, Janeiro 2009

Boletim Municipal N°149, Almada, Câmara Municipal de Almada, Maio 2009

Boletim Municipal N°151, Almada, Câmara Municipal de Almada, Julho-Agosto 2009

Boletim Municipal N°152, Almada, Câmara Municipal de Almada, Setembro 2009

Boletim Municipal N°153, Almada, Câmara Municipal de Almada, Outubro 2009

Branco e Negro: Semanário ilustrado, 2º Ano, N°64, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 20 de Junho de 1897

Diário de Notícias, Lisboa, 11 de Junho de 1897

Jornal da Região: Almada, Lisboa, Expresso, 16 a 22 de Março de 2009

O Seculo, Lisboa, 11 de Junho de 1897

Vanguarda, Lisboa, 11 de Junho de 1897

Vanguarda, Lisboa, 26 de Março de 1903

Recursos WEB

ALMADA. Câmara Municipal – *Almada – Exposição central do Museu da Cidade*, disponível em

http://213.228.151.16/concelhos/almada/2003/Novembro/museu/Museu%20da%20Cidade_files/historia2.htm [acesso em 21-06-2009]

ALMADA. Câmara Municipal – *Projecto Estratégico da Frente Ribeirinha Nascente*, disponível em <http://www.m-almada.pt> [acesso em 29-08-2009]

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – «Um século de moagem em Portugal, de 1821 a 1920 das fábricas às companhias e aos grupos da Portugal e Colónias e da Sociedade Industrial Aliança», *A indústria portuense em perspectiva histórica: actas do Colóquio*. Lisboa, CLC-FLUP, 1998, pp.271-283, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5294.pdf> [acesso em 30-07-2010]

- FERREIRA, Sónia – «Entre a casa e a fábrica: memórias do trabalho operário no feminino», in *AIBR. Revista de Antropologia Iberoamericana*, ed. Electrónica, Vol. 1, nº 3, Madrid, Agosto-Dezembro 2006, pp.XII-XXI, disponível em <http://www.aibr.org/antropologia/01v03/articulos/010309.pdf> [acesso em 11-11-2009]
- FILIFE, Eufázio – «Município do Seixal: Uma experiência cultural participada», disponível em <http://www.pcp.pt/publica/militant/227/p45.html> [acesso em 30-08-2009]
- FILIFE, Maria da Graça da Silveira – «Ecomuseu no Seixal – construindo um modelo museológico», in *Cadernos de Sociomuseologia Nº8 – Actas do Encontro Nacional de Museologia e Autarquias*, Lisboa, Centro de estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996, pp.66-75, disponível em <http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt> [acesso em 15-12-2008]
- FILIFE, Graça – «Ecomuseu: Serviço e práticas educativas», disponível em http://www.alcultur.org/imagens/anos_anteriores/2005_pdf/Graca%20Filipe.pdf [acesso em 05-06-2009]
- FILIFE, Graça – «Perspectivas de programação e de funcionamento de entidades museológicas com tutela municipal associadas ao património industrial», disponível em http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_cdi_online [Comunicações sobre património industrial] [acesso em 03-06-2011]
- FILIFE, Graça e FERREIRA, Fernanda – «O Ecomuseu Municipal do Seixal, a investigação e a preservação de património documental e arquivístico industrial», disponível em http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_cdi_online [Comunicações sobre património industrial] [acesso em 03-06-2011]
- FILIFE, Graça – «A gestão do património, os museus e o território – processo integrado e interacção com a comunidade», disponível em http://www2.cm-seixal.pt/pls/decomuseu/ecom_cdi_online [Comunicações do Ecomuseu Municipal do Seixal] [acesso em 03-06-2011]
- LUZIA, Ângela, [et al.] – *Ir à escola: Exposição sobre a história do ensino em Almada, catálogo da exposição*, Almada, Museu da Cidade, 2005, disponível em <http://dialugares.fct.unl.pt/docs/escola.pdf> [acesso em 29-08-2009]
- NABAIS, António, et alii – «As autarquias e o património cultural. Uma experiência no concelho do Seixal. (Comunicação ao 1º Encontro Regional do Sul sobre Património, Setúbal, Outubro de 1983)», disponível em <http://www.museumonterredondo.net/sig/DOC%20PDF/198300503pdf> [acesso em 15-06-2009]

Periódicos com informação variada

Setúbal na Rede: O portal do distrito, disponível em www.setubalnarede.pt

3. Fontes documentais várias

Pesquisas institucionais

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada

Editais da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada

Assembleia Municipal de Almada

Editais da Assembleia Municipal de Almada

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Inquéritos Industriais da Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição de Estatística:

MINISTERIO das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição de Estatística – *Inquérito Industrial de 1881*, Moagens a Correspondência Diversa, Moagens, Districto de Lisboa (Fonte manuscrita)

MINISTERIO das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição de Estatística – *Inquérito Industrial de 1890*, Lisboa, Imprensa Nacional, Volume IV – Industrias Fabris e Manufacturas (Inquerito de Gabinete), Districto de Lisboa, Concelho de Almada, 1891, pp.7-9

Boletins da Propriedade Industrial da Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição da Industria:

Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Serie, 12º anno – Nº 10, 22 de janeiro de 1896, Lisboa, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição da Industria, p.158

Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Serie, 13º anno – Nº 16, 17 de agosto de 1896, Lisboa, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição da Industria, p.89

Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Serie, 13º anno – Nº 24, 18 de junho de 1897, Lisboa, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição da Industria, p.359

Boletim da Propriedade Industrial, 2ª Serie, 15º anno – Nºs 37 a 42, novembro de 1898, Lisboa, Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, Repartição da Industria, p.84-85

Câmara Municipal de Almada – DAU

Fotografias

Plantas

Documentos administrativos

Câmara Municipal de Almada – Divisão do Património

Escritura e anexo de compra da Fábrica da Sociedade Industrial Aliança

Cadernetas Prediais

Inscrições na Conservatória do Registo Predial de Almada do ano de 1993

Conservatória do Registo Predial de Almada

Inscrições do século XIX e inícios do século XX

Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

Processo de classificação da fábrica do Caramujo como imóvel de interesse público:

Processo DRL-92/3(2)

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Processo de Licenciamento Nº3/9796 da Sociedade Industrial Aliança

Divisão de Recursos Arquivísticos e de Expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego

Processo de Licenciamento Nº9193 da Sociedade Industrial Aliança

Diários do Governo com informação variada

RELATÓRIO incluído em Portaria, Diário do Governo, Nº 248, de 4 de Novembro de 1901 (Relatório a que se refere a Portaria desta data, sobre a revisão das fábricas de moagem, e tabellas para o rateio do trigo nacional e exótico)

ANÚNCIO de escritura pública, Diário do Governo – III Série, Nº 56, de 8 de Março de 1918 (Anúncio da escritura pública da constituição da Sociedade de Moagem Aliança Limitada, outorgada em 25 de Fevereiro de 1918)

ANÚNCIO de dissolução de sociedade, Diário do Governo – III Série, Nº 228, de 7 de Outubro de 1918 (Anúncio da dissolução da Sociedade de Moagem Aliança Limitada, em 26 de Setembro de 1918)

ANÚNCIO de escritura pública, Diário do Governo – III Série, Nº 36, de 14 de Fevereiro de 1920 (Divulgação de escritura pública, outorgada a 2 de Fevereiro de 1920, e estatutos da Sociedade Industrial Aliança, com data de 11 de Fevereiro de 1920, entrando na sua constituição todo o activo e passivo da Sociedade de Moagem Aliança Limitada)

ANÚNCIO de escritura pública, Diário do Governo – III Série, Nº 49, de 2 de Março de 1920 (Divulgação de escritura pública de sociedade que adopta a firma Viúva A. J. Gomes Limitada, outorgada a 23 de Fevereiro de 1920)

ÉDITO de transferência, Diário do Governo – II Série, Nº 164, de 23 de Julho de 1920 (Publicação de éditos de transferência – requisição da Sociedade Industrial Aliança para inscrição na matrícula de fabricantes de farinhas das fábricas que pertenceram à Sociedade de Moagem Aliança Limitada)

ANÚNCIO de autorização de inscrição, Diário do Governo – II Série, Nº 215, de 30 de Setembro de 1920 (Autorização de inscrição na matrícula de fabricantes de farinhas à Sociedade Industrial Aliança)

4.Legislação; Cartas, Convenções e Recomendações

Legislação de cariz industrial

DECRETO nº 8:364, Diário do Governo – 2º Semestre de 1922, de 25 de Agosto de 1922 (Regulamento da higiene, salubridade e segurança nos estabelecimentos industriais)

DECRETO-LEI nº 24:185, Diário do Governo – I Série, Nº 167, de 18 de Julho de 1934 (Cria a Federação Nacional dos Industriais de Moagem)

LEI nº 2:052, Diário do Governo – I Série, Nº 56, de 11 de Março de 1952 (Promulga as bases do condicionamento das indústrias)

DECRETO-LEI nº 39 634, Diário do Governo – I Série, Nº 97, de 05 de Maio de 1954 (Lei do Condicionamento Industrial)

DECRETO-LEI nº 43 023, Diário do Governo – I Série, Nº 142, de 21 de Junho de 1960 (Insere disposições destinadas a permitir a reorganização da indústria das farinhas espoadas de trigo)

DECRETO nº 43 834, Diário do Governo – I Série, Nº 175, de 29 de Julho de 1961 (Regulamento orientador da reorganização referida pelo decreto-lei nº 43 023)

DECRETO-LEI nº 443/74, Diário da República – I Série, Nº 213, de 12 de Setembro de 1974 (Extingue os organismos corporativos dependentes do Ministério da Economia e prevê a transferência das suas funções mais importantes de intervenção e disciplina na vida económica, bem como dos valores que constituem o seu património, para organismos de coordenação económica)

DECRETO-LEI nº 663/76, Diário da República – I Série, Nº 181, de 4 de Agosto de 1976 (Institui as empresas públicas Empresa Pública do Abastecimento de Cereais (EPAC) e Instituto dos Cereais E. P. (ICEP) e aprova os seus estatutos)

Legislação de cariz patrimonial

DECRETO nº 20:985, Diário do Governo – I Série, Nº 56, de 07 de Março de 1932 (Lei da guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas)

DECRETO nº 308/73, Diário do Governo – I Série, Nº 141, de 16 de Junho de 1973
(Elevação a cidade da vila de Almada)

DECRETO-LEI nº 429/77, Diário da República – I Série, Nº 239, de 15 de Outubro de 1977 (Salvaguarda de Arquivos e Bens Culturais Pertencentes a Empresas Privadas)

DESPACHO NORMATIVO nº 3/2006, Diário da República – I Série, Nº 18, de 25 de Janeiro de 2006 (Aprova o formulário de candidatura à credenciação de museus)

LEI nº 13/85, Diário da República – I Série, Nº 153, de 06 de Julho de 1985 (Património cultural português)

LEI nº 107/2001, Diário da República – I Série-A, Nº 209, de 8 de Setembro de 2001
(Estabelece as bases da política e do regime de Protecção e Valorização do Património Cultural e Arquitectónico)

DECRETO nº 5/2002, Diário da República – I Série-B, Nº 42, de 19 de Fevereiro de 2002 (Publicação da classificação de Bens Patrimoniais como MN e IIP)

LEI nº 47/2004, Diário da República – I Série-A, Nº 195, de 19 de Agosto de 2004
(Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses)

DECRETO-LEI nº 138/2009, Diário da República – I Série-A, Nº 113, de 15 de Junho de 2009 (Cria o Fundo de Salvaguarda do património Cultural)

DECRETO-LEI nº 139/2009, Diário da República – I Série-A, Nº 113, de 15 de Junho de 2009 (Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial)

DECRETO-LEI nº 140/2009, Diário da República – I Série-A, Nº 113, de 15 de Junho de 2009 (Aprova o regime jurídico dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal)

DECRETO-LEI nº 307/2009, Diário da República – I Série, Nº 206, de 23 de Outubro de 2009 (Estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana)

DECRETO-LEI nº 309/2009, Diário da República – I Série, Nº 206, de 23 de Outubro de 2009 (Define o procedimento de classificação de bens culturais imóveis, o regime das zonas de protecção e o estabelecimento das regras para a elaboração do plano de pormenor de salvaguarda)

EDITAL nº 1098//2009, Diário da República – II Série, Nº 218, de 10 de Novembro de 2009 (Plano de urbanização de Almada Nascente – PUAN)

Cartas, Convenções e Recomendações

CARTA de Atenas para o Restauro de Monumentos Históricos, Adoptada no First International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Atenas, 1931

CARTA de Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964, adoptada pelo ICOMOS em 1965

CARTA Europeia do Património Arquitectónico, Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de Setembro de 1975

RECOMENDAÇÃO sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, UNESCO, Nairobi (Quénia), 26 de Novembro de 1976

RESOLUÇÃO da Assembleia da República nº 5/91, Diário da República – I Série Nº 19, de 23 de Janeiro de 1991 (Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, assinada em Granada em 03 de Outubro de 1985)

CARTA Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, ICOMOS, Washington D.C., 7 a 15 de Outubro de 1987

RECOMENDAÇÃO Nº R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX, Conselho da Europa, Estrasburgo, 9 de Setembro de 1991

CARTA de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada, 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, Lisboa, 21 a 27 de Outubro de 1995

CARTA Internacional sobre o Turismo Cultural, ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999

CARTA de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído, “Krakow 2000” e a Sessão Plenária “Cultural Heritage as the Foundation of the Development of Civilisation”, Cracóvia, 2000

CARTA de Nizhny Tagil sobre o património industrial, aprovada em Assembleia Geral do TICCIH, Nizhny Tagil, 17 de Julho de 2003

RESOLUÇÃO da Assembleia da República nº 47/2008, Diário da República – I Série Nº 177, de 12 de Setembro de 2008 (Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005)

DECLARAÇÃO de Viena/09, Um Incentivo ao Património em Período de Recessão, 4º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP), Viena, Maio de 2009

CARTA de Bruselas sobre el Papel del Patrimonio Cultural en la Economía, y para la Creación de una Red Europea de su Reconocimiento y Difusión, Bruselas, 30 de Junho de 2009

Errata

Página 8

Leitura correcta:

III – 1.1. Novos valores culturais e histórico-sociais 132

2.1. Revalorização de um património industrial local 141

Página 10

Leitura correcta:

Figura 4 – Moinho de maré de Corroios, 1908 59

Figura 6 – “O Tejo em frente do Caramujo” 60